

- Transição da escravidão para o trabalho livre no Caribe (1780-1890)
- Transição da mão-de-obra escrava para a livre em Rio Bonito e Vassouras (1870-1890)
- Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística
- Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil
- Etnopolítica – a dinâmica do espaço afro-baiano
- É o Japão um país etnicamente homogêneo? Considerações sobre o caso Kajiyama
- Antologia de textos do jornal 'O Africano' (1908-1919)

estudos

# AFRO-ASIÁTICOS

22





CADERNOS  
CANDIDO MENDES

K7/2



estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS** 22

ISSN 0101-546x

**Centro de Estudos Afro-Asiáticos**

*Diretor*  
Candido Mendes

*Vice-Diretor*  
Carlos A. Hasenbalg

estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

Nº 22 – Setembro de 1992

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA  
Conjunto Universitário Candido Mendes

**Diretor**

Candido Mendes

**Editores**

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

**Conselho Editorial**

Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Colin Darch, Denise Ferreira da Silva, Ernani Teixeira Torres Filho, Giralda Seyferth, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Kabengele Munanga, Luiz Claudio Barcelos, Marta Aimée Rangel Batista, Nelson do Valle Silva, Olfvia Maria Rodrigues Galvão, Olfvia Maria dos Santos Gomes, Ronaldo Vainfas, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie

**Conselho Consultivo**

Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Lufsa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Mari-sa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Siens

**Supervisão Gráfica**

Carlos Augusto de Oliveira Lima

**Secretaria de Redação**

Hamilton Magalhães Neto

**Serviços de Tradução**

Anne Marie Millon, Carlos Alberto Medeiros, Diane Grosklous, Mônica Magnani Monte

**Produção Gráfica**

Hamilton Magalhães Neto (coordenador); Luiz Carlos Palhares (revisor); Gicélia da Conceição, Sônia Maria e Tarciso Pereira (compositores); Rodilson Gonçalves de Sá (arte-finalista)

*Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.*

*We ask for exchange*

*Price: Single Copies: US\$ 8.00*

*Annual Subscription (two issues): US\$ 15.00 (air mail)*

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à:  
*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:* Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembléia, 10/Conj. 501, Tel. 224-8622/R. 259, Fax (021)507-1155  
20011 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Estudos Afro-Asiáticos** tem o apoio da Fundação Ford e do CNPq

# Sumário

**A transição da escravidão para o trabalho livre no Caribe (1780-1890):  
um estudo com particular referência à recente produção acadêmica 5**

*Michael Craton*

Focaliza a transição da escravidão para o trabalho assalariado livre por toda a região do Caribe entre 1780 e 1890, através de uma análise crítica da produção acadêmica recente em língua inglesa.

**A transição da mão-de-obra escrava para a livre: historiografia recente  
e comparação de dois casos ilustrativos: Rio Bonito e Vassouras (1870-1890) 33**

*Nancy Priscilla B. Naro*

Examina estudos regionais recentes que tratam da dinâmica da transição do trabalho escravo para o livre em Vassouras e Rio Bonito e analisa, correlativamente, as disputas pela posse da terra entre proprietários e portadores de direitos costumeiros.

**Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos:  
uma comparação estatística 47**

*George Reid Andrews*

Compara os indicadores concernentes à desigualdade racial entre brancos e não-brancos no Brasil e nos Estados Unidos entre 1940 e 1988, especificamente no tocante à distribuição espacial, aos dados demográficos, à educação, ao emprego e ao salário.



**Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil 85**

*Peggy A. Lovell*

Analisa a relação entre desenvolvimento econômico e discriminação racial no Brasil e utiliza os censos demográficos de 1960 e 1980 para mensurar o nível de desigualdade salarial segundo a raça e o gênero nesse período.

**Etnopolítica – a dinâmica do espaço afro-baiano 99**

*Michel Agier*

Procura compreender o significado dos diversos movimentos, individuais e coletivos, de identificação da negritude baiana, em suas dimensões racial, social e cultural.

**Internacionalização e minorias no Japão. Considerações sobre o caso Kajiyama 117**

*Ronan Alves Pereira*

Afirma que a analogia entre negros e prostitutas feita por um membro do governo japonês reflete as contradições internas do Japão: um país historicamente de formação multiétnica que resiste a se reconhecer como tal, não aceitando a existência oficial e social das minorias étnicas, sociais e culturais.

**Antologia de textos do jornal 'O Africano' (1908-1919) 127**

*Paulo Soares*

*Valdemir Zamparoni*

Seleção de textos de um dos primeiros periódicos nacionalistas de Moçambique, refletindo aspectos diversos da sociedade moçambicana, precedida de uma introdução que situa *O Africano* no contexto político e cultural da época colonial.



# A transição da escravidão para o trabalho livre no Caribe (1780-1890): um estudo com particular referência à recente produção acadêmica\*

Michael Craton\*\*

\* Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Racismo e Discriminação Racial nos Países da Diáspora Africana, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, no Rio de Janeiro, de 5 a 10 de abril de 1992. Traduzido do original "The transition from slavery to free wage labour in the Caribbean, 1780-1890: a survey with particular reference to recent scholarship" por Carlos Alberto Medeiros. Recebido para publicação em abril de 1992.

\*\* Professor do Departamento de História da Universidade de Waterloo, Ontário, Canadá.

Estudar a transição da escravidão para o trabalho assalariado e as transformações correlatas ocorridas no Caribe é profundamente mais complicado mas potencialmente mais compensador do que examinar o processo singular (ainda que não simples) sucedido em cada uma das extremidades do espectro da América das *plantations* – os Estados Unidos e o Brasil.

De fato, mais de cem anos separam os primeiros ataques concentrados da parte dos oponentes, seculares e religiosos, da escravidão britânica no Caribe, datados do início da década de 1780, da libertação dos últimos escravos em Cuba, em 1886. Portanto, além de incluir os efeitos imediatos e indiretos da revolta dos escravos no Haiti entre 1791 e 1804, tal estudo deveria considerar o fim do tráfico ininterrupto de escravos entre 1805 e 1860, bem como a subsequente revisão e o fim da própria escravidão, entre 1834 e 1886, em cinco diferentes sistemas imperiais: o britânico, o francês, o dinamarquês, o holandês e o espanhol. Ademais, ele não deveria se restringir,

como têm feito muitos estudos, à escravidão das grandes *plantations* (especialmente as de cana-de-açúcar), onde os escravos negros constituíam um contingente muito superior aos brancos e às pessoas de cor livres. Deveria incluir também a escravidão fora das *plantations* – as áreas onde ela coexistiu com outras formas de produção e de trabalho e onde os escravos nem sempre superavam em número a população livre –, assim como as muitas áreas marginais em que a escravidão existia legalmente mas não era o modo de produção básico.

No entanto, essa própria complexidade e amplitude permitem-nos refletir sobre o que era singular e o que era comum em cada fase e área, o que constituía uma norma-padrão e qual foi o resultado dos desenvolvimentos cumulativos internos e o da mudança das forças externas. Também fomos convidados, neste encontro, a considerar e discutir os aspectos ideológicos da grande transição para além da escravidão formal. Cobrir um espectro tão amplo na arena central do sistema de



*plantation* fornece a melhor de todas as oportunidades para caracterizar todas as distintas e frequentemente contrapostas ideologias envolvidas nesse processo: a dos fazendeiros, a dos imperialistas, a dos filantropos, a dos escravos e ex-escravos e – de modo algum a menos importante – a dos muitos historiadores que se têm ocupado em descrever e analisar o processo.

Acima de tudo, o microestudo da escravidão e suas conseqüências em cada área sub-regional deve, cumulativamente e com olímpica neutralidade, favorecer uma visão macro-histórica mais clara das transformações que remodelaram o mundo atlântico entre 1780 e 1890; das mudanças no padrão do imperialismo europeu, assim como das teorias e políticas imperialistas; e das mudanças estruturais no sistema capitalista mundial, que incluíam alterações maciças, embora graduais, nos sistemas de financiamento, produção, processamento, transporte e distribuição, com as concomitantes mudanças nos padrões de gerenciamento e migração da mão-de-obra e nas relações entre trabalhadores, proprietários de terras e empregadores. Colocando de outra forma, um levantamento abrangente e preciso dos trabalhos monográficos sobre a escravidão – bastante numerosos mas geralmente com foco muito estreito –, sua abolição e suas conseqüências no Caribe deve nos ajudar a testar os trabalhos, quase igualmente numerosos, que fazem generalizações globais sobre a natureza da escravidão e sua transformação num sistema de trabalho assalariado como parte do processo de modernização. Essa ambiciosa (e talvez impossível) agenda poderia, é claro, se bem-sucedida, ajudar também a iluminar o que estava acontecendo além das fronteiras setentrionais e meridionais do Caribe e a colocá-lo num esquema global.

A maneira mais adequada para começar esse estudo é examinar a historiografia em

torno do mais dramático e traumático episódio ocorrido durante todo esse processo, a sangrenta guerra de 12 anos pela qual os escravos haitianos se libertaram e criaram a primeira república negra no mundo moderno. O exame das causas, da natureza e dos efeitos dos acontecimentos do Haiti de 1791 a 1804 (ou antes, as interpretações destes) leva naturalmente a uma discussão sobre a resistência dos escravos ao seu escravizamento de maneira geral, bem como a respeito das ideologias envolvidas de cada um dos lados. Em termos mais amplos, o debate contrapõe aqueles que vêem a Revolução Haitiana e os exemplos correlatos de resistência escrava como parte de um movimento e de uma ideologia cuja área de abrangência era o mundo ocidental e aqueles preparados para admitir uma distinta ideologia de resistência dos escravos.

Dos últimos, o mais extremado, a despeito de suas restrições sutis, é Eugene Genovese. No livro *From rebellions to revolution* (1979), ele se iguala a C. L. R. James e Herbert Aptheker ao enfatizar a importância da Revolução Haitiana na história da resistência escrava, mas vai além de ambos ao atribuir um papel central da Revolução Francesa nos acontecimentos no Haiti, a ponto de categorizar os escravos haitianos como participantes de um empreendimento “democrático-burguês” correlato.

Antes de 1791, argumenta ele, as revoltas de escravos foram meras rebeliões. Os escravos tinham por objetivo escapar da escravidão das *plantations* e da sociedade colonial escravista, mas não necessariamente destruí-las. Sua principal intenção era restaurar as formas tradicionais africanas, que poderiam até incluir o escravizamento de seus inimigos. Depois de 1789, contudo, diz Genovese, “a conquista do poder do Estado pela burguesia na França”, associada a uma retórica burguesa radical, inspirou os escravos a destruírem a escravidão como sistema e substituí-la por relações de propriedade de tipo burguês:



*As ideologias tradicional-restauracionistas das primeiras revoltas de escravos deram lugar a uma nova ideologia democrático-burguesa, que emprestou uma nova qualidade e um novo poder às revoltas de escravos subseqüentes.*

Quase todas as revoltas de escravos que se seguiram "objetivaram, cada vez mais, não suceder à sociedade dominante, mas juntar-se a ela em termos de igualdade". O fato de o sistema de *plantation* ter sido destruído realmente no Haiti e ter declinado em outros lugares juntamente com a escravidão, além de a massa dos haitianos e muitos outros ex-escravos terem se tornado camponeses conservadores, é considerado por Genovese como simples resultado de "uma contra-revolução profundamente irônica".<sup>1</sup>

O mais profundo e persuasivo estudioso da Revolução Haitiana, David Geggus, aponta muitas das falhas evidentes no argumento de Genovese. Tanto no Haiti quanto no Caribe, as Revoluções Francesa e Haitiana tiveram mais impacto sobre os negros e pessoas de cor livres do que sobre os escravos. A influência da Revolução Francesa, afirma ele, "foi mais política do que ideológica; ela promoveu a resistência menos através da propaganda de idéias libertárias do que afetando a distribuição do poder". Em terceiro lugar, e talvez mais importante, o movimento anglo-francês contra a escravidão foi pelo menos tão importante quanto as Revoluções Francesa e Haitiana (e significativamente anterior a elas) na geração de novas formas de resistência escrava.<sup>2</sup>

Muito a despeito do fato de ter sido uma rebelião de homens de cor livres liderados por Vicent Ogé, que desencadeou a confusão no Haiti e forneceu as condições que facilitaram o levante de escravos de 1791, os líderes das rebeliões haitiana e outras subseqüentes que empregaram a retórica e as idéias jacobinas eram membros de uma elite escrava em mobilidade ascendente ou verdadeiramente libertos, ne-

gros ou mulatos. O próprio Toussaint já era um negro livre em 1791 e Pétion – sob vários aspectos, o mais radical dos reformadores haitianos – era evidentemente um mulato. Líderes desse mesmo tipo foram Fédon em Granada (1795) e os primeiros agitadores das rebeliões de Coro e Maracaibo na Venezuela (1795, 1799) e na conspiração cubana de Aponte (1811). Embora a massa de escravos rebeldes fosse facilmente persuadida a usar penachos tricolores e a cantar canções revolucionárias, é bem mais difícil atribuir-lhe uma consistente ideologia jacobina. Como sempre, estavam mais propensos a aproveitar oportunidades e buscar aliados onde e quando pudessem, sublevando-se quando os senhores estivessem distraídos ou enfraquecidos, a, na verdade, lutarem em grande número contra as forças revolucionárias francesas quando isso parecesse pragmaticamente vantajoso.<sup>3</sup>

Robin Blackburn, autor do estudo do movimento antiescravidão de âmbito mais impressionantemente amplo feito até hoje, *The overthrow of colonial slavery, 1776-1848*, concorda com Geggus. Afirma que "a escravidão não foi derrubada por motivos econômicos, mas onde se tornou politicamente insustentável". No entanto, ao mesmo tempo, ele amplia e aprofunda o conceito da ideologia envolvida. Em lugar da simples formulação "democrático-burguesa" de Genovese, Blackburn postula uma convergência de impulsos humanitários seculares e religiosos, velhos e novos, uma crescente aversão pela intransigência egoísta dos fazendeiros coloniais e dos mercadores de escravos, acoplada a uma ampliada consciência das iniciativas dos escravos e homens de cor livres nas colônias e, acima de tudo, a uma recente (e com pouquíssimas chances de longa vida) congruência de interesses entre as classes metropolitanas não envolvidas com os lucros da escravidão. E conclui:

*O abolicionismo, com suas raízes numa reflexão antiescravista velha de séculos, também parecia oferecer garantias para*

o futuro – basicamente, a garantia de que o circuito ampliado da acumulação de capital não iria tão-somente reforçar e aumentar a servidão pessoal. O antiescravismo como doutrina exercia especial atração para os que eram apanhados no meio ou procuravam construir um bloco policlassista... O emancipacionismo era decerto compatível com projeções ideais de trabalho assalariado e, desse modo, congruente com a industrialização capitalista. Mas a idéia de "trabalho livre" ou "independente" que o abolicionismo proclamava proteger tinha atração popular porque também podia ser usada com referência ao pequeno produtor, ao artesão ou profissional liberal, cada um dos quais era livre para trabalhar por conta própria em vez de trabalhar para um capitalista. As mulheres, normalmente excluídas da vida política, desempenharam importante papel no antiescravismo; embora o abolicionismo idealizasse a família, ele inspirou diretamente as primeiras campanhas pela igualdade cívica das mulheres.<sup>4</sup>

Esse poderoso argumento ganha uma força extra com o recente trabalho de Seymour Drescher sobre o apoio popular ao abolicionismo e se aproxima da magistral conclusão de David Brion Davis e David Eltis (nas palavras de Robert Paquette)

*de que o capitalismo britânico tinha dado à luz uma nova ideologia radical. Ela se irradiava para fora, através do Atlântico, atraindo adeptos e condicionando decisivamente as lutas políticas específicas que redundaram na emancipação. (...) o abolicionismo\* relacionava-se à necessidade de legitimar um sistema emergente baseado no trabalho livre (ou seja, assalariado) (...) [e]*

(\*) Os termos "abolição" e "abolicionismo", neste texto, referem-se à abolição do tráfico; "emancipação" e "emancipacionismo", à abolição da escravatura. (N. do T.)

*no crescimento auto-sustentado associado às relações sociais do capitalismo industrial e ao conseqüente desenvolvimento do consumo de massa.*

A análise de Blackburn certamente ajuda a explicar a aparente heterogeneidade de um movimento que incluía os discípulos de Adam Smith e os filósofos franceses, os quacres e outros grupos evangélicos não-conformistas, industriais contrários ao sistema de preferências coloniais e aos monopólios de comércio, artesãos que recordavam com nostalgia as guildas medievais e falavam da Norman Yoke, trabalhadores que acreditavam que os britânicos nunca mais seriam escravos, sabichonas militantes, radicais românticos genuínos como Shelley ou os novos Coleridge, ou radicais irresolutos como o Woodsworth que escreveu a emocionante, ainda que ideologicamente confusa, "Ode a Toussaint l'ouverture" (1802):

(...) Tu deixaste para trás  
 Forças que trabalharão por ti; ar, terra  
 [e céus;  
 Não há um sopro do vento comum  
 Que vá esquecer-te; tu tens grandes  
 [aliados;  
 Teus amigos são exultações, agonias  
 E amor, e a inconquistável mente  
 [do homem.<sup>5</sup>

Entretanto, como Gordon Lewis dramaticamente enfatiza no seu *Main currents in Caribbean thought*, todos esses defensores e propositores do antiescravismo exibiam um viés metropolitano e idealista sem ligação com a realidade das *plantations* e com a ideologia dos próprios escravos. Poucos comentaristas contemporâneos ou posteriores parecem ter levado em grande conta os sentimentos do tórtico não-ortodoxo Samuel Johnson na década de 1770, com sua sarcástica observação de que os mais altos ganidos de liberdade pareciam provir dos proprietários de escravos e, ainda mais ultrajante, com seu brinde ao sucesso da pró-



xima rebelião de escravos nas Índias Ocidentais.<sup>6</sup> De fato, o que era quase universal no "problema da escravidão" para os brancos contemporâneos das metrópoles (e que também tem o mais amplo espaço na maioria dos comentários modernos) era como reformar o sistema de trabalho nas *plantations* sem destruir as próprias *plantations* nem, junto com elas, o suprimento de mão-de-obra. Ademais, a promoção da violência era um anátema para os mais dedicados abolicionistas. O que os escravos realmente desejavam e como planejavam consegui-lo só recentemente se tornou um foco da produção acadêmica.

No quarto e magistral capítulo de seu livro, Gordon Lewis fornece, de longe, o melhor relato da ideologia dos escravos do Caribe, embora ele seja menos persuasivo sobre os propósitos dos rebeldes tardios, que Richard Hart chamou de "escravos que aboliram a escravidão". Como a ideologia era essencialmente sutil, privada e secreta (e também ameaçava os brancos), ela foi denegrada, ignorada ou simplesmente não compreendida pelos autores iniciais. Mas uma leitura sensível das evidências torna claro que os escravos desenvolveram maravilhosos instrumentos de acomodação – ou aparente acomodação – para sobreviverem aos rigores da escravidão, preservaram e desenvolveram um vigoroso sistema de vida alternativo e estavam prontos a perseguir quaisquer meios, até mesmo a revolta aberta, com o objetivo de pôr fim ao sistema escravista quando lhes fosse possível. Eles estavam especialmente propensos a encontrar aliados temporários onde pudessem e a colocar uma pessoa branca, ou uma nação europeia, contra outra. Sua figura folclórica favorita era Anansi, a aranha trapaceira dos caribenhos e afro-americanos.

Uma vez desencadeada a revolta aberta, argumenta Lewis, os sinais se tornavam mais claros: uma fusão de formas africanas com atividades revolucionárias (como no vodu ou *santería*); a autoconfiança negra, incluindo o purgar-se dos valores brancos e da autonega-

ção induzida pelos brancos, a ponto de eles verem a si mesmos como a *nêmesis* vingadora dos brancos (como ocorreu com Cuffy em Berbice no ano de 1763); a afirmação da consciência nacional negra (tal como no caso dos *maroons* haitianos durante todo o período colonial); uma frente unida não apenas de todos os africanos, mas de todos os povos de cor e oprimidos; uma tendência à liderança carismática – embora esta assumia muitas formas, dos feitos milagrosos de Mackandal ao comportamento do tipo Robin Hood de Three Fingered Jack, a persona bíblico-mosaica de Samuel Sharpe ou o apocalipsismo militarista de Daaga. Além disso, afirma Lewis, os *maroons* de toda a região apresentavam dois traços permanentes da ideologia afro-caribenha: um forte senso de superioridade moral não apenas em relação aos brancos, mas àqueles que continuavam submissos a estes, e uma tendência ao pluralismo político.<sup>7</sup>

Com a explicação fornecida pela análise de Lewis, é possível decodificar o famoso poema rebelde quase inadvertidamente registrado por seu homônimo, o fazendeiro jamaicano absentista Matthew Gregory Lewis, em 1816 (embora, significativamente, não publicado antes do fim do escravismo britânico):

*Ó meu bom amigo Sr. Wilberforce,*  
*[nos liberte!*  
*Deus Todo-Poderoso vos agradeça! Deus*  
*[Todo-Poderoso vos agradeça!*  
*Deus Todo-Poderoso, nos liberte!*  
*Branco neste país não nos liberta!*  
*O que negro deve fazer? O que negro deve*  
*[fazer?*  
*Tomar a força com a força! Tomar a força*  
*[com a força!*

A liberdade é o objetivo supremo, para o qual o escravo vai procurar quaisquer aliados que possa encontrar na luta contra seus verdadeiros opressores. Deus podia muito bem ajudá-los, através da mediação do piedoso líder dos abolicionistas ingleses. Mas se mesmo es-

as forças fossem insuficientes contra os implacáveis brancos proprietários de escravos, os negros deviam sublevar-se para afirmar seu poder étnico coletivo.<sup>8</sup>

Quanto àquilo que os escravos queriam da liberdade, havia claramente alguma divergência à qual se têm agarrado aqueles que, lendo avanços e recuos a partir de seu próprio ponto de vista ideológico, estão predispostos a sugerir um *status* camponês ou proletário. Até bem recentemente, o peso da produção acadêmica dos últimos tempos vinha pendendo para o primeiro. Desde a caracterização simplista que James fez dos rebeldes haitianos como "camponeses revolucionários", passando pelos estudos das sociedades *maroons* que enfatizavam suas origens africanas, o estudo da "brecha camponesa no modo de produção escravista" iniciado pelo famoso artigo de Sidney Mintz e Douglas Hall sobre as origens do sistema de mercado interno jamaicano (1960) e as subsequentes releituras dos objetivos da maioria das últimas rebeliões de escravos nas colônias britânicas, vieram as conclusões de que, na medida em que lhes foi possível, no seu próprio tempo, e fora do alcance ou controle de seus senhores, os escravos caribenhos se engajaram num estilo de vida protocamponês que apresentava ecos do estilo africano e prenunciava os modos de vida caribenhos depois da emancipação.<sup>9</sup>

Mesmo em tempos mais recentes, contudo, diversos estudiosos da escravidão nas Índias Ocidentais, talvez seguindo um artigo escrito por Richard Hart em 1973, têm mostrado as maneiras pelas quais, próximo ao fim da escravidão em várias áreas diferentes, os escravos se engajaram em formas de ação quase industriais e foram virtualmente (na expressão de Nigel Bolland) protoproletários. Barry Gaspar, por exemplo, ilustrou o modo como os escravos de Antígua marcharam sobre o palácio do governo, em 1831, para exigir a restauração do seu direito aos mercados dominicais, que se tornaram tradicionais, enquanto Mary Turner descreveu com detalhes como os

escravos da parte leste da Jamaica foram capazes de insistir nas suas maneiras e níveis de trabalho costumeiros. Em colônias de *plantation* marginais ou decadentes, como Belize e as Baamas, onde os escravos haviam de há muito se acostumado a ser contratados ou a trabalhar por salários que não eram totalmente repassados aos seus proprietários, o processo foi até mais acentuado e se tornou quase regra geral mais tarde nas colônias em que o sistema escravista sobreviveu até bem tarde no século XIX.<sup>10</sup>

Levando o argumento ao extremo, talvez se pudesse dizer que a inevitável dialética da negociação, que sempre ocorrera entre o que os proprietários queriam de seus escravos e o que os escravos estavam preparados para dar sob a forma de trabalho, sempre fora uma espécie de relações industriais, com os fatores como intermediários. Philip Morgan, por exemplo, sugere que a escolha do trabalho por tarefa em vez do trabalho de grupo era produto dessa dialética informal. Do ponto de vista do senhor de escravos, o que estava em causa era a otimização do produto. E se pode argumentar que o sucesso dos escravos na negociação informal foi ao mesmo tempo um fator que contribuiu para persuadir os proprietários mais perceptivos a favorecer o trabalho livre assalariado e um precursor das posteriores relações patrão-empregado.

Decerto parece óbvio que o nível de trabalho determinado pelas comissões locais de fazendeiros como razoável para os aprendizes, durante a crucial transição da escravidão para o trabalho livre assalariado nas colônias britânicas, representava tanto o nível que fora obtido pelos escravos em cada distrito como expectativa costumeira, quanto o padrão básico que se deveria obter depois do fim da escravidão.<sup>11</sup>

Ajuda a compreender o poder e o sucesso relativos das ideologias contrapostas observar a maneira como a Revolução Haitiana e as manifestações tardias da resistência escrava afetaram o processo de emancipação, primeiro



no sistema colonial britânico e depois sucessivamente no francês, no dinamarquês, no holandês e no espanhol, o grau em que, em cada bloco, os ex-escravos atingiram seus objetivos e, inversamente, a extensão em que os antigos proprietários foram capazes de sustentar a hegemonia política e sócio-econômica.

No capítulo 12 de *Capitalismo e escravidão*, muito inconvenientemente acrescentado aos seus principais argumentos econômicos, Eric Williams afirmou que a ameaça de propagação da Revolução Haitiana – como ocorreu em Barbados, 1816, Demerara, 1823, e Jamaica, 1831 – foi, para os políticos britânicos, um forte argumento adicional sobre a conveniência da emancipação. Partida de cima, a emancipação poderia salvar o essencial do sistema de *plantation*, enquanto a alternativa, a emancipação vinda de baixo, seria devastadora. Ampliando um pouco mais o argumento de Williams, foi proposto que todas as formas de resistência por parte dos escravos eram cada vez mais vistas como contraproducentes e que a emergente filosofia do auto-interesse esclarecido afirmava que, libertando-se os escravos e propiciando-se-lhes o incentivo do salário, não apenas prevaleceria um acordo civilizado, mas ao mesmo tempo a produtividade cresceria e se manteria o sistema *plantiocrático*. Re-colocando em termos gramscianos, isso postulava uma técnica pela qual a classe dominante manteria sua hegemonia convencendo as classes trabalhadoras a aceitar uma aparente transformação liberal por estas aprovada. A fraudulência essencial desse procedimento assegurava que a classe trabalhadora logo retornaria a formas de resistência não muito diferentes daquelas do precedente período escravista.<sup>12</sup>

Em que medida essas forças e táticas se fizeram presentes no Caribe durante o século XIX? Nas colônias britânicas, embora a Revolução Haitiana e mesmo as rebeliões de 1816 e 1823 tenham sido seguidas de um estreitamento dos controles, a grande rebelião jamaicana de 1831-1832 certamente teve um

efeito importante sobre os estágios finais do debate a respeito da emancipação. No entanto, se os legisladores imperiais ou quaisquer fazendeiros acreditaram que os escravos libertos, depois do estágio de quatro anos de aprendizado na maioria das colônias, se transformariam numa satisfeita força de trabalho assalariada, logo se viram desapontados. Exceto nas poucas áreas em que foram capazes de obter salários e condições de trabalho aceitáveis, os ex-escravos, sempre que puderam, fugiram das *plantations* para a vida de camponeses em tempo integral. As *plantocracias*, especialmente nas colônias em que havia muita terra disponível para potenciais camponeses, quase imediatamente recorreram a uma estratégia de coerção, restringindo o acesso à terra, cobrando aluguéis por moradias e pequenas roças, além de sujeitá-los ao trabalho na *plantation*, e também adotando leis coercitivas (já bem estabelecidas na metrópole) com respeito à relação mestre-servo, à vagabundagem e ao policiamento. Nessas colônias, ademais, com amplas áreas de terra fértil intocadas antes do fim da escravidão – particularmente na Guiana, em Trinidad e em Santa Lúcia –, as *plantocracias*, com a conivência do governo imperial e do governo britânico na Índia, começaram a promover a importação, em bases constantes, de mão-de-obra alternativa, constituída por indianos, nos termos de um contrato de trabalho que era pouco melhor que “um novo sistema escravista”.<sup>13</sup>

Embora alguns ex-escravos tenham se tornado verdadeiros camponeses ou gente da cidade, e muito poucos se transformassem em trabalhadores assalariados proletários, a mais notável criação nas Índias Ocidentais Britânicas foi o tipo que Richard Frucht rotulou de “parte camponês, parte proletário”. Todos os elementos exibiam formas de protesto e resistência à opressão que podem ser ora caracterizadas como rebeliões camponesas, ora como agitação urbana ou ainda como ação industrial, complicadas por crescentes sinais de discórdia étnica, assim como racial e de classe.

Na primeira categoria podemos colocar a "Guerre Nègre" em Dominica (1844); os distúrbios "Vox Populi" em St. Vicent (1862); a Rebelião de Morant Bay na Jamaica (1865); e os distúrbios de "Belmana" em Tobago (1876). Na segunda categoria, temos os distúrbios do Natal em Kingston, Jamaica, nos anos de 1840 e 1841; os distúrbios do "Arcajo Gabriel" na Guiana Inglesa (1875); e os distúrbios da Federação em Barbados (1876). Índícios da terceira categoria podem ser encontrados em todas as áreas de *plantation* sobreviventes, mas foram mais comuns nas Guianas, onde a frequência das greves, o início da organização dos trabalhadores e os primeiros vislumbres de solidariedade de classe entre afro-guianeses e indianos levaram Walter Rodney a escrever, como legado póstumo, um livro que bem poderia ter sido intitulado "A construção da classe trabalhadora nas Guianas".<sup>14</sup>

Nas colônias de *plantation* francesas, houve um clímax de resistência dos escravos em torno de 1848 que foi uma das causas importantes da emancipação dos escravos franceses pelos revolucionários da metrópole, transbordando para as vizinhas Ilhas Virgens Dinamarquesas. Como mostrou Dale Tomich, os escravos coloniais franceses tomaram avidamente os símbolos e a retórica derivados da primeira e maior Revolução Francesa, assim como da Revolução Haitiana, e sua inquietação inspirou, na Assembléia francesa, sentimentos do político-poeta Lamartine que podem ter sido expressos anteriormente pelos defensores ingleses do antiescravismo:

*Não devemos esquecer que cada palavra inflamada aqui pronunciada toca não apenas a consciência de nossos colegas ou a ansiedade dos colonos, mas também alcança os ouvidos de 300 mil escravos; que aquilo que nesta tribuna discutimos com calma e sem perigo diz respeito à propriedade, à fortuna e à vida de nossos compatriotas nas colônias.*<sup>15</sup>

De fato, tamanha era a inquietação dos escravos nas colônias francesas (acoplada ao medo de uma contra-revolução dos fazendeiros) que os conselhos municipais da Martinica e de Guadalupe, a pedido dos governadores, anunciaram independentemente a emancipação dos escravos vários dias antes da chegada do decreto definitivo de Paris. Na St. Croix dinamarquesa, poucas semanas depois, os escravos foram ainda mais úteis à sua própria emancipação, quando um levante de massa liderado por Martin King e Buddoe persuadiu o governador Scholten a declarar a emancipação sem qualquer autorização de Copenhagen.

A libertação dos escravos franceses foi um triunfo culminante para Victor Schoelcher, o "Wilberforce francês". Vale notar, porém, que ele foi o que se poderia chamar um socialista de tipo burguês. Filho de um proprietário de fábrica alsaciano, ele era a favor da modernização da indústria de açúcar do Caribe porque isso facilitaria a organização dos trabalhadores assalariados e se opôs resolutamente ao tipo de propriedade camponesa, que era o ideal da maioria dos escravos caribenhos. Também nas Ilhas Virgens, as comemorações dos escravos libertos logo se transformaram numa inquietação mais ampla quando se percebeu que eles teriam de deixar suas casas e roças se não continuassem a trabalhar nas propriedades de seus antigos senhores e que seriam forçados a aceitar severos contratos de trabalho se quisessem mantê-las. O próprio Van Scholten requisitou tropas de Porto Rico para pôr fim aos distúrbios e Buddoe foi deportado.<sup>16</sup>

Embora a emancipação dos escravos na Guiana Holandesa só tenha sido decretada em 1863, houve uma contínua resistência subterrânea e uma inquietação aberta nos períodos da emancipação na França e na Inglaterra e quando o governo holandês seguiu-lhes o exemplo na década de 1850. Os relatos dos comissários concluíram que, dada a óbvia preferência dos escravos pela vida independente de camponês, alguma forma de trabalho coercitivo seria necessária para a sobrevivên-



cia das *plantations*. As tensões aumentaram na medida em que quatro sucessivas leis de emancipação foram derrotadas entre 1856 e 1862, enquanto o governo e as sociedades missionárias empreendiam esforços de última hora para educar os escravos com respeito às suas futuras responsabilidades. Por fim, a lei de emancipação de 1º de julho de 1863 foi recebida com entusiasmo restrito pelos libertos, de vez que previa um período de dez anos de trabalhos forçados sob supervisão do Estado. Significativamente, observou-se que muitos dos ex-escravos celebraram seu novo *status* com danças afro-caribenhas anteriormente proibidas e que houve distúrbios contra as cláusulas do contrato de trabalho já na semana seguinte.

A longo prazo, os fazendeiros holandeses perderam as esperanças de obrigar seus ex-escravos a continuar trabalhando nas *plantations* e todos os pastores evangélicos observaram um declínio nas práticas cristãs depois de 1863. A importação por atacado para a Guiana Holandesa de trabalhadores contratados provenientes da Índia, após 1873 (assim como para a Guiana Inglesa e para Trinidad desde a década de 1830), e da Indonésia, após 1891, foi uma indicação tanto da resistência dos ex-escravos ao trabalho nas *plantations* e de sua preferência pela vida urbana ou pelo estilo de vida de camponês afro-caribenho, quanto do fracasso dos fazendeiros em criar uma força de trabalho efetiva a partir de seus ex-escravos.<sup>17</sup>

Apesar de a emancipação dos escravos nas colônias espanholas ter sido um processo mais prolongado, gradual e complexo, a resistência escrava ainda teve efeitos importantes tanto em convencer o governo e os fazendeiros da urgência e eficiência de mudar para sistemas de trabalho alternativos, quanto de maneiras mais diretas. Em sua resistência, os escravos frequentemente encontraram aliados entre os liberais e os independentistas que – embora proclamassem princípios libertários – precisavam do apoio dos negros mais do que de escravos e que, na verdade, ou favoreceram o

trabalho assalariado em relação à escravidão por motivo de conveniência, ou não tinham envolvimento direto no sistema escravista das *plantations*.

Em Porto Rico, como mostrou Díaz Soler, as revoltas de escravos marcaram os primeiros três quartos do século XIX. Foram principalmente do tipo familiar. Localizadas nas *plantations* – nas áreas de cana-de-açúcar –, ocorreram também em conjunção com invasões republicanas planejadas ou rumores, ou em reação a duros decretos governamentais, como a famosa *banda contra la raza africana*, do General Prim, de 1848, ela própria uma reação aos eventos de St. Croix e das Antilhas francesas.

Na Espanha, elementos liberais estavam a favor tanto da independência colonial quanto da emancipação dos escravos. Nos debates do parlamento liberal de 1868, de curta vida, os delegados *criollos* brancos do Caribe, usando argumentos ao mesmo tempo práticos e idealistas, foram úteis em promover a emancipação dos escravos juntamente com o independentismo. O ideal de independência foi enterrado com a derrota dos liberais na Espanha, adiando a emancipação geral em Cuba.

O emancipacionismo porto-riquenho, porém, sobreviveu pela falta de uma oposição suficientemente poderosa, fosse na colônia ou na metrópole. Mesmo um bom número de fazendeiros de açúcar de Porto Rico tinha confiança em que fosse possível substituir seus escravos ineficientemente renitentes por uma força de trabalho alternativa constituída por negros livres locais e trabalhadores importados em competição entre si – citando o exemplo da República Dominicana, onde as *plantations* de cana-de-açúcar haviam se desenvolvido apesar da libertação dos escravos dominicanos por Jean-Pierre Boyer em 1822. Conseqüentemente, a Lei Moret, de 1870, que libertou todas as crianças filhas de escravos espanhóis que viessem a nascer, foi seguida três anos depois pela emancipação formal de todos os escravos porto-riquenos.<sup>18</sup>

A resistência escrava em escala reduzida e localizada, especialmente envolvendo a *mar-ronage*, pode ser encontrada por toda a história de Cuba, mas cresceu fortemente no século XIX, em conjunção com a difusão das *plantations* de cana-de-açúcar, sob a influência das revoluções no Haiti e na América Latina, e nas fases iniciais do independentismo cubano, que atingiu o clímax na Guerra dos Dez Anos (1868-1878). A maior parte da resistência escrava permaneceu localizada e oportunista, em bases tradicionais, e os escravos se identificavam naturalmente com qualquer setor que lhes favorecesse a emancipação ou aproveitavam quaisquer oportunidades que surgissem para melhorar suas condições como resultado da competição civil. O caso da participação, em colaboração com homens de cor livres, na conspiração Aponte, de 1811, já foi mencionado e em seu brilhante e recente livro sobre a complexa conspiração da La Escalera, na década de 1840, Robert Paquette cita a plausível análise do principal mártir do episódio, o poeta mulato Plácido:

*Do que foi dito, pode-se deduzir que houve seis [na verdade, cinco] planos, a saber: o abolicionista, que é mais uma seita religiosa do que um partido hostil; os independentes; os pardos, iludidos por aqueles; os negros livres, que se constituíram a partir de informações recolhidas sem qualquer outro apoio senão seu forte desejo de destruir a todos; e os escravos, que desejam ser livres.*<sup>19</sup>

As atividades dos escravos cubanos na Guerra dos Dez Anos foram ainda mais fundamentais. O decreto de emancipação dos escravos espanhóis de 1868 (de curta duração, em todo caso) não teve efeito geral em Cuba. Mas a junta revolucionária cubana declarou a emancipação dos escravos e grande número de negros se juntou à luta para obter sua liberdade. Os libertos, contudo, raramente eram tratados como iguais até mesmo nas fileiras de

luta e, quando foi assinado o Tratado de Zanjón, em fevereiro de 1878, este não garantiu a emancipação total, do mesmo modo como não tornou Cuba independente. Proclamou-se uma anistia geral e os escravos “no interior das fileiras dos insurretos” foram reconhecidos como livres. Mas, para os escravos remanescentes, os limites do emancipacionismo imperial foram fixados pela Lei Moret, de 1870, de caráter gradualista. Emancipacionistas sinceros como o general Maceo, um revolucionário mulato, ficaram tão desapontados quanto a maioria escrava – e a luta dos escravos prosseguiu, na verdade, se intensificou.

Por um curto período, os conservadores fazendeiros cubanos sentiram que o sistema escravista continuava sendo indispensável, embora, para impô-lo, fosse necessária a presença constante de tropas imperiais. De sua parte, os escravos promoviam distúrbios, fugiam aos magotes e trabalhavam tão pouco quanto lhes era possível. O governador geral relatou a Madri, em 1879, que muitos senhores haviam se sentido obrigados a oferecer salários e promessas de liberdade a seus escravos, enquanto outros se queixavam de incêndios ateados aos canaviais por escravos que usavam o lema “*libertad no viene, cana no hay*” – “se a liberdade não vem, não haverá cana”.

Essa onda de resistência aberta tanto quanto as mudanças de sentimento dos fazendeiros e as providências de mão-de-obra alternativa contribuíram significativamente para a assinatura da Lei do Patronato, de 1880, de caráter transicional, que previa a emancipação final em 1888. Durante essa última fase, a resistência dos escravos cubanos assumiu a forma não apenas de se realizar o mínimo de trabalho possível, mas também de se adquirir a liberdade através do sistema do *patronato*. Foram tão bem-sucedidos nesse sentido que, quando veio a liberdade para todos, em outubro de 1886 – dois anos antes do originalmente previsto –, havia apenas 25 mil *patronizados* para serem libertos, um quarto do total

original de 1880 e 1/15 do número de escravos cubanos no início da Guerra dos Dez Anos, em 1868.<sup>20</sup>

Deixando de lado a concentração no papel desempenhado pelos escravos na transição da escravidão para o trabalho livre assalariado e voltando-nos para as forças motoras e as motivações mais gerais, principalmente externas, sugere-se uma segunda e ampla via para a compreensão: uma apreciação do estado atual do "Debate Williams" sobre o papel central da economia nesse processo.

Ao tentar explicar a ascensão e queda da escravidão atlântica como sistema de trabalho, a melhor produção acadêmica moderna tem buscado conciliar fatores econômicos, políticos e filantrópicos e tem tido problemas para mostrar de que modo as explicações multicausais sempre foram inerentes. Essa é a tendência da recente análise de William Darity sobre os precursores de Eric Williams. Mesmo o próprio Williams, em sua dissertação de doutoramento em Oxford, como Howard Temperley corajosamente apontou, estava apenas tentando reavaliar o componente econômico nesse processo contra aqueles que imprópriamente afirmavam o primado dos traços políticos e filantrópico-filosóficos. O que Temperley chama de determinismo econômico reducionista de *Capitalismo e escravidão* foi resultado, diz ele, em ordem ascendente, da determinação de um jovem intelectual ambicioso de transformar sua tese num livro publicável, da discriminação que Williams sentia ter sofrido como um negro das colônias e das condições políticas mutáveis que, no devido tempo (após sua reedição em 1964), o transformariam no "livrinho vermelho" de um ardente nacionalismo negro caribenho.<sup>21</sup>

No entanto, mesmo que a polarização em torno de *Capitalismo e escravidão* se tenha diluído juntamente com o carisma pessoal de Williams, uma compreensão dos temas econô-

micos envolvidos permanece essencial para a participação em todas as facetas do grande debate – envolvendo efeitos étnicos e de classe, assim como mudanças meramente estruturais no sistema de trabalho. Como explicam Stanley Engerman e Barbara Solow na convincente introdução às comunicações da primeira conferência inteiramente dedicada a *Capitalismo e escravidão*, realizada em Bellagio no ano de 1984, eles têm como foco quatro subdisputas interligadas, das quais a terceira parece gerar, no final, mais calor do que luz. Colocando da maneira mais simples, essas questões são: se a escravidão foi produto do racismo ou vice-versa; o grau em que a escravidão possibilitou a Revolução Industrial e, assim, tornou vantajoso pôr fim à escravatura; a questão de quando, ou mesmo se, ocorreu um declínio na lucratividade do nexa entre o tráfico de escravos e a *plantation* escravista; e, finalmente, a concatenação precisa entre as preocupações econômicas e a legislação necessária para acabar com o tráfico e libertar os escravos.<sup>22</sup>

O debate a respeito de os africanos terem sido escravizados porque já havia um preconceito racial contra eles que fazia com que fossem vistos como inferiores e escravos naturais, ou porque a necessidade econômica exigia uma forma extrema de trabalho coercitivo e os africanos estavam disponíveis – com o racismo tornando-se a justificativa *post hoc* de traficantes e fazendeiros –, foi ardentemente disputado nos meios acadêmicos dos Estados Unidos.<sup>23</sup>

O argumento de Williams de que a escravidão inicialmente nada teve a ver com raça e de que o racismo era um produto da realidade econômica das colônias de *plantation*, conduzindo a complicadas relações de classe no período pós-escravista, tem tido alguns defensores nos meios acadêmicos caribenhos. De modo mais notável, Hilary Beckles, de orientação marxista, tem-se esforçado por mostrar que não havia coisa alguma nos primeiros anos que distinguisse estruturalmente os servos brancos dos escravos negros e que houve até



uma forma de solidariedade de classe entre eles nos primeiros exemplos de agitação servil em Barbados. O propósito e as conseqüências da subsequente diferenciação racista, tanto durante a escravidão quanto após a emancipação, são portanto manifestos: dissimular e abafar a emergência de uma genuína consciência proletária. A objeção de que esse propósito teria sido anulado, uma vez que havia uma coincidência absoluta entre a etnicidade negra e o *status* de escravo, pode ser contraposta pelo argumento de que, de fato, a classe capitalista assegurou e manteve sua hegemonia tanto permitindo a emergência de intermediários negros – escravos privilegiados de elite, *maroons* com tratados assinados, negros e homens de cor livres – quanto, depois da escravidão, importando trabalhadores não-africanos.<sup>24</sup>

A visão oposta, de que os africanos eram intrinsecamente adequados à escravidão, recebeu recentemente inesperada munição a partir dos argumentos de Kenneth Kiple em *The Caribbean slave: a biological history*, sobre as imunidades dos africanos a certas doenças e sua longa adaptação biológica a dietas pobres em proteínas. Embora Kiple claramente pretenda com isso fazer um cumprimento aos africanos e afro-americanos, a tese tem sido previsivelmente acusada de racismo encoberto e rejeitada pela maioria dos intelectuais caribenhos em favor da explicação de Williams de que a escravidão afro-americana foi simplesmente “uma provisão de mão-de-obra, com certa produtividade e custos, cuja adoção foi determinada por considerações de maximização dos lucros”.<sup>25</sup>

O debate sobre a contribuição dos lucros do tráfico de escravos e das *plantations* das Índias Ocidentais à acumulação de capital e à Revolução Industrial na Europa, que tem ocupado muitos dos melhores historiadores econômicos (a maioria do campo anti-Williams),<sup>26</sup> é de pouca relevância direta no presente caso, salvo pela forma como o sucesso manifesto da economia britânica (incluindo o setor agrícola

e o crescente setor industrial), à base de assalariados em vez de uma força de trabalho sob coerção direta, serviu de argumento contra o prosseguimento do trabalho escravo num sistema de *plantation* que exigia igual eficiência. Mas o que era extremamente relevante – ocupando até mais intelectuais de ambos os lados de um debate que, deve-se admitir, às vezes chega à beira do tedioso – são as ainda ardentes questões quanto a se um declínio da lucratividade levou sucessivamente à abolição do tráfico de escravos e ao fim da escravidão ou, ao contrário, se, caso ocorreu um declínio, este foi resultado e não conseqüência da abolição e da emancipação.

Eric Williams assumiu o pressuposto do norte-americano (e, curiosamente, um pouco racista) Lowell J. Ragatz de que a perda das Treze Colônias foi seguida de um contínuo e irreversível declínio na rentabilidade do nexo da *plantation* escravista caribenha e afirmou a existência de uma conexão causal com as subsequentes mudanças na teoria e na política imperiais que viram, sucessivamente, a abolição do tráfico negreiro britânico, o fim da escravidão formal e a revogação do protecionismo colonial. Brilhantemente sugestiva, a tese de Williams (afora alguns erros manifestos) é viciada por apresentar uma imprecisão geral do ponto de vista estatístico, por não distinguir adequadamente os diferentes componentes do tráfico de escravos-produção da *plantation*-nexo do tráfico e por um fracasso total em provar a existência de uma conexão direta entre o reconhecimento do declínio dos lucros e a decisão de passar da escravidão para o trabalho livre assalariado. Notoriamente relutante em discutir seu próprio *obiter dicta* nos meios acadêmicos, Williams deixou o debate para os meros mortais, que continuam a se alterar sem solução satisfatória quase uma década depois de sua morte.<sup>27</sup>

A primeira investida contra a Tese do Declínio de Williams veio da escola pró-altruísta, com o trabalho de G. R. Mellor e Roger Anstey. Seu crítico mais implacável, porém, foi

Seymour Drescher. Em *Econocide* e trabalhos posteriores, Drescher argumentou que, embora possa ter havido declínios de curto prazo na lucratividade, a tendência geral foi ascendente até bem depois do término do tráfico, em 1807, e que o inegável declínio posterior, que se acelerou nas décadas de 1820, 1830 e 1840, foi portanto consequência, e não causa, da abolição, da emancipação e da gradual mudança para o livre comércio. A continuada persistência de Palmerston contra o tráfico de escravos não-britânico foi da mesma forma evidência de uma política indefensável em bases econômicas egoístas. O argumento de Drescher tem tido forte apoio. Do lado da *plantation*, de John Ward, que enfatiza o crescente número de melhoramentos técnicos e a permanência dos investimentos de 1750 a 1834 como evidências de que as *plantations* escravistas britânicas eram basicamente rentáveis até o fim da escravidão. Do lado do comércio de escravos, por David Eltis, com o argumento um tanto contrafactual de que os lucros que poderiam ser obtidos com o fornecimento de trabalho escravo às novas e subdesenvolvidas colônias de Trinidad, Guiana e Santa Lúcia eram tão grandes que interromper o tráfico e libertar os escravos seria de fato um suicídio econômico. Eltis amplia sua análise para testar os efeitos da longa campanha britânica contra o comércio estrangeiro de escravos, argumentando com ênfase que ela foi economicamente desvantajosa.<sup>28</sup>

Contra essa soma de talento econométrico, os valentes contra-ataques de Selwyn Carrington muitas vezes parecem o trabalho de um Sancho Pança a serviço do Quixote de Williams.<sup>29</sup> Os componentes, as dimensões e a datação precisos do declínio permanecem obscuros, assim como as ligações precisas entre as realidades econômicas e a política imperial. No entanto, a busca da precisão a respeito das realidades contemporâneas (na verdade, desconhecidas à época) pode estar obscurecendo aspectos gerais mais importantes. Pois, quer o declínio real tenha vindo antes ou depois, está

claro que houve, pelo menos desde 1783, tanto um senso de declínio econômico quanto uma redução no apoio a um sistema baseado no escravismo, enquanto argumentos econômicos, assim como morais, eram apresentados para mudanças e alternativas. Ademais, a preservação daquilo que valia manter exigia políticas de mudança, sendo que quaisquer perdas em um setor podiam muito bem ser compensadas em outro, juntamente com um ganho geral em termos de crédito moral. Tal pensamento, muito mais que estatísticas precisas, ou mesmo que um conhecimento exato das condições reais, era o que determinava aquilo que acontecia sob a forma de legislação.

Assim, o fim do tráfico de escravos britânico foi na verdade promovido pelas colônias açucareiras mais antigas, temerosas da competição e da superprodução das mais novas, do mesmo modo como as colônias britânicas mais tarde apoiaram a proibição do tráfico de escravos aos seus competidores estrangeiros. O melhoramento das condições de vida dos escravos depois da abolição [do tráfico] teve o propósito de incrementar o desempenho demográfico e, com ele, os preços e a eficiência da força de trabalho escrava. No entanto, de vez que o melhoramento mostrou-se um desastroso fracasso nesses sentidos, segundo os relatórios do registro de escravos divulgados por Buxton e Stephen, a emancipação tornou-se a opção inevitável, aprovada ao mesmo tempo por filantropos e otimizadores econômicos.<sup>30</sup>

A emancipação pode ter sido mostrada como um gesto filantrópico, mas só foi obtida compensando-se os proprietários de escravos por sua sagrada propriedade e garantindo-se a continuação, ao menos por algum tempo, do trabalho coercitivo. Mesmo não tendo tais medidas conseguido deter o declínio das fortunas dos fazendeiros nem compelir os ex-escravos a se tornarem trabalhadores assalariados nas *plantations*, o governo imperial continuou apoiando até certo ponto as *plantations* e *plantocracias*, a despeito do livre comércio e

do *laissez-faire*, endossando políticas de preços elevados para a terra, além de outros métodos de compulsão ao trabalho, e encorajando a busca de fontes alternativas de mão-de-obra barata. Nenhum dos lados obteve uma vitória simples ou rápida na transição de uma política de proteção e escravismo para uma de livre comércio e trabalho livre, da mesma forma como não há uma solução simples, nem uma simples polarização, naquilo que agora poderíamos chamar de Debate Williams-Drescher.

Minhas próprias conclusões em 1991 ficariam perto da formulação multicausal que escrevi em 1974 em *Sinews of empire* (que, incidentalmente, parece, sem querer, ter apenas ampliado a conclusão a que chegou William Cunningham já em 1907, citada tanto por Darity quanto por Carrington):<sup>31</sup>

*Embora Adam Smith e seus seguidores acreditassem que o funcionamento adequado do auto-interesse esclarecido e a remoção do protecionismo estreito resultariam no melhoramento moral e material, seu ataque à escravidão se concentrava nos aspectos antieconômicos desta. O custo do trabalho escravo colocava-o além das possibilidades de todos os produtores, exceto os das lavouras mais lucrativas, de modo que a escravidão encorajava a tendência à existência de plantations monoculturais em lavouras altamente lucrativas como a de cana-de-açúcar, que não obstante requeriam proteção para manter sua vantagem. Ademais, a escravidão desaparecera da Europa (com exceção da Rússia) porque se descobriu ser mais econômico fornecer aos trabalhadores o incentivo de uma parcela da produção.*

*O prosseguimento da escravidão num império não-despótico que protegia a propriedade significava que o interesse dos senhores em subjugar os escravos era tolerado, embora estivesse em conflito com o interesse dos escravos em não trabalhar. O auto-interesse esclarecido só poderia fun-*

*cionar para o bem público se fosse vantajoso tanto para empregadores quanto para empregados que os trabalhadores avançassem em termos de inteligência, utilidade e posse de propriedades. Isso só poderia ser alcançado com a emancipação e o consequente declínio das plantations baseadas no trabalho escravo. No entanto, ao condenar o velho sistema de plantation, a emancipação poderia destruir a justificativa para a proteção mercantilista e liberar tantas energias que, no devido tempo, todas as seções fatalmente se beneficiariam.*

*Os argumentos de Adam Smith, particularmente o que sustentava ser a escravidão tão visivelmente ineficiente que só se mantinha pelo desejo de poder dos senhores de escravos, naturalmente nunca convenceram os traficantes de escravos nem os proprietários de plantations do Caribe. Mas seus argumentos eram profundamente atraentes para um número crescente de homens práticos com interesses equivalentes. Os principais deles eram aqueles cujo interesse era importar açúcar para a Inglaterra da forma mais barata possível a fim de satisfazer a demanda aparentemente ilimitada no próprio país e no restante da Europa.*

*Refinadores, varejistas e reexportadores de açúcar, portanto, defendiam a remoção das taxas destinadas a proteger as colônias das Índias Ocidentais e a exploração de plantations açucareiras no não-protetido Oriente ou mesmo fora do Império Britânico formal. A liberação das fontes de açúcar, alegavam, não só traria açúcar mais barato para as massas, como teria o mérito adicional de condenar a escravidão nas plantations britânicas e, ao mesmo tempo, distribuir açúcar produzido não por escravos, mas por trabalhadores "livres". Consequentemente, ao desencadear uma campanha em prol do "açúcar livre", os abolicionistas desinteressados trabalharam em conjunto com capitalistas que estavam longe de ser altruístas. Juntos, eles tiveram*



*considerável sucesso em convencer as pessoas comuns de que, optando pelo açúcar não protegido, estariam não só ajudando os escravos, mas também, com o tempo, pagando menos. Aparentemente, filantropia, laissez-faire e auto-interesse esclarecido se misturavam com elegância em todos os níveis.*

Isso, creio, é mais ou menos o que David e Eltis chamariam a nova ideologia imperial predominante, que acarretou a transformação no sistema de trabalho colonial.<sup>32</sup>

Um número suficiente de problemas, contudo, permanece para alimentar o "Debate Williams" durante pelo menos este final de século. Em primeiro lugar, temos a questão da incalculabilidade. O que quer que os defensores da abolição e da emancipação tenham argumentado e acreditado ter sido, o resultado foi um fator causal bem diferente dos argumentos gerados pelas consequências reais das primeiras mudanças. As contingências históricas são invariavelmente tão complexas que chegam a negar as expectativas racionais. Em segundo lugar, havia o fato desconfortável de que, mesmo dentro do próprio império, existiam ao mesmo tempo algumas colônias em que nem o tráfico nem a escravidão eram mais necessários e outras em que ambos eram considerados absolutamente vitais para o bem-estar econômico ou para a expansão da economia. Isso tangencia a questão de quem, precisamente, estava a favor e contra a escravidão num dado período. Por fim, a questão que atormenta a maior parte do debate: os fatores envolvidos na decisão de pôr fim ao tráfico não foram necessariamente diferentes - nem mesmo semelhantes - daqueles envolvidos na iniciação de ambos os processos pelos britânicos, por sua vez não muito diferentes daqueles que afetaram subsequentemente os governos francês, dinamarquês, holandês e espanhol?

Uma superconcentração residual no abolicionismo - principalmente no abolicionismo britânico - continua sendo uma falha até mes-

mo no trabalho magistral de Eltis (deixando de lado suas noções incompletas tanto de ideologia quanto de progresso econômico e sua tendência a-histórica a utilizar argumentos contrafatuais). Apenas reconhecendo o abolicionismo e o emancipacionismo e ampliando o nosso escopo para ver o que realmente aconteceu em toda a região até 1886, e por quê, é que podemos esperar obter no final uma noção mais clara do que foi a ideologia prevalecente ou predominante. Um resultado inesperado, e não procurado, poderia ser a vingança de Eric Williams numa escala ainda maior do que teria imaginado o menos modesto de todos os historiadores: a demonstração de que, a longo prazo e no sentido mais amplo, a escravidão continuou onde quer que fosse necessária à classe dominante e finalmente terminou apenas quando as condições econômicas que a tornavam preferível para essa classe se haviam alterado irrevogavelmente.

Bem mais que o quarto de século entre a abolição do tráfico britânico de escravos e a emancipação dos escravos britânicos, o meio século entre as primeiras libertações de escravos pelos ingleses e a emancipação formal dos últimos escravos espanhóis assistiu a imensas transformações econômicas na esfera das *plantations* do Caribe. No final do século, não apenas terminara a escravidão, com os escravos e seus descendentes constituindo uma nova classe de consumidores assalariados engajada numa combinação de funções camponesas e proletárias, mas toda a natureza e localização da atividade econômica se haviam alterado e transformado. De modo mais óbvio, em sua luta por manter a produção de *plantation*, as antigas colônias açucareiras haviam sofrido uma derrota quase total para Cuba, com suas grandes e modernas fábricas centrais produzindo cerca de 40% de todo o suprimento mundial de açúcar de cana. Uma terceira e ampla coorte de estudiosos, particularmente no Caribe hispânico, tem-se engajado

avidamente, nos últimos anos, em descrever e explicar a natureza dessas mudanças, notadamente no debate turbilhonante (literalmente, pois muitos dos argumentos se tornam circulares) sobre o que conduziu ao quê.

Alguns dos fatores envolvidos, tais como o crescimento constante das populações caribenhãs após cerca de 1840, a primeira crise econômica mundial ao final dessa década e a facilitação da migração de mão-de-obra, eram claramente novidades. Outros eram sobrevivências recorrentes ou continuadas, como a revivescência dos ideais revolucionários e reformistas em 1848 e durante as últimas guerras independentistas e as persistentes atividades dos defensores do abolicionismo idealista, enquanto a maioria dos fatores remanescentes era no mínimo incipiente no início do processo de abolição e emancipação pelos britânicos. Destes últimos, contudo, os mais fundamentais – a eterna busca da maximização e otimização dos lucros e a necessidade de economias de escala através de melhoramentos gerenciais, organizacionais, técnicos e mecânicos em face da crescente competição, de um comércio internacional mais livre e de um sistema capitalista em desenvolvimento – se tornaram muitíssimo mais importantes e se reforçaram mutuamente no período de 1850 a 1900.

O decano dos estudos sobre o desenvolvimento da indústria açucareira cubana e seus sistemas de trabalho é o escritor cubano Manuel Moreno Fraginals, cuja magnífica obra em três volumes intitulada *El ingenio* (1964, 1968) foi complementada por seu brilhante artigo de caráter abrangente para a coletânea de *papers* da conferência Problemas da Transição da Escravidão para o Trabalho Livre no Caribe, realizada em São Domingos no ano de 1981.<sup>33</sup> Moreno argumenta que, embora a escravidão pudesse ter sido em grande parte um traço necessário nas primeiras fases da indústria açucareira cubana, ela se tornou progressivamente menos relevante com as mudanças aceleradas que ocorreram após 1860. Tais mudanças não foram somente técnicas, mas tam-

bém comerciais. Ele produz evidências definitivas de que não foi apenas um caso de introdução da máquina a vapor permitindo a ampliação de órbita para as fábricas existentes, mas da criação de *centrales* totalmente novas, com uma conseqüente consolidação que reduziu o número de engenhos em 80% no prazo de 35 anos, apesar de a safra total cubana ter dobrado, atingindo um milhão de toneladas por ano. Isso foi acompanhado pelo que ele chama de uma nova latifundização que gradualmente tirou as *centrales* das mãos das velhas famílias, passando-as para as de novos-ricos ou para corporações cada vez mais de propriedade estrangeira.

Como os métodos no campo se tornavam crescentemente atrasados em relação à tecnologia das fábricas (na verdade, permaneciam quase estáticos), abriu-se um hiato cada vez maior entre os operários fabris e os trabalhadores do campo, enquanto, ao mesmo tempo, o encurtamento do período entre as colheitas de cana ampliava a tendência natural das fábricas modernas no sentido de uma periodicidade bem maior na demanda de mão-de-obra do que a obtida nas antigas *plantations* escravistas. Os escravos, argumenta Moreno, não eram desejados no engenho, nem se precisava de seu trabalho no campo durante o ano. Buscaram-se tipos de mão-de-obra alternativos – trabalhadores contratados por curto prazo, trabalhadores diaristas sazonais, até mesmo condenados – ou as *centrales* passaram a comprar cana de meeiros ou pequenos produtores, tornando-se proprietárias exploradoras assim como empregadoras. O processo de exploração foi ainda além, na medida em que os proprietários de *centrales* diversificavam suas fontes de renda para outras formas de indústria, o comércio e a propriedade de terras. Vieram a possuir estradas de ferro para o transporte de passageiros, centrais elétricas, fundições e armazéns para todos os produtos que seus empregados e outros pudessem necessitar (incluindo bordéis e casas de jogo). Os empregados não apenas pagavam aluguéis por

suas moradias – também recebiam adiantamentos aparentemente generosos, dos quais somente uma pequena parte em dinheiro e o restante em fichas, que só podiam ser trocadas nas lojas da companhia. Assim se criou gradualmente um proletariado-consumidor explorado e profundamente modernizado.

A Guerra dos Dez Anos em Cuba realmente ajudou o processo de modernização, com fábricas mais agressivas adquirindo o controle de outras menores, mais fracas ou danificadas pela guerra, consolidando-se e se expandindo num período em que os preços permaneciam altos em razão das condições de guerra. O investimento externo cresceu de modo constante e, embora o investimento direto norte-americano permanecesse comparativamente pequeno antes de 1900, o mercado dos Estados Unidos assumiu uma parcela crescente do produto, auxiliado pela estrutura oligopolística de produção e refino e pela crescente importância da corretagem e da especulação no transporte, armazenamento e distribuição. A competição do açúcar de beterraba subsidiado favoreceu ativamente os produtores mais eficientes, assim como a demanda por um único produto de alta qualidade, empacotado em sacos facilmente armazenáveis em vez dos incômodos barris de açúcar mascavo do passado. Melhoramentos no transporte (que viu a tonelagem carregada nos navios a vapor exceder a dos navios a vela em 1870) não apenas aproximaram os mercados, mas facilitaram a migração de trabalhadores chineses contratados e de espanhóis pobres da Gália. Todos esses fatores, conclui Moreno, conspiraram não apenas para colocar a indústria açucareira cubana sob o controle mais firme do capital estrangeiro, sujeito às forças do mercado mundial, mas também, ao enfatizar a eficiência, para tornar progressivamente superado o sistema de trabalho escravista.

As conclusões de Moreno Fragnals sobre a crescente subjugação da economia caribenha às forças capitalistas mundiais e o conseqüente cerco da classe trabalhadora local são enfati-

zadas pelo fascinante estudo da interação entre a produção de açúcar e o desenvolvimento das ferrovias cubanas (e do correlato crescimento de um setor proletário no interior do sistema ferroviário) realizado por Zanetti e Garcia. O tema do progressivo atraso do capitalismo nativo cubano no setor de *plantation* e no setor industrial baseado nas *plantations*, com suas implicações para os trabalhadores cubanos, é brilhantemente reforçado pelo livro de Jean Stubb (1985) sobre o tabaco de Cuba.

As generalizações de Moreno, quase todas elas, são também corroboradas pelos estudos paralelos sobre o desenvolvimento das indústrias de açúcar, café e tabaco, e seus respectivos sistemas de trabalho, em Porto Rico e na República Dominicana, realizado por Francisco Scarano, Tony Ramos Mattei, Benjamin Nistal-Moret, Frank Moya Pons, Laird Bergad, Michel Baud e outros, assim como o são suas generalizações sobre a crescente importância da migração de mão-de-obra pelo interessante estudo *Labor migration under capitalism: the Puerto Rican experience*, publicado em 1982 pela Força Tarefa de História do Centro de Estudos Porto-Riquenhos.

No entanto, a categórica afirmativa de Moreno de que a escravidão como sistema de trabalho estava condenada simplesmente por ser incompatível com a modernização das *plantations* não escapou de desafios, notadamente o de Rebecca Scott e, principalmente no que se refere ao Caribe não-hispânico numa fase anterior, da maioria dos participantes do simpósio A Mudança da Tecnologia Açucareira e do Nexa do Trabalho, realizado no Congresso dos Americanistas, em Amsterdã, no mês de julho de 1988, no qual esses relevantes problemas foram apresentados pelos intelectuais holandeses Peter Boomgaard e Gert Oostindie, com um sumário conclusivo da lavra deste autor.<sup>34</sup>

Contra Moreno, Scott aponta o fato de que escravos – longe de haver relutância no seu uso em Cuba – eram utilizados e até preferidos nas operações técnicas das *centrales* cubanas



modernizadas (talvez por serem os trabalhadores mais permanentes). Ela apresenta uma explicação bem mais complexa e multicausal para a gradual eliminação da escravidão em Cuba.<sup>35</sup> Vale notar também que as condições determinantes da opção a favor ou contra uma força de trabalho negra escrava tendiam a ser diferentes nos territórios (como Porto Rico e a República Dominicana, assim como Cuba) em que os negros nunca chegaram a ser metade da população em relação àqueles em que estes constituíam a maioria absoluta.

Também no Congresso dos Americanistas em Amsterdam, apesar da semi-humorística proposta do debatedor quanto a uma "teoria de campo unificada", foram preferidas as explicações multicausais. Assim, a noção de que a escravidão e o melhoramento tecnológico eram necessariamente incompatíveis acabou terminantemente rejeitada. John Ward, por exemplo, apontou que o fracasso do arado e de muitos outros melhoramentos técnicos deve-se a fatores outros que não a competência dos escravos negros. Vários participantes salientaram que os escravos nunca foram tão baratos a ponto de haver, por esse motivo, desincentivos à introdução de melhoramentos, nem seus preços subiram de maneira tão exorbitante a ponto de, só por esse motivo, os proprietários terem sido levados a buscar melhoramentos técnicos ou fontes alternativas de mão-de-obra. Os argumentos práticos mais poderosos em favor dos melhoramentos técnicos e do abandono da força de trabalho escrava foram os declinantes preços de mercado (devido a uma competição acirrada pela superprodução e a um declínio do protecionismo), tornando inviáveis as *plantations* do estilo antigo e fazendo com que uma força de trabalho sazonal fosse preferível a uma população dependente permanente (incluindo crianças pequenas, aposentados e doentes), não importa quão efetivamente fosse esta coagida ou encorajada.<sup>36</sup>

Minha conclusão, um tanto redutiva, foi que mesmo a equação econômica, explicando a

transição da escravidão para o trabalho livre assalariado,

*envolvia claramente muito mais variáveis além de mão-de-obra e tecnologia. Não importa quão amplamente se definam mão-de-obra e tecnologia, pelo menos outros cinco fatores relacionados e interligados devem ser levados em conta: disponibilidade e adequabilidade da terra; suprimento de capital; acesso aos mercados e aos preços de mercado; estratégias de agenciamento, atitudes e pessoal; e, finalmente, mudanças de políticas econômicas – especificamente aquelas planejadas para acelerar a transição de pequenas unidades mercantilistas para um sistema mundial de "livre comércio".*

Extraíndo meus argumentos do caso de Worthy Park, Jamaica, que fracassou quase por completo como propriedade açucareira após 1846, apesar dos enormes esforços de seu inteligente proprietário-gerente, assinalei que, embora a terra para uma expansão ótima não constituísse problema imediato nesse caso, e o capital estivesse disponível a um grau surpreendente,

*suas possibilidades foram severamente limitadas por restrições técnicas e de mão-de-obra. Em terceiro lugar, modificações tecnológicas foram tentadas mas fracassaram por motivos não relacionados ao fato de poderem aumentar a produtividade – ou realmente o terem conseguido. Em quarto lugar, a mão-de-obra era um problema, mas principalmente em razão da necessidade de reorganizá-la eficientemente num sistema de duas camadas com um pequeno corpo de trabalhadores permanentes e um grupo mais amplo de cortadores de cana, da disponibilidade deste quando necessário e do seu custo.*

A política imperial era vista como um problema, de vez que naquele tempo os proprie-

tários não podiam visualizar um lucro sem um preço de mercado subsidiado de dez xelins por quintal e a importação subsidiada de trabalhadores indianos, que rebaixariam a taxa de salários em vigor de um xelim e seis *pence* para dois ou quatro *pence* por dia. Pois o limite inferior era claramente o preço mundial do açúcar, que àquela época havia caído a um nível tão baixo que o total da renda obtida com açúcar por Worthy Park (não o seu nível de lucro) era menor que o total de gastos da propriedade com salários.

Assinalei a evidente anomalia de que, enquanto a Jamaica, que sob a escravidão fora a mais rica das ilhas açucareiras, havia revertido no final do século XIX a uma economia amplamente baseada em fazendas de pecuária e um campesinato de subsistência (com sua população masculina disponível para migração em busca de trabalho assalariado), o caso de Cuba e Porto Rico fora quase exatamente o oposto. "Ver essa transição na perspectiva mais ampla", concluí, aproximando-me da formulação de Moreno,

*era claramente uma função local num período que assistiu a grandes desenvolvimentos na internacionalização do capital, à difusão dos princípios do livre comércio e do laissez-faire, à organização mundial do transporte, processamento e comercialização, e, não menos importante, à organização mais eficiente da mão-de-obra migratória em escala global.*<sup>37</sup>

Essa fórmula causal supersimplificada desliza com excessiva facilidade pela questão das formas pelas quais o capital migrou e como foi facilitada a migração da mão-de-obra. No primeiro caso, precisa-se saber muito mais, por exemplo, sobre quando, por que e como o capital britânico migrou das antigas para as novas colônias, e das colônias formais para esferas informais de investimento, como Cuba e Brasil. No último caso, muito mais precisa ser dito sobre as formas pelas quais o novo

imperialismo da era do livre mercado levou não apenas à migração de mão-de-obra dentro da região, mas, desde um período até anterior, à migração em larga escala, para a região, de trabalhadores da Índia britânica, da Indonésia holandesa e de uma China não formalmente colonizada.<sup>38</sup> A fórmula de Amsterdam – tal como a maior parte deste artigo – também se preocupa demais com as causas e não suficientemente com os resultados. Em particular, ela oculta tanto as transformações locais de curto prazo e regionais de longo prazo nas classes de fazendeiros-capitalistas, camponeses e proletários quanto a dinâmica da interação entre essas classes.

Novamente em termos mais amplos, a fim de tirar aqui algum tipo de conclusão, o processo de mudança em toda a região e em todo esse período pode ser dividido em quatro principais componentes, dos quais os dois últimos, corretamente ao que tudo indica, têm atraído a maior parte da atenção na literatura secundária recente. Em primeiro lugar, a protelada e gradual transição do sistema de trabalho escravista, representando e ela própria intensificando forças capitalistas e de mercado em nível mundial que atravessavam um processo de ampliação e consolidação, pode ser vista em termos da criação de uma sociedade consumidora orientada para o dinheiro, crescentemente dependente de salários sobre os quais tinha pouco controle, com trabalhadores sendo forçados a migrar sob os ditames da necessidade econômica.

Em segundo lugar, as restrições e exigências que tornaram as indústrias da periferia colonial mais exploradas e orientadas para a eficiência também as tornaram mais impessoais e, conseqüentemente, mais despersonalizados os trabalhadores. Assim, os ex-escravos e seus descendentes que eram vistos como não-produtivos foram totalmente ignorados – forma de desatenção que dificilmente poderia ser rotulada de benigna. Os que estavam no setor camponês foram continuamente degradados em trabalhadores por tempo parcial,

sem ter meios de subsistência camponesa o ano inteiro nem salários suficientes para optar por uma alternativa proletária. Os proletários puros restantes não tinham quaisquer opções, mas eram obrigados a migrar para onde pudessem em busca do trabalho que houvesse, competindo entre si pelos salários que lhes oferecessem e certos de serem despedidos quando não fossem mais necessários ou preferidos. A dependência da economia em relação a forças externas e de nível mundial, ao lado da tendência das indústrias no sentido de economias de escala e de empresas tendo como proprietários corporações ou pessoas ausentes, aumentou sua impessoalidade e também a despersonalização dos trabalhadores.

Em terceiro lugar, a intensificação capitalista da fase pós-escravidão se estendeu para além das indústrias extrativas (tais como as de madeira e sal) e de *plantation*, para as quais fora instituída, para afetar virtualmente todos os ex-escravos e seus descendentes. Novas formas de exploração e dependência, até mesmo novas indústrias, foram planejadas para capitalizar o trabalho dos sem-terra, como, por exemplo, pelos sistemas de pagamento em gêneros, créditos e adiantamentos vinculados em muitas formas de emprego urbano, nas indústrias de pesca e coleta de esponjas e na crescente variedade de mão-de-obra migrante por contrato e nos trabalhos de estiva. Para os potenciais camponeses desprovidos de meios ou vontade de trabalhar em *plantations* ou exercer outras formas de trabalho assalariado – e para as mulheres e famílias dos trabalhadores migrantes –, havia muitas variedades de parceria, nenhuma das quais, é evidente, totalmente vantajosa para os meeiros.

Em quarto lugar, para os ex-escravos e seus descendentes que continuavam a trabalhar nas *plantations*, sobre os quais se tem concentrado até agora a produção acadêmica (especialmente no que se refere às *plantations* de cana-de-açúcar), as mudanças estruturais e organizacionais foram igualmente desvantajosas. Imediatamente após o fim da escravidão,

gerentes otimizadores foram capazes de adaptar e moldar a força de trabalho para atender às necessidades da colheita e da fábrica. Isso teve dois efeitos destacados, além daquele geral de tornar os novos assalariados, e não os antigos proprietários, responsáveis pela manutenção dos membros não-produtivos de suas famílias.

O primeiro efeito foi a bifurcação da força de trabalho num pequeno núcleo de trabalhadores permanentes e numa força mais ampla de trabalhadores assalariados sazonais. Os primeiros eram qualificados, indispensáveis, relativamente privilegiados, enraizados na localidade, de confiança e quase exclusivamente masculinos – muito semelhantes aos escravos que compunham a “elite de confiança” do período anterior. Os últimos (cuja proporção cresceu com a transformação tecnológica até cinco, ou mesmo dez, a um) eram desqualificados, dispensáveis, necessariamente migrantes, de confiabilidade garantida apenas nas bases pouco sólidas da dependência e da competição entre eles mesmos.

O segundo efeito destacado da mudança da escravidão para o trabalho assalariado nas *plantations* foi a adaptação da força de trabalho ao desejo dos empregadores de torná-la inteiramente masculina. Por motivos óbvios e bem estudados, a força de trabalho de campo de uma *plantation* escravista era pelo menos 60% feminina; no entanto, após o fim da escravidão, os gerentes otimizadores tentaram torná-la, tanto quanto possível, 100% masculina. O grau em que obtiveram sucesso (além das razões pelas quais esse sucesso nunca foi absoluto) e as implicações disso para os papéis de gênero na vida da família e da aldeia, bem como na vida econômica, permanecem abertos para novos estudos.

A tais “frutos do capital mercantil”, diretos e indiretos, acrescentaria agora apenas uma consciência muito maior, derivada principalmente do trabalho de Nigel Bolland, das formas pelas quais a intensificação capitalista e a transição da escravidão para o trabalho livre



assalariado foram inevitavelmente associadas a uma galvanização geral da dialética entre capital e trabalho. Nas relações quase feudais do período escravista, os senhores de escravos – mesmo nas colônias de *plantation* marginais, como as Baamas, ou nas colônias não baseadas nas *plantations*, como Belize – regozijavam-se de tal modo de seu poder paternalista que resistiram fortemente à emancipação, apesar de toda a evidência de que a escravidão era anti-econômica. Agora num diferente regime, os antigos proprietários, continuando como *plantocratas* ou transformados numa oligarquia mercantil crioula, mantiveram e até am-

pliaram os antigos padrões de dominação sem qualquer aparência da responsabilidade paternalista da *noblesse oblige*, fosse ela sobre trabalhadores assalariados das *plantations*, meeiros, pescadores ou madeireiros pagos em espécie, ou artesãos urbanos assalariados. De sua parte, ex-escravos, antigos protocamponeses ou protoproletários, assim como seus descendentes, continuaram resistindo à exploração e caminharam, embora lentamente, para uma verdadeira consciência e solidariedade de classe. Essa, pelo menos para alguns analistas, continua sendo a transformação fundamental.<sup>39</sup>

## NOTAS

1. GENOVESE, Eugene D. *From rebellion to revolution: Afro-American slave revolts in the making of the modern world*. Baton Rouge, L.S.U.P., 1979, Prefácio; JAMES, C. L. R. *The black Jacobins: Toussaint l'Ouverture and the San Domingo Revolution*. Londres, Secker and Warburg, 1938; APTHEKER, Herbert. *American Negro slave revolts*. New York, Columbia University Press, 1943.
2. GEGGUS, David. "The French and Haitian Revolutions, and resistance to slavery in the Americas: an overview". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, LXXVI, 1989, p. 107-24. Ver também "Slave resistance studies and the Saint Domingue slave revolt: some preliminary considerations". *University of Florida Occasional Papers*, 4, 1983; "Haiti and the abolitionists: opinion, propaganda and international politics in Britain and France, 1804-1838", in RICHARDSON, David (org.). *Abolition and its aftermath: the historical context, 1790-1916*. Londres, Cass, 1985, p. 113-40.
3. *Ibid.*, 110-16; CRATON, Michael. *Testing the chains: resistance to slavery in the British West Indies*. Ithaca, Cornell University Press, 1982, p. 180-238; BUCKLEY, Roger N. *Slaves in red coats: the British West India Regiments, 1795-1815*. New Haven, Yale, 1979.
4. BLACKBURN, Robin. *The overthrow of colonial slavery, 1776-1848*. Londres, Verso, 1988, p. 519-50 (520, 533).
5. DRESCHER, Seymour. *Capitalism and antislavery: British mobilization in comparative perspective*. New York, Oxford University Press, 1987; PAQUETTE, Robert. "The economics, politics, and ideology of antislavery". *Nieuw Westindische Gids*, 63(3-4):242-50, 1989; DAVIS, David Brion. *Slavery and human progress*. New York, 1984; ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York, Oxford University Press, 1987; BILLINGTON, Louis e Rosamund. "A burning zeal for righteousness": women in the British antislavery movement". In RANDALL, Jane (org.). *Equal or different: women's politics in Britain 1800-1914*. Oxford University Press, 1987; HOLMES, Richard. *Coleridge early visions*. New York, Oxford University Press, 1990.
6. LEWIS, Gordon K. *Main currents in Caribbean thought*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1983, p. 171-238. Lewis é particularmente severo com David Brion Davis, ao lado de Robert Fogel, Stanley Engerman, Stanley Elkins e Willians Styron. *Ibid.*, p. 171-2. Boswell citou o ataque dos fazendeiros a partir de *Taxation no tyranny* (1775) e atribuiu o tom pró-rebelde a um bôfulo evento entre "alguns homens muito sérios de Oxford" – antes de passar a um ataque incomum às idéias antiescravistas de seu herói. Essa seção inclui a famosa passagem

que diz: "Abolir um *status* que DEUS sancionou por todos os tempos, e que o homem levou avante, não seria apenas um roubo contra uma inumerável classe de nossos pares, mas também uma extrema crueldade para com os Selvagens Africanos, a uma porção dos quais ele salva do massacre ou da intolerável servidão no próprio país deles, trazendo-os para um estado de vida muito mais feliz." BOSWELL, James. *The life of Samuel Johnson LL.D* (2 volumes). Londres, Dent, 1906 (1791), II, p. 146-8.

7. *Ibid.*, HART, Richard. *Slaves who abolished slavery* (Vol. I: *Blacks in bondage*). Kingston, 1980, reeditado com o título *Esclavos que abolieron la esclavitud*. Havana, Colección Nuestros Países, Casa de las Américas, 1984. Apesar da amplitude e da originalidade do livro de Lewis, a literatura de relevo sobre a ideologia nativa de resistência escrava já é grande e está crescendo. Das obras em inglês, pensa-se particularmente em MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *An anthropological approach to the Afro-American past: a Caribbean perspective*. Filadélfia, ISHI, 1976; MATHURIN MAIR, Lucille. *The rebel woman in the British West Indies during slavery*. Kingston, 1975; BRATHWAITE, Edward. *Wars of respect: Nanny, Sam Sharpe and the struggle for people's liberation*. Kingston, 1977; SCHULER, Monica, "Afro-American slave culture", in CRATON, Michael (org.). *Roots and branches: current directions in slave studies*. Oxford, Pergamon, 1979, p. 121-55; FOUCHARD, Jean. *The Haitian maroons: liberty or death*. New York, 1981; PRICE, Richard (org.). *Maroon societies: rebel slave communities in the Americas* (2ª ed.). Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1979; GASPARD, David Barry. *Bondmen & rebels: a study of master-slave relations in Antigua, with implications for colonial British America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1985; BECKLES, Hilary. "The 200 years war. Slave resistance in the British West Indies: an overview of the historiography". *Jamaican Historical Review*, (13):1-10, 1982; *Black rebellion in Barbados: the struggle against slavery, 1627-1838*. Bridgetown, 1984; "Caribbean anti-slavery: the self-liberation ethos of enslaved blacks". *Journal of Caribbean History*, 22(1-2):1-19, 1988. Esse último tópico é do maior interesse para este autor, de vez que consiste em parte numa crítica a suas próprias conclusões como analista da ideologia da resistência escrava em CRATON, Michael. *Sinews of empire: a short history of British slavery*. New York, Doubleday, 1974; "The passion to exist: slave rebellions in the British West Indies, 1650-1832". *Journal of Caribbean History*, (13):1-20, 1980; "Slave culture, resistance and the achievement of emancipation in the British West Indies, 1783-1838", in WALVIN, James. (org.). *Slavery and British society, 1776-1846*. Londres, Macmillan, 1982, p. 100-22; *Testing the chains* (1982).

8. LEWIS, Matthew Gregory. *Journal of a West Indian planter*. Londres 1834, p. 228.

9. JAMES, C. L. R. *Black Jacobins*, 1938, p. 66; MINTZ, Sidney W. e HALL, Douglas G. "The origins of the Jamaican internal marketing system". *Yale University Publications in Anthropology*, (57):1-26, 1960, reeditado (com Mintz como único autor) in MINTZ, Sidney W. *Caribbean transformations*. Chicago, 1974; FRUCHT, Richard. "A Caribbean social type: neither 'peasant' nor 'proletarian'". *Social and Economic Studies*, 16(3):295-300, 1967; BECKLES, Hilary. "Slaves and the internal market economy of Barbados: a perspective on non-violent resistance". Comunicação apresentada na 20ª Conferência de Historiadores Caribenhos, St. Thomas, 1988; "Slaves as autonomous cash crop producers and retailers in Barbados, 1720-1826", in BREWER, John e STAVES, Susan, (orgs.). *The property of empire*. Londres, Routledge, no prelo, 1992; MINTZ, Sidney W. "Slavery and the rise of peasantries". In CRATON, Michael (org.). *Roots and branches: current directions in slave studies*. Oxford, Pergamon, 1979 (com comentários de Woodville Marshall, Mary Karasch e Richard Frucht), p. 213-53; CRATON, Michael. "Proto-peasant revolts? The late slave rebellions in the British West Indies, 1816-1832". *Past and Present*, (85):99-125, 1979; CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

10. HART, Richard. "The formation of a Caribbean working class". *The Black Liberator*, 2(2):131-48, 1973; BOLLAND, O. Nigel. "The Politics of freedom in the British Caribbean". Comunicação apresentada na conferência O Significado da Liberdade, Universidade de Pittsburgh, 1988; "The extraction of timber in the slave society of Belize", in BERLIN, Ira e MORGAN, Philip (org.). *Culturation and culture: labor and the shaping of slave life in the Americas*. Maryland, no prelo; GASPARD, David Barry. "Amelioration or oppression? The abolition of the slaves' Sunday markets in Antigua (1831)". Comunicação apresentada na 20ª Conferência de Historiadores Caribenhos, St. Thomas, 1988; TURNER, Mary. "Chattel slaves into wage slaves: a Jamaican case study", in CROSS, Malcolm e HEUMAN, Gad. *Labour in the Caribbean*. Londres, Macmillan, 1987; "Slaves' subsistence and labour negotiations". *Slavery and abolition*, 1991; CRATON, Michael e SAUNDERS, D. Gail. "Seeking a life of their own: aspects of slave resistance in the Bahamas". *Journal of Caribbean History*, 23(2), 1991; *Islanders*

in the stream: a history of the Bahamian people (Volume One: From aboriginal times to the end of slavery.) Athens, Georgia University Press, no prelo, Capítulo 19.

11. MORGAN, Philip. "Task and gang systems: the organization of labor in New World plantations", in STEELE, Ian K. e INNES, Stephen (orgs.). *Work and labor in early America*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1988, p. 189-220. Na Jamaica, os níveis de trabalho estabelecidos para todos os tipos de serviço agrícola pelos aprendizes em cada paróquia foram publicados nos *Jamaica Almanacks* no período 1835-1838. Isso valeria uma análise detalhada. Outro tópico geral digno de um exame é o emprego de escravos "por tarefa".
12. WILLIAMS, Eric Eustace. *Capitalism and slavery*. Londres, Deutsch, 1964, p. 197-208; CRATON, Michael. "What and who to whom and what: the significance of slave resistance", in GORDON, Barbara L. e ENGERMAN, Stanley L. *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. Cambridge University Press, 1987, p. 259-82.
13. TINKER, Hugh. *A new system of slavery. The export of Indian labour overseas*. New York, Oxford University Press, 1974. A literatura acadêmica sobre a transformação da força de trabalho escrava das Índias Ocidentais Britânicas em formas pós-escravistas é considerável, mas os trabalhos seguintes, em ordem cronológica, são particularmente relevantes: HALL, Douglas G. *Free Jamaica, 1838-1865: an economic history*. New Haven, Yale University Press, 1959; MARSHALL, Woodville. "Métayage in the sugar industry of the British Windward Islands, 1838-1865". *Jamaican Historical Review*, v. 5, 1965, p. 28-55; ADAMSON, Alan A. *Sugar without slaves: the political economy of British Guiana, 1838-1904*. New Haven, Yale University Press, 1972; MANDLE, Jay. *The plantation economy: population and economic change in Guyana, 1838-1960*. Filadélfia, Temple University Press, 1973; CRATON, Michael. *Sinews of empire* (1974), p. 293-312; "The transition to free wage labour: the case of Worthy Park, Jamaica, 1834-1846", in *Transactions of seventh Caribbean Historian's Conference*. Kingston, Jamaica, 1976, mais tarde publicado como o Capítulo 12 de *Searching for the invisible man: slaves and plantation life in Jamaica*. Cambridge, Harvard University Press, 1978, p. 274-315; MARSHALL, Woodville. *The Colthurst Journal, 1835-1838*. Milwood, KTO, 1977; HALL, Douglas G. "The flight from the estates reconsidered: the British West Indies, 1838-42". *Journal of Caribbean History*, (10-11):7-24, 1978; BOLLAND, O. Nigel. "Systems of domination after slavery: the control of land and labor in the British West Indies after 1838". *Comparative Studies in Society and History*, 23(4):591-619, 1981; GREEN, William A. "The perils of comparative history: Belize and the British sugar colonies after slavery". *Ibid.*, (26):112-25, 1984 (com resposta de Bolland); MARSHALL, Woodville. "Apprenticeship and labour relations in four Windward Islands", in RICHARDSON, *Abolition and its aftermath* (1985); WILMOT, Swithin. "Emancipation in action: workers and wage conflict in Jamaica, 1838-1840". *Jamaica Journal*, 19(3):55-62, 1986; CHACE, Russel E. "The emergence and development of an estate based peasantry in Dominica". Comunicação não publicada, 1986; MARSHALL, Woodville. "Provision ground and plantation labour: competition for resources". Comunicação apresentada na 20ª Conferência de Historiadores Caribenhos, St. Thomas, 1988; BOLLAND, O. Nigel. "The last institutionalization of planter hegemony in the colonial polity of the British West Indies after 1838". 22ª Conferência de Historiadores Caribenhos, Trinidad, 1990; CRAIG, Susan. "The popular struggle to possess the land in Tobago, 1838-1855", *Ibid.*; HIGMAN, Barry. "To begin the world anew: responses to emancipations at Friendship and Greenwich estates, Jamaica", *Ibid.*; McDONALD, Roderick. "The journal of John Andersen, St. Vicent Special Magistrate, 1836-1839", *Ibid.*; SHEPHERD, Verene. "Livestock farmers and marginality in Jamaica's sugar plantation society: a tentative analysis". *Ibid.*
14. CHACE, Russell E. "Protest in post-emancipation Dominica: the 'Guerre Nègre' of 1844". Comunicação apresentada na 18ª Conferência de Historiadores Caribenhos, 1985; MARSHALL, Woodville. "'Vox Populi': The St. Vincent riots and disturbances of 1862", in HIGMAN, Barry W. (org.). *Trade, government and society in Caribbean history: essays presented to Douglas Hall*. Kingston, 1983, p. 85-115; CRATON, Michael. "Continuity and change: the incidence of unrest among ex-slaves in the British West Indies, 1838-1876". *Slavery and Abolition*, 9(2):144-70, 1988; BRERETON, Bridget. "Post-emancipation protest in the Caribbean: the 'Belmana Riots' in Tobago, 1876". *Caribbean Quarterly*, V(30), 1984; WILMOT, Swithin. "The politics of protest in free Jamaica: The Kingston Christmas Riots, 1840 and 1841". 22ª Conferência de Historiadores Caribenhos, Trinidad, 1990; RODNEY, Walter. *A history of the Guyanese working people, 1881-1905*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1981.



15. ALEXANDRE-DEBRAY, Janine. *Schoelcher*. Paris, 1983, p. 68, cit. por BLACKBURN, *Overthrow of colonial slavery*, p. 493.
16. *Ibid.*, p. 492-8 e 501-8; HALL, Neville A. "The post-emancipation court martial in Fredericksted, St. Croix, July-August, 1848: an account and an analysis". 13ª Conferência de Historiadores Caribenhos, Guadalupe, 1981.
17. CRATON, Michael. "Forms of resistance to slavery", in KNIGHT, Franklin. *The slave societies of the Caribbean*, volume 3 de *UNESCO history of the Caribbean*, no prelo.
18. *Ibid.*; DÍAZ SOLER, Luiz M. *Historia de la esclavitud negra en Puerto Rico*. 3ª ed. Río Piedras, 1970; BALSALT, Guillermo A. *Esclavos rebeldes: conspiraciones y sublevaciones de esclavos en Puerto Rico, 1795-1873*. Río Piedras, 1982.
19. PAQUETTE, Robert L. *Sugar is made with blood: the conspiracy of La Escalera and the conflict between empires over slavery in Cuba*. Middletown, Wesleyan University Press, 1988, p. 262.
20. CRATON, Michael. "Forms of resistance to slavery"; SCOTT, Rebecca J. *Slave emancipation in Cuba: the transition to free labor, 1860-1899*. Princeton University Press, 1985; "Explaining abolition: contradiction, adaptation and challenge in Cuban slave society, 1860-1886", in MORENO FRAGINALS, M., MOYA PONS, F. e ENGERMAN, Stanley L. *Between slavery and free labor: the Spanish speaking Caribbean in the nineteenth century*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1985, p. 25-53.
21. DARITY, William Jr. "The Williams abolition thesis before Williams". *Slavery and Abolition*, 9(1):32-43, 1988; TEMPERLEY, Howard. "Eric Williams and abolition: the birth of a new orthodoxy", in ENGERMAN e SOLOW. *British capitalism & Caribbean slavery (1988)*, p. 229-57.
22. *Ibid.*, p. 1-23.
23. Mais notavelmente em favor de Williams por Myrdal (1944), os Handlins (1950), Stampf (1956), Morgan (1975), Breen e Innes (1980) e Evans (1980), e do outro, Degler (1960), Jordan (1968), Hoelink (1967) e Craven (1971). GREEN, William A. "Race and slavery: considerations on the Williams thesis". *Ibid.*, p. 25-49.
24. BECKLES, Hilary. *White servitude and black slavery in Barbados, 1627-1715*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1989.
25. KIPLE, Kenneth F. *The Caribbean slave: a biological history*. Cambridge University Press, 1984.
26. Estes incluem Robert Paul Thomas (1968), Roger Anstey (1968-76), Stanley Engerman (1972) e David Richardson, "The slave trade, sugar and British economic growth, 1748-1776", in ENGERMAN e SOLOW. *British capitalism & Caribbean slavery*, 1988, p. 103-33. Maior apoio a Williams veio de Richard B. Sheridan (1965-74), Barbara Solow ("Capitalism and slavery in the exceedingly long run", in ENGERMAN e SOLOW. *Op. cit.*, p. 51-77) e Joseph E. Inikori ("Slavery and the development of industrial capital in England". *Ibid.*, p. 79-101).
27. RAGATZ, Lowell J. *The fall of the planter class in the British Caribbean, 1763-1833*. New York, 1928; DARITY. "The Williams abolition thesis before Williams", p. 32-43.
28. MELLOR, G. R. *British imperial trusteeship, 1783-1850*. Londres, Faber, 1951; ANSTEY, Roger. *The Atlantic slave trade and British abolition, 1760-1810*. Londres, 1975; DRESCHER, Seymour. *Econocide: British slavery in the era of abolition*. Pittsburgh University Press, 1977; "The decline thesis of British slavery since econocide". *Slavery and Abolition*, 7(1), 1986; "Paradigms tossed: capitalism and the political sources of abolition", in SOLOW e ENGERMAN. *British capitalism & Caribbean slavery*, 1988, p. 191-208; WARD, John R. *British West Indian slavery, 1750-1834: the process of amelioration*. Oxford, Clarendon Press, 1988; ELTIS. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*, 1988.
29. CARRINGTON, Selwyn H. H. "Econocide - myth or reality: the question of West Indian decline, 1783-1806". *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, 36, 1984; "The American revolution and the

British West Indies economy", in SOLOW e ENGERMAN. *British capitalism & Caribbean slavery*, p. 135-62; "The state of the debate on the role of capitalism in the ending of the slave system". *Journal of Caribbean History*, 22(1-2):20-41.

30. Para os aspectos demográficos do debate sobre o antiescravidão, HIGMAN, Barry W. *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge University Press, 1976; *Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1984.

31. CRATON. *Sinews of empire*, p. 256-7: "A insensibilidade dos interesses comerciais de além-mar aos infortúnios dos servos seqüestrados e às misérias do tráfico de escravos provocou gradualmente um sentimento filantrópico que acabou exercendo poderosa influência sobre as condições de trabalho na pátria-mãe. (...) Em comparação, pouco progresso se fez até que a agitação filantrópica fosse reforçada por motivos políticos e econômicos para o abandono do tráfico como nocivo." CUNNINGHAM, William. *The growth of English industry and commerce in modern times*. Cambridge, 1907, p. 607, cit. in CARRINGTON, Selwyn. "The state of the ending of the slave system". *Journal of Caribbean History*, 22(1-2):20-41, 1988.

32. *Ibid.*, p. 6.

33. MORENO FRAGINALS, Manuel. *The sugarmill: the socioeconomic complex of sugar in Cuba*. New York, Monthly Review Press, 1976; *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar*, 2ª ed., 3 vols. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978; "Plantations in the Caribbean: Cuba, Puerto Rico, and the Dominican Republic in the late nineteenth century", in MORENO FRAGINALS, MOYA PONS e ENGERMAN. *Between slavery and free labor*, 1985, p. 3-23.

34. ZANETTI, Oscar e GARCÍA, Alejandro. *Caminos para el azúcar*. Havana, Ediciones Ciencias Sociales, 1987; STUBBS, Jean. *Tobacco on the periphery: a case study in Cuban labour history, 1860-1958*. Cambridge University Press, 1985; RAMOS MATTEI, Andrés. *La hacienda azucarera: su crecimiento y crisis en Puerto Rico (siglo XIX)*. San Juan, Centro de Estudios Porto-Riquenhos, 1981; "Technical innovations and social change in the sugar industry of Puerto Rico, 1870-1880", in MORENO FRAGINALS, MOYA PONS e ENGERMAN. *Between slavery and free labor*, p. 158-79; NISTAL-MORET, Benjamin. "Problems in the social structure of slavery in Puerto Rico during the process of abolition, 1872". *Ibid.*, p. 141-156; MOYA PONS, Frank. "The land question in Haiti and Santo Domingo: the sociopolitical context of the transition from slavery to free wage labor, 1801-1843". *Ibid.*, p. 181-213; SCARANO, Francisco. *Sugar and slavery in Puerto Rico: the plantation economy of Ponce, 1800-1850*. Madison University Press, Wisconsin, 1984; "Explaining slavery: peasants, bureaucrats, and the failure of labour control in Puerto Rico, 1750-1820". Comunicação não publicada, Amsterdam, 1988; BERGARD, Laird W. *Coffee and the growth of agrarian capitalism in nineteenth century Puerto Rico*. Princeton, 1983; CUBANO, Astrid. "Trade and sugar monoculture in Puerto Rico: the sugar crisis in the Arecibo region, 1878-1898". 20ª Conferência de Historiadores Caribenhos, St. Thomas, 1988; SAN MIGUEL, Pedro. *El mundo que creó el azúcar: las haciendas en Vega Baja, 1800-1873*. Rfo Piedras, 1989; BAUD, Michiel. "The First World War and the Dominican-German tobacco trade: long term processes of regional change". *Ibid.*; ANON (Força-Tarefa de História, Centro de Estudos Porto-Riquenhos). *Labor migration under capitalism: the Puerto Rico experience*. New York, Monthly Review Press, 1979; BOOMGAARD, Peter e OOSTINDIE, Gert (orgs.). "Changing sugar technology and the labour nexus". *Nieuw Westindische Gids*, 1989.

35. SCOTT, Rebecca J. *Slave emancipation in Cuba*, 1985; "Explaining abolition: contradiction, adaptation and challenge in Cuban slave society, 1860-1886". *Comparative Studies in Society and History*. XXVI:83-111, 1984; e in MORENO FRAGINALS, MOYA PONS e ENGERMAN. *Between slavery and free labor*, 1985, p. 25-52.

36. CRATON, Michael. "Commentary: the search for a unified field theory", in BOOMGAARD e OOSTINDIE. "Changing sugar technology and the labour nexus" (1989), p. 135-42; WARD, John. "The amelioration of British West Indian slavery, 1750-1834: technical change and the plough", *ibid.*; SHERIDAN, Richard B. "Changing sugar technology and the labour nexus in the British Caribbean, 1750-1900, with special reference to Barbados and Jamaica", *ibid.*; STIPRIAN, Alex van. "Changing sugar technology and the labour nexus, Suriname, 1750-1900", *ibid.*; TOMICH, Dale. "Sugar Technology and slave labor in Martinique, 1830-1848", *ibid.*

37. CRATON. "Unified field theory", 1989 p. 135-40. Minha conclusão geral foi: "A mudança (inclusive a mudança tecnológica) foi impulsionada, em última instância, pela busca do lucro em face do preço mundial do açúcar. Mas ela foi limitada não tanto pela disponibilidade de capital ou de mão-de-obra quanto pela disponibilidade de terra – abundante, barata, fértil e politicamente desembaraçada –, de vez que o capital assim como a mão-de-obra prontamente migrariam ou se tornariam disponíveis em tais áreas, e apenas em tais áreas", *ibid.*, p. 140-1.

38. Ver, por exemplo, RICHARDSON, Bonham C. "Freedom and migration in the Leeward Caribbean, 1838-1848". *Journal of Historical Geography*, (6):395-405, 1980; *Caribbean migrants: environment and human survival on St. Kitts and Nevis*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1983; *Panama money in Barbados, 1900-1920*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1985; PETRAS, Elizabeth McLean. *Jamaican labor migration: white capital and black labor, 1850-1930*. Boulder, Westview, 1988; KARCH, Cecília. "The role of the Barbados: Mutual Life Assurance Society during the international sugar crises of the late nineteenth century". 12ª Conferência de Historiadores Caribenhos, Trinidad, 1980; "The growth of the corporate economy in Barbados: class or race factors, 1890-1977", in CRAIG, Susan. *The contemporary Caribbean: a sociological reader* (vol. 1). Port of Spain, 1982.

39. BOLLAND, O. Nigel "Systems of domination after slavery: the control of land and labor in the British West Indies after 1838". *Comparative Studies in Society and History*, 26(1):591-619, 1981; "The politics of freedom in the British Caribbean", in DRESCHER, Seymour e McGLYNN, Frank. *The meaning of freedom: the dynamics of race and class in post slavery societies in the New World*. University of Pittsburgh Press, no prelo; BAUD, Michiel. "Sugar and unfree labour: reflections on labour recruiting in the Dominican Republic, 1870-1940". Amsterdam, 1988; FOX-GENOVESE, Elizabeth e GENOVESE, Eugene D. *Fruits of merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*. Oxford University Press, 1983; HOEFTE, Rosemarija. "Plantation labor after the abolition of slavery, Suriname, 1880-1930", *ibid.*; JOHNSON, Howard. "A modified form of slavery: the credit and truck system in the Bahamas in the nineteenth and early twentieth centuries". *Comparative Studies in Society and History*, 28(4):726-58, 1986.

## SUMMARY

### The transition from slavery to free wage labour in the Caribbean, 1780-1890: a survey with particular reference to recent scholarship

This paper attempts the daunting but worthwhile task of surveying the transition from slavery to free wage labour throughout the entire Caribbean region over more than a century – roughly 1780-1890 – through a critical analysis of recent scholarship. This task is approached on three broad but convergent lines.

The starting point of the first main section is the continuing controversy about the nature of the Haitian Revolution, counterposing those like Genovese and Blackburn who see it as a local feature of a worldwide phase of revolutions, with those like Geggus or Lewis who stress localised causes and an autochthonous slave ideology of resistance. From a belief in continuities and a contention that slaves were the critical actors in the achievement of their own independence and the shaping of their post-emancipation lifestyles come interpretations that not only are post-emancipation incidents of popular unrest echoes of slave resistance, but that the slaves also exhibited proto-peasant and even proto-proletarian modes.

Secondly, the paper looks at economic interpretations of the transition from slave to free wage modes of production, largely through a discussion of the current state of the long-running debate over the arguments of Eric Williams. To those like Anstey, Drescher and Eltis who use sophisticated economics to sustain a belief that slave abolitionism, since it was uneconomic, was otherwise motivated, are counterposed diehard Williamsites like Carrington. While acknowledging the force of some of the anti-Williams arguments, the paper favours a multicausal approach, and suggests that both Williams and his critics have concentrated too much on the case of the British Empire.

The third broad section looks at the way in which the study of the later stages of the transitional process – involving the successive emancipation of the French, Danish, Dutch, Dominican, Puerto Rican and Cuban slaves – has concentrated on a different and largely discrete set of questions and arguments, which surfaced most notably in the Santo Domingo symposium.



sium of 1985 involving such potent analysts as Moreno Friginals, Engerman and Scott, and at another in Amsterdam in 1988 with an almost entirely different set of participants under the leadership of Boomgard and Oostindie. What this paper hopes to show is that the seeming discontinuity is largely false, the product not only of scholarly compartmentalism and different historiographical traditions, but of the failure to recognise continuities in the general process, and the way in which the changing world was itself in part a cumulative product of the process that had begun in the 1780s. It also suggests relevant topics, such as the migration of capital and labour in the region in the free trade era, call for more – and especially more integrated – scholarly work.

If there is an overall conclusion to the paper, it is that the drift of current scholarship is – or ought to be – to reveal that the key constants include not only imperial forces and external ideologies, but the persistent resistance of the ordinary labourer to oppression in whatever form – whether or not this is articulated as the emergence of a proletarian consciousness in dialectical conflict with a developing worldwide bourgeois capitalism.

The paper is fully annotated, and its notes together provide a fairly exhaustive conspectus of the scholarly literature in English on the subject, with a concentration on works published since about 1975.

## RÉSUMÉ

### La transition entre l'esclavage et le travail libre rémunéré dans les Caraïbes de 1780 à 1890: une étude générale de la question avec mention particulière concernant la production universitaire récente

Par cette communication, l'auteur s'acquitte d'un devoir aussi intimidant que gratifiant: celui de présenter une étude générale de la transition entre l'esclavage et le travail libre rémunéré telle qu'elle s'est déroulé pendant plus d'un siècle – grosso modo de 1780 à 1890 – sur toute l'étendue de la région des Caraïbes. Il se base pour cela sur une analyse critique de la production universitaire récente, selon une approche qui combine trois perspectives à la fois amples et convergentes.

Une première grande partie prend comme point départ une controverse persistante: celle qui concerne la révolution haïtienne. Elle oppose ceux qui, comme Genovese et Blackburn, y voient la manifestation locale d'une phase révolutionnaire mondiale à ceux qui, comme Geggus ou Lewis, mettent en valeur les causes d'origine locale et l'idéal de résistance que s'étaient forgé les esclaves de cet endroit. Certaines interprétations ont pour origine une croyance dans la continuité et une conviction selon laquelle les esclaves ont été les acteurs critiques de la conquête de leur propre indépendance. Elles se basent sur la description de leur styles de vie après l'indépendance. D'après elles, les incidents dus à l'agitation populaire qui a suivi l'indépendance n'étaient pas seulement l'écho de la résistance contre l'esclavage. Ils révélaient aussi chez les esclaves des manières d'agir proto-paysannes et mêmes proto-prolétariennes.

Dans un deuxième temps, l'article passe en revue les interprétations économiques de la transition entre l'esclavage et le travail libre rémunéré. Il s'appuie

pour cela largement sur une étude de l'état actuel d'un débat déjà ancien concernant les arguments avancés par Eric Williams. D'un côté, se trouvent ceux qui, comme Anstey, Drescher et Eltis, se servent de démonstrations économiques sophistiquées pour fonder une conviction selon laquelle l'abolition de l'esclavage était anti-économique et qu'elle avait par conséquent d'autres motivations. L'auteur leur oppose ceux qui, comme Carrington, adoptent inconditionnellement les thèses de Williams. Tout en reconnaissant la force de certains arguments contre Williams, l'article plaide en faveur d'une approche multi-causale et soutient que Williams, aussi bien que ceux qui le critiquent se sont trop fixés sur le cas de l'Empire britannique.

Dans une troisième grande ligne, l'auteur se penche sur la façon dont les études consacrées aux étapes tardives du processus de transition (et cela concerne également l'émancipation des esclaves français, allemands, dominicains, porto-ricains et cubains) se sont concentrées sur un ensemble de questions à la fois diversifié et d'une grande discontinuité. Cela est apparu d'une façon tout à fait notable lors du symposium de Saint Domingue en 1985 auquel ont participé des analystes de la taille d'un Moreno, d'un Friginals, d'un Engerman ou d'un Scott, et lors du symposium d'Amsterdam, en 1988, qui a réuni un ensemble presque totalement différent de participants sous le leadership de Boomgard et de Oostindie. Ce que l'article veut montrer, c'est que cette apparente discontinuité est en grande partie fautive et qu'elle est dûe non

seulement à un travers universitaire qui porte à tout compartimenter ou à des traditions historiographiques différentes, mais encore à une certaine incapacité à reconnaître les continuités présentes dans le processus général ou à admettre qu'à sa manière, ce monde en changement représentait, lui aussi, le produit cumulatif du processus qui avait pris naissance aux environs de 1780. L'auteur souligne d'autres aspects importants tels que la migration du capital et du travail dans la région à l'époque du libre commerce. Ils demanderaient d'autres travaux universitaires et tout spécialement des travaux plus intégrés.

La conclusion générale de l'article, si elle existe, c'est que la tendance universitaire actuelle a – ou de-

vrait avoir – pour but de révéler que les constantes clé n'englobent pas seulement les forces impériales et les idéologies externes mais aussi la résistance persistante des simples travailleurs à l'oppression. N'importe quel moyen est alors bon, qu'il soit ou non perçu comme l'émergence d'une conscience prolétarienne en conflit dialectique avec le capitalisme bourgeois dans son expansion mondiale.

Cet article offre une grande quantité de notes. Elle donnent un aperçu général réellement exhaustif de la littérature universitaire en langue anglaise sur ce sujet. Cette bibliographie se concentre sur les oeuvres publiées depuis la moitié des années 70.

# A transição da mão-de-obra escrava para a livre: historiografia recente e comparação de dois casos ilustrativos: Rio Bonito e Vassouras (1870-1890)\*

Nancy Priscilla B. Naro\*\*

\* Comunicação apresentada no XIV International Congress of the Latin American Studies Association, de 4 a 6 de abril de 1991, em Washington, D.C. Traduzido do original "Recent historiography on the transition from slave to free labor: a test case from two 'municípios': Rio Bonito and Vassouras (1870-1890)" por Mônica Magnani Monte. Recebido para publicação em fevereiro de 1992.

\*\* Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Nas Américas, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre envolveu muitas formas diferentes de mão-de-obra e de distribuição de terras que afetaram escravos, lavradores sem terra e grandes produtores rurais. Diferentemente do que sucedeu no Haiti e no Sul dos Estados Unidos, o processo brasileiro de emancipação ocorreu de forma gradual e não esteve sujeito a mudanças estruturais de vulto. A Lei de Terras (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885) foram etapas fundamentais de um processo contínuo de participação do Estado na estruturação do mercado de trabalho livre.<sup>1</sup>

Análises atuais sobre o final do século XIX definem o Estado como seu próprio agente, envolvido num curso de modernização sem grandes rupturas com o passado e com raízes no processo de transição do liberalismo presente no império para a república da década de 1890. Através de alianças inter-regionais, a classe senhorial conduziu o processo gradual de estruturação do mercado de trabalho livre e a passagem do império para a república, em

1889, enfatizando a continuidade lado a lado com a modernização.<sup>2</sup> Apoiada pelas Forças Armadas e aliada aos setores industriais e financeiros emergentes, embora ainda inexpressivos, a classe senhorial contribuiu para a formação, na terminologia de Marcelo Carmagnani, de um "Estado Oligárquico", ou seja, uma próspera economia periférica dependente baseada na produção de café para o mercado mundial.<sup>3</sup>

Hoje, adquiriu maiores dimensões o processo que até pouco tempo se encontrava associado ao setor exportador de café e à urbanização e industrialização relacionadas com esse setor. Segundo uma nova abordagem histórica, o "ruralismo" – movimento que tinha no campo as bases para uma "modernização conservadora" e que era amplamente apoiado pela sociedade civil – pressionava o Estado a adotar incentivos, tais como a produção diversificada, a mecanização agrícola e as garantias de pequenas propriedades, de modo a manter a mão-de-obra rural no campo durante a Primeira República.<sup>4</sup>

A transição da mão-de-obra escrava para a livre e as mudanças políticas resultantes da passagem da monarquia para a república também foram um reflexo do deslocamento do eixo econômico na direção da região Centro-Sul do país. Nesse período, o café já havia substituído o açúcar como produto primário dinâmico na economia exportadora brasileira e o Centro-Sul tinha tomado o lugar do Nordeste como principal região exportadora.<sup>5</sup> O Centro-Sul – especificamente as regiões Nordeste e Oeste de São Paulo, a Zona da Mata no Sudeste de Minas Gerais, a região Leste do Vale do Paraíba e a região Nordeste da província do Rio de Janeiro – experimentava um crescimento da economia do café.

Estudos regionais recentes vêm ilustrando de que forma as diversas abordagens lidam com a formação do mercado de trabalho livre nessas regiões. Ana Lúcia Duarte Lanna afirma que em Minas Gerais – a província mais povoada, com a maior população escrava na segunda metade do século XIX – a produção de café não incorporou as principais mudanças tecnológicas e enfrentou uma disponibilidade reduzida de terras para expansão após 1890. A mão-de-obra local, contratada em bases salariais permanentes, sazonais ou diárias, era utilizada nas pequenas produções agrícolas para abastecer tanto o próprio mercado da província quanto os do Rio e São Paulo. Em Minas Gerais, portanto, o processo de transição para a mão-de-obra livre se deu através da mão-de-obra “nacional”, e não através da imigração estrangeira.

Na década de 1870, não faltavam terra, capital nem crédito na região Oeste de São Paulo; os fazendeiros, porém, reclamavam da escassez de mão-de-obra. A introdução de máquinas que faziam o trabalho dessa mão-de-obra assim como o fornecimento de mão-de-obra livre e escrava oriundas de outras províncias e de áreas menos dinâmicas de São Paulo amenizaram um pouco essa escassez.

Segundo Verena Stolcke, a passagem para a mão-de-obra livre remonta à década de

1840, com as experiências de importação de trabalhadores europeus feitas por Nicolau Vergueiro.<sup>6</sup> Na década de 1890, os contratos de trabalho e o subsídio governamental à imigração substituíram a escravidão. No entanto, tais soluções não foram satisfatórias por envolverem alta rotatividade de mão-de-obra.<sup>7</sup> Após analisar uma variedade de contratos de trabalho de século XIX, da parceria ao colono, passando pelo arrendamento, Stolcke argumenta que as relações sociais mantiveram características pré-capitalistas no período imediatamente após a emancipação, afirmação semelhante a outra feita anteriormente por José de Souza Martins. Para Stolcke, a negociação era a palavra de ordem para os colonos, que exigiam o direito de cultivar produtos alimentícios além do café. No entanto, a longo prazo, a classe senhorial estruturou o mercado de trabalho em torno da “mão-de-obra nacional”, fato observado em muitas outras regiões brasileiras.

Na província do Rio de Janeiro, a produção de açúcar assim como a ascensão e declínio do café imprimiram os contornos da transição da mão-de-obra escrava para a livre. Os avanços tecnológicos foram insignificantes e os fazendeiros dependiam da constante disponibilidade de terras e reposição de mão-de-obra. Nas principais cidades produtoras de café no Oeste do Vale do Paraíba, onde, por volta da metade do século, praticamente já não havia mais terras devolutas, a mão-de-obra escrava continuou a satisfazer às exigências da economia dinâmica do café até boa parte da década de 1880. Nas outras regiões da província fluminense, onde ainda havia terras para compra ou para ocupação efetiva, os pequenos produtores cultivavam o café ao lado de produtos básicos destinados ao abastecimento do mercado interno. Ao longo do século XIX, a população de lavradores aumentou nessas áreas, representando uma força de trabalho alternativa, livre e “nacional” para a mão-de-obra escrava.

Em conjunto com os estudos recentes de natureza regional sobre a transição da mão-



de-obra escrava para a livre, tem-se procedido a uma revisão da historiografia dominante sobre o sistema de *plantation*, que se apoiava na mão-de-obra escrava em grande escala e era responsável pelo fornecimento de um único produto para o mercado internacional. Inúmeras análises a nível regional e local surgiram em decorrência dos estudos pioneiros de Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ciro Flamarion Cardoso sobre a história agrária e a provisão de gêneros alimentícios.<sup>8</sup> Enfatizar a importância das redes de mercado interno regional e local, assim como da produção de subsistência para o passado econômico do Brasil, levou a descobertas teóricas inovadoras que apontam para uma economia mais complexa que a economia de exportação cíclica e dependente apresentada por Roberto Simonsen, Celso Furtado e Caio Prado Júnior.<sup>9</sup>

A historiografia revisionista sobre põe, à história econômica cíclica do Brasil, os estudos dos mercados locais, dos sistemas de transporte e dos métodos de produção que costumavam acompanhar o complexo da *plantation*. O engenho de açúcar e a plantação de café geraram formas locais de acumulação de capital que passaram despercebidas aos olhos de historiadores preocupados apenas com as dinâmicas da economia externa.

João Luís Ribeiro Fragoso argumenta, por exemplo, que o Brasil apresenta um caso típico de acumulação de capital, com uma relação de interdependência entre o capital mercantil e o gerado na esfera da produção local. Os engenhos de açúcar e as fazendas de café operavam ao lado de formas não-capitalistas de produção de gêneros (escravos e camponeses). Segundo Fragoso, a produção não-capitalista gerava um capital circulante que mantinha uma relação simbiótica com o capital acumulado através da circulação de mercadorias para a exportação.<sup>10</sup>

Ele argumenta, ainda, que as tendências das curvas de produção de gêneros alimentícios para o mercado interno eram diferentes da-

quelas para o açúcar e o café visando ao mercado externo. Através de um levantamento de preços no início do século XIX, Fragoso concluiu que o mercado interno continuava dinâmico, mesmo nos momentos de crise do setor açucareiro.

Hoje, os municípios fluminenses produtores de alimentos, que antes quase não despertavam interesse devido à sua contribuição insignificante para a economia de exportação, são o foco da pesquisa revisionista. Esses municípios chamaram a atenção enquanto economias nas quais os alimentos produzidos em pequena escala circulavam nos mercados locais e regionais, além de contribuírem para os complexos meios de acumulação de capital no Brasil. Consultas suplementares nos arquivos locais realizadas segundo as linhas estabelecidas por Stanley Stein no final da década de sessenta deste século permitiam análises cuidadosas sobre os pequenos lavradores semi-autônomos, os escravos e libertos, bem como um estudo sobre a ocupação de terras feitas de modo formal ou não (sem contar a tríade crime-amor-lazer – temas interligados que desviam um pouco o foco das atenções da classe senhorial, dando um novo contorno à história).<sup>11</sup>

De um modo geral, os pequenos produtores ligados a uma produção extensiva tinham possibilidade de entrar no mundo de senhores e escravos na condição de proprietários de escravos. Eles ocupavam sítios ou *situações* (pequenas lavouras) em terras alienadas, obtendo empréstimos com os senhores de terra ou com os pequenos comerciantes locais. Tal fato sugere que os adiantamentos de crédito no Brasil talvez tenham sido feitos de modo semelhante à *tienda de raya*, conhecida na América Latina hispânica por fixar a mão-de-obra na terra através de seu endividamento permanente.

A recente historiografia regional tem dado mais importância à questão do trabalho do que à da terra, evidenciando o papel decisivo do primeiro no processo de transição. Nosso estudo argumenta que a questão da mão-de-obra estava diretamente relacionada com a posse de

*facto e de jure* de terras e das benfeitorias nelas realizadas.

Até a metade da década de 1870, os conflitos relacionados com a terra eram menos importantes do que os relacionados ao trabalho escravo. Na última década antes da emancipação, as questões ligadas à ocupação efetiva da terra, em oposição à sua posse legal, tornaram-se intimamente relacionadas à questão do *direito* sobre as benfeitorias incorporadas à propriedade. Conseqüentemente, as tensões provenientes das disputas pelas benfeitorias entre lavradores sem terra e fazendeiros que dependiam desses lavradores para garantir a produção de uma agricultura orientada para o mercado externo trouxeram à tona estratégias divergentes de sobrevivência que integravam o quadro das disputas em torno da mão-de-obra durante a transição para o mercado de trabalho livre. Além disso, os lavradores sem terras viam-se diante de um dilema, ou seja, entre suas próprias estratégias de sobrevivência, oriundas de um estilo de vida seminômade envolvendo a produção de subsistência, e a incompatibilidade desse estilo de vida com as rápidas transformações que ocorriam nas relações entre trabalho e terra no período de 1870 a 1890.

Escravos, ex-cativos, lavradores sem terras e a classe senhorial se confrontaram em incidentes isolados, registrados nos casos de apelação, inventários, relatórios oficiais e nos jornais. Quando considerados coletivamente, esses incidentes pressupõem que os conflitos sociais foram instrumentos tanto da reorganização das relações sociais no campo, quanto da organização do mercado livre no período em questão.

A categoria dos requerentes sem terras incluía posseiros, arrendatários e parceiros. Conforme as definições encontradas na documentação da época, os *posseiros* eram aqueles que efetivamente ocupavam terras sobre as quais não tinham nenhum título de propriedade. Os *arrendatários* (foreiros) pagavam ao proprietário das terras uma quantia acordada

(geralmente renegociada todo ano) para fazer uso de um domínio útil da terra. Os *parceiros* eram homens livres que celebravam um acordo com o dono da terra, que era quem estipulava as tarefas e a parte na colheita.

Para identificar esses requerentes, usarei o termo "portadores de direitos costumeiros", uma vez que, como será demonstrado, pequenos produtores sem terra perceberam que tinham um direito regulado pelo uso das colheitas, edificações e outras benfeitorias, tivessem ou não direito legal sobre a terra. Essa questão, que surgiu como um dado central das disputas nas décadas anteriores à abolição, gerando estratégias alternativas de sobrevivência àquelas da classe senhorial, é um tema vital e relevante nas disputas de terra no Brasil rural de hoje.

---

## DOIS MUNICÍPIOS

---

Para fins ilustrativos, procederemos à comparação entre o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre nos municípios de Vassouras e Rio Bonito. O ciclo do poder e decadência do café foi analisado por Stanley Stein no seu estudo pioneiro sobre Vassouras.<sup>12</sup> Esse município ainda hoje preserva um aspecto urbano elegante, com suas luxuosas fazendas de café (*plantations*) espalhadas pelas margens do Rio Paraíba do Sul. Com uma população que oscilava entre 35 mil e 39 mil habitantes no início da década de 1870, Vassouras era um importante município exportador de café, localizado nas serras do Vale do Paraíba, onde se tinha a maior produção mundial de café no período em estudo. A nobreza de Vassouras zelava pelos seus interesses políticos e sociais, diversificando a economia através de um estreito contato com políticos, comissários do café e banqueiros radicados na Corte, no Rio de Janeiro. Em Vassouras, os fazendeiros locais defenderam uma forma de agricultura bastante extensiva até a última década de escravidão, atendo-se ao sistema de

trabalho escravo apesar das crises na economia do café, da escassez de terras e da transição gradual da mão-de-obra escrava para a livre que se verificava no resto do país.

No outro município, Rio Bonito, localizado na microrregião de restinga a 60 quilômetros a Nordeste de Niterói, com 25 mil habitantes em 1872,<sup>13</sup> a produção local de café, açúcar e outros gêneros alimentícios era voltada para os mercados locais e regionais, que, por sua vez, abasteciam o Rio e Niterói. A disponibilidade de terra estava atraindo a mão-de-obra livre, a ponto de, na década de 1870, os escravos somarem apenas um terço da população local. Em Rio Bonito, onde apenas pouquíssimos fazendeiros tinham contatos na Corte, havia condições de se efetuar uma transição mais afinada com o resto do país, visando a um tipo de agricultura diferente da verificada nos municípios do café, aqui representado por Vassouras. Em Rio Bonito, a transição do trabalho escravo para o livre se fez de modo a acomodar a natureza semi-autônoma dos homens livres a uma economia de subsistência voltada para o mercado regional.

Em ambos os municípios, as ocupações de terras se faziam, inicialmente, pelas sesmarias ou pela ocupação pura e simples de terras devolutas. As leis que regiam as doações de sesmarias restringiam a quantidade de terra a ser doada e exigiam a ocupação efetiva. Já na posse de terra por ocupação efetiva, a extensão da ocupação e o uso que se fazia da terra variavam de acordo com a intenção do ocupante. A doação por sesmarias foi revogada em 1822, o que tornou a ocupação efetiva a única forma de apropriação de terras no Brasil. A Lei de Terras (1850) reconheceu as sesmarias existentes e os pedidos de acesso às terras disponíveis, desde que fossem registradas nas paróquias locais, como prova de ocupação e cultivo do solo. A partir dessa data, a

compra se tornou o único meio de acesso às terras desocupadas.

Segundo um relatório oficial de 1843, nessa época já não havia mais terras devolutas em Vassouras, nem em muitos dos municípios produtores de café situados no Vale do Paraíba. Stanley Stein identifica o período de 1830 a 1850 como aquele em que o rápido acúmulo de fazendas nas mãos de proprietários particulares começou a se tornar incompatível com a presença dos posseiros.<sup>14</sup> Segundo ele, embora os pequenos produtores de gêneros alimentícios "continuassem a existir mesmo depois do período compreendido entre 1830 e 1850, eles foram rapidamente adquirindo uma posição inferior, à medida que a riqueza do município passava a ser sinônimo de café produzido nas grandes fazendas". Além disso, a produção de café invadiu os lotes de subsistências ocupados de maneira informal, dentro e fora dos limites das fazendas, acarretando escassez local de gêneros alimentícios básicos.

Na região de planície e restinga onde se localiza Rio Bonito, a produção de café começou mais tarde do que no Vale do Paraíba e o ciclo de desmatamento e esgotamento do solo se estendeu por mais tempo. O café da região, de qualidade inferior àquele produzido nas terras mais altas, era comercializado no mercado local e interno. Nas décadas de 1840 e 1850 havia terra em quantidade em Rio Bonito. O desmatamento e o povoamento propiciaram a expansão de estradas para o Leste, atravessando os municípios produtores de mandioca, café e açúcar. Indo em direção à Baía de Guanabara, o café seguia para o porto da cidade do Rio de Janeiro, em canoas e barcas. Ao contrário de Vassouras, onde a produção de café deslocou a pequena produção de gêneros alimentícios, Rio Bonito conciliou essas duas produções, visando atender às crescentes demandas do mercado regional.

NO ÂMAGO DA TRANSIÇÃO DO TRABALHO  
ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE:  
USO COSTUMEIRO 'VERSUS' REIVINDICAÇÕES  
LEGAIS DE POSSE DE BENFEITORIAS

Até 1870, nos dois municípios eram raras as controvérsias sobre benfeitorias em terras onde não houvesse disputas pela posse legal. Nas fazendas de café, era comum a existência de uma moradia, jardim, pasto para gado de pequeno porte e lotes de terras dentro dos limites de uma unidade de pastagem, o que permitia aos lavradores sem terras o acesso a uma infra-estrutura de transporte, crédito e venda do excedente da produção, não disponíveis de imediato em áreas mais remotas. A posse de benfeitorias, incluindo-se a safra de alimentos, era transferida de maneira informal para esses produtores sem terra, cujas solicitações costumavam ser reconhecidas pelos proprietários das terras. No caso da morte de um proprietário, as unidades de produção dentro dos limites das fazendas de café, incluindo as moradias, benfeitorias e produção, eram avaliadas como parte da propriedade e herdadas intactas pelos descendentes.

Nessa época, as questões relacionadas à posse de benfeitorias não eram alvo de muitas atenções. A partir do final da década de 1870, no entanto, verificou-se uma exacerbação das tensões sociais, em face da oferta decrescente de mão-de-obra escrava e terras virgens, aliada ao aumento do preço de ambas.

A queda do preço do café no mercado internacional, a restrição ao crédito e o aumento do custo da mão-de-obra escrava, ante sua rarefação nos mercados local e regional, vieram se juntar aos problemas de esgotamento do solo e condições climáticas desfavoráveis, delineando o quadro responsável pelas crises dos anos de 1870 e 1880. Paralelamente, a classe senhorial se via pressionada pelo movimento abolicionista; diante de um *hem* em imi-

nente extinção, a terra se capitalizava, ou seja, diante da escassez da mão-de-obra e de terras virgens, as benfeitorias, realizadas através de contratos verbais ou formais, aumentavam o valor das terras. Tal fato fez com que as benfeitorias passassem a nortear inúmeras disputas judiciais, exteriorizando conflitos subjacentes às transformações em curso nas relações sociais de produção.

Nesse período, tanto em Vassouras quanto em Rio Bonito, os senhores de terras começaram a exigir os pagamentos de empréstimos feitos aos pequenos produtores. Eles pressionavam esses produtores no sentido de se obter acordos formais que servissem de garantia de algum retorno regular pelo uso de suas terras, além de não se mostrarem muito inclinados a reconhecer o direito sobre benfeitorias e colheitas, inclusive. Uma análise dos inventários de pequenos produtores, donos de seis escravos, ou menos, no município de São Gonçalo, situado na planície, comprova o aperto no crédito e o aumento das taxas de juros dos pequenos empréstimos, o que levou ao endividamento crescente e ao conseqüente empobrecimento desses agentes no decorrer da segunda metade do século XIX, especialmente depois de 1870.<sup>15</sup> Os portadores de direitos costumeiros, sem amparo legal contra os efeitos da crise do café, viam-se diante dos mesmos problemas que afetavam os abastados proprietários nesse momento: escassez de mão-de-obra, baixa produtividade agrícola e declínio dos preços do café. Com minguados rendimentos, ficava difícil cumprir com as obrigações financeiras. Nos dois municípios, há mais duas questões-chave por trás dessas tensões: a substituição dos contratos por acordos pessoais e informais e a posse por costume em oposição à posse legal sobre benfeitorias realizadas nas terras. No âmago dessas tensões estaria a questão do usufruto.



## AS ORIGENS DAS TENSÕES SOCIAIS

Nos municípios de Rio Bonito e Vassouras das décadas de 1880 e 1890, os casos de despejo revelam consideráveis fontes de tensões associadas à formação do mercado de trabalho livre que se refletiram nas disputas em torno do valor das benfeitorias realizadas na terra. Possesores e aqueles que tinham o direito legal à terra foram os pivôs dessas tensões sociais.

Como já vimos, as benfeitorias foram a causa dessas tensões, que realçaram estratégias de sobrevivência divergentes – estratégias integrantes da disputa pela mão-de-obra no período de transição para um mercado de trabalho livre. As disputas revelam a incompatibilidade entre a agricultura de subsistência em pequena escala e os contratos que sujeitavam os produtores às exigências de produção visando ao mercado. Em sua maior parte, os casos de despejo revelam as dificuldades de se acomodar o trabalho seminômade às pressões de um mercado crescente de gêneros alimentícios, particularmente no momento em que aumentava o valor de mercado das benfeitorias, em resposta à escassez crescente de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Normalmente, o não-cumprimento dos contratos e das tarefas a serem feitas na fazenda, a falta de pagamento dos aluguéis, os danos irreparáveis cometidos pelos lavradores e as trapagens na colheita do café eram as justificativas dos proprietários de terras para as ações de despejo. Esses proprietários afirmavam que os lavradores viam apenas as suas próprias necessidades e interesses, esquecendo-se de tarefas importantes como, por exemplo, retirar a grama e as ervas daninhas que se acumulavam sob os cafezais, o que levava a uma queda da produtividade.

Em Vassouras e Rio Bonito, a necessidade de capital levou os proprietários de terras a moverem ações de despejo contra os parceiros e arrendatários sem indenizá-los pelas benfeitorias, a menos que houvesse um contrato por

escrito. Uma cláusula da legislação de 1885 (a regulamentação 9.549), segundo a qual uma pessoa não podia hipotecar o que não era seu, enfraqueceu a posição dos arrendatários e parceiros, que davam as benfeitorias como garantias em empréstimos ou outros contratos de crédito. Num processo do final da década de 1880, uma decisão que embargou a venda de uma *situação* (uma pequena lavoura situada em terras alienadas) argumentava que não se podia vender uma propriedade sem uma prova de sua posse legal.

A partir dessa decisão, práticas que antes eram comuns como, por exemplo, a venda ou troca de *situações* pelos lavradores sem terras ficaram sujeitas às injunções da classe dos proprietários de terras. Além de garantir a posse legal da terra, essa decisão introduziu um precedente para fixar o trabalhador à terra – um dos principais objetivos da classe senhorial naquela época. Por outro lado, diante das ameaças à sua própria sobrevivência, os portadores de direitos costumeiros contestavam as ações de despejo, apontando tanto para a vigência dos contratos como para a impossibilidade de deixarem suas benfeitorias antes da colheita, a menos que fossem indenizados.<sup>16</sup> Eles procuravam provar que não eram nada preguiçosos quando a sua única fonte de renda estava em jogo. Nos quase 25 processos analisados, embora os dados sejam pouco representativos do ponto de vista estatístico, descobri que, geralmente, os argumentos dos arrendatários e parceiros eram levados em consideração e seus direitos às benfeitorias e cultivos eram mantidos até a colheita.

## O LEGADO DA EMANCIPAÇÃO: VASSOURAS

No Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre teve uma relação direta com os efeitos da produção de café e alimentos sobre a mão-de-obra e a distribuição da terra. A historiografia convencional

relata que, após a década de 1860, os prósperos fazendeiros do Vale do Paraíba reuniram seus pertences, dinheiro e escravos e migraram na direção das fronteiras em expansão do café em São Paulo. Nas décadas que se seguiram, o esgotamento do solo, o declínio na produção de café, a escassez de mão-de-obra local e a falta de capital para diversificar a produção desferiram um golpe mortal na agricultura e contribuíram para o enfraquecimento e conseqüente êxodo de fazendeiros de café já endividados. Em Vassouras, município exportador de café, a escassez de mão-de-obra que se seguiu à emancipação dos escravos praticamente arruinou as fazendas e as bases sócio-político-econômicas das elites locais, representadas na figura dos barões do café. Já empobrecidos, vários deles, que antes estiveram à frente das mudanças nas relações sociais de produção, enfrentaram mais uma humilhação quando o governo republicano extinguiu todos os títulos de nobreza.<sup>17</sup>

O escritor brasileiro Coelho Neto apresenta uma versão romanceada da decadência da terra e da miséria enfrentada pelo principal baluarte da produção cafeeira, o escravo. Nas palavras do ex-escravo Sabino, um dos personagens de seu livro *Banzo*:

*Os negros estavam morrendo de inanição pelas estradas. Não tinham onde morar, ninguém os queria e eram perseguidos. Até mesmo a terra lhes era ingrata, mas ela estava morrendo, se acabando. Era a vingança da terra.*

Ao mesmo tempo, Sabino rejeitava o imigrante (colono) que chegava ao Brasil sem um tostão no bolso, mas que logo se integrava, jogando, bebendo e vendendo sua parte da colheita de café para o português dono da taverna.<sup>18</sup>

Os inventários e as ações de despejo em Vassouras sugerem que, à medida que a crise se agravava, as exigências cada vez maiores impostas pelos fazendeiros aos arrendatários e parceiros abriam o caminho para a mobilidade

da mão-de-obra livre local. Desenvolver colônias agrícolas e recorrer à parceria e à mão-de-obra imigrante foram as soluções encontradas para atrair uma força de trabalho externa ou acomodar a já existente numa agricultura cafeeira consideravelmente reduzida. No entanto, a dura sujeição imposta pelos contratos a longo prazo, que dobravam o trabalho dos parceiros (eles agora assumiam as obrigações que antes eram divididas com a mão-de-obra escrava), e os custos cada vez maiores do transporte das safras não eram suficientes para estimular esses parceiros a produzirem mais do que a cota necessária à subsistência. Por outro lado, a ampliação da estrada de ferro até Vassouras possibilitou o acesso a terras livres, mesmo que essas terras estivessem mais para o interior de São Paulo ou da região Leste do Vale do Paraíba.

Mas nem todos abandonaram Vassouras. Entre 1872 e 1890, a população branca aumentou em 24%, quase alcançando a porcentagem verificada no Rio de Janeiro para o mesmo período (27%). Em parte, conforme o registro do escritor Coelho Neto, esses números incluem os fazendeiros do café que sobreviveram às crises e permaneceram em Vassouras, empregando um outro tipo de parceiro: os colonos europeus. Esses dados também incluem um afluxo gradual e constante de criadores de gado oriundos de Minas Gerais, que levavam seus rebanhos para pastar em morros onde outrora vicejara o ouro verde.<sup>19</sup> A população de não-brancos diminuiu quase na mesma proporção (22,7%), confirmando um êxodo de ex-escravos e outros não-brancos, numa proporção muito maior do que a registrada no Rio de Janeiro, onde a população de não-brancos aumentou em 2%. Lavradores sem terras e ex-escravos deslocaram-se na direção oeste de São Paulo, leste do Vale do Paraíba e nordeste do Rio de Janeiro, atraídos pelas áreas do café em expansão, e para as cidades industriais emergentes, onde havia oportunidades de trabalho assalariado (ver tabela).<sup>20</sup>

**Proporção racial em Vassouras, Rio Bonito e província/estado do Rio de Janeiro (1872-1890)**

MUNICÍPIOS	BRANCOS			NÃO-BRANCOS		
	1872	1890	%	1872	1890	%
Rio Bonito <sup>a</sup>	11.843	9.133	-16	13.957	17.701	26,8
Vassouras	9.894	13.026	24	29.142	22.505	-22,7
Rio de Janeiro	311.197	395.590	27	471.597	481.254	2,0

(a) Em Capivari, município vizinho de Rio Bonito, houve uma queda de 6,4% na população branca e um aumento de 50,9% na população não-branca no período de 1872 a 1890.

Fontes: Recenseamento da população do império do Brasil. ....1872. *Estatística*. Recenseamento do Brasil realizado em 1890. In CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 186.

Se, por um lado, a Vassouras das décadas de 1870 e 1880 enfrentava a decadência de sua grandeza, por outro lado, o governo, ao tentar melhorar o escoamento de gêneros alimentícios e do café na direção do Rio e Niterói, acabou beneficiando Rio Bonito com a inauguração, em 1880, de uma estação ao longo da ferrovia Niterói-Campos. Inaugurar essa estação significou transformar, por algum tempo, esse município de "príncipes e reinos mais modestos" num entreposto comercial e agrícola para o mercado interno. Além disso, permitiu a mobilidade dos lavradores locais na direção do Rio, Niterói e das fronteiras do café em expansão, situadas no Leste do Vale do Paraíba, onde era maior a oportunidade de mão-de-obra assalariada.

Durante algum tempo, a crescente demanda urbana de gêneros alimentícios compensou os custos elevados com o transporte, o que já não acontecia a partir da década de 1890. Pode-se argumentar que, em Rio Bonito, a transição da mão-de-obra escrava para a livre ocorreu de forma gradual e que, diferentemente de Vassouras, cuja população de escravos continuava a crescer, mesmo na década de 1880, as soluções de Rio Bonito para as suas necessidades de mão-de-obra mostraram maior adequação à formação do mercado de trabalho no resto do

pais. Nesse município ainda existia terra disponível à venda na década de 1880 e, entre 1872 e 1890, a população negra e mestiça aumentou numa proporção de 27%, em comparação com a queda de 16% da população branca. Como acontecia no município vizinho de Capivari, cuja população de não-brancos aumentou em 50% no mesmo período, os pequenos lavradores que não tinham comprado terras preservavam seu estilo de vida seminômade trabalhando como parceiros ou jornaleiros nas fazendas remanescentes, apossando-se de terras devolutas, ou então simplesmente indo embora.<sup>21</sup>

## CONCLUSÕES

Considerado a partir de duas realidades contrastantes, o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre no meio rural brasileiro foi delineado segundo as consequências que a produção de café para a exportação e a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno tiveram sobre os acordos de trabalho e as formas de ocupação da terra, firmados e estabelecidos a partir da segunda metade do século XIX.

No início deste artigo, afirmei que a historiografia atual argumenta que, na segunda metade do século XIX, a classe senhorial desenvolveu estratégias visando estruturar, gradualmente, o mercado de mão-de-obra livre no período de transição da escravidão para o trabalho livre. A comparação entre os municípios de Rio Bonito e Vassouras apóia essa tese.

No entanto, os casos de despejo revelam que as transformações nas relações sociais de produção camuflavam tensões muito mais complexas do que se supunha até o momento. Os confrontos resultantes de estratégias frequentemente opostas estão presentes nas ações legais relacionadas à posse da terra, ao trabalho e às benfeitorias – três componentes vitais das relações sociais de produção em transformação, tanto no período anterior quanto no posterior à emancipação.

Com efeito, o sistema judiciário estava fazendo sérias incursões no meio rural e muitas das decisões tomadas nas décadas de 1880 e 1890 refletem a importância dada ao abastecimento em geral e às benfeitorias (safras alimentícias inclusive) para a sobrevivência dos lavradores sem terras. Em alguns processos, arrendatários e parceiros ganhavam o direito de permanecer na terra durante a colheita, ou recebiam uma indenização no valor das benfeitorias realizadas. Processos inconclusos apontam para algum tipo de acordo fora dos tribunais. A Justiça, uma vez acionada para pôr fim aos litígios provocados pela contestação do direito por costume, que antes regia as formas de posse e uso da terra, terminou por codificar um corpo de leis específicas, capazes de apresentar e defender soluções mais definidas para as questões emergenciais que se encontravam no âmago das relações sociais de produção em transformação.

Por último, vemos que, no período de transição da mão-de-obra escrava para a livre, as ações de despejo apontam para mudanças

complexas e bastante tensas nas relações sociais de produção. No entanto, não foram adotadas medidas extremas. Até 1889, o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre não foi acompanhado de um protesto coletivo de arrendatários e parceiros, nem tampouco aconteceu uma revolução de composeses como a do Haiti, que resultou numa profunda reforma agrária. Da mesma forma, a classe senhorial não levou a termo propostas para repressão da vadiagem, da semi-autonomia ou da migração.

De fato, adotar um sistema de passaporte para controlar o movimento de ex-escravos de uma fazenda para outra, reprimir a vadiagem, o desemprego e a mendicância através de leis municipais e punir os delitos mais leves com o alistamento no exército foram algumas das medidas propostas, algumas delas publicadas em jornais como o *Jornal do Agricultor*, em 1884.<sup>22</sup> Tais formas de controle social esperariam pelo menos uma década até que fossem introduzidas sob a máscara do "ruralismo", pois o Código Penal de 1889, além de não mencionar nenhuma restrição ao direito de ir e vir, aplicava uma pena que variava de três semanas a um mês, apenas, para os "delitos" da vadiagem e mendicância.

Desde a proclamação da república, e até os dias de hoje, a semi-autonomia do pequeno lavrador permanece como um dado constante da agricultura brasileira. Além disso, o mesmo princípio que levou os senhores de terras a defenderem suas posses *de jure* e os portadores de direitos costumeiros a defenderem seus direitos *de facto*, no século passado, norteia as disputas atuais de terra na última fronteira brasileira – a Amazônia. Nas questões prementes relacionadas ao desenvolvimento rural do Brasil de hoje, o que prevalece é o direito natural de ocupar um pedaço de terra – o mesmo princípio que norteou o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, há mais de cem anos.



## NOTAS

1. Consultar GEBARA, Ademir. "The transition from slavery to the free labour market in Brazil: 1871-1888: slave legislation and the organization of the labour market". Dissertação de doutorado. London School of Economics, 1984.
2. RÉIS, Elisa M. Pereira. "Poder privado e construção do Estado sob a Primeira República". Trabalho não publicado, CPDOC, 1989; TOPIK, Steve. *The political economy of the Brazilian state 1889-1930*. Austin, Universidade do Texas, 1987; RÉIS, Elisa M. Pereira. "The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil 1880-1930". Dissertação de doutorado. Massachusetts Institute of Technology, 1981; CARVALHO, José Murilo de. *O império das sombras*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
3. CARMAGNANI, Marcelo. *Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930*. Barcelona, Editorial Crítica, 1984.
4. MENDONÇA, Sônia Regina. "Ruralismo, agricultura, poder e Estado na Primeira República". Dissertação de doutorado. Universidade de São Paulo, 1990.
5. JÚNIOR, Caio Prado. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989; EISENBERG, Peter Louis. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Introdução e Capítulo 2.
6. STOLCKE, Verena. *Coffee planters, workers and wives: class conflict and gender relations on São Paulo plantations: 1850-1890*. Londres, Macmillan Press, 1988; *Rio Claro*, de Warren Dean, apresenta um estudo minucioso sobre as experiências de colonização feitas por Nicolau Vergueiro (Stanford, Stanford University Press, 1976).
7. Segundo Warren Dean, os imigrantes, insatisfeitos com as condições de trabalho, mas sem dinheiro suficiente para comprar terras, costumavam partir ao término do contrato em busca de melhores oportunidades. Podiam ir para São Paulo, outras regiões do país, outros países da América Latina, ou até mesmo fazer o caminho de volta em direção aos seus países de origem (DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro - 1870-1920". *Revista de História*, vol. 106, p. 493, 1976).
8. A primeira leva de pesquisas fluminenses a nível local, realizadas em 1974 na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Richard Graham, inclui Estrela, Itaboraí e a Fazenda de Santa Cruz. Vassouras só foi incluída nos estudos suplementares, feitos na segunda metade da década de 70, sob a orientação de Ismênia de Lima Martins e Victor Valla. Mais recentemente, Maria Yedda L. Linhares e seus alunos utilizaram os municípios de Parafba do Sul, Araruama, Campos, Capivari (Silva Jardim) e São Gonçalo, para analisar a distribuição da terra, a mão-de-obra livre e escrava, a provisão de alimentos e a lógica da acumulação de capital na economia do café nas primeiras décadas do século XIX. CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *À margem da história (Homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo)*. São Paulo, Brasiliense, 1987; GRANNER, Maria Paula. "A estrutura do município de Araruama: 1850-1920". Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1985; CORREA, Heloisa Beatriz Serzedello. "Nova Friburgo: o nascimento da indústria - 1890-1930". Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1985; GUITARÃES, Celeste Maria Baitellis. "As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais". Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1984; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Terra e política no Rio de Janeiro na época da abolição". *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1989, p. 61-83; ver também NARO, Nancy Priscilla S. "Rio studies Rio: ongoing research on the First Republic in Rio de Janeiro". *The Americas*, 1985, p. 429-440. Nessa ocasião, também foram introduzidas contribuições teóricas importantes sobre a escravidão e a brecha camponesa. Ver também CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979; LINHARES, Maria Yedda L. e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*; LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
9. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1957; JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1976.

10. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação numa economia escravista colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888". Dissertação de doutorado, a ser publicada pelo Arquivo Nacional. Universidade Federal Fluminense, dezembro de 1990.
11. CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Ao sul da história*. São Paulo, Brasiliense, 1987; CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987; FARIA, Sheila Castro. "Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes: 1850-1920". Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1986; ZENHA, Celeste. "O cotidiano..."; NARO, Nancy Priscilla S. "Customary rightolders and the transition from slave to free labour in Brasil: Rio Bonito e Vassouras, 1870-1890". Em São Paulo, um estudo minucioso da acumulação de riqueza nos é dado por MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo, Editora Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.
12. STEIN, Stanley. *Vassouras. A Brazilian coffee county, 1850-1890. The roles of planter and slave in a changing plantation society*. New York, Atheneum, 1970.
13. A microrregião de restinga vai de São Gonçalo para o leste, até Macaé. O café aí produzido era de qualidade inferior ao produzido nas serras, não sendo recomendado para a exportação. Ver também LAERNE, Van Deldea. *Le Brésil et Java. Rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique*. Paris, Martinus Nishoff/Chelnei, 1885, cap. X.
14. STEIN, Stanley. *Vassouras* . . , p. 13.
15. MOTA, Márcia M. "Pelos bandos d'além". Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1989, cap. 4.
16. Consulte Vassouras. OAB/CPON. Despejos, 1835-98. Muitas apelações e processos inconclusos sugerem que havia concessões de ambas as partes envolvidas. RBCPON. 1873, Ação de força velha, João Antônio Duarte Silva e por si e...; 1876, Ação de despejo, Francisco Duarte de Almeida e Silva e mulher; 1881, Manutenção, Justiano José da Fonseca; 1882, Ação de despejo, Alvaro José de Lacerda; 1889, Ação de despejo, Tenente Joaquim Marciano Alves de Castro; 1895, Ação de despejo, Miguel Alves Pereira. Neste processo, uma semana de trabalho correspondia ao pagamento do aluguel. O arrendatário se recusou a continuar trabalhando, sendo despejado depois de receber a indenização pelas horas-extras e pelas benfeitorias realizadas; 1896, Ação para pagamento de benfeitorias, Adão Benjamin Paixão; 1896, Ação de indenização de benfeitorias, Rafael Martins Gomes; 1896, Indenização de benfeitorias, Cândido Luiz Mendes; 1898, Ação de despejo, Geraldino Vieira de Moraes.
17. Vassouras. Biblioteca da Câmara Municipal. *O Agricultor*, citado em *Novidades*, 9 de fevereiro de 1888; STEIN, Stanley. *Vassouras* . . . , p. 252; DEAN, Warren. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. São Paulo, Paz e Terra, 1977; SWELGART, Joseph Earl. "Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-88". Dissertação de doutorado. Universidade do Texas, Austin, 1980. Uma análise dos registros de nascimento, batismo e morte no Paraíba do Sul revelam uma queda acentuada no número de negro após a emancipação. Sobre isso, ver RIOS, Ana Maria Lugão. "Família e transição (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)". Dissertação de mestrado. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1990.
18. NETO, Paulo Coelho. *Banzo*. Porto, Livraria Chardon, 1927, 26, p. 19-35.
19. PADILHA, Sílvia Fernandes. "Da monocultura à diversificação econômica: um estudo do caso de Vassouras, 1880-1930". Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1977. Vassouras continuou com sua produção de café; foi apenas na década de 20 que a criação de gado passou a ter maior importância para a economia local.
20. O censo de 1890 não é preciso. Em termos de registro de tendências comparativas no período de 1872 a 1890, a taxa de crescimento para Sumidouro foi de 9,2%; Pádua cresceu 5,7% e Itaperuna, 5,2%. Entre 1890 e 1920, os limites municipais de Sumidouro foram alterados e o número de habitantes diminuiu. Em Pádua, a taxa anual de crescimento foi de 3,1%, enquanto em Itaperuna essa taxa foi de 2,9%. *Recenseamento da população do*

*Império do Brasil... 1872*. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1890*. *Recenseamento do Brasil realizado em 1920*.

21. RBCPON. Livro de Notas. nº 24-47. Escritura de Compra e Venda. 1870-1920. Ver também CASTRO, Hebe Maria Gomes de. *Ao sul da história*, obra citada, p. 166-88.

22. Vassouras. Câmara Municipal. *Jornal do Agricultor*, 1884.

## SUMMARY

### Recent historiography on the transition from slave to free labor: a test case from two 'municípios': Rio Bonito and Vassouras (1870-1890)

The article is divided into two parts. The first explores recent regional studies which highlight local dynamics of the transition from slave to free labor in Brazil and present counterpoints with traditional emphases on the export-oriented plantation complex. The second part is premised on the argument that labor arrangements were directly related to *de facto* and *de jure* occupation of land and claims to improvements made on that land. Divergent strategies are re-

vealed between the planter class and opposing small farmers in the regional market town, Rio Bonito, and in the *município* of Vassouras, one of the foremost producers of coffee for the world market in the nineteenth century, suggesting that the process of transition was complex and accompanied by social tensions which continue to emerge in current land and labor disputes.

## RÉSUMÉ

### La transition entre la main d'oeuvre esclave et la main d'oeuvre libre: historiographie récente et comparaison: Rio Bonito et Vassouras

Cet article est divisé en deux parties. La première est un examen de récentes études régionales qui éclairent la dynamique locale de la transition entre le travail esclave et le travail libre au Brésil. Elle fait aussi le contrepoint d'autres études qui mettent traditionnellement l'accent sur le complexe agricole-planteur-exportateur. La deuxième partie se base sur l'argument selon lequel l'allocation de la force de travail avait un rapport direct avec l'occupation des terres telle qu'elle se présentait *de facto* et *de jure* ainsi qu'avec les revendications qu'engendraient la réalisa-

tion d'améliorations sur ces mêmes terres. On découvre plusieurs types de stratégies utilisées par les membres de la classe des planteurs et par les petits fermiers qui s'opposaient à eux à Rio Bonito, ville où siégeait la foire locale et dans le *município* de Vassouras, un des principaux producteurs de café destiné au marché mondial au XIX<sup>ème</sup> siècle. Elles suggèrent que le processus de transition a été complexe et qu'il s'est accompagné de tensions sociales qui continuent à se manifester au cours des actuelles disputes de terre ou dans les conflits surgis au sein du monde du travail



**ESCRavidÃO E RELAÇÕES  
RACIAIS NO BRASIL  
- CADASTRO DA PRODUÇÃO  
INTELLECTUAL (1970-1990)**

**Um importante instrumento  
de pesquisa para os estudiosos.**



**São cerca de 2.500  
referências classificadas  
tematicamente, com  
destaque para teses  
de mestrado e doutorado.**

**À VENDA  
NO CEAA (US\$ 10.00)  
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501  
TEL. 221-3536  
FAX (021)507-1155**



# Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística\*

George Reid Andrews\*\*

\* Traduzido do original "Racial inequality in Brazil and the United States: a statistical comparison" por Carlos Alberto Medeiros. Recebido para publicação em novembro de 1991.

\*\* Professor do Departamento de História da Universidade de Pittsburgh.

Escrevendo no final da década de setenta, o historiador George Frederickson, especialista em história comparada, observou que o estudo da escravidão e das relações raciais entre negros e brancos constitui "o assunto mais desenvolvido nos estudos de história comparada nos Estados Unidos".<sup>1</sup> Durante os anos oitenta, tais comparações tinham como foco mais provável os Estados Unidos e a África do Sul.<sup>2</sup> No século XX como um todo, porém, o país com o qual os Estados Unidos têm sido mais freqüentemente comparados, em matéria de relações raciais, é o Brasil.<sup>3</sup>

A comparação do Brasil com os Estados Unidos tem uma lógica irresistível. Os dois países são as maiores sociedades multirraciais das Américas. Compartilham uma história de escravidão de *plantation* que se estende até a segunda metade do século XIX.<sup>4</sup> E no curso do século XX ambas as sociedades têm visto o legado da escravidão na forma de uma desigualdade racial profundamente arraigada.

Os primeiros trabalhos comparativos sobre essa desigualdade contrastavam a "democracia

racial" brasileira com a segregação norte-americana, argumentando que a sociedade brasileira oferecia oportunidades muito maiores que os Estados Unidos para o avanço e a mobilidade ascendente dos negros.<sup>5</sup> Depois da Segunda Guerra Mundial, contudo, tais comparações começaram a ser revistas. A série de projetos de pesquisa realizada no início dos anos cinquenta, com patrocínio da Unesco, e pesquisas mais recentes nos anos setenta e oitenta documentaram a existência de elevados níveis de desigualdade racial no Brasil, bem como de formas sutis e flexíveis de discriminação racial que efetivamente impedem o acesso de negros e mulatos ao progresso social.<sup>6</sup> Percebendo haver ocorrido mudanças em ambos os países desde 1950, alguns observadores têm afirmado que as relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil podem de fato estar convergindo e se tornando mais semelhantes em seus aspectos.<sup>7</sup> Enquanto as tensões raciais têm-se intensificado e se tornando mais abertas no Brasil, o fim da segregação imposta pelo Estado e a implementação de programas

de igualdade de oportunidades e de ação afirmativa nos Estados Unidos quebraram a espinha dorsal do racismo institucional nesse país. Tais programas, porém, não eliminaram a discriminação da vida norte-americana. Em vez disso, empurraram-na para o subterrâneo e forçaram-na a se tornar mais sutil, imprevisível e "brasileira" em seu caráter.<sup>8</sup>

A discussão comparativa das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos é agora, assim, razoavelmente desenvolvida, tendo passado por uma evolução substancial com o correr do tempo. Um elemento crucial dessa discussão, contudo, permanece omitido. Qualquer exame comparativo de relações raciais depende da questão da desigualdade racial: de que maneira os negros estão em desvantagem em relação aos brancos em cada sociedade e em qual delas tais desvantagens são mais graves? Essa é, em grande parte, uma questão estatística, respondida por dados sobre diferenças raciais em matéria de emprego, educação, rendimentos, saúde e assim por diante. De fato, as avaliações e críticas sobre as relações raciais tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos freqüentemente se baseiam em material desse tipo, fornecido pelos censos ou por outras fontes. Os indicadores estatísticos resultantes são prontamente comparáveis entre os dois países, mas, ao que eu saiba, ninguém jamais tentou fazer tal comparação.

Este artigo realiza essa comparação, usando dados estatísticos para mensurar as várias formas de desigualdade social no Brasil e nos Estados Unidos e o modo como tal desigualdade tem mudado com o passar do tempo. Sem dúvida, uma razão para a ausência dessa pesquisa até agora tem sido a relativa escassez de dados raciais para o Brasil: não houve censo nacional neste país em 1910 ou 1930; os censos de 1900, 1920 e 1970 não contêm informações sobre raça; e a maioria dos dados raciais do censo de 1960 nunca foi publicada. No entanto, dispõe-se de dados raciais dos censos de 1872, 1890, 1940, 1950 e 1980, assim como das Pesquisas Nacionais por Amostra de Do-

micílios de 1976, 1984 e 1987. Minha estratégia será justapor quaisquer indicadores disponíveis sobre o Brasil com indicadores semelhantes do mesmo ano sobre os Estados Unidos. Dadas as limitações das fontes brasileiras, isso significa que a maior parte das comparações apresentadas será extraída do período 1940-1987, com a adição ocasional de dados de 1872 e 1890.<sup>9</sup> Essa comparação se baseia em dados agregados publicados. É importante especificar de saída o que esses dados nos permitem medir e o que não permitem.

Para os objetivos deste ensaio, a desigualdade racial é definida como as diferenças entre as distribuições estatísticas das populações negra (no caso do Brasil, preta e parda - ver p. 51) e branca.<sup>10</sup> Qual é a diferença, em cada país, nos percentuais de alunos negros e brancos que completaram o curso primário, o secundário e a universidade? Qual a diferença nos percentuais de trabalhadores negros e brancos exercendo funções manuais, de serviços e *white-collar*? Qual a diferença na renda média de negros e brancos? Os dados censitários agregados mostram tais diferenças, mas não nos permitem medir, em qualquer sentido estatístico, as causas dessas diferenças, que consistem numa complexa mistura de fatores sociais, econômicos, demográficos, políticos e culturais, alguns deles documentados nos censos, outros não.

As tabelas e figuras apresentadas a seguir não devem, portanto, ser lidas como indicadores comparativos do preconceito ou da discriminação racial nos dois países; elas medem a desigualdade de realização, não a desigualdade de oportunidade. Não obstante, o exercício de comparar o modo como os dados publicados mudaram com o passar do tempo sugere, de fato, algumas conclusões gerais, apresentadas na seção final do ensaio, com respeito às causas da desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos e ao papel da discriminação na manutenção, ampliação ou redução dessa desigualdade.

## BRASIL E ESTADOS UNIDOS: ECONOMIA E POPULAÇÃO

Nossa análise deve levar em conta algumas diferenças estruturais evidentes entre as duas sociedades. A primeira é seus respectivos níveis de desenvolvimento econômico. Neste século, os Estados Unidos têm sido o maior produtor industrial do mundo e, a despeito de alguns sinais de fraqueza em décadas recentes, permanecem sendo uma economia tecnologicamente avançada e bastante desenvolvida. Em contraste, o Brasil é um relativo retardatário no que se refere à industrialização e à modernização. Só depois da década de cinquenta é que seu produto industrial ultrapassou o agrícola, estágio que os Estados Unidos atingiram na década de 1880.<sup>11</sup> Desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem experimentado um crescimento econômico capaz de impressionar, atingindo a média de 7,4% ao ano de 1950 a 1980, o que fez dele, na década de oitenta, a sétima economia industrial do mundo capitalista.<sup>12</sup> Mas, em 1980, o PNB *per capita* do Brasil era apenas 1/6 (16,9%) do norte-americano. Em 1988, após seis anos de problemas econômicos desencadeados pela crise internacional da dívida externa em 1982, o PNB *per capita* brasileiro estava ligeiramente menor, em termos reais, do que fora em 1980 e era apenas 1/8 (12,4%) de seu correspondente norte-americano.<sup>13</sup>

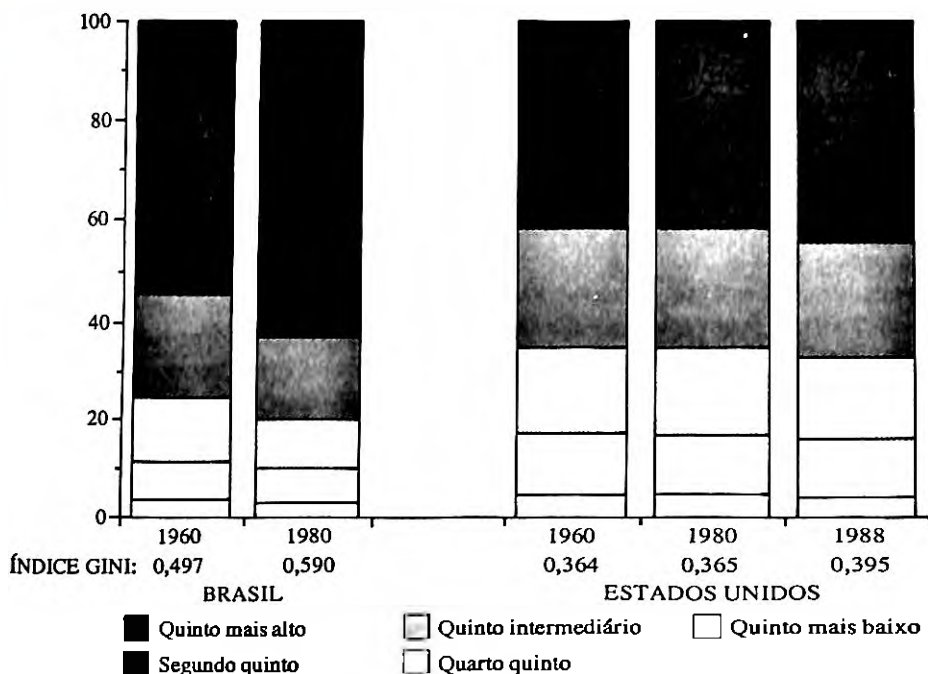
O Brasil não é apenas um país muito mais pobre do que os Estados Unidos – é também um país em que a riqueza existente é profundamente mal distribuída.<sup>14</sup> A raiz dessa má distribuição pode ser encontrada no período colonial e na dependência da agricultura de *plantation* baseada no trabalho escravo no século XIX. Mas nas últimas décadas a riqueza e a renda ficaram ainda mais concentradas, na medida em que o Brasil tem experimentado os efeitos da curva de Kuznets.<sup>15</sup> Economistas e historiadores econômicos têm observado uma tendência a que o crescimento nas economias

menos desenvolvidas, e particularmente naquelas que se encontram num estágio de inicial para intermediário em termos de industrialização, aumente a desigualdade de renda; os dados sobre renda de 1960 a 1980 mostram a ocorrência desse processo no Brasil (Figura 1). Enquanto isso, os Estados Unidos experimentaram os efeitos benignos do outro lado da curva: quando as sociedades alcançam os níveis mais elevados do desenvolvimento econômico, o crescimento continuado tende a reduzir a concentração de renda, como aconteceu nos Estados Unidos entre 1930 e 1950. A distribuição de renda foi relativamente estável entre 1950 e 1975 e depois começou a se tornar mais desigual.<sup>16</sup> No entanto, mesmo em 1988 a renda era distribuída de maneira mais uniforme nos Estados Unidos do que no Brasil.

A maior desigualdade global da sociedade brasileira e o agravamento dessa desigualdade desde 1960 têm atingido de forma particularmente dura a população afro-brasileira. Antes de examinarmos os dados sobre a desigualdade racial nos dois países, contudo, é importante notar duas diferenças significativas entre os grupos raciais afro-americano e afro-brasileiro. Em primeiro lugar, as pessoas de ascendência africana têm constituído historicamente uma proporção muito menor da população total nos Estados Unidos do que no Brasil (Tabela 1). Os brancos eram minoria no Brasil. A forte migração européia entre 1880 e 1930 resultou na maximização da população branca de ambos os países, em 1940, quando os brancos representavam 90% da população norte-americana e 64% da brasileira. Depois, entre 1960 e 1980, a representação branca em ambos os países declinou marcadamente; mas a taxa de declínio foi bem maior no Brasil, onde os brancos constituem agora uma escassa maioria da população nacional.<sup>17</sup>

Uma segunda diferença entre as populações não-brancas dos dois países é que, enquanto o modelo norte-americano de relações raciais coloca toda a população afro-americana numa

FIGURA 1  
 Percentagem da renda agregada recebida por cada quinto da  
 população, Brasil e Estados Unidos, 1960-1980



Fontes: *Brasil*: Charles H. Wood e José Alberto Magno de Carvalho, *The demography of inequality in Brazil*, Cambridge e New York, 1988, Tabela 3.5, p. 76. *Estados Unidos*: 1960, 1980, *United States Bureau of the Census (USBC)*, Current population reports, Series P-60, nº 137, Money income of households, families and persons in the United States: 1981, Washington, 1983, 17, p. 47; 1988, USBC, Current population reports, P-60, 166, Money income and poverty status in the United States: 1988, Washington, 1989, Tabela 5, p. 31.

única categoria “negra”, a sociedade brasileira reconhece uma divisão no interior da população afro-brasileira entre “pretos” (pessoas de ascendência predominantemente africana) e “pardos” (pessoas de origem racial mista). Desde o primeiro censo nacional, em 1872, os pardos têm constituído a maioria dos afro-brasileiros. Sua representação na população afro-brasileira tem sofrido, contudo, consideráveis variações ao longo do tempo, declinando de 1872 a 1940 e tornando a crescer de 1940 a 1980, quando eles constituíam 39% da população nacional e 87% da população afro-

brasileira (Tabela 1 e Figura 2).<sup>18</sup> A distribuição de pretos e pardos na população norte-americana tem sido exatamente oposta. Entre 1850 e 1920, os censos dos Estados Unidos distinguiram entre “negroes” e “mulattoes”. Durante esse período, as pessoas de ascendência africana pura constituíam a ampla maioria da população não-branca. E, diferentemente do Brasil, a população mulata quase dobrou sua representação dentro da população afro-americana durante a segunda metade do século XVIII, declinando abruptamente entre 1910 e 1920.



TABELA 1

## Distribuição percentual da população total por raça, Brasil e Estados Unidos, 1860-1980

BRASIL					
	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	OUTROS <sup>a</sup>	TOTAL (EM MILHÕES)
1872	38,1	38,3	19,7	3,9	9.930
1890	44,0	32,4	14,6	9,0	14.334
1940	63,5	21,2	14,6	0,7	41.236
1950	61,7	26,5	11,0	0,8	51.944
1960	61,0	29,5	8,7	0,8	70.191
1980	54,2	38,9	5,9	1,0	119.011

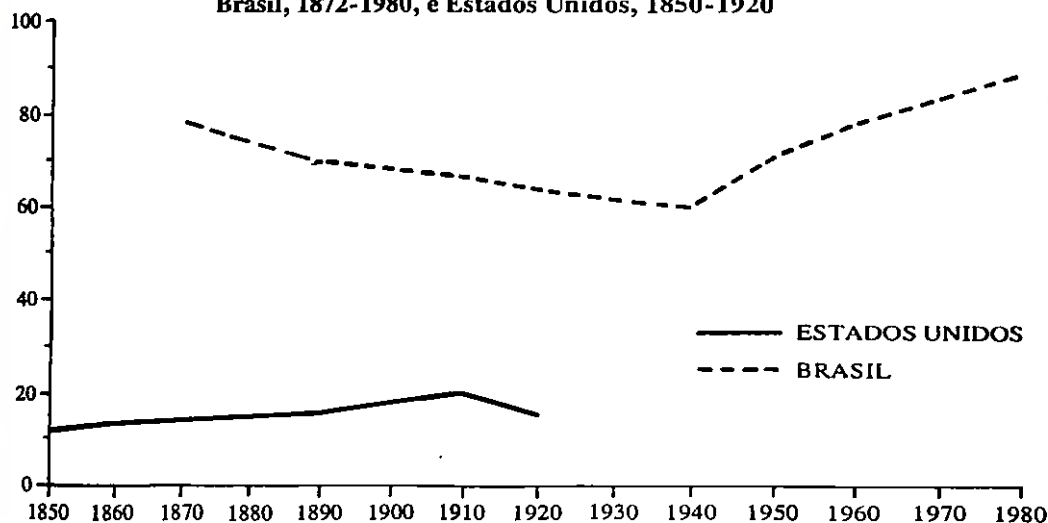
  

ESTADOS UNIDOS				
	BRANCOS	NEGROS	OUTROS	TOTAL (EM MILHÕES)
1860	85,6	14,1	0,3	31.443
1890	87,5	11,9	0,6	62.948
1940	89,6	9,7	0,7	132.165
1950	89,3	9,9	0,8	151.326
1960	88,6	10,5	0,9	179.323
1980	83,1	11,7	5,2	226.546

(a) Outros: 1872, 1890: caboclos; 1940-1980: amarelos e cor desconhecida.

Fontes. Brasil, 1872, *Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento da população do império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. Quadros gerais* (Rio de Janeiro, 1873), Tabela 1; 1890, *Diretoria Geral de Estatística, Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro, 1898), p. 2-3; 1940, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (daqui por diante, IBGE), Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil (Rio de Janeiro, 1950), Tabela 4, p. 6-7; 1950, IBGE, Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil (Rio de Janeiro, 1956), Tabela 1, p. 1; 1960, IBGE, Recenseamento geral de 1960. Censo demográfico: Brasil (Rio de Janeiro, s.d.), Tabela 5, p. 10; 1980, IBGE, Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil (Rio de Janeiro, 1983), Tabela 1.4, p. 10-1. Estados Unidos: 1850-1890, USBC, Negro population in the United States, 1790-1915 (Washington, 1918), Tabela 2, p. 25; 1940-1980, USBC, 1980 Census of population (Washington, 1983), volume 1, Captulo B, Parte 1, Tabela 45, p. 1-42-3.

FIGURA 2  
Mulatos como percentagem da população negra total,  
Brasil, 1872-1980, e Estados Unidos, 1850-1920



Fontes: Brasil: ver Tabela 1. Estados Unidos: 1850-1910, Negro population, 1790-1915, p. 208; 1920, Joel Williamson, *New people: miscigenation and mulattoes in the United States*, New York, 1980, p. 113.

Em ambos os países, a precisão dos dados populacionais referentes aos mulatos é assunto em aberto. No Brasil, os recenseadores são instruídos a aceitar as afirmações dos próprios indivíduos sobre seu *status* racial, o que tem permitido que muitos pretos se reclassifiquem com pardos. De acordo com os censos de 1940 e 1950, por exemplo, a coorte de pardos nascidos entre 1910 e 1939 cresceu de 6,3 milhões em 1940 para 7,2 milhões em 1950. Na ausência de uma significativa imigração não-branca para o Brasil nessa década, ou mesmo em qualquer momento durante o século XX, tal aumento é teoricamente impossível e só pode ser explicado por transferências da categoria preto para a categoria pardo.<sup>19</sup> Sobre isso, aliás, recente pesquisa conduzida pelo demógrafo Charles Wood indica que mais de 1/3 (38%) dos indivíduos nascidos entre 1920 e 1939 e classificados como pretos no censo de 1950 reclassificaram-se como pardos no censo de 1980.<sup>20</sup>

Nos Estados Unidos, em contraste, a direção da imprecisão era a oposta: enquanto os censos brasileiros têm tido a tendência de inflar o tamanho da população mulata, os censos norte-americanos tendiam a subestimá-la. Nos Estados Unidos, o *status* racial de mulato não era determinado pelos indivíduos que estavam sendo recenseados, mas pelos recenseadores, os quais, na maioria, deixavam de reconhecer ou registrar as graduações de cor no interior do grupo racial "negro". O próprio Bureau do Censo questionava a precisão dos números obtidos por esse processo, observando em 1918 que os mulatos podiam constituir até 75% da população afro-americana, proporção quase cinco vezes maior do que a indicada no censo de 1920.<sup>21</sup> Aparentemente, muitos mulatos norte-americanos – e talvez a maioria deles – estavam sendo contados como "negros"; e depois de 1920 todos os mulatos norte-americanos foram contados como ne-

gros, em consequência de se haver eliminado do censo a categoria racial mulato.

Essas divergências no tratamento estatístico das populações preta e parda no Brasil e nos Estados Unidos sublinham a importância central, para a análise comparativa, do grupo racial mulato nos dois países. Carl Degler apresenta o caso de maneira mais contundente: "A chave que decifra o quebra-cabeça das diferenças nas relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos é a safda de emergência para mulato" – no caso brasileiro, a habilidade dos não-brancos em obter mobilidade ascendente, abandonando a categoria racial "preto" e conseguindo o *status* racial intermediário de "pardo", que não seria "nem preto nem branco".<sup>22</sup> Entretanto, recentes pesquisas usando dados de renda do Brasil das décadas de sessenta, setenta e oitenta têm questionado essa formulação, mostrando que o *status* racial do pardo não é "nem preto nem branco", mas de fato bastante semelhante ao dos pretos. Os rendimentos dos pardos são apenas ligeiramente superiores aos dos pretos, enquanto ambos os grupos se situam muito abaixo dos brancos e "amarelos". Um desses estudos conclui que "a 'linha da cor' [no Brasil] parece situar-se entre brancos e não-brancos, e não entre mulatos e negros, como por vezes se acredita".<sup>23</sup>

Os dados sobre rendimentos e educação apresentados neste artigo tendem a confirmar essas descobertas. Outros indicadores mostram diferenças significativas entre as populações parda e preta, mas nem sempre no sentido esperado. Em alguns deles, a população preta está mais próxima da população branca do que a parda; em outros, a relação relativa entre pardos, pretos e brancos passa por variações substanciais ao longo do tempo.

Para fazer face a tais complexidades, o restante deste ensaio compara mensurações da desigualdade negro/branco nos Estados Unidos a mensurações similares da desigualdade pardo/branco e preto/branco no Brasil. Os tó-

picos examinados incluem distribuição espacial, indicadores demográficos, educação e emprego e rendimentos.

## DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Um dos principais fatores a obstruir a mobilidade ascendente dos negros tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos tem sido a concentração da população negra nos locais geográficos economicamente menos dinâmicos: nas antigas zonas de *plantation* do Sul dos Estados Unidos e do Nordeste brasileiro; em áreas rurais em oposição às cidades; e, dentro das cidades, em bairros racialmente segregados. Esta seção comprova os índices de desigualdade negro/branco em termos de distribuição regional, distribuição urbana/rural e segregação residencial em grandes cidades do Brasil e dos Estados Unidos.

A Tabela 2 fornece informações sobre a distribuição regional de brancos e não-brancos no Brasil e nos Estados Unidos e usa tais informações para calcular os índices de dissimilaridade entre os vários grupos raciais.<sup>24</sup> Esses dados indicam que, no final do século XIX, as populações negra e branca dos Estados Unidos eram bem mais dessemelhantes em sua distribuição regional do que as populações branca e não-branca no Brasil. A população negra norte-americana estava concentrada predominantemente no Sul e a população branca, no Norte. No Brasil, em contraste, a população parda se concentrava no Nordeste, mas não no mesmo grau em que os negros norte-americanos se concentravam no Sul; e a distribuição regional dos pretos, na verdade, se aproximava muito daquela dos brancos.

Em 1950 as disparidades raciais em matéria de distribuição regional haviam aumentado substancialmente no Brasil, enquanto declinavam nos Estados Unidos. A diferença pardo/branco no Brasil era agora ligeiramente maior que a diferença negro/branco nos Estados Unidos. E em 1980 a dissimilaridade racial

TABELA 2

## Distribuição percentual da população por região e raça, Brasil e Estados Unidos, 1890, 1950, 1980

	BRASIL				ESTADOS UNIDOS	
	BRANCOS	PARDOS	PRETOS		BRANCOS	NEGROS
<b>1890</b>						
Nordeste	32,8	52,1	40,2	Sul	23,9	90,2
Sudeste	46,5	37,4	51,7	Nordeste	31,1	3,6
Sul	16,4	4,5	5,0	Centro-Norte	39,8	5,8
Resto do Brasil	4,3	5,9	3,1	Oeste	5,2	0,4
<b>Índice de dissimilaridade</b>						
Branca/não-branca	-	21,0	12,4		-	66,3
<b>1950</b>						
Nordeste	23,4	58,3	42,0	Sul	27,3	65,7
Sudeste	49,8	26,1	46,9	Nordeste	27,7	13,2
Sul	21,9	2,9	6,4	Centro-Norte	31,2	14,9
Resto do Brasil	4,9	12,6	4,6	Oeste	13,8	6,3
<b>Índice de dissimilaridade</b>						
	-	42,7	18,7		-	38,4
<b>1980</b>						
Nordeste	14,5	49,6	33,2	Sul	31,1	52,2
Sudeste	53,2	28,3	51,5	Nordeste	22,4	18,6
Sul	24,8	5,0	8,5	Centro-Norte	27,1	20,5
Resto do Brasil	7,5	17,1	6,7	Oeste	19,4	8,6
<b>Índice de dissimilaridade</b>						
	-	44,7	18,8		-	21,2

*Fomes: Brasil, 1890, Synopse, 1890, p. 2-3; 1950, Recenseamento, 1950, Tabela 39, p. 69; 1980, Recenseamento, 1980, Tabela 1.11, p. 34-5. Estados Unidos: 1890, Negro population, Tabela 13, p. 44; 1950, USBC, Census of population; 1950, Washington, 1953, vol. 2, parte 1, Tabela 60, p. 1-107; 1980, USBC, Current population reports, P-20, 442, The Black population in the United States: March 1988, Washington, 1989, Tabela B, p. 3.*



nos Estados Unidos caíra a menos da metade do nível da dissimilaridade pardo/branco no Brasil e estava essencialmente em níveis iguais àqueles que separavam pretos e brancos brasileiros.

Esses dados refletem padrões muito diferentes de migração interna nos dois países. Entre 1890 e 1970, os Estados Unidos viveram uma migração maciça de negros provenientes do Sul, com a maioria dos migrantes se dirigindo para o Norte, e uma substancial migração de brancos do Norte, a maior parte dessa migração tomando o rumo do Oeste. O resultado desses fluxos migratórios foi a redução dos desequilíbrios raciais na distribuição regional, particularmente no Norte. No Brasil, ao contrário, a tendência predominante foi a migração para fora do Nordeste e em demanda de outras regiões, mas uma migração em que os brancos participaram a uma taxa mais elevada do que os pardos e pretos. Em 1980 o centro de assentamento dos pardos era ainda o Nordeste, enquanto o dos brancos se deslocara para o Sul.

Em razão das enormes disparidades regionais em termos dos níveis de desenvolvimento no Brasil, os pardos que permaneceram no Nordeste pagaram alto preço por essa decisão. Em 1987 eles tinham, em média, menos de 1/3 do nível educacional atingido pelos pardos nos estados do Sudeste, economicamente mais desenvolvidos; 1,0 ano de escolaridade *versus* 3,2 no Sudeste (os brancos obtinham a média de 2,7 anos de escolaridade no Nordeste e 4,0 no Sudeste). Os rendimentos médios dos assalariados pardos no Nordeste eram apenas metade dos obtidos pelos trabalhadores pardos do Sudeste: US\$ 33 por mês contra US\$ 67 por mês no Sudeste (enquanto os trabalhadores brancos do Nordeste ganhavam em média US\$ 47 por mês contra US\$ 107 para os trabalhadores brancos no Sudeste).<sup>25</sup>

Nos Estados Unidos, em contraste, o forte crescimento econômico no Sul desde a Segunda Guerra Mundial chegou perto de eliminar as disparidades regionais em matéria de renda,

educação e outros indicadores.<sup>26</sup> Em 1988, os negros residentes no Sul recebiam quase o mesmo nível de educação dos afro-americanos do Norte e do Oeste (11,3 anos de escolaridade contra 11,6; os brancos tinham 11,5 anos de escolaridade no Sul e 11,7 no Norte e no Oeste) e obtinham rendas médias que eram 84% das de seus correlativos no Norte e no Oeste.<sup>27</sup> Assim, os pardos sofrem consequências mais graves por sua persistente concentração nos estados do Nordeste brasileiro do que os afro-americanos por sua concentração no Sul dos Estados Unidos.

Outro obstáculo à mobilidade ascendente dos afro-brasileiros é sua concentração em áreas rurais, onde rendimentos, oportunidades educacionais e condições de vida material são bem piores que nas cidades.<sup>28</sup> Os dados históricos sobre residência urbana e rural, segundo a raça, não são disponíveis no Brasil, mas os números a partir de 1980 mostram que os pardos ficam bem atrás dos brancos na tendência a viver em áreas urbanas. Tal como na distribuição regional, os pretos ocupam uma posição intermediária entre pardos e brancos (Tabela 3).

Do mesmo modo que os afro-brasileiros, os afro-americanos têm mostrado historicamente maior tendência a viver em áreas rurais do que os brancos de seu país. No curso do século XX, contudo, os negros norte-americanos têm-se mudado para áreas urbanas a taxas mais elevadas que as da população branca. Em 1950, negros e brancos atingiram relativa paridade na distribuição urbana/rural e em 1980, ao contrário dos padrões brasileiros, a população negra era consideravelmente mais urbana do que a branca. Isso é ainda mais notável dado que as porcentagens de pessoas brancas vivendo em áreas urbanas em 1980 eram virtualmente as mesmas nos dois países (74% no Brasil, 71% nos Estados Unidos).

Quando os afro-americanos se mudaram para as cidades, encontraram um ambiente urbano muito mais excludente e segregado do que era o caso no Brasil. Os dados históricos

TABELA 3

## Distribuição percentual da residência urbana e rural, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1890, 1950 e 1980

	BRASIL			ESTADOS UNIDOS	
	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	BRANCOS	NEGROS
<b>1890</b>					
Urbana	N.D.	N.D.	N.D.	38	20
Rural	N.D.	N.D.	N.D.	62	80
<b>1950</b>					
Urbana	N.D.	N.D.	N.D.	64	62
Rural	N.D.	N.D.	N.D.	36	38
<b>1980</b>					
Urbana	73,7	58,9	67,7	71,3	85,3
Rural	26,3	41,1	32,3	28,7	14,7

Fontes: Brasil: Recenseamento, 1980, Tabela 1.4, p. 10-1. Estados Unidos: 1890, 1950, USBC, Current population reports, series P-23, nº 80, The social and economic status of the black population in the United States: an historical overview, 1790-1978 (Washington, 1980), Tabela 6, p. 14; 1980, 1980 Census, 1, B, 1, Tabela 38, p. 20.

sobre segregação residencial nas cidades brasileiras não são disponíveis, mas pesquisas usando o censo de 1980 geraram índices de dissimilaridades para uma série de cidades brasileiras. A Tabela 4 compara mensurações da segregação (como na Tabela 2, índices de dissimilaridade) nas dez maiores áreas metropolitanas norte-americanas com as dez maiores áreas metropolitanas brasileiras. Esses dados indicam que a separação residencial das raças de fato existe nas cidades brasileiras, mas é muito menos pronunciada que nos Estados Unidos. Os pretos são ligeiramente mais segregados dos brancos do que os pardos, particularmente no Norte e Nordeste (Fortaleza, Belém, Recife); e a cidade nordestina de Salvador, muitas vezes apontada como a capital afro-brasileira, emerge como a mais residencialmente segregada das cidades brasilei-

ras. Mas, no geral, a segregação residencial dos brasileiros pardos é apenas metade daquela dos afro-americanos, enquanto a dos pretos é de 60%.<sup>29</sup>

## INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A expectativa de vida dos negros tem ficado consistentemente atrás da dos brancos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Tal como na distribuição regional, porém, os Estados Unidos começaram numa posição de maior desigualdade na primeira metade do século XX e caminharam para uma de menor desigualdade em 1980. Em 1950, a diferença de expectativa de vida entre brancos e negros nos Estados Unidos era de 8,3 anos, enquanto no Brasil era de 7,5 anos. Em 1980, a expec-

TABELA 4

## Índices de dissimilaridade racial nos padrões residenciais urbanos, dez maiores áreas metropolitanas, Brasil e Estados Unidos, 1980

CIDADE	BRASIL		
	POPULAÇÃO (1987) (EM MILHÕES)	PARDOS/ BRANCOS	PRETOS/ BRANCOS
São Paulo	16,2	39	41
Rio de Janeiro	10,8	38	43
Belo Horizonte	3,3	43	42
Recife	2,8	39	50
Porto Alegre	2,8	41	42
Salvador	2,3	49	53
Curitiba	2,0	42	48
Fortaleza	2,0	41	56
Brasília	1,7	41	42
Belém	1,0	38	50
<b>MÉDIA</b>		41	47
CIDADE	ESTADOS UNIDOS		
	POPULAÇÃO (1980) (EM MILHÕES)	NEGROS/BRANCOS	
Nova Iorque	9,1	78	
Los Angeles	7,5	79	
Chicago	7,1	88	
Filadélfia	4,7	78	
Detroit	4,4	88	
São Francisco	3,3	71	
Washington	3,1	71	
Dallas	3,0	78	
Houston	2,9	74	
Boston	2,8	77	
<b>MÉDIA</b>		78	

Fontes: Brasil: Edward E. Telles, "Contato racial no Brasil urbano: análise da segregação residencial nas quarenta maiores áreas urbanas do Brasil em 1980", in Peggy A. Lovell, org., Desigualdade racial no Brasil contemporâneo, Belo Horizonte, 1991, Tabela 2, p. 353. Estados Unidos: Gerald David Jaynes e Robin M. Williams, Jr., orgs., A common destiny: Blacks and American society, Washington, 1989, Tabela 2-5, p. 78-9.

TABELA 5

## Expectativa de vida média, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1950, 1980

	BRASIL			ESTADOS UNIDOS		
	BRANCOS	NEGROS <sup>a</sup>	B-N	BRANCOS	NEGROS	B-N
1950	47,5	40,0	7,5	69,1	60,8	8,3
1980	66,1	59,4	6,7	74,4	68,1	6,3

(a) Pardos e pretos combinados.

Fontes: Brasil: Wood e Carvalho, *Demography of inequality* p. 145. Estados Unidos: USBC, *Statistical abstract of the United States, 1989, Washington, 1989, Tabela 106, p. 71.*

tativa de vida cresceu em ambos os países, ao mesmo tempo que se haviam reduzido os diferenciais entre negros e brancos. Entretanto, esse declínio foi mais rápido nos Estados Unidos, onde a diferença de expectativa de vida entre brancos e negros passou a ser de 6,3 anos, do que no Brasil, onde ela se situou em 6,7 anos.

Tendência similar aparece nas taxas de fertilidade, em que os diferenciais raciais eram maiores nos Estados Unidos até 1960, após o que se tornaram maiores – bem maiores, na verdade – no Brasil. Nos Estados Unidos, as taxas de fertilidade total (número total de crianças nascidas por mulher) cresceram rapidamente para ambas as raças durante os anos do *baby boom* – final da década de quarenta e década de cinquenta – e depois declinaram abruptamente nas décadas de sessenta e setenta. No Brasil, essas taxas cresceram um pouco entre 1940 e 1960 (permanecendo mais baixas para pretos do que para brancos) e começaram a declinar após 1960. Esse declínio foi muito mais pronunciado para a população branca do que para os pardos e pretos – refletindo, como argumentariam os teóricos demográficos, os níveis mais baixos de escolaridade e urbanização dos afro-brasileiros. O resultado foi que, em 1984, o diferencial nas taxas de fertilidade entre brancos e não-brancos no

Brasil (1,4 filho por mulher para os pardos, 1,3 para os pretos) era três vezes maior que o diferencial negro/branco nos Estados Unidos (0,4 filho por mulher).

Maiores taxas de fertilidade e menores expectativas de vida significam que, em ambos os países, as populações negra e mestiça tendiam a ser mais jovens do que a população branca. De 1940 até hoje, as diferenças raciais em termos de média de idade têm sido maiores nos Estados Unidos do que no Brasil, mas desde 1960 tais diferenças têm declinado naquele país e aumentado neste. A diferença nas médias de idade de brancos e pretos permanece pequena, mas mudou de direção desde 1960, de negativa para positiva; e no final dos anos oitenta o diferencial pardo/branco se aproximava do diferencial negro/branco nos Estados Unidos. Em termos percentuais, esses diferenciais já são aproximadamente iguais: em 1987-1988, a média de idade dos pardos era 82% daquela dos brancos brasileiros, enquanto a média de idade dos afro-americanos era 83% da dos brancos norte-americanos.

Fertilidade e média de idade são indicadores pelos quais as disparidades raciais nos Estados Unidos têm declinado nos últimos anos, enquanto no Brasil tais disparidades têm indicado crescimento. É diferente a história com relação ao matrimônio, único indicador demo-



TABELA 6

## Taxas de fertilidade total, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1940-1984

## BRASIL

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	Pa-B	Pr-B
1940	6,0	6,3	5,5	0,3	-0,5
1950	6,1	6,9	5,8	0,8	-0,3
1960	6,2	6,9	5,8	0,7	-0,4
1980	3,6	5,6	5,1	2,0	1,5
1984	3,0	4,4	4,3	1,4	1,3

## ESTADOS UNIDOS

	BRANCOS	NEGROS	N-B
1940	2,2	2,9	0,7
1950	2,9	3,8	0,9
1960	3,5	4,5	1,0
1980	1,8	2,3	0,5
1984	1,7	2,1	0,4

Fontes. *Brasil*: Alicia M. Bercovich, "Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil", in Peggy A. Lovell, org., *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo, Belo Horizonte, 1991*, p. 312. *Estados Unidos*: Reynolds Farley e Walter R. Allen, *The color line and the quality of life in America, New York, 1987*, p. 58-62; Gerald David Jaynes e Robin M. Williams, orgs., *A common destiny: blacks and American society, Washington, 1989*, p. 513-4.

gráfico pelo qual as diferenças raciais têm crescido nos Estados Unidos, enquanto se reduzem no Brasil (Tabela 7). Em 1890 a proporção da população negra norte-americana que nunca havia se casado era maior que sua correlativa branca, mas de apenas quatro pontos percentuais entre os homens e pouco menos que isso entre as mulheres. Em 1950, o diferencial caíra para 2,7 pontos percentuais entre os homens e menos que um ponto percentual entre as mulheres. As taxas de matrimônio dos negros, contudo, começaram a cair significativamente a partir de 1970 e em 1980 a proporção de homens e mulheres negros que

nunca haviam se casado era 13 pontos percentuais maior do que entre seus correlativos brancos.<sup>30</sup> No Brasil, ao contrário, os diferenciais raciais em termos de matrimônio haviam crescido entre 1890 e 1950, mas depois declinaram entre 1950 e 1980, quando aumentaram as taxas de matrimônio de pardos e pretos. Em 1980, o diferencial racial na proporção de mulheres que nunca haviam se casado era de apenas três pontos percentuais entre pardos e brancos e de seis pontos entre pretos e brancos.

O declínio nas taxas de matrimônio dos negros dos Estados Unidos é visível nas diferen-



TABELA 7

## Média de idade, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1940-1988

BRASIL					
	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	B-Pa	B-Pr
1940	18,7	18,0	19,2	0,7	-0,5
1950	19,2	17,6	19,7	1,6	-0,5
1960	19,2	17,1	19,7	2,1	-0,5
1980	21,7	18,1	21,6	3,6	0,1
1987	23,7	19,4	23,3	4,3	0,4

ESTADOS UNIDOS			
	BRANCOS	NEGROS	B-N
1940	29,5	25,3	4,2
1950	30,7	26,1	4,6
1960	30,3	23,5	6,8
1980	31,3	24,9	6,4
1988	33,1	27,3	5,8

Fontes: *Brasil*: 1940, Recenseamento, 1940, Tabela 4, p. 6-7; 1950, Recenseamento, 1950, Tabela 5, p. 5; 1960, Recenseamento, 1960, Tabela 5, p. 10; 1980, Recenseamento, 1980, Tabela 1.4, p. 10-1; 1987, IBGE, Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 1987, Rio de Janeiro, 1990, volume 1, p. 2-3. *Estados Unidos*: 1940-1980, 1980 Census, 1, B, 1, Tabela 45, p. 1-42-43; 1988, Black population, 1988, Tabela C, p. 5.

ças de estrutura familiar nos dois países. Tabulando as unidades domiciliares qualificadas como famílias pela definição do Bureau do Censo norte-americano,<sup>31</sup> descobrimos que, no final dos anos oitenta, as famílias não-brancas no Brasil tendiam muito mais a ser encabeçadas por casais do que as famílias não-brancas nos Estados Unidos (Figura 3). Os lares chefiados por mulheres eram ligeiramente mais numerosos na população parda do que na branca e quase duas vezes mais numerosos entre as famílias pretas. Mas nos Estados Unidos os lares chefiados por mulheres eram quase 3,5 vezes mais numerosos na população negra do que na branca.

Os indicadores demográficos examinados nesta seção propiciam surpreendente comparação longitudinal. Em 1950 os Estados Unidos eram, das duas sociedades, a mais racialmente desigual em todos os aspectos, exceto no matrimônio. Em 1980 essa relação comparativa havia se invertido em todos os indicadores, exceto na média de idade. Agora os diferenciais raciais em matéria de expectativa de vida e fertilidade têm sido maiores no Brasil do que nos Estados Unidos, enquanto os diferenciais raciais em termos de matrimônio passaram a ser maiores nos Estados Unidos do que no Brasil. Também na área da média de idade, a relação relativa que existira em 1950

TABELA 8

## Distribuição percentual do estado civil por raça e sexo, Brasil e Estados Unidos, 1990, 1950, 1980

BRASIL						
	BRANCOS		PARDOS		PRETOS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
<b>1890<sup>a</sup></b>						
Solteiros	69,3	64,7	72,9	70,2	73,1	73,0
Casados	28,1	29,2	24,5	24,1	24,2	22,0
Viúvos ou divorciados	2,7	6,1	2,5	5,6	2,7	5,0
<b>1950<sup>b</sup></b>						
Solteiros	40,1	32,3	46,0	39,5	47,6	45,7
Casados	56,9	58,0	50,6	50,2	48,2	42,4
Viúvos ou divorciados	3,1	9,7	3,5	10,3	4,2	11,9
<b>1980<sup>b</sup></b>						
Solteiros	N.D.	30,3	N.D.	33,4	N.D.	36,6
Casados	N.D.	58,0	N.D.	55,1	N.D.	48,1
Viúvos ou divorciados	N.D.	11,6	N.D.	11,5	N.D.	15,3

ESTADOS UNIDOS				
	BRANCOS		NEGROS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
<b>1890<sup>a</sup></b>				
Solteiros	61,7	55,8	65,7	59,3
Casados	35,4	37,1	31,6	31,7
Viúvos ou divorciados	2,8	7,0	2,6	8,9
<b>1950<sup>c</sup></b>				
Solteiros	26,0	20,0	28,7	20,8
Casados	68,0	66,2	64,1	62,0
Viúvos ou divorciados	6,0	13,8	7,2	17,2
<b>1980<sup>b</sup></b>				
Solteiros	28,2	21,2	41,1	34,4
Casados	64,0	59,2	48,8	43,8
Viúvos ou divorciados	7,8	19,6	10,2	21,8

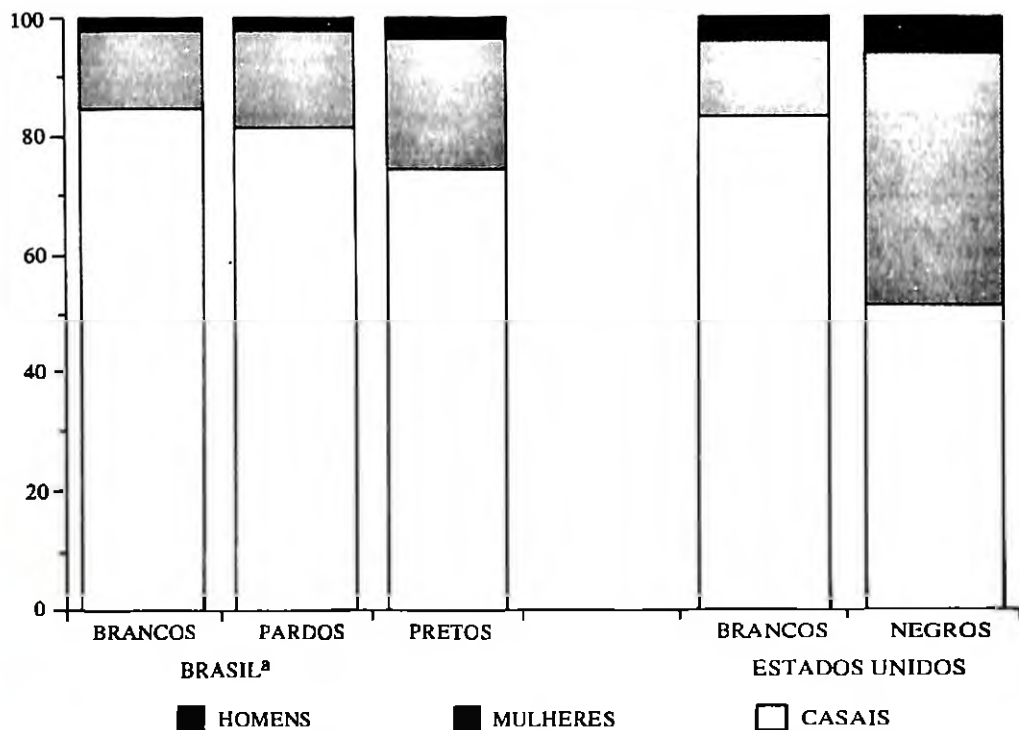
(a) Percentagem da população total.

(b) Percentagem da população com 15 anos de idade ou mais.

(c) Percentagem da população com 14 anos de idade ou mais.

Fonte: *Brasil*: 1890, Synopse, 1890, p. 2-3; 1950, Recenseamento, 1950, Tabela 7, p. 6-7; 1980, Elza Berquó, "Demografia da desigualdade", Novos Estudos Cebrap 21, julho de 1988, Tabela 4, p. 78. *Estados Unidos*: 1980, Negro population, 1790-1915, Tabela 4, p. 238; 1950, Census, 1950, 2, 1, Tabela 46, p. 1-97; 1980, 1980 Census, 1, B, 1, Tabela 46, p. 1-45-46.

FIGURA 3  
Distribuição percentual de chefes de família, por raça, Brasil, 1987,  
Estados Unidos, 1988



(a) Percentagens para o Brasil calculadas excluindo-se 2,2 milhões de famílias (6,9% do total), cujo chefe não foi especificado.

Fontes: Brasil: Pesquisa nacional, 1987, 1, Tabela 20, p. 26. Estados Unidos: 1850-1910, Black population, 1988, Tabela E, p. 8.

aparecia quase invertida no final dos anos oitenta, na medida em que os diferenciais raciais norte-americanos caíram do pico registrado em 1960 e os diferenciais brasileiros continuavam crescendo.

## EDUCAÇÃO

Brasil e Estados Unidos compartilham tradições históricas muito diferentes na área da educação pública. Nos Estados Unidos, fornecer educação tem sido uma das obrigações básicas dos governos estaduais e municipais. Só depois da Segunda Guerra Mundial, contudo,

é que os governos brasileiros assumiram a ampla responsabilidade pela educação de seus cidadãos. O resultado, quando combinado com os níveis mais baixos de desenvolvimento econômico do Brasil, é os brasileiros terem tido um acesso muito mais restrito às salas de aula do que tem sido o caso nos Estados Unidos.<sup>32</sup> Enquanto a maioria dos norte-americanos adultos – negros ou brancos – tem diploma de segundo grau, o branco brasileiro adulto médio tem menos de quatro anos de escolaridade e o não-branco médio, menos de dois (Figura 4). Como os níveis absolutos de escolaridade nos dois países são assim tão diferentes, as disparidades raciais nessa área não serão

TABELA 9

## Percentual de alfabetizados, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1910-1987

	BRASIL <sup>a</sup>			ESTADOS UNIDOS <sup>b</sup>	
	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	BRANCOS	NEGROS
1910	N.D.	N.D.	N.D.	95,0	69,6
1930	N.D.	N.D.	N.D.	97,3	83,7
1940	52,8	29,3	20,9	N.D.	N.D.
1950 <sup>c</sup>	59,3	31,1	26,7	98,0	89,0
1987	87,7	71,0	70,5	N.D.	N.D.

(a) Percentagem da população com 10 anos de idade ou mais.

(b) 1910, 1930: percentagem da população com 10 anos de idade ou mais; 1950 (1947): percentagem da população com 14 anos de idade ou mais.

(c) Dados dos Estados Unidos de 1947.

Fontes: Brasil: 1940, Recenseamento, 1940, Tabela 17, p. 28-9; 1950, Recenseamento, 1950, Tabela 17, p. 20-1; 1987, Pesquisa nacional, 1987, 1, Tabela 2, p. 4. Estados Unidos: 1910, Negro population, 1790-1915, Tabela 1, p. 404; 1930, Fifteenth census of the United States, 1930, Washington, 1933, volume 2, Tabela 4, p. 1223; 1950 (1947), Black population, 1790-1978, Tabela 68, p. 91.

mensuradas subtraindo-se as taxas dos negros das dos brancos, como nas seções anteriores, mas examinando-se as taxas dos negros como proporção das dos brancos. (Esse mesmo procedimento será usado na próxima seção, quando examinarmos as diferenças raciais em termos de rendimentos.)

Indicativo das diferenças em matéria de êxito educacional nos dois países é o fato de a alfabetização continuar sendo um problema sério no Brasil. Numa data tão recente quanto 1950, 40% da população branca e a grande maioria dos não-brancos (69% dos pardos e 73% dos pretos) eram analfabetas. Em 1987, as taxas de alfabetização haviam melhorado substancialmente para ambos os grupos, mas o analfabetismo de pretos e pardos ainda se situava em torno de 30%, mais que o dobro da taxa para os brancos.

Os dados brasileiros sobre alfabetização em 1987 são, grosso modo, comparáveis aos dos Estados Unidos em 1910, quando 95% dos brancos e 70% dos negros eram alfabetizados.

Em 1947, último ano em que o Bureau do Censo recolheu dados raciais sobre o assunto, a taxa de alfabetização dos negros era 90% da dos brancos. No Brasil, naquela época, como vimos, a taxa de alfabetização dos pardos era pouco mais que metade da dos brancos, enquanto a dos pretos, 40% da dos brancos.

O Brasil carece de dados históricos sobre matrícula escolar e tempo de escolaridade segundo a raça. Mas o censo de 1950 incluiu informações sobre o número de negros e brancos que haviam concluído o segundo grau e a universidade. Esses dados confirmam que os diplomas de segundo grau e universitários têm sido obtidos apenas por uma pequena minoria dos brancos e por um número reduzidíssimo de negros. A taxa de conclusão do segundo grau era quase dez vezes maior para os brancos do que para os pardos e o número de pretos e pardos com diploma universitário (3.568 e 448, respectivamente, em todo o Brasil) era muito pequeno para gerar sequer uma taxa percentual de um ponto decimal (Tabela 10).



TABELA 10

Percentual da população com 25 anos de idade ou mais, por raça, que completou o segundo grau ou a universidade, Brasil e Estados Unidos, 1950, 1987

	BRASIL			ESTADOS UNIDOS	
	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	BRANCOS	NEGROS
<b>1950</b>					
Segundo grau	4,9	0,5	0,2	29,0	11,0
Universidade	1,2	0,0	0,0	6,4	2,2
<b>1987</b>					
Segundo grau	13,9	8,0	5,3	56,4	52,8
Universidade	9,2	2,0	1,0	20,5	10,7

(a) Para 1950, percentagem da população com 15 anos de idade ou mais.

Fontes Brasil: Recenseamento, 1950, Tabela 20, p. 24; 1987, Pesquisa nacional, 1987, 1, Tabelas 4-5, p. 7-10. Estados Unidos: 1950, Census, 1950, 2, 1, Tabela 44, p. 1-96; 1987, Statistical abstract, 1989, Tabela 212, p. 131.

Nos Estados Unidos à mesma época, a proporção de brancos que haviam completado o segundo grau era 2,6 vezes maior que a de negros e a proporção de brancos com diploma universitário, quase três vezes maior que a de negros. Em 1987, contudo, os diferenciais entre negros e brancos em termos de taxas de graduação no segundo grau haviam sido quase eliminados. Os brancos ainda tendiam a obter quase duas vezes mais diplomas universitários do que os negros, mas estes haviam quase quintuplicado sua taxa nessa área desde 1950 e agora se diplomavam a taxas mais elevadas que a dos brancos brasileiros (como também fora o caso em 1950).

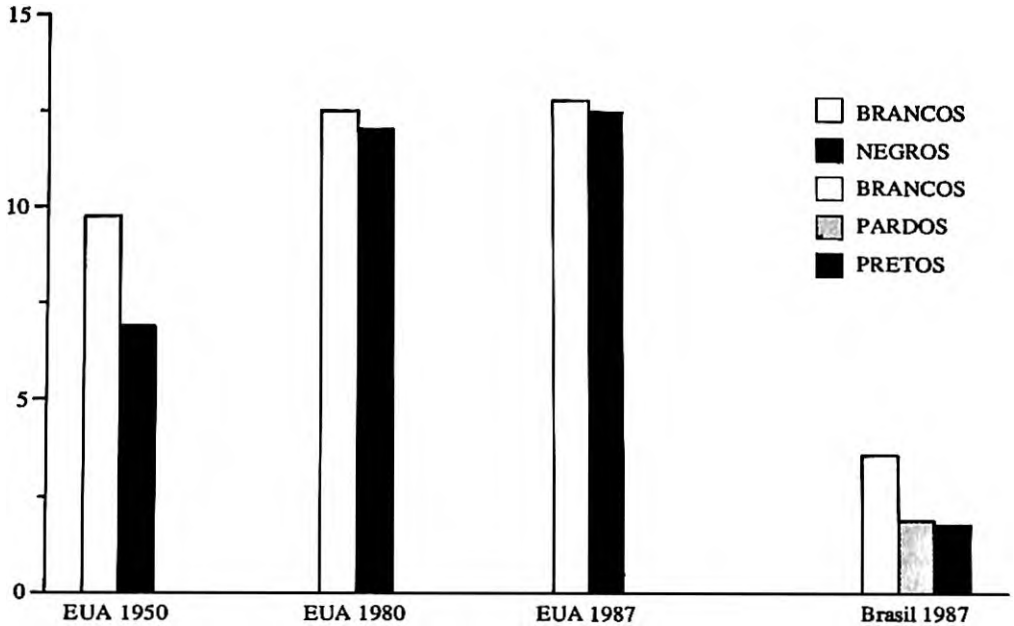
As taxas absolutas de crescimento no número de pardos e pretos com diplomas de segundo grau e universitário eram ainda mais rápidas no Brasil do que nos Estados Unidos. Não obstante, a proporção de brancos com diploma de segundo grau em 1987 era ainda quase 75% maior que a de pardos e 2,5 vezes maior que a de pretos. As disparidades eram

ainda maiores no nível universitário, que os brancos estavam completando a uma taxa 4,5 vezes maior que a dos pardos e mais que nove vezes maior que a dos pretos.

A maioria dos brasileiros, porém, não importa a raça, nunca chega ao segundo grau. Para a maioria, a educação se interrompe na quarta série ou antes, embora mesmo nesse nível os brancos obtenham em média duas vezes o nível de escolaridade dos não-brancos (Figura 4). Nos Estados Unidos, em 1987, essa disparidade era de 3/10 de um ano. Esse baixo diferencial norte-americano em termos de escolaridade reflete a ausência de disparidades em termos de matrícula escolar: em 1987, essencialmente a mesma proporção de negros e brancos estava frequentando as salas de aula (Figura 5). No Brasil, as taxas de matrícula eram muito mais baixas, especialmente nos níveis de segundo grau e universitário. E um desencorajante prognóstico do futuro era o fato de as disparidades raciais entre os grupos branco e pardo serem ainda maiores entre os



FIGURA 4  
Média de anos de escolaridade, população com 25 anos de idade ou mais, Estados Unidos, 1950-1987, e Brasil, 1987

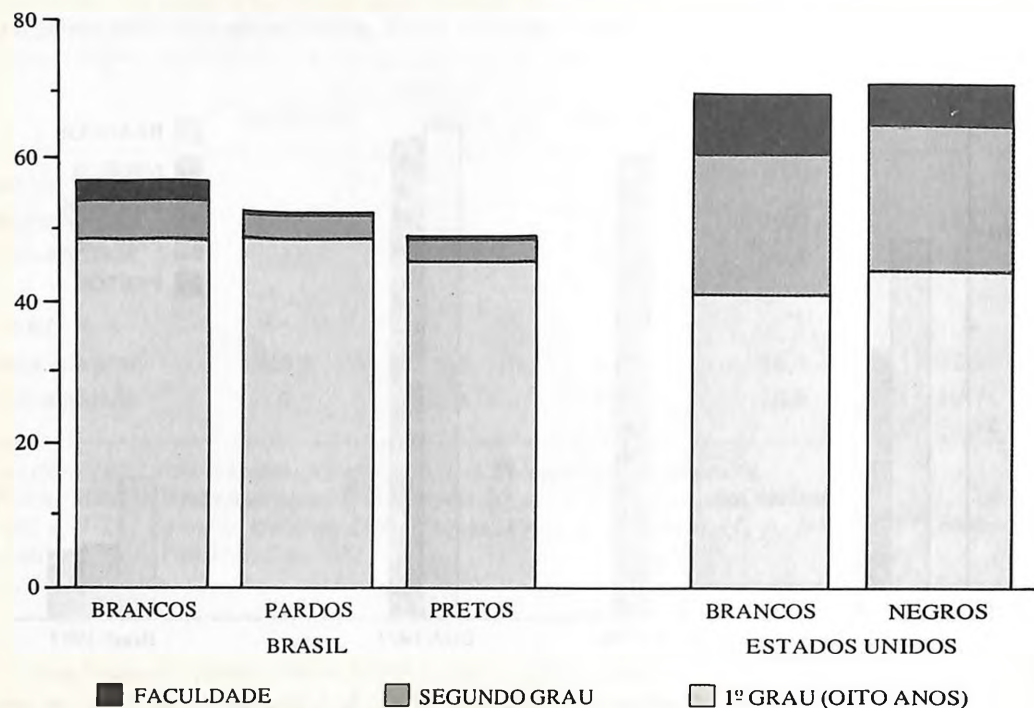


Fontes: *Estados Unidos: 1950, Census, 1950, 2, 1, Tabela 44, p. 1-96; 1980, Census, 1980, 1, C, 1, Tabela 83, p. 21-3; 1987, Statistical abstract, 1989, Tabela 212, p. 131. Brasil: ver Tabela 10.*

alunos atualmente matriculados (Figura 5) do que entre os antigos diplomados (Tabela 10). Enquanto os brancos com 25 anos de idade ou mais tinham 74% mais probabilidades do que os pardos de terem concluído o segundo grau e 4,6 vezes mais chances de terem diploma universitário, os brancos com menos de 25 anos tinham 88% mais probabilidades do que os pardos de estarem matriculados no segundo grau e 4,8 vezes mais chances de estarem matriculados na universidade. A população preta atingira taxas relativamente mais altas de representação entre os alunos atualmente matriculados do que entre os antigos diplomados. Mas suas taxas de matrícula ainda ficavam atrás daquelas dos pardos, que já eram muito baixas.

Os Estados Unidos ainda têm um considerável caminho a percorrer antes que possam afirmar ter atingido a plena igualdade racial no que se refere à educação de seus cidadãos. As disparidades raciais em matéria de resultados de exames, taxas de evasão escolar e matrícula em universidade continuam a colocar sérios obstáculos à mobilidade ascendente dos negros, assim como diferenças de difícil mensuração quanto à qualidade do ensino primário e secundário ministrado a negros e brancos.<sup>33</sup> A despeito dessas deficiências, não há dúvida de que os Estados Unidos não só oferecem níveis mais elevados de educação a seus cidadãos negros e brancos do que o Brasil, mas também atingiram maior igualdade racial no fornecimento dessa educação.<sup>34</sup>

FIGURA 5  
 Percentual da população com 5-24 anos de idade ou mais matriculada em escolas, por raça, Brasil, 1987, e Estados Unidos, 1980



Fontes: Brasil: Pesquisa nacional, 1987, 1, Tabelas 5, p. 10. Estados Unidos: 1980 Census, 1, C, 1, Tabela 123, p. 1-97.

## EMPREGOS E RENDIMENTOS

A Tabela 11 enfoca mudanças nas taxas de atividade econômica (ou seja, participação no mercado de trabalho civil) de 1940 a 1987. A principal tendência evidenciada por esses dados, em ambos os países e em todos os grupos raciais, é o declínio gradual da participação dos homens na força de trabalho e o crescimento marcante da participação feminina. Em ambos os países, os declínios na participação masculina foram maiores entre os não-brancos do que entre os brancos e se mostraram particularmente pronunciados entre os afro-americanos, que em 1987 estavam empregados ou procurando emprego a taxas significativa-

mente mais baixas que as de seus correlativos brancos.<sup>35</sup> No Brasil, no mesmo ano, em contraste, as taxas de participação de homens brancos, pretos e pardos na força de trabalho eram mais ou menos idênticas, com os pretos ligeiramente abaixo dos pardos e dos brancos.

Os aumentos da participação feminina na força de trabalho em ambos os países mais que compensaram a retirada masculina, resultando em maiores taxas totais de participação para todos os cinco grupos raciais. Desde 1950, no Brasil, as mulheres pretas têm participado do mercado de trabalho a taxas em torno de seis pontos percentuais acima das brancas ou pardas. Nos Estados Unidos, o hiato entre mulheres negras e brancas empregadas, que era

TABELA 11

Percentual da população civil economicamente ativa, por raça e sexo, Brasil e Estados Unidos - 1940-1987

	BRASIL <sup>a</sup>								
	BRANCOS			PARDOS			NEGROS		
	TOTAL	HOM.	MULH.	TOTAL	HOM.	MULH.	TOTAL	HOM.	MULH.
1940	47,6	80,8	14,6	48,6	82,4	16,4	48,9	82,9	16,6
1950	46,1	80,1	13,1	45,6	80,8	11,8	50,2	82,3	19,7
1980	48,8	72,0	27,2	48,2	71,9	24,6	53,0	72,9	33,3
1987	56,9	76,6	38,6	56,8	76,7	37,5	60,2	76,3	44,5

	ESTADOS UNIDOS <sup>b</sup>					
	BRANCOS			NEGROS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1940	51,4	78,8	24,1	58,1	79,8	37,3
1950	54,3	81,4	28,9	57,9	79,2	38,5
1980	61,9	75,7	49,3	58,8	65,6	53,1
1987	65,8	76,8	55,7	63,8	71,1	58,0

(a) Percentagem da população com 10 anos de idade ou mais.

(b) Para 1940, percentagem da população com 14 anos de idade ou mais; 1950-1987, percentagem da população com 16 anos de idade ou mais.

Fontes: Brasil: 1940, Recenseamento, 1940, Tabela 30, p. 36-7; 1950, Recenseamento, 1950, Tabela 23, p. 30-1; 1980, tabulação especial do censo de 1980 fornecida ao autor pelo IBGE; 1987, Pesquisa nacional, 1987, Tabela 6, p. 11. Estados Unidos: 1940-1980, 1980 Census, 1, C, 1, Tabela 86, p. 1-25-26; 1987, Black population, 1988, Tabela F, p. 9.

de quase dez pontos percentuais em 1950, fora reduzido a dois pontos percentuais no final dos anos oitenta, resultado da entrada, em grande número, das mulheres brancas no mercado de trabalho. Em 1987, mais da metade das mulheres negras e brancas nos Estados Unidos estava empregada ou procurando emprego, proporção consideravelmente maior que entre as mulheres brasileiras.

Essa maior taxa de participação feminina no mercado de trabalho nos Estados Unidos e a maior habilidade das afro-americanas (quando comparadas às afro-brasileiras) em obter

empregos e rendimentos comparáveis aos das brancas mostraram-se fatores-chave na explicação de como a desigualdade racial em matéria de emprego e rendimentos se alterou, com o passar do tempo, nos dois países. Nas Tabelas 12 e 13 são focalizados dados ocupacionais dos censos brasileiros e norte-americanos de 1950 e 1980 que depois são usados para calcular índices de dissimilaridade entre cada grupo racial e de gênero (p. e., para o Brasil a dissimilaridade entre brancos e pardos, brancos e pretos, homens brancos e homens pardos, homens brancos e homens pretos, mu-



TABELA 12

Distribuição percentual da força de trabalho civil por raça e sexo, Estados Unidos, 1950, 1980

	BRANCOS			NEGROS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
<b>1950</b>						
Profissões liberais	9,3	7,8	13,3	3,4	2,1	5,6
Administração	22,9	18,3	35,2	5,1	5,0	5,3
Vendas	7,6	6,9	9,4	1,2	1,1	1,4
Ocupações manuais						
não-agrícolas	39,8	46,3	22,2	40,0	52,4	16,8
Serviços	8,0	5,2	15,3	30,3	14,3	60,2
Agricultura	11,1	14,3	2,8	18,5	23,5	9,1
Outras/Desconhecidas	1,3	1,1	1,8	1,5	1,5	1,6
Índice de dissimilaridade	-	-	-	30,1	24,8	51,2
<b>1980</b>						
Profissões liberais <sup>a</sup>	15,5	14,1	17,6	11,2	7,6	15,0
Administração	27,9	19,6	39,9	22,3	14,6	30,4
Vendas	10,5	9,5	11,9	5,0	3,9	6,2
Ocupações manuais						
não-agrícolas	31,7	44,3	13,7	37,1	53,9	19,5
Serviços	11,4	8,1	16,1	22,3	16,5	28,3
Agricultura	2,8	4,2	0,9	2,0	3,3	0,6
Outras/Desconhecidas	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Índice de dissimilaridade	-	-	-	16,3	18,0	18,1

(a) Inclui pessoal técnico.

Fontes: 1950, Census, 1950, 2, 1, Tabela 128, p. 1-276-278; 1980, 1980 Census, 1, D, 1, Tabela 281, p. 1-274-285.

TABELA 13

Distribuição percentual da força de trabalho civil por raça e sexo, Brasil, 1950, 1980

	BRANCOS			PARDOS			PRETOS		
	TOTAL	HOM.	MULH.	TOTAL	HOM.	MULH.	TOTAL	HOM.	MULH.
<b>1950</b>									
Profissões liberais	0,7	0,7	0,8	0,1	0,1	0,4	0,1	0,0	0,2
Administração <sup>a</sup>	2,0	1,9	2,4	0,9	0,9	0,5	0,7	0,9	0,1
Vendas	8,4	8,8	5,7	3,4	3,6	2,1	2,2	2,5	0,9
Ocupações manuais									
não-agrícolas	21,3	21,4	20,6	18,3	18,7	15,9	19,6	21,8	11,1
Serviços	9,3	5,9	29,1	8,9	3,9	41,5	15,2	3,9	59,7
Agricultura	54,8	59,4	27,7	66,8	71,6	35,1	60,6	69,4	25,9
Outras/									
Desconhecidas	3,6	1,9	13,7	1,6	1,2	4,5	1,6	1,4	2,1
Índice de dissimilaridade	-	-	-	12,1	12,2	19,8	11,8	10,5	30,6
<b>1980</b>									
Profissões liberais <sup>b</sup>	9,0	5,6	17,3	3,8	1,8	9,6	2,5	1,3	5,1
Administração	16,7	15,3	20,1	6,7	6,1	8,5	4,2	4,3	4,0
Vendas	9,0	9,0	9,0	6,5	6,3	7,1	4,0	4,2	3,6
Ocupações manuais									
não-agrícolas	26,0	30,5	14,6	25,6	29,6	13,8	27,9	36,1	10,3
Serviços	10,7	5,0	24,9	13,0	4,9	37,0	22,6	6,3	57,9
Agricultura	22,7	27,8	9,8	38,6	44,8	20,3	31,5	33,9	15,7
Outras/									
Desconhecidas	6,0	6,7	4,2	5,8	6,5	3,8	7,2	8,9	3,4
Índice de dissimilaridade	-	-	-	18,3	17,0	22,5	23,9	20,2	38,9

(a) Apenas administração pública; inclui professores de escolas públicas.

(b) Inclui pessoal técnico.

Fontes: 1950, Recenseamento, 1950, Tabela 23, p. 30-1; 1980, tabulação especial do censo de 1980 fornecida ao autor pelo IBGE.

lheres brancas e mulheres pardas, mulheres brancas e mulheres pretas).<sup>36</sup>

Em 1950, o índice geral de dissimilaridade entre trabalhadores negros e brancos nos Estados Unidos era 30,1 – quase 2,5 vezes os índices fornecidos pelos dados brasileiros para tal ano. Quando, porém, se divide a força de trabalho em grupos de gênero, descobre-se que a desigualdade era duas vezes maior entre as mulheres do que entre os homens. A maior parte da disparidade entre mulheres brancas e negras se deve a duas áreas do mercado de trabalho: o setor de serviços, em que as mulheres negras se concentravam majoritariamente, e o setor administrativo *white-collar*, em que as mulheres brancas estavam mais fortemente representadas. Não por coincidência, esses dois setores eram responsáveis por 2/3 da diferença geral entre os grupos raciais negro e branco.<sup>37</sup>

Em 1980, o índice de dissimilaridade para a força de trabalho norte-americana como um todo caíra a quase metade e agora era mais baixo que o índice brasileiro para esse mesmo ano. Isso resultou, em parte, de uma significativa redução da desigualdade entre homens negros e brancos. Mas um progresso ainda maior se deu no setor feminino do mercado de trabalho, no qual a desigualdade racial passou a ser aproximadamente 1/3 do que fora em 1950. Serviços e empregos administrativos continuavam sendo as áreas de maior disparidade. Mas em 1980 uma proporção maior da força de trabalho feminina negra ocupava posições *white-collar* em vez de empregos na área de serviços e o percentual de homens e mulheres negras trabalhando em empregos de escritório havia quadruplicado desde 1950.<sup>38</sup>

O Brasil, em contraste, caminhou numa direção muito diferente entre 1950 e 1980. A estrutura ocupacional do país indubitavelmente se “modernizou” durante esse período: os empregos profissionais e administrativos se expandiram exponencialmente, enquanto a agricultura sofria acentuado declínio em importância. Ambas as mudanças, contudo, re-

dundaram em benefícios desproporcionais para a população branca, que abandonou a agricultura a uma taxa muito mais rápida que a dos não-brancos e aproveitou as novas oportunidades no trabalho de escritório *white-collar* em números muito maiores que os não-brancos. De fato, em cada uma das áreas do mercado de trabalho, à exceção de vendas e trabalho manual não-agrícola, as disparidades raciais no emprego eram maiores em 1980 do que haviam sido em 1950.<sup>39</sup>

Embora tais disparidades tenham crescido tanto para pardos quanto para pretos, o aumento foi maior para estes últimos. As diferenças de gênero no interior do grupo racial preto eram menos pronunciadas do que em 1950, quando os índices de dissimilaridade foram quase três vezes maiores para as mulheres pretas do que para os homens pretos. Mas a desigualdade racial era ainda quase duas vezes maior para as mulheres do que para os homens pretos e, tal como nos Estados Unidos em 1950, era causada principalmente pela super-representação dessas mulheres nos serviços domésticos e por sua sub-representação no trabalho de escritório. As taxas estatísticas da desigualdade ocupacional em 1980 são, de fato, muito similares entre os homens afro-americanos e afro-brasileiros, e entre as mulheres afro-americanas e as mulheres pardas. Mas as mulheres pretas sofrem claramente uma extrema desvantagem no mercado de trabalho brasileiro, e são suas taxas de desigualdade muito mais elevadas em relação às mulheres brancas que colocam o grupo racial preto como um todo em tal desvantagem em comparação com brancos e pardos.

Dados publicados sobre desigualdade racial segundo a raça só têm sido disponíveis no Brasil desde 1976; nossa discussão sobre esse tópico é, portanto, de caráter menos histórico e mais focalizado nas condições atuais. Começamos contrastando dados salariais dos censos norte-americano e brasileiro de 1980 (Tabela 14).<sup>40</sup> Como seria de esperar a partir da discussão anterior sobre distribuição ocupacional,



TABELA 14

**Rendimentos médios<sup>a</sup> por raça, sexo e categoria ocupacional, Brasil, 1980,  
e Estados Unidos, 1979**

BRASIL						
	BRANCOS		PARDOS		PRETOS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Profissões liberais <sup>b</sup>	\$509	\$181	0,48	0,52	0,42	0,67
Administração	312	176	0,62	0,70	0,50	0,72
Vendas	198	101	0,58	0,72	0,49	0,78
Ocupações manuais não-agrícolas <sup>c</sup>	141	90	0,82	0,68	0,83	0,89
Serviços	109	51	0,81	0,78	0,82	0,90
Agricultura <sup>d</sup>	64	0	0,79		0,85	
<b>Total</b>	<b>\$140</b>	<b>\$ 97</b>	<b>0,60</b>	<b>0,53</b>	<b>0,63</b>	<b>0,55</b>
ESTADOS UNIDOS						
	BRANCOS		NEGROS			
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES		
Profissões liberais/técnicas						
Profissões liberais		\$20.181	\$11.034		0,73	1,09
Técnicos		16.317	9.443		0,83	1,08
Administração						
Gerência		21.694	11.113		0,72	1,06
Escritório		14.732	8.107		0,78	1,07
Vendas		15.454	4.739		0,65	1,02
Ocupações manuais não-agrícolas						
Qualificados		15.525	8.273		0,77	0,97
Semi e não-qualificados		12.508	6.922		0,82	1,00
Serviços		8.393	3.828		0,88	1,26
Agricultura		8.073	3.499		0,62	0,85
<b>Total</b>		<b>\$15.126</b>	<b>\$7.251</b>		<b>0,69</b>	<b>1,00</b>

(a) Para ambos os países, rendimentos médios dos brancos expressos em dólares atuais; rendimentos médios dos não-brancos expressos como fração dos rendimentos médios dos brancos para a mesma categoria ocupacional e grupo de gênero. Os números para os Estados Unidos representam rendimentos anuais; os números para o Brasil, rendimentos mensais.

(b) Inclui pessoal técnico.

(c) Apenas indústria e construção civil.

(d) Rendimentos médios das mulheres não-brancas na agricultura: pardas, US\$ 19 por mês; pretas, US\$ 28 por mês.

Fontes: Brasil: tabulação especial do censo de 1980 fornecida ao autor pelo IBGE. Estados Unidos: 1980, Census, 1, D, 1, Tabela 281, p. 1-274-275.

os níveis de desigualdade salarial revelados nesses documentos são mais elevados no Brasil do que nos Estados Unidos. Uma vez mais fica-se surpreso com o grau de paridade atingido pelas mulheres afro-americanas em relação às mulheres brancas, em contraste com as disparidades entre as mulheres brasileiras brancas e não-brancas.<sup>41</sup> É verdade que, dentro dos grupos ocupacionais, as mulheres afro-brasileiras tendiam a ganhar salários mais próximos dos de suas correlativas brancas do que conseguiam os homens negros. Mas isso reflete o fato de que, em ambos os países, a desigualdade de gênero no que se refere a rendimentos era maior que a desigualdade racial, o que resultou em menores rendimentos para as mulheres brancas do que para os homens não-brancos na mesma categoria ocupacional. E uma vez que as mulheres pardas e pretas estavam tão fortemente concentradas em ocupações agrícolas e de serviços de baixa remuneração, seus rendimentos médios totais ficavam muito atrás até mesmo daqueles das mulheres brancas.

A desigualdade salarial entre os homens era um tanto similar nos dois países. Nos Estados Unidos, em 1980, os homens afro-americanos ganhavam, em média, 69% dos salários obtidos pelos homens brancos; no Brasil, os homens pretos ganhavam 63% dos salários recebidos pelos homens brancos, enquanto os homens pardos, 60%. Tanto para os homens pardos quanto para os pretos, a desigualdade era mais pronunciada nos empregos *white-collar*: profissões liberais, posições administrativas e vendas. Padrão similar àquele obtido nos Estados Unidos, onde, com exceção da agricultura, a desigualdade salarial era maior para os homens negros em profissões liberais, posições gerenciais e vendas. Mas os afro-americanos nessas posições ainda ganhavam, em média, uma proporção bem maior dos rendimentos médios dos brancos do que os homens não-brancos no Brasil.

A Tabela 15 amplia a comparação salarial para o final dos anos oitenta, apresentando os

rendimentos médios totais dos não-brancos como fração dos rendimentos médios dos brancos, para o grupo racial como um todo e por gênero. Para o período 1980-1987, os dados mostram crescimentos bem semelhantes em matéria de desigualdade de rendimentos entre os homens não-brancos no Brasil e nos Estados Unidos. As mulheres pardas e afro-americanas também perderam terreno durante esse período, enquanto as pretas melhoraram sua posição relativa *vis-à-vis* às mulheres brancas. Em termos dos grupos raciais não-brancos como um todo, a desigualdade racial permaneceu mais ou menos constante no Brasil para os pardos e pretos, enquanto cresceu ligeiramente para os afro-americanos.

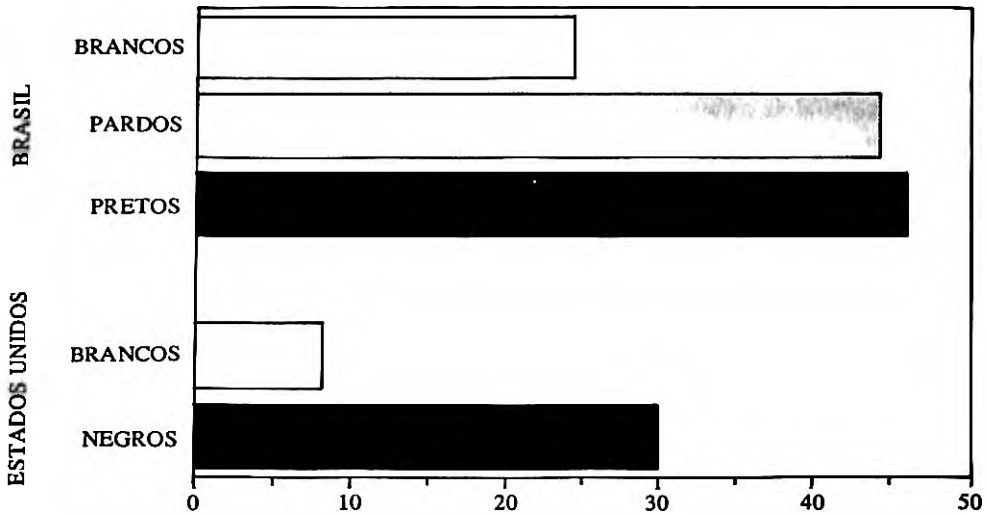
Um último indicador econômico para o qual há dados comparativos disponíveis é a proporção de famílias vivendo na pobreza (Figura 6). Nos Estados Unidos, esse indicador é determinado por uma fórmula que leva em conta o tamanho e composição das famílias. O governo brasileiro não faz tais cálculos, mas designa um salário mínimo que, na teoria, representa uma renda suficiente para manter uma família da classe trabalhadora. Sabe-se muito bem no Brasil, contudo, que o salário mínimo é insuficiente para tal propósito. Portanto, eu dobrei esse número a fim de produzir um indicador aproximado daquilo que, pelos padrões norte-americanos, ainda constituiria uma pobreza aguda.<sup>42</sup>

Os diferenciais raciais absolutos no número de famílias vivendo na pobreza são bem semelhantes: nos Estados Unidos, a diferença entre a proporção de famílias negras e brancas abaixo da linha de pobreza é de 22 pontos percentuais; no Brasil, a disparidade racial é de 20% entre famílias brancas e pardas e de 22% entre famílias brancas e pretas. Mas, como indica a Figura 6, a proporção de todas as famílias que vivem na pobreza é muito maior no Brasil do que nos Estados Unidos. Se adotarmos o método proporcional usado acima para comparar rendimentos, veremos que as famílias negras nos Estados Unidos tendem 3,6 ve-

zes mais que as brancas a viver na situação de pobreza. Esse número é o dobro do número no Brasil, onde as famílias pardas têm 1,8 vez mais probabilidade que as brancas de viver na condição de destituídas e as famílias pretas, 1,9 vez. Assim, embora a desigualdade racial nos rendimentos da força de trabalho seja maior no Brasil, a desigualdade racial no que

se refere às taxas de pobreza é maior nos Estados Unidos. Entretanto, a maior igualdade do Brasil nessa área é, em certo sentido, uma façanha puramente negativa, refletindo a possibilidade muito maior de que brancos brasileiros, em comparação com brancos norte-americanos, passem parte de sua vida, ou toda ela, na pobreza.

FIGURA 6  
 Percentual de famílias vivendo na pobreza, por raça,  
 Brasil e Estados Unidos, 1987



Fontes: Brasil: Pesquisa nacional, 1987, 1, Tabela 21, p. 27. Estados Unidos: Black population, 1988, Tabela I, p. 16.

TABELA 15

Rendimentos médios dos não-brancos como fração dos rendimentos médios dos brancos por sexo, população economicamente ativa, Brasil e Estados Unidos, 1980, 1987

	BRASIL						ESTADOS UNIDOS		
	PARDOS			PRETOS			NEGROS		
	TOTAL	HOM.	MULH.	TOTAL	HOM.	MULH.	TOTAL	HOM.	MULH.
1980	0,57	0,60	0,53	0,57	0,63	0,55	0,78	0,69	1,00
1987	0,57	0,56	0,52	0,58	0,58	0,58	0,76	0,63	0,98

Fontes: Brasil: 1980, ver tabela anterior; 1987, Pesquisa nacional, 1987, 1, Tabela 9, p. 14. Estados Unidos: 1980, ver tabela anterior; 1987, Black population, 1988, Tabela H, p. 14.

## CONCLUSÕES

De 1890 a 1960, os diferenciais raciais dos Estados Unidos excederam os do Brasil em quase todos os indicadores para os quais se dispõe de dados: distribuição regional, expectativa de vida, fertilidade, média de idade e distribuição ocupacional. As únicas áreas em que as disparidades raciais eram mais baixas nos Estados Unidos do que no Brasil eram matrimônio (1890, 1950) e realização educacional (alfabetização e taxas de diplomação no segundo grau e na universidade, 1950).

Em 1980, a comparação estatística das diferenças raciais nos dois países não mais favorecia o Brasil. Os indicadores de realização educacional (alfabetização, matrícula e diplomação), que haviam mostrado ser o Brasil mais desigual em 1950, apresentaram a mesma relação na década de oitenta. De modo mais surpreendente, quase todos os indicadores pelos quais, em 1950, os Estados Unidos haviam se colocado como uma sociedade mais desigual do que o Brasil – distribuição regional, expectativa de vida, fertilidade e distribuição ocupacional – tinham invertido a direção, mostrando agora maior desigualdade no Brasil. Apenas nos padrões de matrimônio é que a reversão de indicadores entre 1950 e 1980 deu vantagem ao Brasil, indicando maior desigualdade nos Estados Unidos.

Vários indicadores novos (isto é, para os quais não se dispunha de dados relativos a 1950) também mostraram menor desigualdade no Brasil do que nos Estados Unidos. Estes incluem segregação residencial, estrutura familiar e pobreza. Tais indicadores foram contrabalançados, porém, por outros indicadores novos – matrícula escolar, média de anos de escolaridade e rendimentos – que mostraram maior igualdade nos Estados Unidos.

Claramente, uma transição importante ocorreu entre 1950 e 1980. Enquanto muitas medidas da desigualdade racial declinaram acentuadamente nos Estados Unidos, as mesmas me-

das no Brasil tenderam a permanecer estáveis ou, de fato, em alguns casos – mais notadamente o da distribuição ocupacional –, a aumentar. Como resultado, em 1980 os dois países haviam invertido sua posição, com os Estados Unidos figurando agora como a mais racialmente igualitária das duas sociedades. Vários dos observadores comparativos dos anos quarenta, cinquenta e sessenta haviam previsto uma gradual convergência das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos na segunda metade deste século.<sup>43</sup> Nenhum deles previu, porém, que os dois países pudessem ultrapassar o ponto de convergência e então prosseguir por caminhos distintos, os Estados Unidos em direção a menos desigualdade e o Brasil, a mais. Que terá causado tal transição? Vários fatores parecem ter contribuído, alguns revelados pela análise comparativa neste ensaio, outros sugeridos por outras pesquisas realizadas nos dois países.

A migração, ou sua ausência, de regiões economicamente atrasadas para regiões que ofereciam maiores oportunidades em matéria de educação, emprego, saúde etc. desempenhou um papel central, seja reduzindo ou mantendo disparidades raciais nos dois países.<sup>44</sup> O movimento de longo prazo dos afro-americanos para fora do Sul subdesenvolvido e segregacionista na direção das cidades industriais do Norte contribuiu diretamente para os melhoramentos em termos de rendimentos e para as realizações educacionais e ocupacionais dos negros registrados desde a década de trinta. No Brasil, em contraste, as características raciais da migração inter-regional foram bem diferentes. Os pardos de fato mudaram-se do Nordeste para o Sul e o Oeste, mas a taxas mais baixas que os brancos, com o resultado de que, em 1980, os afro-brasileiros eram mais propensos que os euro-brasileiros a sofrer os efeitos negativos da continuada pobreza do Nordeste.

Um segundo fator a contribuir para a transição foi o caráter do crescimento econômico nos dois países, bem como o efeito concentra-



dor de renda de tal crescimento no Brasil. Como vimos, o Brasil experimentou notável expansão econômica entre 1950 e 1980, da qual, em certa medida, se beneficiaram todos os setores da sociedade.<sup>45</sup> Mas tais benefícios tenderam a fluir desproporcionalmente para os 20% mais ricos da sociedade: as classes alta e média, que eram predominantemente brancas em sua composição. A ausência de dados raciais publicados sobre rendimentos relativos a 1950 ou 1960 torna impossível dizer se os diferenciais raciais cresceram ou não nesse período.<sup>46</sup> Mas a desigualdade ocupacional claramente piorou e as disparidades raciais em matéria de educação permaneceram muito grandes. Tudo isso criava condições muito improváveis para que se fechassem as lacunas raciais documentadas em 1950; e de fato, em 1980, tais lacunas tendiam a permanecer estáveis ou a se ampliar.

Nos Estados Unidos, por sua vez, a desigualdade de renda permaneceu em níveis significativamente mais baixos que no Brasil, tendo, na verdade, declinado um pouco entre 1950 e 1975.<sup>47</sup> Essa distribuição mais equitativa da riqueza gerada pela expansão dos Estados Unidos no pós-guerra formou um ambiente muito mais propício ao avanço social e econômico dos negros, já em curso nos anos quarenta e cinquenta.<sup>48</sup>

A promoção adicional desse avanço foi o terceiro e último fator a distinguir as experiências brasileira e norte-americana: a ação do Estado, em nível federal, no combate à discriminação. Em 1950, a maioria dos afro-americanos ainda vivia no Sul segregacionista e mesmo aqueles que viviam no Norte enfrentavam uma discriminação sistemática e permanente. Uma série de decisões judiciais nos anos cinquenta e sessenta obrigando a dessegregar as instituições educacionais e as instalações públicas, bem como a passagem das Leis dos Direitos Civis e das Oportunidades Econômicas de 1964, atingiu diretamente essas práticas racistas na vida norte-americana, habilitando os negros a tomar parte no cresci-

mento econômico do pós-guerra num grau sem precedentes na história dos Estados Unidos. Não apenas os diferenciais raciais em termos de rendimentos, educação e realização ocupacional declinaram substancialmente nesse período, mas a análise de economistas e demógrafos indica que o papel da discriminação como causadora dos diferenciais remanescentes também declinou. A discriminação não desapareceu de maneira alguma durante esses anos (ver os estudos citados na nota 8), mas em 1980 sua importância como obstáculo ao progresso dos negros foi grandemente reduzida em comparação com 1950.<sup>49</sup>

Tal como nos casos da migração da concentração de renda, a experiência do Brasil em matéria de discriminação, bem como da resposta oficial a esta, diverge fundamentalmente das tendências observadas nos Estados Unidos. Enquanto a análise estatística da desigualdade de renda entre negros e brancos nos Estados Unidos de 1960 a 1980 mostra a discriminação perdendo importância como determinante dessa desigualdade, trabalho similar com respeito ao Brasil retrata exatamente o oposto. Em ambos os países, pesquisas desse tipo medem a proporção da diferença de renda, que pode ser explicada por diferenças "composicionais" nas populações negra e branca — diferenças de idade, educação, experiência familiar, região de residência etc. —, e atribuem o resíduo inexplicado à discriminação racial. Em 1960, 17% da disparidade entre as rendas de brancos e não-brancos no Brasil permaneceram inexplicados pelas diferenças "composicionais"; em 1980, essa proporção cresceu para 32%, indicando que o papel da discriminação na criação de diferenciais raciais em matéria de rendimentos havia quase dobrado durante esses 20 anos.<sup>50</sup>

Esses dados apóiam as previsões feitas por diversos observadores, nos anos cinquenta e sessenta, de que as relações raciais no Brasil, aparentemente harmoniosas, tenderiam a se deteriorar na medida em que o crescimento e a modernização gerassem maiores oportunida-

des de mobilidade ascendente e, desse modo, uma competição social e econômica mais intensa entre os brasileiros em busca de agarrar tais oportunidades. A intensidade da competição criou fortes incentivos para alguns brancos, particularmente dentro da classe média, tentarem usar barreiras raciais como forma de eliminar os afro-brasileiros da disputa, reservando assim as oportunidades de mobilidade ascendentes para si mesmos e para seus filhos.<sup>51</sup>

Os afro-brasileiros reagiram ao crescimento da discriminação nos anos sessenta e setenta, exigindo igual acesso à educação, ao emprego e a outros bens criados pela moderna sociedade industrial – exigindo, em suma, que a sociedade brasileira cumprisse a ideologia nacional da democracia racial. Em 1980, afro-brasileiros de classe média, enraivecidos pela exclusão racial que estavam enfrentando em seus esforços por mobilidade ascendente na sociedade brasileira, haviam se unido para criar um movimento político inspirado, em parte, nos movimentos dos direitos civis e do poder negro norte-americanos.<sup>52</sup> Observando o impacto da legislação antidiscriminatória nos Estados Unidos, os militantes negros concentravam seus esforços na adoção de leis e programas semelhantes no Brasil. Eles criticavam incisivamente o estatuto antidiscriminatório de 1951, a Lei Afonso Arinos, que, principalmente pela falta de cláusulas impositivas, mostrou-se notoriamente ineficaz no combate até mesmo a casos bem divulgados de discriminação no emprego, em escolas e em serviços públicos.<sup>53</sup> Alguns políticos negros também fizeram *lobbies* por uma legislação em favor da igualdade de oportunidades e da ação afirmativa do tipo adotado nos Estados Unidos durante os anos sessenta.

As propostas do movimento negro geraram algumas respostas esparsas no nível dos estados, particularmente no Rio de Janeiro, onde o governador Leonel Brizola foi eleito em 1982 com um programa de “socialismo moreno”. Mas têm sido rejeitadas no nível federal e de-

nunciadas como “racismo às avessas” ou um conceito importado, estranho e inadequado ao Brasil.<sup>54</sup> A ideologia oficial da democracia racial, bem como a arraigada resistência das elites brasileiras a quaisquer tipos de políticas redistributivas, explica a maior parte da resistência às demandas do movimento. Mas também é instrutivo notar como as diferenças nas situações estruturais dos dois países nos anos sessenta e oitenta ajudaram a determinar suas respectivas respostas às exigências de igualdade de oportunidades e ação afirmativa.

Tais programas foram postos em prática nos Estados Unidos após 20 anos de forte crescimento econômico, com promessa de haver mais por vir. O resultante clima de prosperidade e expansão tornou possível aos brancos norte-americanos concordar em ampliar as oportunidades das minorias raciais do país, que, à época, constituam menos de 1/8 da população total. Os não-brancos no Brasil, em contraste, constituem quase metade da população total. E o Brasil dos anos oitenta, diferentemente dos Estados Unidos dos anos sessenta, estava enfrentando uma profunda crise econômica que tem prosseguido, sem declínio, pela década de noventa.<sup>55</sup> Em tal ambiente de escassez e ansiedade generalizada, os brancos têm pouco incentivo para aceitar propostas de compartilhar as limitadas oportunidades disponíveis com a quase maioria não-branca da população. O bolo brasileiro é visto como sendo simplesmente muito pequeno para ser dividido com um número tão amplo de consumidores potenciais.

Evidentemente, tais sentimentos não se limitam, de modo algum, ao Brasil. Em 1980, os eleitores e políticos norte-americanos também estavam questionando o conceito de ação afirmativa, assim como as políticas socialmente redistributivas de maneira mais geral. O resultado, seguindo-se às eleições presidenciais desse ano, foi uma profunda redefinição das políticas públicas do governo federal que reverteu os esforços governamentais anterior-

res no sentido de reduzir a desigualdade racial.<sup>56</sup>

Recentes mudanças estruturais na economia norte-americana também têm trabalhado contra uma redução maior das disparidades entre negros e brancos. A migração dos afro-americanos da região Sul para as cidades do Norte, que de qualquer modo chegou ao fim à altura de 1970, perdeu seus anteriores efeitos positivos na medida em que as condições econômicas dos centros urbanos se deterioraram nos anos setenta e oitenta. As reduções no nível de emprego na área da manufatura atingiram fortemente os trabalhadores negros de sexo masculino, especialmente os jovens, cujos rendimentos e níveis de emprego caíram bem abaixo daqueles de seus correlativos brancos.<sup>57</sup>

O declínio do emprego industrial e dos salários reais nos níveis pouco qualificados da economia foi parte de uma tendência maior no sentido de obstruir novas reduções nas disparidades raciais: a concentração de riqueza e renda que teve lugar na sociedade norte-americana durante a década de oitenta. Depois de cair ligeiramente de 1950 a 1975, a concentração de renda nos Estados Unidos começou a crescer no final dos anos setenta para depois ter um grande salto nos anos oitenta.<sup>58</sup> Tal como no Brasil, esses aumentos tiveram efeito particularmente negativo sobre a população negra. Em termos de emprego, rendimentos e mesmo educação superior, a taxa de redução da desigualdade racial se reduziu consideravelmente durante a segunda metade da década de setenta, depois teve uma parada e, no que se refere a alguns indicadores – mais notada-

mente rendimentos e expectativa de vida –, sofreu uma verdadeira reversão durante os anos oitenta.<sup>59</sup>

Os fatores que deram as principais contribuições para a redução da desigualdade racial nos Estados Unidos entre 1950 e 1980 – migração e urbanização da população negra, crescimento econômico sem concentração de renda, políticas públicas do governo federal na área de raça – não mais atuavam nos anos oitenta, ou haviam exaurido seus efeitos positivos. Novas reduções dessa desigualdade, portanto, parecem pouco prováveis nos anos noventa, sendo muito real a possibilidade de se ampliarem as disparidades raciais.

As forças tendentes a reduzir a desigualdade racial são ainda menos evidentes no Brasil do que nos Estados Unidos. Uma visão contrária, contudo, observaria que o Brasil ainda está por experimentar os efeitos positivos das reduções da desigualdade regional, de classe e urbana/rural. Se futuros governos tiverem sucesso em reduzir algumas das graves disparidades entre o Nordeste e o Sudeste, entre a cidade e o campo, entre ricos e pobres, os impactos diretos sobre a desigualdade racial serão substanciais. E, se futuros governos tentarem também enfrentar a discriminação racial no emprego e na educação, o Brasil quase certamente reassumirá sua posição anterior a 1950 como a mais racialmente igual – ou, talvez colocando de modo melhor, menos desigual – das duas sociedades. Mas, até que ocorram tais mudanças, os Estados Unidos serão capazes de mostrar evidências mais convincentes de serem uma democracia racial do que o Brasil.

## NOTAS

O autor deseja registrar as valiosas críticas aos primeiros rascunhos deste artigo feitas por Seymour Drescher, John Komlos, Peggy Lovell, Peter Stearns, Royce Werner e um crítico anônimo do *Journal of Social History*.

1. FREDRICKSON, George M. "Comparative history". In KAMMEN, Michael (org.). *The past before us: contemporary historical writing in the United States*. Ithaca, 1980, p. 465.

2. GREENBERG, Stanley B. *Race and State in capitalist development: comparative perspectives*. New Haven, 1980; FREDRICKSON, George M. *White supremacy: a comparative study in American and South African history*. New York, 1981; CELL, John W. *The highest stage of White supremacy: the origins of segregation in South Africa and the American South*. Cambridge e New York, 1982; ANDREWS, George Reid. "Comparing the comparers: white supremacy in the United States and South Africa". *Journal of Social History*, 20(3):585-99, 1987.
3. FRAZIER, E. Franklin. "A comparison of Negro-White relations in Brazil and in the United States". *Transactions of the New York Academy of Sciences*, Series, 2, 6, 7, p. 251-69, 1944; TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen*. New York, 1946; HARRIS, Marvin. *Patterns of race in the Americas*. New York, 1964; BERGHE, Pierre van den. *Race and racism: a comparative perspective*. New York, 1967; DEGLER, Carl. *Neither Black nor White: slavery and race relations in Brazil and the United States*. New York, 1971; SKIDMORE, Thomas. "Toward a comparative analysis of race relations since abolition in Brazil and United States". *Journal of Latin American Studies*, 4(1):1-28, 1972; TOPLIN, Robert Brent. *Freedom and prejudice: the legacy of slavery in the United States and Brasil*. Westport, CT, 1981; SUNDLATA, I. K. "Late twentieth century patterns of race relations in Brazil and the United States". *Phylon*, 48(1):62-76, 1987.
4. A escravidão foi abolida nos Estados Unidos em 1865 e no Brasil em 1888.
5. Ver por exemplo MORAES, Evaristo de. *Branco e negro nos Estados Unidos e Brasil*. Rio de Janeiro, 1922; TANNENBAUM. *Slave and citizen*; PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia*. Chicago, 1942; ROUT, Leslie B. "Sleight of hand: Brazilian and American authors manipulate the Brazilian racial situation, 1910-1951". *The Americas*, 29(4):471-88, 1973.
6. PINTO, Luis de Aguiar Costa. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, 1953; BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, 1955; CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, 1960; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, 1965; FERNANDES, Florestan. *The Negro in Brazilian society*. New York, 1969; FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, 1972; DEGLER. *Neither Black nor White*, HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1979; FONTAINE, Pierre-Michel (org.). *Race, class and power in Brasil*. Los Angeles, 1985; ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brasil, 1888-1988*. Madison, 1991.
7. FRAZIER. "Comparison", p. 268-9; DEGLER. *Neither Black nor White*, p. 267-87; MITCHELL-KERNAN, Claudia. "Foreword". In FONTAINE. *Race, class and power*, p. ix.
8. FEAGIN, Joe R. "The continuing significance of race: antiblack discrimination in public places". *American Sociological Review*, 56(1):101-16, 1991; AYRES, Yan. "Fair driving: gender and race discrimination in retail car negotiations". *Harvard Law Review*, 104(4):817-73, 1991; GALSTER, George. "More than skin deep: the effect of housing discrimination on the extent and pattern of racial residential segregation in the United States". In GOERING, John (org.). *Housing desegregation and federal policy*. Chapel Hill, 1986; "When Black shop, bias often accompanies sale". *New York Times*, 30 de abril de 1991, p. A1, A14; "Study finds bias in house hunting". *New York Times*, 1º de setembro de 1991, p. 14.
9. O censo brasileiro de 1990 foi adiado para 1991. Seus resultados, portanto, não estavam disponíveis para uso neste artigo.
10. "Para atingir uma situação de igualdade racial completa, é necessário que os dois grupos raciais (brancos e não-brancos) se distribuam igualmente na hierarquia social e econômica". HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, 1988, p. 140.
11. BAER, Werner. *The Brazilian economy: growth and development*. New York, 1989, p. 68; United States Bureau of the Census (daqui por diante, USBC). *Historical statistics of the United States: colonial times to 1970*. Washington, 1975, p. 238-40.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (daqui por diante, IBGE). *Estatísticas históricas do Brasil* 3. Rio de Janeiro, 1987, Tabela 4.7, p. 111-2; KURJAN, George Thomas. *The new book of world rankings*. New York, 1984, p. 199.



13. Dados americanos do USBC. *Statistical abstract of the United States: 1990*. Washington, D.C., 1990, Tabela 695, p. 428; dados brasileiros de BAER. *Brazilian economy*, p. 102; INTER-AMERICAN Development Bank. *Social and economic progress in Latin America: 1989 report*. Washington, 1990, Tabela B-1, p. 463. O PNB *per capita* em 1988 era de US\$ 2.449 no Brasil e de US\$ 19.810 nos Estados Unidos.
14. WOOD, Charles H. e CARVALHO, José Alberto de Magno. *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge e New York, 1988.
15. KUZNETS, Simon. "Economic growth and income inequality". *American Economic Review*, 45(1):1-28, 1955; KUZNETS. *Modern economic growth*. New Haven, 1966; AHLUWALIA, Montek S. "Inequality, poverty and development". *Journal of Development Economics*, 3(4):307-42, 1976; LINDERT, Peter H. e WILLIAMSON, Jeffrey G. "Growth, equality, and history". *Explorations in economic history*, (22):341:77, 1985.
16. WILLIAMSON, Jeffrey G. e LINDERT, Peter H. *American inequality: a macroeconomic history*. New York, 1980, p. 82-94; PHILIPS, Kevin. *The politics of rich and poor: wealth and the American electorate in the Reagan aftermath*. New York, 1990, p. 8-25, 185-209; WINNICK, Andrew J. *Toward two societies: the changing distribution of income and wealth in the U.S. since 1960*. New York, 1989.
17. O declínio relativo da população branca norte-americana se acelerou entre 1980 e 1990. Nesse último ano, a população dos Estados Unidos era 80,3% branca, 12,1% negra e tinha 7,6% de "outros". "Census shows profound change in racial make up of the nation" [Censo mostra profunda mudança na composição racial da nação]. *New York Times*, 11 de março de 1991, p. A1, B8. Vale observar que a população afro-brasileira é consideravelmente maior que a afro-americana. Em 1980, ano do último censo brasileiro, os afro-brasileiros eram 53,3 milhões, contra 26,5 milhões de afro-americanos. Os afro-brasileiros constituem a segunda maior população negra do mundo, superada em tamanho apenas pela da Nigéria.
18. A Tabela 1 emprega dados do censo norte-americano de 1860 por duas razões. Primeiro porque, em virtude das condições insustentáveis do Sul em seguida à Guerra Civil, o censo de 1870 subestimou seriamente tanto a população negra quanto a população branca da região. Em segundo lugar, o censo brasileiro de 1872 e o censo norte-americano de 1860 são os últimos realizados enquanto ainda existia a escravidão.
19. IBGE. *Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1950, Tabela 4, p. 6-7; IBGE. *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1956, Tabela 5, p. 5. Entre 1940 e 1950, a coorte preta análoga declinou de 4,2 para três milhões, taxa de declínio muito além da esperada para uma população tão jovem. Se a coorte preta tivesse declinado à mesma taxa da branca durante esse período, teria apresentado 800 mil pessoas a mais que o número indicado no censo de 1950 — um déficit quase equivalente ao crescimento da coorte parda.
20. WOOD, Charles H. "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". In LOVELL, Peggy A. (org). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, 1991.
21. USBC. *Negro population in the United States, 1790-1915*. Washington, 1915, p. 207-9.
22. DEGLER. *Neither Black nor White*, p. 224. Ver também, HARRIS. *Patterns of race*, p. 54-94; FREYRE, Gilberto. *The mansions and the shanties: the making of modern Brazil*. New York, 1963, p. 354-99.
23. SILVA, Nelson do Valle. "Black-White income differentials on Brazil, 1960". Dissertação de doutorado, Universidade de Michigan, 1978, p. 143. Ver também SILVA, Nelson do Valle. "Updating the cost of not being White in Brazil"; e HASENBALG, Carlos. "Race socioeconomic inequality in Brazil". In FONTAINE. *Race, class and power*. OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de et. al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, 1985. Uma voz ligeiramente dissidente é a de Peggy Lovell, que encontra "diferenças cruciais entre negros e mulatos" no mercado de trabalho brasileiro. Não obstante, ela conclui que "a principal linha divisória [em termos de desigualdade racial] é entre brancos e não-brancos (confirmando assim as descobertas de Silva)". LOVELL, Peggy A. "Racial inequality and the Brazilian labor market. Dissertação de doutorado, Universidade da Flórida, 1989, p. 152-3.

24. O índice de dissimilaridade é uma medida comumente usada para a desigualdade ou diferença entre duas populações. No caso da Tabela 2, ele mede as diferenças nas distribuições regionais de brancos e não-brancos; na Tabela 4, as diferenças raciais na distribuição entre bairros dentro de cidades; e, nas Tabelas 12 e 13, as diferenças raciais na distribuição entre grupos ocupacionais. O índice é calculado somando-se os valores absolutos das diferenças de distribuição para cada categoria (na Tabela 2, região; na Tabela 4, bairro; nas Tabelas 12 e 13, grupos ocupacionais) e dividindo-se por dois. Ele indica, desse modo, a percentagem de indivíduos de cada grupo racial que teria de passar de uma categoria para outra (no caso da Tabela 2, de uma região para outra) a fim de se produzir a igualdade total. Um índice 100 indica diferença total ou desigualdade absoluta; um índice zero indica nenhuma diferença e, portanto, completa igualdade. Ver SHRYOCK, Henry S. e SIEGEL, Jacob. *The methods and materials of demography*. Washington, 1973, p. 232-3; FARLEY, Reynolds e ALLEN, Walter R. *The color line and the quality of life in America*. New York, 1987, p. 140.

25. IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 1987. Cor da população*. Rio de Janeiro, 1990, volume 1, p. 82, 90, 122, 130.

26. WRIGHT, Gavin. *Old South, new South: revolutions in the Southern economy since the Civil War*. New York, 1986, p. 239-74.

27. Os trabalhadores negros do Sul tinham rendimentos médios de US\$ 7.902 contra US\$ 9.391 para os trabalhadores negros do Norte e do Oeste. Os números comparáveis para os trabalhadores brancos eram US\$ 12.109 no Sul e US\$ 12.785 no Norte e no Oeste (os rendimentos do Sul eram 95% dos do Norte e do Oeste). Esses dados e os do texto foram extraídos de USBC. *Current population reports, Série P-20, nº 442, The Black population in the United States: March 1988*. Washington, 1989, Tabelas 6-7, p. 25-9. Note-se que os números dessa publicação para os anos de escolaridade completa são um pouco mais baixos do que os apresentados em outra publicação do Bureau do Censo, *Statistical abstract of the United States* (Figura 4).

28. Em 1980, a renda *per capita* mensal média da população brasileira com 10 anos de idade ou mais era de US\$ 36 nas áreas urbanas e US\$ 20 no campo. IBGE. *Censo demográfico - mão-de-obra - Brasil, 1980*. Rio de Janeiro, 1983, Tabela 1.6, p. 28. Nas áreas urbanas, o número médio de anos de escolaridade completos era 3,1; no campo, esse número é impossível de determinar a partir dos dados publicados, pois a maioria dos habitantes (57%) é indicada como tendo recebido "nenhuma instrução ou menos de um ano". IBGE. *Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil, 1980*. Rio de Janeiro, 1983, Tabela 1.5, p. 12. Em 1987, 81% dos residentes em cidades viviam em lares dotados de água corrente e 96% tinham eletricidade. No campo, apenas 29% tinham água corrente e 45%, eletricidade. IBGE. *Pesquisa nacional - 1987*, 1, Tabela 25, p. 38-9.

29. Para outras discussões sobre a segregação residencial nos dois países, ver TELLES, Edward E. "Contato racial no Brasil urbano: análise da segregação racial nas quarenta maiores áreas urbanas do Brasil em 1980". In Lovell. *Desigualdade racial...*; MASSEY, Douglas S. e DENTON, Nancy A. "Trends in the residential segregation of Hispanics, Blacks, and Asians, 1970-1980". *American Sociological Review*, (44):802-24, 1987.

30. Sobre o declínio das taxas de matrimônio dos negros desde 1970, ver FARLEY, Reynolds. *Blacks and Whites: narrowing the gap?* Cambridge, MA, 1984, p. 135. Sobre o aceso debate a respeito das causas desse declínio, ver JAYNES, Gerald David e WILLIAMS JR., Robin M. (org.). *A common destiny: Blacks and American society*. Washington, 1989, p. 526-46.

31. "Um grupo de duas pessoas ou mais, relacionadas por nascimento, matrimônio ou adoção e residindo juntas". *Black population, 1988*, p. 34; JAYNES e WILLIAMS. *Common destiny*, p. 519.

32. Sobre educação no Brasil, ver HAVIGHURST, Robert J. e MOREIRA, J. Roberto. *Society and education in Brazil*. Pittsburgh, 1965; e CASTRO, Cláudio de Moura. "What is happening in Brazilian education?". In BA-CHA, Edmar Lisboa e KLEIN, Herbert S. (orgs.). *Social change in Brazil, 1945-1985: the incomplete transition*. Albuquerque, 1989.

33. JAYNES e WILLIAMS. *Common destiny*, p. 329-89; FARLEY e ALLEN. *Color line*, p. 188-208.

34. Sobre a questão de raça no sistema educacional brasileiro, ver *Raça negra e educação, Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, nº 63, 1987; e HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson do Valle. "Raça e oportunidades educacionais no Brasil". in LOVELL. *Desigualdade racial*, p. 241-62.
35. Analistas conservadores (p. e., MURRAY, Charles. *Losing ground: American social policy, 1950-1980*. New York, 1984) têm argumentado que os declínios na atividade econômica dos homens negros foram causados pela ampliação dos programas sociais e dos pagamentos por transferência dos anos sessenta e setenta; seus críticos (p. e., WILSON, William. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. Chicago, 1987) enfatizam as mudanças estruturais na economia norte-americana e o declínio das oportunidades de emprego para os trabalhadores com menor grau de instrução e menos habilitados. Sobre esse debate, ver JAYNES e WILLIAMS. *Common destiny*, p. 301-12; FARLEY e ALLEN. *Color line*, p. 241-50; SMITH, James P. e WELCH, Finis R. "Black economic progress after Myrdal". *Journal of Economic Literature*, 27(2):548-51, junho de 1989.
36. Como indicado na nota 24, esse índice aponta diferenças na distribuição entre as várias categorias ocupacionais.
37. O índice de dissimilaridade entre brancos e negros em 1950 era 30,1; 20,1 desses pontos deviam-se às diferenças na representação de negros e brancos nas ocupações administrativas e de serviços.
38. Sobre as mudanças na distribuição ocupacional nas últimas décadas, ver JAYNES e WILLIAMS. *Common destiny*, p. 272-7; FARLEY e ALLEN. *Color line*, p. 256-82; SMITH e WELCH. "Black economic progress"; e LANDRY, Bart. *The new Black middle class*. Berkeley, 1987. Os diferenciais raciais na distribuição ocupacional permaneceram mais ou menos estáveis nos anos oitenta; o índice de dissimilaridade para 1987 foi 16,1. "Household data annual averages". *Employment and earnings*, 35,1 (1988), Tabela 21, p. 180.
39. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1987 fornece dados adicionais mais recentes sobre a distribuição ocupacional. Entretanto, ela não investigou as áreas rurais dos estados do Nordeste e, desse modo, carece de dados nacionalmente abrangentes sobre os trabalhadores agrícolas, que, como indica o censo de 1980, ainda são um componente importante da força de trabalho no Brasil. Isso impossibilita o cálculo dos índices da desigualdade ocupacional total para aquele ano; mas os índices restritos a outras categorias ocupacionais que não a agricultura mostram novos crescimentos, ainda que pequenos, da desigualdade racial pardo/branco e preto/branco entre 1980 e 1987.
40. Como indicado na Tabela 17, os rendimentos médios dos brancos em ambos os países são expressos em dólares atuais (1980 ou 1979); os rendimentos médios dos não-brancos são então expressos como fração dos rendimentos dos brancos na mesma categoria ocupacional e grupo de gênero.
41. A análise de Farley e Allen dos dados salariais do censo de 1980 "sugere que a mulher negra não sofre mais discriminação racial nas taxas de salário (...). As mulheres negras (...) não receberam taxas de retorno mais baixas do que as brancas. Seus salários podem ser limitados uma vez por serem mulheres, mas não são penalizados uma segunda vez pelo fato de a cor de sua pele ser negra". FARLEY e ALLEN, *Color line*, p. 340.
42. Em setembro de 1987, quando se realizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios daquele ano, o salário mínimo era equivalente a US\$ 41 por mês. Ver também HOFFMAN, Helga. "Poverty and prosperity in Brazil: what is changing?". In BACHA e KLEIN. *Social change in Brazil*, p. 218, que usa dois salários mínimos como indicador de pobreza.
43. Ver nota 7.
44. Sobre os Estados Unidos, ver FARLEY e ALLEN. *Color line*, p. 103-36; SMITH e WELCH. "Black economic progress", p. 539-47. Sobre o Brasil, ver HASENBALG. *Discriminação...*, p. 134-93.
45. Observe-se por exemplo, a melhoria na expectativa de vida dos negros durante esse período, que cresceu mais rapidamente, em termos tanto absolutos quanto relativos, do que a expectativa de vida dos brancos (Tabela 5).
46. Peggy Lovell, trabalhando com amostras desses censos para uso público, argumenta que tais diferenciais se mantiveram constantes entre 1960 e 1980, com os não-brancos recebendo entre 56 e 57% dos rendimentos dos

brancos nesses dois anos. LOVELL, Peggy A. "Development and racial inequality: wage discrimination in urban labor markets. 1960-1980". *Paper não-publicado apresentado à conferência Peopling of the Americas, Veracruz, México, 1992.* Entretanto, suas amostras são limitadas aos assalariados urbanos de sexo masculino e, portanto, não levam em conta o aumento da disparidade (em 1980) entre brancos e não-brancos no que se refere ao emprego na agricultura, bem como o aumento da participação feminina na força de trabalho. Ambos os fatores tenderiam a incrementar a desigualdade geral entre negros e brancos em matéria de rendimentos.

47. Os índices Gini de desigualdade de renda familiar nos Estados Unidos são os seguintes: 1950, 0,379; 1960, 0,364, 1970, 0,354; 1980, 0,365. USBC. *Current population reports*, P-60, 137; *Money income of households, families and persons in the United States: 1981*. Washington, 1982, Tabela 17, p. 47.

48. SMITH e WELCH. "Black economic progress"; JAYNES e ALLEN. *Common destiny*, FARLEY e ALLEN. *Color line*.

49. Para análises estatísticas da discriminação, ver FARLEY e ALLEN. *Color line*, p. 277-80, 320-42; sobre as implicações da redução da discriminação, ver WILSON, Williams Julius. *The declining significance of race in American life*. Chicago, 2ª edição, 1980.

50. Lovell. "Development and racial inequality"; para descobertas semelhantes, ver SILVA. "Updating the cost". Comparem-se essas descobertas com FARLEY e ALLEN. *Color line*, p. 335-42, que relata tanto o decréscimo das disparidades entre os rendimentos de negros e brancos nos Estados Unidos entre 1960 e 1980, quanto a redução da importância da discriminação na explicação dessas disparidades. Para uma descrição de como a discriminação funciona no mercado de trabalho no Brasil, ver ANDREWS. *Blacks and Whites*, p. 166-74.

51. BERGHE, Pierre van den. *Race and racism*, p. 70, 74-5; BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo, 3ª edição, 1971, p. 168-9; DEGLER. *Neither Black nor White*, p. 284-5; CARDOSO, Fernando Henrique. "Le préjugé de couleur em Brèsil". *Présence Africaine*, (25):120-8, 1965.

52. GONZALES, Lélia. "The Unified Black Movement: a new stage in Black political mobilization". In FONTAINE. *Race, class and power*; HANCHARD, Michael Georg. "Orpheus and power: the Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988". Dissertação de doutorado, Princeton University, 1991, p. 178-236.

53. HASENBALG. *Discriminação...*, p. 271-81; ECCLES, Peter R. "Culpados até prova em contrário: os negros, a lei e os direitos humanos no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, (20):135-65, 1991. Uma versão reforçada da Lei Afonso Arinos foi incorporada à Constituição de 1988, mas persistem os mesmos problemas referentes à sua aplicação.

54. ANDREWS. *Blacks and Whites*, p. 191-207, 221, 226, 241-3.

55. A inflação teve taxas anuais de 934% em 1988, 1.765% em 1989 e 1.795% em 1990. "Inflação". *Latin America Weekly Report*, 26 de dezembro de 1991, p. 6.

56. Para uma análise dessa redefinição e seus impactos em uma única cidade, Atlanta, ver ORFIELD, Gary e ASHKINAZE, Carole. *The closing door: conservative policy and Black opportunity*. Chicago, 1991. Tais mudanças nas políticas públicas do governo federal provocaram comentários no Brasil: ver "A volta (discreta) do racismo". *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 1987.

57. JAYNES e WILLIAMS. *Common destiny*, 294-312; SMITH e WELCH. "Black economic progress", p. 541-5.

58. Ver as fontes citadas na Figura 1 e na nota 16.

59. JAYNES e WILLIAMS. *Common destiny*, p. 271-379 passim; O'HARE, William P. et al. *African Americans in the 1990s*. Washington, 1991, p. 2-4 e passim; "Growing gap in life expectancies of Blacks and Whites". *New York Times*, 9 de outubro de 1989, p. A6; "Life expectancy for Blacks in US shows sharp drop". *New York Times*, 29 de novembro de 1990, p. A1.



## SUMMARY

**Racial inequality in Brazil and the United States: a statistical comparison**

This article compares statistical indicators of racial inequality between whites and nonwhites in Brazil and the United States for the period 1940-1988. Specific areas examined include: geographic and spatial distribution of whites and nonwhites; demographic indicators; education; and employment and earnings. Up until 1960 census and household survey data yield measures of racial inequality that tended to be greater in the United States than in Brazil. Over time, however, those measures have tended to decline in the United States while remaining stable, or in some cases increasing, in Brazil. As a result, by 1980 (no data are available for Brazil for 1970) the United States ranked as the more racially equal of the two societies on most indicators.

In explaining this change in the two countries' relative position, the article focuses on three factors: migration and the regional distribution of racial groups; the income-concentrating effects of economic growth; and state policies concerning race. Each of these factors tended to reduce racial inequality in the United States between 1950 and 1980, while leaving such inequality in place in Brazil. Since 1980 these factors have reversed direction in the United States, with the result that racial inequality in that country increased measurably over the last ten years. Nevertheless, by 1988, the last year covered in this study, the United States still displayed lower levels of racial inequality than those recorded in Brazil.

## RÉSUMÉ

**L'inégalité raciale au Brésil et aux Etats-Unis: une comparaison statistique**

Cet article compare des indicateurs statistiques concernant l'inégalité raciale entre blancs et non-blancs au Brésil et aux Etats-Unis pendant la période 1940-1988. Les questions spécifiques qu'étudie l'auteur sont les suivantes: la distribution géographique et spatiale des blancs et des non-blancs; les indicateurs démographiques; l'éducation; l'emploi et l'épargne. Les données recueillies à partir de recensements indiquent que, jusqu'en 1960, l'inégalité tendait à être plus grande aux Etats-Unis qu'au Brésil. Avec le temps toutefois, ces données tendirent à décliner aux Etats-Unis alors qu'au Brésil elles se sont stabilisées et ont même augmenté dans certains cas. En conséquence, vers 1980 (aucune donnée n'est disponible pour le Brésil en 1970), les Etats-Unis semblaient être la plus égalitaire des deux sociétés sur le plan racial et ceci face à la plupart des indicateurs.

Pour expliquer ce changement dans la position relative des deux pays, l'article se concentre sur trois facteurs: les migrations et la distribution régionale des groupes raciaux, les effets concentrateurs de revenus de la croissance économique et les politiques d'Etat en matière raciale. Chacun de ces facteurs tendirent à réduire l'inégalité raciale aux Etats-Unis entre 1950 et 1980, alors qu'elles ont à l'origine du maintien des inégalités au Brésil. Mais depuis 1980, la tendance de ces facteurs s'est renversée aux Etats-Unis, ce qui fait que l'inégalité raciale s'y est accrue de façon pondérable au cours des dix dernières années. Malgré tout, en 1988 (dernière année prise en considération par cette étude), les Etats-Unis montraient encore des niveaux d'inégalité raciale inférieurs à ceux du Brésil.



# Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil\*

Peggy A. Lovell\*\*

\* Traduzido do original "The economic of race, class and gender in Brazil" por Carlos Alberto Medeiros. Recebido para publicação em abril de 1992.

\*\* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Pittsburgh e pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos.

Este estudo analisa a relação entre desenvolvimento econômico e discriminação racial no Brasil. Uma medida padrão – e intuitivamente atraente – da discriminação são as diferenças salariais entre indivíduos igualmente qualificados. Um estudo precursor desse tipo no Brasil foi o de Nelson do Valle Silva (1978). Dele emergiu uma importante conclusão: os homens afro-brasileiros são consistentemente "muito menos eficientes" do que os brancos em traduzir em rendimentos o *status* sócio-econômico alcançado. Usando o censo demográfico brasileiro de 1960, Silva demonstrou que a renda média dos homens brancos era o dobro daquela dos não-brancos e que um terço dessa diferença podia ser atribuído à discriminação no mercado de trabalho. Essas descobertas eram compatíveis com os resultados de análises mais recentes baseadas numa amostra da PNAD de 1976 (Silva, 1985) e no censo demográfico de 1980 (Lovell, 1989).

Os analistas da discriminação salarial no Brasil têm focalizado os diferenciais entre

homens brancos e afro-brasileiros. Está ausente qualquer medida da forma e extensão pelas quais a desigualdade salarial por raça tem variado segundo o gênero no curso do tempo. Este estudo amplia o trabalho anterior sobre desigualdade salarial por raça por testar a hipótese de que a profunda mudança social, econômica e demográfica<sup>1</sup> que ocorreu no Brasil desde 1960 teve diferentes efeitos raciais e de gênero sobre os salários. Usando dados dos censos de 1960 e 1980, estimei as diferenças salariais entre mulheres e homens afro-brasileiros e brancos. Os resultados colocam diversas questões: *de que modo os perfis sócio-econômicos e demográficos dos trabalhadores de sexo masculino e feminino se alteraram nesse período de 20 anos? Será que existe discriminação no mercado de trabalho e, em caso positivo, será que ela varia por gênero, região, ocupação e setor da economia? A mudança de estrutura social e o desenvolvimento econômico que o Brasil sofreu entre 1960 e 1980 terão aumentado ou reduzido as desigualdades econômicas de gênero e raça?*

Minhas descobertas preliminares indicam que mulheres e homens de ambos os grupos raciais tiveram ganhos absolutos em educação e uma representação ocupacional e regional mais favorável nesse período de 20 anos. No entanto, persistiu o lapso salarial entre homens e mulheres, negros e brancos. O que é mais interessante, com o passar do tempo e com o desenvolvimento econômico, a discriminação salarial parece estar aumentando.

#### PERSPECTIVAS SOBRE RAÇA NO BRASIL

O grau em que as relações raciais no Brasil têm-se mostrado similares às (ou diferentes das) relações raciais nos Estados Unidos tem sido objeto de muita atenção da parte do mundo acadêmico. A importância do tema está nas implicações para o entendimento da situação contemporânea dos afro-brasileiros<sup>2</sup> em seu país e para a explicação da posição social destes no contexto do desenvolvimento. Especificamente, há duas escolas de pensamento com respeito à situação racial no Brasil durante o último século. Nenhuma delas nega a presença de preconceito nem contesta o fato de a maioria dos não-brancos ser mais pobre que os brancos. No entanto, cada uma delas tem uma explicação diferente do motivo pelo qual se pode encontrar um número tão maior de negros e mulatos na base da ordem sócio-econômica.

De um lado da discussão, encontram-se aqueles que sustentam que a questão da desigualdade racial no Brasil pode ser resumida no chamado argumento "classe sobre racismo". O raciocínio se inspira na observação de que, num país em desenvolvimento como o Brasil, a maioria das pessoas, tanto negras quanto brancas, é pobre. Essa observação, combinada com o caráter aparentemente benigno das relações raciais e com o fato de que, socialmente falando, os não-brancos pareciam sujeitar-se a menos preconceito na medida em que se tornavam mais ricos, levou alguns estudiosos (Harris,

1964; Wagley, 1960; Azevedo, 1953) a concluir que o preconceito porventura existente parece se basear mais em distinções de classe que em características raciais. Se os não-brancos são olhados de cima pelas classes média e alta (ou seja, sofrem preconceito), é porque são pobres e sem instrução, e não por não serem brancos.

Desse argumento seguia-se que, uma vez tendo alcançado melhor grau de instrução e níveis mais altos de renda, os afro-brasileiros não encontrariam barreiras à sua mobilidade social. O argumento era compatível com a ideologia oficial, adotada pelos políticos e ensinada nas escolas públicas, que sustenta não haver praticamente "problema racial no Brasil" (Van den Berghe, 1967). De fato, também era compatível com um dos traços mais evidentes das relações raciais no Brasil, que o distinguia dos Estados Unidos – ou seja, que na América do Norte a menor evidência de ancestralidade negra era suficiente para se rotular alguém como negro, enquanto no Brasil as categorias pareciam ser bem mais fluidas.

O assunto dificilmente poderia ser visto como trivial. O que está em jogo aqui é a própria explicação da desigualdade dos não-brancos no Brasil. Se a hipótese da classe sobre o racismo estiver correta, serão claras as implicações. Uma vez que os afro-brasileiros adquiram "capital humano", terão iguais oportunidades de progresso social e garantida a recepção nos mais altos círculos. Ademais, se os não-brancos hoje são pobres, a razão deve ser buscada no legado da escravidão e no diferente ponto de partida de negros e brancos no momento da abolição. Nessa visão, a desigualdade racial é um vestígio do passado que deve ser superado pelas forças do capitalismo moderno. Como tal, a desigualdade racial é atribuída a diferenças composicionais (digamos, a desigualdade educacional) que distinguem os diversos grupos.

No lado oposto desse debate está o crescente corpo de pesquisa que comprova a relevância da discriminação racial no Brasil con-



temporâneo. Essa visão, que vem da "escola de São Paulo",<sup>3</sup> argumenta que a desigualdade racial não é um legado do passado. Ao contrário, a discriminação é um traço característico do Brasil contemporâneo. Constituem pesquisas pioneiras nessa perspectiva os trabalhos de Carlos Hasenbalg (1979, 1985), Nelson do Valle Silva (1978, 1985) e Hasenbalg e Silva (1985, 1991).

## ANÁLISES E DESCOBERTAS

*Dados* – A análise empírica se baseia em amostras de dados dos censos demográficos de 1960 e 1980.<sup>4</sup> A partir desses dados, construímos colunas segundo a ocupação e a região geográfica nas quais mulheres e homens brancos e afro-brasileiros com idades entre 18 e 64 anos estavam empregados. Os dados de nível individual tornavam possível estimar as características sócio-econômicas e demográficas médias da força de trabalho urbana. Equações de regressão predizendo salários por raça e gênero foram então estimadas a fim de se chegar a indicadores da discriminação no mercado de trabalho.

*Características da força de trabalho* – As características sócio-econômicas e demográficas relacionadas com os salários dos trabalhadores urbanos brancos e afro-brasileiros com emprego remunerado na faixa de 18 a 64 anos de idade são comprovadas nas Tabelas 1 e 2. As razões nas colunas 3 e 6 demonstram ganhos significativos durante as duas décadas para mulheres e homens brancos e afro-brasileiros em termos de salários, educação e distribuição ocupacional e regional. Em muitos casos, os ganhos dos afro-brasileiros foram maiores que os dos brancos. Observando os anos de escolaridade (Tabela 1, coluna 6), por exemplo, vemos que as mulheres afro-brasileiras aumentaram 7,33 vezes sua representação na categoria educação superior, em comparação com um aumento de 2,53 vezes para as brancas. Para os homens (Tabela 2), houve

um aumento de quatro vezes entre os afro-brasileiros na categoria 5-8 anos de escolaridade (coluna 6), em comparação com 1,6 para os brancos. De modo semelhante, em 1980 as mulheres e os homens afro-brasileiros haviam aumentado sua representação nas dinâmicas regiões industriais do Sudeste e nos empregos *white-collar* a uma taxa maior que os brancos.

No entanto, a despeito de tais ganhos, a disparidade entre os dois grupos raciais permaneceu praticamente inalterada. Em 1980, as mulheres e os homens afro-brasileiros continuavam concentrados nas categorias mais baixas do ponto de vista salarial, educacional e ocupacional. Uma vez mais, observando-se os anos de escolaridade, esse lapso se reflete no fato de 48% (Tabela 1, coluna 2) das trabalhadoras brancas terem mais que uma educação média, em comparação com apenas 22% (Tabela 1, coluna 5) da população afro-brasileira. Os números correspondentes para os homens eram 31% e 12% (Tabela 2, colunas 2 e 5). Especialmente esclarecedores são os resultados referentes à distribuição ocupacional. Setenta e um por cento (Tabela 1, coluna 5) da força de trabalho feminina afro-brasileira estavam empregados em ocupações *blue-collar* em 1980, em comparação com 41% (Tabela 1, coluna 2) das mulheres brancas. O contraste era ainda mais notável entre os homens. Oitenta e dois por cento dos homens afro-brasileiros empregados exerciam ocupações *blue-collar* em 1980, em comparação com 61% dos brancos (Tabela 2, colunas 2 e 5). A conclusão que podemos tirar dessas simples tabelas é que tanto os homens afro-brasileiros quanto as mulheres obtiveram ganhos absolutos em capital humano, mas o fosso sócio-econômico entre os grupos persistiu.

Segundo o argumento dos teóricos convencionais, é a diferença de capital humano que leva às diferenças de rendimentos entre negros e brancos. Os salários médios mensais para brancos e afro-brasileiros são comparados nas Tabelas 3 e 4. Os salários são apresentados para o país como um todo (painel A), por ocu-

pação (painel B) e por região (painel C). As tabelas revelam que, em duas décadas, o hiato racial de salários decresceu entre as mulheres, mas permaneceu quase constante entre os homens.

Em 1960, o salário médio mensal das trabalhadoras brancas era 2,5 vezes (Tabela 3, coluna 1) maior que o das afro-brasileiras. Em 1980, o fosso diminuiu e os salários das mulheres brancas eram apenas 1,89 vez (Tabela 3,

coluna 2) maiores que os das afro-brasileiras. É importante notar que, apesar de haver diminuído, o hiato salarial permaneceu.

Em contraste, embora os salários tanto dos homens brancos quanto dos afro-brasileiros tenham aumentado pouco mais que uma e uma vez e meia (Tabela 4, coluna 3), o fosso negro-branco permaneceu constante. Tanto em 1960 quanto em 1980, o salário médio mensal dos homens brancos era 1,7 vez maior que o dos

TABELA 1

Médias de características selecionadas por cor, mulheres trabalhadoras de 18 a 64 anos de idade, Brasil urbano, 1960-80

INDICADOR	BRANCAS			AFRO-BRASILEIRAS		
	1960	1980	1980	1960	1980	1980
	(1)	(2)	1960	(4)	(5)	1960
Salário*	6.872	10.758	1,57	2.745	5.683	2,07
Experiência	19,89	17,42	0,88	22,29	20,11	0,90
Escolaridade						
0	0,15	0,06	0,40	0,43	0,17	0,40
1-4	0,49	0,28	0,57	0,50	0,43	0,86
5-8	0,17	0,18	1,06	0,04	0,18	4,50
9+	0,19	0,48	2,53	0,03	0,22	7,33
Região						
NE	0,17	0,11	0,65	0,39	0,32	0,82
SE	0,83	0,89	1,07	0,61	0,68	1,11
Ocupação						
White collar	0,49	0,59	1,20	0,12	0,29	2,42
Blue collar	0,51	0,41	0,80	0,88	0,71	0,81
Migrante	0,54	0,27	0,50	0,55	0,32	0,58
Casadas	0,28	0,39	1,39	0,15	0,33	2,20
N=	9.574	20.228		5.783	12.422	

(\*) Em cruzeiros constantes de 1980.

Fonte: Censos brasileiros de 1960 e 1980.

homens afro-brasileiros (Tabela 4, colunas 1 e 2). Desagregando a análise por ocupação, indústria e região, o mesmo padrão permanece válido: ganhos salariais absolutos, mas desigualdade relativa.

Medindo a discriminação salarial. - A fim de analisar esse fosso entre negros e brancos

separadamente para mulheres e homens, apliquei uma técnica comumente usada em economia para decompor diferenças entre grupos por meio de equações de regressão. O primeiro passo era estimar equações de regressão salarial distintas para cada grupo.<sup>5</sup> Um conjunto de variáveis de nível individual, tradicio-

TABELA 2

Médias de características selecionadas por cor, homens trabalhadores de 18 a 64 anos de idade, Brasil urbano, 1960-80

INDICADOR	BRANCOS			AFRO-BRASILEIROS		
	1960	1980	1980	1960	1980	1980
	(1)	(2)	1960	(4)	(5)	1960
Salário*	11.350	18.210	1,6	6.503	10.221	1,6
Experiência	24	21	0,88	25	22	0,88
Escolaridade						
0	0,10	0,07	0,70	0,27	0,17	0,63
1-4	0,66	0,41	0,62	0,67	0,51	0,76
5-8	0,13	0,21	1,62	0,05	0,20	4,00
9+	0,11	0,31	2,82	0,01	0,12	12,00
Região						
NE	0,10	0,07	0,70	0,38	0,28	0,74
SE	0,72	0,67	0,93	0,54	0,57	1,06
S	0,17	0,22	1,29	0,05	0,07	1,40
CO	0,01	0,04	4,00	0,03	0,08	2,67
Ocupação						
White collar	0,35	0,39	1,11	0,13	0,18	1,38
Blue collar	0,65	0,61	0,94	0,87	0,82	0,94
Migrante	0,55	0,31	0,55	0,54	0,36	0,67
Casados	0,67	0,65	0,97	0,64	0,66	1,03
N=	30.289	46.599		10.372	24.579	

(\*) Em cruzeiros constantes de 1980.

Fonte: Censos brasileiros de 1960 e 1980.



nalmente empregadas em modelos de rendimentos, foi escolhido para a análise: experiência de emprego, anos de escolaridade, região, ocupação, situação de migrante e estado civil. Os resultados dessa equação serviram como *input* num modelo de decomposição. Essa técnica divide as diferenças de rendimentos entre

os grupos em três partes: discriminação, composição e interação.<sup>6</sup>

Decompondo o hiato salarial entre mulheres em 1960 e 1980 (Tabela 5), encontramos o seguinte: em 1960 -12% do hiato entre mulheres brancas e afro-brasileiras eram resultados de discriminação, indicando que as mu-

lheres afro-brasileiras recebiam maiores recompensas do que as brancas por características individuais. Quarenta por cento do fosso branco/não-branco deviam-se a diferenças composicionais. Claramente, os déficits de capital humano respondiam pela maior parte do fosso salarial em 1960. Entretanto, em 1980, a

relação mudou. A proporção devido à discriminação quadruplicou, 16% do hiato salarial se deviam a pagamento desigual, apenas 35% a diferenças composicionais.

A Tabela 6 apresenta os resultados da decomposição salarial para os homens. Eles indicam que os homens experimentavam maior

TABELA 3

Salário\* médio mensal por cor e indicadores selecionados, trabalhadores de sexo feminino de 18 a 64 anos de idade, Brasil urbano, 1960-80

	1960 (1)	1980 (2)	1980/1960 (3)
<b>A - TOTAL</b>			
Branças	6.872	10.758	1,57
Afro-brasileiras	2.745	5.683	2,07
B/AB	2,50	1,89	0,76
<b>B - OCUPAÇÃO</b>			
White collar			
Branças	9.996	14.480	1,45
Afro-brasileiras	6.280	9.061	1,44
B/AB	1,59	1,60	1,01
Blue collar			
Branças	3.841	5.437	1,42
Afro-brasileiras	2.266	4.327	1,91
B/AB	1,70	1,26	0,74
<b>C - REGIÃO</b>			
Nordeste			
Branças	4.147	9.000	2,17
Afro-brasileiras	1.981	5.219	2,63
B/AB	2,09	1,72	0,82
Sudeste			
Branças	7.423	10.986	1,48
Afro-brasileiras	3.232	5.904	1,83
B/AB	2,30	1,86	0,81

(\* ) Em cruzeiros constantes de 1980.

Fonte: Censos brasileiros de 1960 a 1980.

TABELA 4

Salário\* médio mensal por cor e indicadores selecionados, trabalhadores de sexo masculino de 18 a 64 anos de idade, Brasil urbano, 1960-80

	1960 (1)	1980 (2)	1980/1960 (3)
<b>A - TOTAL</b>			
Branços	11.350	18.210	1,60
Afro-brasileiros	6.503	10.221	1,57
B/AB	1,75	1,78	1,02
<b>B - OCUPAÇÃO</b>			
White collar			
Branços	17.517	29.224	1,67
Afro-brasileiros	10.200	16.718	1,64
B/AB	1,72	1,75	1,02
Blue collar			
Branços	8.099	11.360	1,40
Afro-brasileiros	5.970	8.748	1,47
B/AB	1,36	1,30	0,96
<b>C - REGIÃO</b>			
Nordeste			
Branços	9.214	16.710	1,81
Afro-brasileiros	4.633	9.012	1,95
A/B	1,99	1,85	0,93
Sudeste			
Branços	12.133	19.626	1,62
Afro-brasileiros	7.815	10.954	1,40
B/AB	1,55	1,79	1,16

(\* ) Em cruzeiros constantes de 1980.

Fonte: Censos brasileiros de 1960 e 1980.

TABELA 5

Decomposição do hiato salarial entre brancos e afro-brasileiros, trabalhadores do sexo feminino de 18 a 64 anos, Brasil urbano, 1960-80

	1960		1980		(4)/(2)
	Cr\$ (1)	% (2)	Cr\$ (3)	% (4)	(5)
<b>A - TOTAL</b>					
Hiato salarial	4.128	100	5.075	100	
Distribuição de mercado		-12		16	-1,33
Composição		40		35	0,88
Interação		72		50	0,69
<b>B - OCUPAÇÃO</b>					
<b>White collar</b>					
Hiato salarial	3.716	100	5.419	100	
Distribuição de mercado		8		55	6,88
Composição		65		22	0,34
Interação		27		22	0,81
<b>Blue collar</b>					
Hiato salarial	1.775	100	1.110	100	
Distribuição de mercado		35		48	1,37
Composição		26		30	1,15
Interação		39		22	0,56
<b>C - REGIÃO</b>					
<b>Nordeste</b>					
Hiato salarial	2.166	100	3.781	100	
Distribuição de mercado		16		41	2,56
Composição		33		24	0,73
Interação		51		35	0,69
<b>Sudeste</b>					
Hiato salarial	4.191	100	5.082	100	
Distribuição de mercado		16		48	3,00
Composição		37		15	0,41
Interação		47		37	0,79

\* Em cruzeiros constantes de 1980

Fontes: Censos brasileiros de 1980 e 1960.

TABELA 6

Decomposição do hiato salarial entre brancos e afro-brasileiros, trabalhadores do sexo masculino de 18 a 64 anos, Brasil urbano, 1960-80

	1960		1980		(4)/(2)
	Cr\$ (1)	% (2)	Cr\$ (3)	% (4)	(5)
<b>A - TOTAL</b>					
Hiato salarial	4.847	100	7.990	100	
Distribuição de mercado		17		32	1,88
Composição		48		34	0,71
Interação		35		34	0,97
<b>B - OCUPAÇÃO</b>					
<b>White collar</b>					
Hiato salarial	7.317	100	12.506	100	
Distribuição de mercado		44		49	1,11
Composição		38		23	0,61
Interação		18		28	1,55
<b>Blue collar</b>					
Hiato salarial	2.129	100	2.613	100	
Distribuição de mercado		17		43	2,53
Composição		59		34	0,58
Interação		24		23	0,96
<b>C - REGIÃO</b>					
<b>Nordeste</b>					
Hiato salarial	4.581	100	7.698	100	
Distribuição de mercado		24		25	1,04
Composição		28		32	1,14
Interação		48		43	0,90
<b>Sudeste</b>					
Hiato salarial	4.318	100	8.672	100	
Distribuição de mercado		44		46	1,05
Composição		31		22	0,71
Interação		25		32	1,28

\* Em cruzeiros constantes de 1980

Fontes: Censos brasileiros de 1980 e 1960.



discriminação do que as mulheres no mercado de trabalho.<sup>7</sup> Em 1960, 17% do hiato salarial eram resultados de discriminação, enquanto 48% se deviam a diferenças composicionais. Tal como para as mulheres, os déficits de capital humano em 1960 eram responsáveis pela maior parte do fosso. Entretanto, 20 anos depois, a proporção devido à discriminação quase dobrou – 32% do hiato salarial se deviam a pagamento desigual, apenas 34% a diferenças composicionais. Desagregando por categorias ocupacionais (painel B) e mercados de trabalho regionais (painel C), mantém-se o mesmo padrão. Vinte anos de rápido crescimento econômico resultaram, para mulheres e homens afro-brasileiros, num aumento da discriminação salarial.

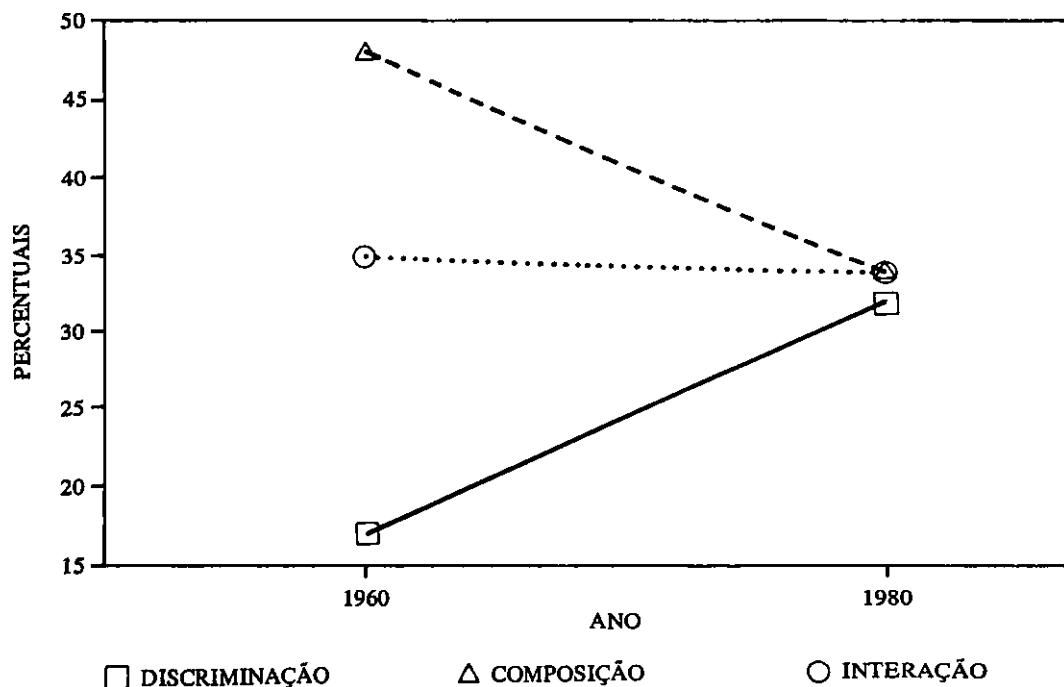
As Figuras 1 e 2 resumem graficamente as mudanças nesse período de 20 anos. As mulheres e os homens afro-brasileiros obtiveram

ganhos absolutos em recursos humanos (refletidos na inclinação descendente da linha de composição). Apesar desses ganhos, os afro-brasileiros foram crescentemente recompensados a taxas mais baixas que seus correlativos brancos (o que se reflete na inclinação descendente da linha de discriminação).

As descobertas deste estudo indicam que políticas orientadas para melhorar fatores como a educação dos afro-brasileiros não irão, em si e por si mesmas, eliminar os diferenciais de salário. Em vez disso, as perspectivas de igualdade salarial no Brasil parecem depender de dois fatores: pagamento igual para trabalho igual mais aumento do acesso a recursos específicos como educação e ocupações mais bem remuneradas.

Essa conclusão é importante por duas razões. A primeira tem a ver com o debate sobre a relevância de raça no Brasil. Muitas pessoas

FIGURA 1  
Decomposição do hiato salarial entre brancos e afro-brasileiros, mulheres urbanas, Brasil, 1960-1980



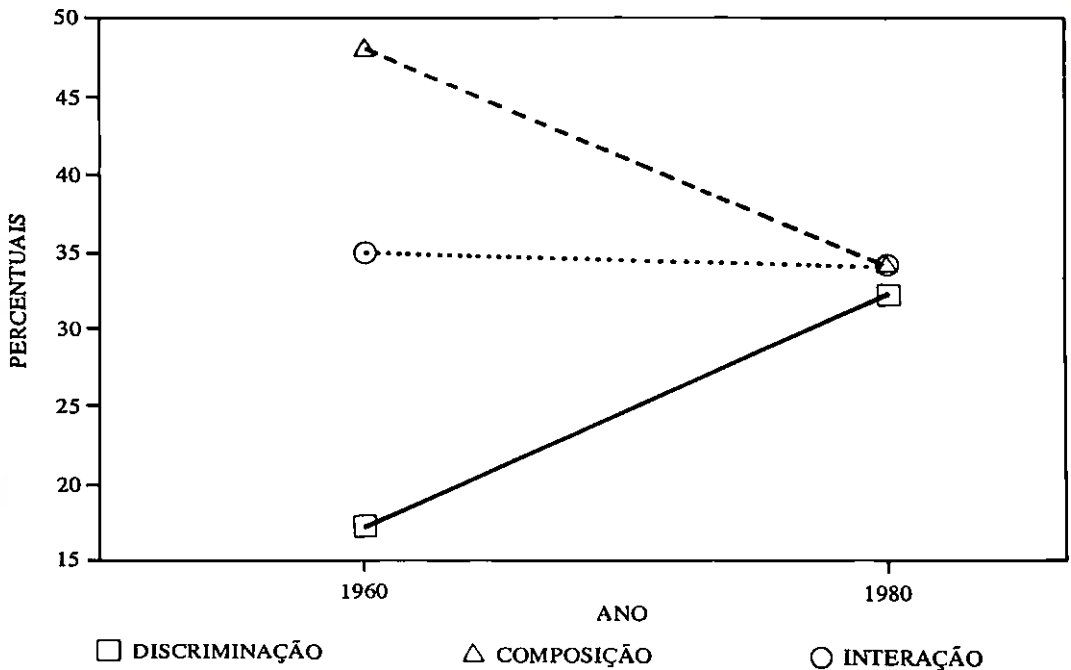
ainda sustentam que raça não é problema no Brasil. A final, numa sociedade sem uma linha de cor definida, como seria possível haver discriminação com base na cor da pele? No Brasil, a noção de igualdade racial, ou democracia racial, tem sido de há muito, e continua a ser, parte da identidade nacional.

Ademais, grande parte do debate no campo das relações raciais no Brasil gira em torno de pressupostos divergentes a respeito da relação entre cor, classe e discriminação. A perspectiva "classe sobre raça", compatível com a abordagem do capital humano nos Estados Unidos, sustenta que o tratamento desigual que parece basear-se na raça é, na verdade, resultado de distinções de classe. Ou seja, o verdadeiro fator que determina as oportunidades na vida de uma pessoa é a posição sócio-econômica e não a cor da pele. A perspectiva alternativa reconhece a importância do *background* sócio-econômico, mas afirma que a ra-

ça exerce ela própria um efeito independente no acesso de uma pessoa à educação, à renda e ao bem-estar. As descobertas aqui apresentadas apóiam claramente essa última perspectiva. Mulheres e homens negros e brancos de igual posição recebem salários desiguais.

A segunda razão pela qual essas descobertas são importantes diz respeito à relação entre a teoria do desenvolvimento e a desigualdade racial. Pesquisadores vinculados a tradições tão diversas quanto a teoria da modernização, o marxismo e a economia neoclássica previram que as desigualdades raciais, étnicas e de gênero desapareceriam com o desenvolvimento econômico. No entanto, apesar de 20 anos de crescimento econômico e mudança social sem precedentes no Brasil, o hiato entre mulheres e homens, negros e brancos persistiu. Os resultados deste estudo indicam que um dos custos do desenvolvimento no Brasil foi o crescimento da discriminação racial.

FIGURA 2  
Decomposição do hiato salarial entre brancos e afro-brasileiros,  
homens urbanos, Brasil, 1960-1980



NOTAS

1. Ver Wood e Carvalho (1988).
2. Os termos "não-branco" e "afro-brasileiro" incluem negros e mulatos.
3. Essa escola de pensamento nasceu do trabalho de Florestan Fernandes (1969, 1989), Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.
4. Embora os dados do censo sobre raça exijam certas precauções, análises independentes verificaram sua validade a esse respeito (Oliveira, Porcaro e Costa, 1981; Wood, 1990).

5. Dois passos preliminares não relatados levaram-me a separar a análise salarial por raça e mercado de trabalho. O primeiro foi estimar os modelos de rendimentos que incluíam raça como uma variável *dummy* independente. Os resultados mostraram então que os coeficientes de raça eram ao mesmo tempo negativos e estatisticamente significantes para todos os mercados de trabalho, indicando que, controlando-se o capital humano, os rendimentos dos trabalhadores não-brancos eram menores que os dos brancos.

Para testar se as equações para brancos e não-brancos diferiam significativamente uma da outra, o segundo passo foi estimar os modelos de interação para cada mercado de trabalho que introduziam termos multiplicativos para a variável raça com cada variável independente. Os resultados mostraram interações significativas entre raça e diversas variáveis independentes. Além disso, os resultados dos testes-F gerais rejeitam a hipótese nula a que se deveria ajustar um modelo conglomerado.

A conclusão desses testes é que a relação entre salários e previsões de salários difere para cada grupo racial. O que isso significa especificamente é que os investimentos em experiência, educação, emprego e ocupações com salários mais altos, bem como o fato de ser migrante e casado, proporcionam maiores retornos aos brancos do que aos afro-brasileiros. Dizendo de maneira simples, isso significa que os não-brancos ganham menos por realizar as mesmas tarefas do que os brancos similarmente qualificados.

6. O modelo de decomposição é:

$$(Y^h - Y^l) = [(a^h - a^l) + \sum X^l(b^h - B^l)] + \sum b^l(X^h - X^l) + \sum (b^h - b^l)(X^h - X^l)$$

(b) (b) (c)

A Parte A, DISCRIMINAÇÃO, é o valor devido à diferença entre a interseção das equações de brancos e não-brancos, mais a diferença dos coeficientes. A interpretação substantiva é quanto do hiato de renda resulta do fato de se pertencer a um grupo e quanto resulta dos retornos diferenciais em recursos humanos. Em outras palavras, quanto da diferença salarial resulta de ser negro e receber pagamento menor que um trabalhador branco igualmente qualificado.

O componente B, COMPOSIÇÃO, representa a parcela do hiato salarial que se deve a diferenças em termos de recursos humanos – como diferentes níveis de escolaridade ou experiência profissional. Ele estima o grau em que a renda média dos não-brancos é rebaixada em razão dos déficits de capital humano. A Parte C é o efeito de interação, que representa a combinação tanto dos retornos quanto dos meios diferenciais.

A capacidade de distinguir o efeito da composição desigual (termo B) da discriminação (termo A) tem implicações óbvias em matéria de políticas públicas. Ou seja, os afro-brasileiros não conseguem converter suas características individuais em rendimentos à mesma taxa que os brancos. É isso o que se denomina discriminação salarial. Se o hiato salarial se devesse inteiramente à discriminação no mercado de trabalho, descobriríamos que o termo A era responsável por 100% desse diferencial. Se os objetivos em matéria de políticas públicas fossem aumentar os retornos dos não-brancos para igualar os dos brancos, poder-se-ia então advogar salário igual para trabalho igual.

7. Isso pode ser devido ao fato de as mulheres afro-brasileiras experimentarem uma "dupla discriminação". Seus salários são reduzidos por motivo tanto de gênero quanto de raça.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Thales de (1953). *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- BLINDER, A. (1973). "Wage discrimination: reduced form and structural estimates". *Journal of Human Resources*, 15:3-28.
- CENSO Brasileiro (1960, 1980). *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- DEGLER, Carl N. (1971). *Neither Black nor White: slavery and race relations in Brazil and the United States*. New York, Macmillan.
- HARRIS, Marvin (1964). *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker and Company.
- HASENBALG, Carlos (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- (1985). "Race and socioeconomic inequalities in Brazil". In FONTAINE, Pierre-Michel (org.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, University of California Press, p. 25-41.
- HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (1985). "Industrialization, employment and stratification in Brazil". In WIRTH, J. D.; OLIVEIRA, E. de e BOGENSCHILD, T. E. (orgs.). *State and Society in Brazil: continuity and change*. Berkeley, Westview Press, p. 59-102.
- (1991). "Raça e oportunidades educacionais no Brasil". In LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, UFMG, p. 242-62.
- JONES, F. L. e KELLEY, Jonathan (1984). "Decomposing differences between groups: a cautionary note on measuring discrimination". *Sociological Methods and Research*, 12:323-43.
- LOVELL, Peggy A. (1989). "Racial inequality and the Brazilian labor market". Dissertação de doutorado não publicada, Universidade da Flórida, Gainesville.
- (1989). "Development and racial inequality in Brazil: wage discrimination in urban labor markets, 1960-1980" (no prelo). Atas publicadas da Conferência The Peopling of the Americas, International Union for the Scientific Study of Population, Veracruz, México.
- LOVELL WEBSTER, Peggy A. e DWYER, Jeffrey (1988). "The cost of being nonwhite in Brazil". *Sociology and Social Research*, 72:136-42.
- OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, R. M. e COSTA, T. C. N. Araújo (1981). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- SILVA, Nelson do Valle (1978). "Black-White income differentials: Brazil, 1960". Tese de doutorado, Universidade de Michigan.
- (1985). "Updating the cost of not being White in Brazil". In FONTAINE, Pierre-Michel (org.). *Race, classe and power in Brazil*. Los Angeles, University of California Press, p. 42-55.
- VAN DEN BERGHE, P. L. (1967). *Race and racism: a comparative perspective*. New York, Wiley.
- WAGLEY, Charles (1969). "From cast to class in North Brazil". In TUMIN, Melvin (org.). *Comparative perspectives in race relations*. Boston, Little, Brawn & Co., p. 142-55.
- WOOD, Charles (1991). "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". In LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, UFMG, p. 93-111.
- WOOD, Charles H. e CARVALHO, José Alberto M. de (1988). *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.



## SUMMARY

### The economics of race, class and gender in Brazil

This study uses 1960 and 1980 demographic censuses to estimate racial wage inequality by gender. Estimates showed that in twenty years Afro-Brazilian women and men achieved absolute gains in wages as a result of more favorable educational, occupational and regional representation. Yet, despite these gains wage inequality persisted. Regression based decom-

position analyses found that Afro-Brazilian women and men were increasingly rewarded at a lower rate than similarly qualified white workers. The contribution of these findings to the debate on race and class in Brazil and the implications for the field of development studies are discussed.

## RÉSUMÉ

### Les discriminations de race, de classe, de sexe et de salaire au Brésil

Cette étude utilise les recensements démographiques de 1960 et de 1980 pour faire une estimation du montant des salaires, selon la race et le sexe. Elle montre qu'en 20 ans, les femmes et les hommes afro-brésiliens ont vu leurs salaires croître en valeur absolue en raison de l'amélioration de leur situation éducationnelle, occupationnelle et régionale. Toutefois, malgré ces gains, l'inégalité des salaires persiste. Des analyses de décomposition basées sur des calculs de

régression démontrent que les femmes et les hommes afro-brésiliens ont perçu des salaires de plus en plus bas au cours de la période considérée si on les compare à ceux de travailleurs blancs de même qualification. L'article analyse la contribution qu'offrent ces découvertes au débat concernant les questions de classe et de race au Brésil ainsi que leurs implications dans le champs des études sur le développement.

# Etnopolítica — a dinâmica do espaço afro-baiano\*

Michel Agier\*\*

\*Uma primeira versão deste texto foi apresentada ao grupo de trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil, no XV Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 1991, Caxambu (MG). Uma versão francesa, ampliada, foi publicada na revista *Chiers d'Études Africaines*, Paris, EHESS, vol XXXII, nº 3, 1992.

\*\*Antropólogo, pesquisador e professor visitante na Universidade Federal da Bahia.

Um paradigma evolucionista dominou durante muito tempo os estudos sobre relações sócio-raciais no Brasil: o da contradição entre uma sociedade de *status* (herdada do passado) e uma sociedade de contrato ou de classe (em formação). Esta seria instalada pela industrialização e urbanização e eliminaria necessariamente a precedente. Daí provém a incapacidade de conceber a negritude como grupo de interesse envolvido nas situações econômicas e políticas modernas. Bastide tentou superar a dificuldade, recorrendo à noção de "princípio do corte". Remetendo, de fato, aos dramas individuais de negros em ascensão social (e, de certa forma, a fragmentações de identidades esquizofrênicas), o princípio do corte devia permitir pensar a permanência (autônoma ou, quiçá, intencional) de práticas culturais afro-brasileiras num contexto em que o *status* associado à identidade negra não faria mais sentido. Suponha-se que a antiga estratificação racial era contraditória com as novas classificações sociais (Bastide, 1970, p. 66; Bastide e Fernandes, 1959). Logo, uma identidade social

negra não caberia na teoria das relações sociais modernas. Nela, só entrariam dramas, dilemas e desajustes psicológicos, sempre transitórios, geralmente observados entre os negros fora de seu *lugar*, isto é, em situação de ascensão social (Pierson, 1971; Azevedo, 1955; Fernandes, 1968 e 1978).

Apesar de suas variações teórico-ideológicas, essas análises (prevalentes nos anos quarenta-sessenta) compartilhavam dois pressupostos. Em primeiro lugar, o fato de subordinar teoricamente a identidade racial à posição social. Em segundo, o fato de separar, como Bastide o fez exemplarmente, a análise sociológica dos negros na sociedade urbana e industrial (estudos realizados, no caso, em São Paulo) e a análise antropológica das práticas culturais afro-brasileiras (investigadas, por Bastide, na Bahia).

A idéia de uma relativa autonomia da identidade racial chegaria mais tarde, nos anos setenta, particularmente com os estudos de Hasenbalg. Inaugura-se, então, a entrada da questão do racismo no âmbito das ciências so-

ciais no Brasil. Contudo, marcada pela única negatividade social, e ainda sem referência à história cultural, a identidade negra aparece nesses estudos apenas como um *status* depreciado no mercado de trabalho. O racismo, então, é apontado como um instrumento manipulado pelo capitalismo para reproduzir a subordinação dos trabalhadores negros, inclusive nas situações modernas de forte industrialização, urbanização e mobilidade social (Hasenbalg, 1979 e 1985).

Propomos, neste texto, considerar simultaneamente as dimensões racial, social e cultural da construção de uma identidade negra na Bahia. Isto é, dar conta, ao mesmo tempo, das modificações da posição social dos negros no processo recente de reestruturação sócio-econômica, da formação e reprodução atual do racismo brasileiro e dos usos políticos e das transformações internas da cultura negra.<sup>1</sup>

Com efeito, nas práticas e instituições afro-brasileiras atuais – quer sejam de caráter religioso, cultural, social ou político –, desenvolve-se um discurso da diferença negra. Isso é suficiente para sugerir a necessidade de rever as análises passadas – umas excessivamente funcionalistas, outras demasiadamente culturalistas –, que previam, implícita ou explicitamente, o desaparecimento das diferenças raciais e a dissolução ou extinção de um referencial cultural afro-brasileiro diacrítico.

Para dar conta da dinâmica atual das relações raciais e do amplo e heterogêneo movimento afro-baiano, é necessário recorrer tanto a uma antropologia dos movimentos sociais e comunitários (CEDEJ, 1991), quanto a uma sociologia da cultura e da etnicidade.

---

## RELAÇÕES DE FORÇA E 'STATUS' SOCIAIS

---

Assim como existe um embate, no Brasil, entre formas heterodoxas de emprego e de relações de trabalho (Lautier, 1987), pode-se dizer que há um embate, tanto a nível coletivo quanto no decorrer das trajetórias individuais,

entre modos diversos de identificação social. Por um lado, novas classes – a classe média e o novo operariado, principalmente – estão nitidamente presentes no terreno das lutas sociais e políticas baianas. Elas produzem os padrões locais (de trabalho, consumo, discurso político, moradia e lazer) de modernidade. Por outro lado, as posições sociais são reproduzidas no dia-a-dia das relações urbanas, usando os quadros, os códigos ou a linguagem metafórica das relações familiares para qualificar e classificar os indivíduos e suas condições sociais (Agier, 1992). E estamentos, ou pseudocategorias sociais (a pobreza, a classe média), são recriados no quadro de grandes clivagens ideológicas, que remetem mais às problemáticas da humanidade, modernidade e cidadania do que à mera condição social (Telles, 1991). Nesse contexto, a pobreza é sinônimo de dependência familiar e de invisibilidade política, sem nunca ser ausente das representações sociais globais e, particularmente, das lutas pelo *status* travadas nas famílias operárias ou da pequena classe média.

Ao percorrer o leque dos *status* sociais atuais, encontramos “identidades sociais politicamente informadas” (Da Matta, 1985, p. 57), ou seja, identidades definidas em relação ao acesso ao reconhecimento social e político do indivíduo. Essa cidadania, sempre para ser conquistada, é distribuída de maneira desigual entre as diversas categorias profissionais e estratos sociais. Experimentada no cotidiano individual, essa problemática é traduzida pelos movimentos sociais e políticos através da oposição entre as noções de exclusão e de cidadania.

A reorganização do espaço urbano na Bahia, no período 1965-1985 (transferência das favelas para a periferia, novos bairros da classe média na orla marítima, ampla área de conjuntos habitacionais na Zona Norte da cidade), evidenciou e reforçou as diferenças entre uma sociedade visível, uma massa pobre que deveria ficar invisível e fluxos de mobilidade social moderna, numa cidade que tinha

400 mil habitantes em 1950 e tem hoje em volta de dois milhões e meio de moradores, um amplo pólo petroquímico, várias unidades da Petrobrás, o Centro Industrial de Aratu etc.

As mudanças econômicas e sociais foram particularmente importantes na Bahia ao longo dos 40 últimos anos. Contudo, no que diz respeito à produção social das identidades, elas são pouco significativas quando comparadas com o grande sonho de redenção democrática que, a partir do final dos anos setenta, sucedeu à época mais cruel da ditadura militar. Aos poucos, estabeleceu-se uma tensão entre a democratização da vida civil e o caráter seletivo das transformações econômicas e urbanas. Isso resultou numa maior visibilidade política dos excluídos, frustrados e explorados de todo tipo (negros, mulheres, favelados, homossexuais, proletários etc.), que, institucionalizando-se,<sup>2</sup> puderam, de maneira agressiva, exigir do Estado os direitos sociais da modernidade econômica e política.

Isso insere a questão das identidades na modernidade. Numa sociedade em que o Estado não atua como um ordenador direto e geral do social, os movimentos sociais (e as novas identidades que eles manifestam) são canais usados pelos cidadãos para tentar alcançar a cidadania. Sentir-se, apresentar-se e ser representado como classe média, favelado, classe operária, ou, ainda, afirmar-se como negro significam, ao mesmo tempo, manifestar posições na ordem dos *status* (o que implica *direitos* sociais imediatos), buscar diferenças culturais legitimadoras e definir grupos de interesses virtuais. Formam-se, então, sociabilidades e movimentos nos quais nascem sonhos e projetos de resistência, de hegemonia ou de conquista do poder.

---

## MOVIMENTO NEGRO E POPULAÇÃO DE COR

---

Compondo um dos elementos das recentes mudanças econômicas e políticas, a emergência de novas práticas e novos discursos negros

resultou, na sociedade baiana, num movimento que passou a competir com os demais modos de identificação e mobilização social.

Logo, caberia questionar qual a parte da população abrangida pelo movimento. Ora, a definição dessa população já constitui um problema em si. Conforme as categorias do censo, os *pretos* representariam um pouco menos de 20% da população de Salvador. Entretanto, nos diversos círculos da negritude, é considerada negra toda pessoa não-branca, isto é, cerca de 80% da população.

A questão, para o cientista social, não é escolher entre dois princípios conflitantes de classificação racial – ambos remetendo, como veremos, ao mesmo racismo. Mas importa medir a margem de manobra deixada por esse conflito simbólico. Nela se desenvolvem formas relativas, relacionais e culturais de identificação. Os diferentes mecanismos de identificação negra operam numa população indefinidamente negra e mestiça, numa tentativa de passar da dimensão racial para a dimensão étnica, ou, usando a valorização sugestiva de Michael Banton (valorização também usada nos próprios movimentos negros), passar do negativo ao positivo.<sup>3</sup>

Os atuais movimentos afro-baianos podem ser analisados sob três dimensões: são um produto de relações sociais racializadas; remetem a um espaço social urbano que, sem ser fechado, pode ser identificado; e, finalmente, eles se constituem como um processo de busca de um ser diferente (o *ser negro*), redefinindo sua cultura. Abordaremos sucessivamente essas três dimensões.<sup>4</sup>

---

## RACIALISMO, RACISMO E ETNICIDADE

---

A etnicidade reinventada dos negros baianos pode ser caracterizada, em primeiro lugar, como a transformação simbólica de um grupo que já foi definido pelo racismo do outro. A etnicidade seria, então, um produto das relações raciais (Banton, 1979; Balibar, 1988).



Para analisar a formação do racismo baiano atual, é preciso destacar quatro momentos históricos cumulativos:

1) O *'status' dos escravos* – Um primeiro elemento desse *status* é a invisibilidade política da condição de escravo. Com efeito, há que se admitir a invisibilidade radical dos escravos na ideologia nascente do Brasil independente, para entender como, em 1824, a *inteligentsia* liberal pôde inscrever na primeira Constituição do país que “a liberdade é um direito inalienável do Homem”, enquanto 48% da população ainda era escrava.

Essa mesma questão da invisibilidade política é encontrada nas problemáticas atuais da cidadania – vivenciada individualmente ou expressa coletivamente nos movimentos sociais. Existem, ao mesmo tempo, uma analogia teórica (a associação de uma condição social com uma posição política) e uma filiação direta, histórica, entre o estamento atual do *excluído* e o antigo estamento do escravo.

Na ausência de *status* jurídico individual, os escravos elaboravam sua identidade social a partir da relação com o senhor, tentando negociar, no contexto do poder branco, espaços individuais ou coletivos de autonomia ou de promoção social, ou ainda conseguir sua liberação e, simultaneamente, o acesso aos direitos de cidadão (Mattoso, 1979; Reis e Silva, 1989).

Nas relações senhor-escravo, a intimidade, a cordialidade e a proteção do senhor ao escravo se mantinham na medida em que este ficasse no seu *lugar*. Essa familiaridade compensatória e condicional ainda constitui uma característica da dominação racial. Ela se verifica, hoje, diretamente, em boa parte do emprego doméstico, por exemplo. Manifesta-se ainda nas lembranças de infância de adultos negros, em que se encontra frequentemente uma “família branca protetora” – objeto, às vezes, de saudosismo e, raramente, de rancor.

2) A *ideologia racialista* – Paralelamente ao desenvolvimento dos movimentos favoráveis à abolição da escravatura (e entre os próprios abolicionistas), constituiu-se, nos meados do século XIX e alguns anos após a Independência, um pensamento liberal e nacional. Este, para poder imaginar uma identidade brasileira, teve de classificar os vários grupos sociais e culturais presentes: os indígenas, os colonos de origem portuguesa e os negros, escravos ou ex-escravos.

Ao recorrer às teses do racismo europeu da época – naturalista e evolucionista –, a *inteligentsia* brasileira consolidaria o sistema de dominação formado na escravatura, trocando a sujeição jurídica pela teoria racial. Índios, negros e brancos foram observados e classificados pela combinação de sua aparência física e de sua posição social.<sup>5</sup>

A “fábula das três raças” (Da Matta, 1987) associaria o conjunto das etnias indígenas – unificadas pelo olhar externo na categoria *Índio* – à selvageria e à marginalidade, a cor preta e os traços negróides à inferioridade social e a aparência européia ao poder e à racionalidade.<sup>6</sup> Naturalizados dessa maneira, os negros foram revestidos de traços extraídos da observação de sua condição e posição sociais vigentes na época e dos valores estéticos e morais que, até então, constituíam o pensamento comum da dominação dos brancos. A despreocupação, a irresponsabilidade, a desonestidade, as tendências dionisíacas, a sujeira, a feiura, a grosseria, a incapacidade de raciocinar etc. foram, assim, explícita e sistematicamente associadas à *raça* negra, formando o que se chama hoje os estereótipos do negro.<sup>7</sup>

3) A *política de embranquecimento* – Essa política sistemática de embranquecimento da população brasileira e os discursos modernizadores que a acompanharam prevaleceram entre o final do século XIX e o início do século XX, ou seja, na época da abolição (1888) e da Primeira República (1889). Já não era mais possível passar das hierarquizações raciais

para o eugenismo, como mandava a lógica pura do pensamento racista. Logo, numa sociedade em que a mestiçagem já estava bem avançada, iniciou-se uma política de embranquecimento da *raça* brasileira por meio de medidas públicas que incentivavam a imigração européia – uma política inspirada num explícito princípio de arianização do país e que visava à extinção/diluição da *raça* negra e o acesso a uma sociedade prometéica (Skidmore, 1976).

A progressiva miscigenação da sociedade baiana é um fato de cultura e não de natureza. Ela não pode ser desvinculada dessa imposição oficial (pelas elites políticas e intelectuais) da arianização – que deixou marcas na evolução da composição racial da população de Salvador.<sup>8</sup> Encontra-se também em expressões como “limpar a *raça*” ou “melhorar a *raça*”, usadas nos anos trinta por mães negras falando de seus filhos nascidos de união com um homem de pele mais clara (Pierson, 1971, p. 182).

4) *A ideologia da democracia racial* – Essa ideologia se desenvolve a partir dos anos trinta, nos tempos do Estado Novo e da formação do nacionalismo brasileiro. Ela retoma e reformula as construções anteriores: a intimidade da dominação racial, o encontro e a dissolução das três *raças* num projeto nacional, a peculiaridade tropical da natureza e da cultura brasileiras, o ideal nacional do embranquecimento.

Essa ideologia se sustenta em dois argumentos principais. Por um lado, ela se baseia numa aparência: a cordialidade da vida social brasileira, constantemente lembrada pela evocação do olhar estrangeiro. Foi nesse sentido que, nos anos trinta, confrontada com uma tímida e infrutuosa tentativa de organizar um movimento negro na Bahia (a Frente Negra), a imprensa baiana retrucou nos seguintes termos:

*Foi sempre um motivo de surpresa e admiração, para o estrangeiro, a indistinção*

*que ele achou no Brasil, entre todos os homens (...). Era assim antes de 1888 e assim foi depois. Somos no mundo um povo nascido e desenvolvido fora do quadro odioso das prevenções raciais, neste particular superior aos demais povos. A Bahia (...) não precisa de “frentes negras”, copiadas de outros climas, para apresentar ao Brasil a perfeita fraternização de seus filhos (A Tarde, Salvador, 6.12.32, apud Brandão, 1987, p. 41).*

Basta, com efeito, pôr um olhar estrangeiro sobre a sociedade baiana para perceber a peculiaridade de costumes sociais e maneiras de se dar e se relacionar com os outros, pródigos em abraços, mão no ombro, atribuição de apelidos amáveis, uso de diminutivos, congratulações, lisonjas e outras formas de encanto das relações interindividuais, cujo resultado, geralmente alcançado, é tirar do domínio público os efeitos (tensões e conflitos) das diferenças e dominações sociais. É o mundo do “homem cordial”.<sup>9</sup>

O segundo fundamento da ideologia da democracia racial é a teoria da miscigenação. É significativo o fato de esse argumento ter sido extraído de uma obra de antropologia social: *Casa grande e senzala*, publicada em 1934 por Gilberto Freyre. O raciocínio de Gilberto Freyre é o seguinte: a sociedade brasileira dificilmente poderia ser racista, por causa da intimidade das relações mantidas, desde a época da escravidão, pelos filhos do senhor (e pelo próprio senhor) com a criadagem negra, particularmente a feminina. Essa intimidade doméstica das relações inter-raciais teria gerado um hábito recíproco de convivência com a diferença racial, favorecendo a mestiçagem da população, não obstante as fortes diferenças e dependências sociais contidas nessas relações raciais (Freyre, 1974; Bastide, 1970, p. 77-87).

Fundado nesses dois argumentos de evidência, o mito da democracia racial se firmou, progressivamente, como uma imposição políti-

ca: a proibição social, ou até institucional, de se falar em racismo e preconceito racial. É o que Florestan Fernandes chamou de “o preconceito de não ter preconceito”, ou ainda aquilo que um sociólogo francês, nos anos cinquenta, elogiava como “a grande sabedoria do Brasil”: o fato de saber “evitar falar nisso” (Lambert, 1953, p. 61). A proibição de falar em racismo ainda foi inscrita num dos atos institucionais do regime militar pós-64.

O atual racismo baiano se constitui, então, num complexo sistema de dominação que tem acumulado essas diversas fases da formação de práticas e discursos (e silêncios) raciais. É um sistema formado pela coexistência de uma importante coleção de estereótipos racistas, da convicção secularizada de que o lugar predileto dos negros é nas camadas inferiores das hierarquias sociais e fora do poder, de uma disciplina das relações interindividuais que tenciona contornar as situações conflituosas e, finalmente, de um preconceito afirmando que não convém falar em racismo na terra de todas as misturas.

Uma primeira dimensão da auto-imagem forjada no movimento negro baiano consiste em permanecer nesse terreno complexo das relações sociais racializadas, invertendo, simplesmente, os valores atribuídos aos mesmos termos. Nesse sentido, o termo *negro*, menos-prezível para os valores forjados durante a escravidão, tornou-se uma bandeira dos negros e mestiços engajados no movimento ou *assumindo* sua aparência física. A própria palavra *raça* é recuperada, com significado invertido, num elogio às qualidades físicas, mentais e artísticas da *raça negra*. Dessa maneira, por exemplo, transforma-se o estigma das tendências dionisíacas, até então contrapostas a competitividade e ao trabalho, em competência festiva de uma *raça* naturalmente criadora de cultura e de lazeres comercializáveis. Os traços físicos dos negros, que os estereótipos da história baiana associaram à barbárie e à rudeza, tornam-se valores positivos, formados em nome da pureza e da força oriundas da própria

natureza: é o caso do mito da “beleza pura”, que pode ser lido tanto como uma forma de resistência cultural, quanto como a recuperação (às avessas) da aversão romântica pela mestiçagem.

Nesse uso invertido, pelos negros baianos, da noção de *raça negra*, encontra-se a mesma força e os mesmos impasses que no uso da metáfora do *pária* pelas feministas europeias do século XIX (Varikas, 1990). Em ambos os casos, formas de inversão e de sobrenaturalização da identidade permitem um mesmo nível mínimo de resistência.<sup>10</sup> Contudo, esse procedimento não vai além de um remanejamento da substância de um grupo cujas fronteiras e identidade já foram delimitadas pelo sistema de dominação racial. Daí a dificuldade de adesão. Seja para a *raça negra* na Bahia, seja para as mulheres *párias* na Europa do século XIX, melhor seria ficarem excluídas (radicalmente fora da sociedade) do que dominadas. A invenção de uma identidade negra “para si” dificilmente pode se dar no quadro constrangedor das relações raciais pré-definidas: o racismo baiano não tem uma forma de exclusão-segregação, e sim uma maneira, difusa e não-confessa, de integração e dominação. Enquanto identidade pseudo-racial, a identidade negra se tornou vergonhosa no interior da ordem social e política. Ela precisa então se referir a outras dimensões das relações sociais, para poder construir um espaço próprio.

Isso traz à tona duas perguntas: (1) qual é o lugar dos negros dentro da estrutura social global? e (2) existe uma sociabilidade e um quadro relacional forjadores de um meio negro relativamente autonomizado dentro das relações urbanas?

---

## O ESPAÇO SOCIAL DA NEGRITUDE

---

Os negros se encontram, na sua grande maioria, nas camadas mais baixas das hierarquias sociais e representam a maioria da população, vivendo em precárias condições de trabalho, de moradia e de sobrevivência.

Numerosa nos vários estratos do trabalho dito informal (em que a rede das relações de trabalho se funde com a rede das relações de família e de vizinhança e, muitas vezes, com uma unidade de condição racial), a população negra de Salvador se encontra também em algumas especializações antigas – que funcionam como mercados de trabalho fechados (baianas de acarajé, empregadas domésticas, portuários, empregos turísticos). Outras especializações dos negros menos faladas se desenvolveram, aos poucos, como nos âmbitos profissionais modernos: trabalhadores do petróleo (extração), da metalurgia, da construção; em certas funções no pólo petroquímico; os trabalhadores subordinados na função pública; os empregados (cooptados) nos órgãos públicos à vocação social ou cultural etc.

Essas especializações foram canais de inserção em categorias sócio-profissionais visíveis e integradoras, mesmo quando as funções desempenhadas não são sinônimas de ascensão social. Essas mudanças de lugar numa estrutura sócio-profissional também em mudança ocorreram de uma maneira suficientemente importante para voltar a questionar o *status* e a identidade dos “novos negros”, como eram chamados os negros em ascensão social, por Bastide e Fernandes, em São Paulo, nos anos quarenta.<sup>11</sup>

Ter acesso a esses canais implica dois tipos de conhecimento específicos. Em primeiro lugar, o conhecimento de todos os vieses raciais que condicionam o ingresso nos setores profissionais modernos. Deve-se estar ciente, por exemplo, de que os negros têm mais facilidade para ter acesso numa empresa pública do que numa empresa privada (nesta, o preconceito de cor opera individualmente e sem controle); de que as redes de apoio para contratação (formadas pelos parentes, vizinhos, ou na sociabilidade das instituições negras) funcionam melhor nas empresas onde há menos exigência em termos de formação escolar ou profissional; ou, ainda, de que existe o hábito, em algumas

empresas, de ver os negros ocupando certas funções.

Em segundo lugar, deve-se saber traduzir em termos de emprego – ou seja, tornar socialmente operacional – o potencial de relações construídas nos âmbitos culturais, religiosos ou políticos da socialização negra. Mesmo que essas redes tenham, originalmente, a mesma forma daquelas que atravessam o conjunto da sociedade (emprestando as mesmas vias familiares, de vizinhança ou políticas), elas são objeto de uma releitura (interna e/ou externa) que evidencia o papel de algumas solidariedades raciais ou instituições afro-baianas. Estas acabam se tornando, por sua vez, princípios de redes. Na vizinhança dos bairros negros, nas relações das famílias, sociais ou simbólicas, dos terreiros, na convivência das associações culturais *afro* nascem solidariedades nas quais se pode encontrar vários tipos de apoios na procura de emprego, dinheiro ou moradia.

Na presença desses conhecimentos específicos para criar o próprio lugar no mercado do trabalho, uma certa comunidade de posição (se não de condição) social pode ser identificada entre os negros de Salvador. Além disso, dois fenômenos estabelecem um vínculo entre esse universo do trabalho e dos *status* sociais e certas formas de identificação com a negritude. Por um lado, a existência das redes torna possível a formulação individual de escolhas e estratégias de emprego, relacionadas com a identidade racial. Um assalariado pode deixar seu emprego para se profissionalizar numa instituição cultural ou religiosa *afro* ou se *enegrecer* (se dizer negro enquanto é apenas mestiço) para ingressar nas redes pelas quais, por cooptação amical ou política, seja possível lograr um emprego no serviço público etc.<sup>12</sup> Apesar de sua difícil localização nas estatísticas de emprego, esse fenômeno reforça a tese da formação e da extensão de um espaço social onde a identidade negra é boa para ser assumida, inclusive em termos de emprego.

Por outro lado, uma vez alcançados os setores assalariados apresentando-se *a priori*



como igualitários, a experiência das frustrações e discriminações (estrangulamento de carreiras, salários desiguais) realça a eficiência dos preconceitos e estereótipos raciais. Frente ao desenvolvimento dessas manifestações de discriminação racial, os trabalhadores negros desenvolvem várias estratégias: ação sindical ou política (nos partidos); identificação com a empresa e relação personalizada com o patrão; elaboração de um comportamento tentando rebater, a nível individual, os preconceitos racistas relativos à aparência física ou à roupa, à competência e à disciplina social (Guimarães e Agier, 1990, p. 64-5); ação política ou retração no meio negro.

Quanto a este último ponto, já frisamos, num outro texto, o fato de que uma forte socialização no meio negro (participação familiar ou pessoal na vida religiosa, cultural ou associativa afro-brasileira; juventude e adolescência vividas nos bairros negros, com suas turmas etc.) é um fator favorável para se engajar nas novas associações culturais afro. Quando as trajetórias ficam marcadas por um esforço da parte da família de origem em torno da educação e da formação profissional, e por um engajamento individual em atividades sindicais, os sujeitos têm tendência a participar das vertentes mais políticas do movimento negro (Agier, 1992b). Nestas, então, encontra-se, às vezes, em uma espécie de desdobramento de funções, discursos reproduzindo um pensamento classista (em que “negro” está associado a “proletário” e “branco”, a “burguês”).

Em todos os casos, e não obstante as fortes diferenciações ideológicas internas suscitadas por essas trajetórias, o espaço formado, aos poucos, pelos meios negros dentro da sociedade se apresenta como a possível opção de um ponto de vista de onde vão poder se manifestar frustrações, críticas sociais, reivindicações e projetos.

Longe de se constituir numa casta, a população negra de Salvador se espalha entre os diferentes setores de emprego e, ao mesmo tempo, delimita neles um espaço homogêneo

de posições, conhecimentos, frustrações e reivindicações. Além disso, aparecem novas tensões, formuladas em vários níveis das hierarquias sociais e profissionais, e não apenas do ponto de vista da pobreza. Essas tensões desenvolvem a percepção do racismo nas mudanças atuais e suscitam a busca de espaços livres e respeitados.

Delimitado dessa maneira através de uma releitura das relações sociais urbanas e de trabalho, esse espaço afro-baiano também pode ser identificado, de dentro, como um conjunto de redes, hierarquias e símbolos atravessando algo que um informante (negro e sindicalista) chama de “os diversos segmentos da etnia negra”. Ao mesmo tempo, esse universo é o lugar onde se produzem vários discursos da diferença negra. Nesses discursos, sobressai uma linha de força cujo eixo é a busca de uma especificidade cultural capaz de fornecer para seus detentores um lugar dentro da atual reordenação das forças sociais e políticas locais. São esses os aspectos a serem abordados agora.

---

#### PODER E CULTURA

---

Houve, nos anos setenta e oitenta, um aumento numérico sem precedente das manifestações afro-baianas, cada vez mais visíveis na vida local e cada vez mais institucionalizadas. Um quadro global pode ser rapidamente traçado. Registra-se uns 30 grupos afroculturais e carnavalescos (reunindo aproximadamente 20 mil membros inscritos).<sup>13</sup> Estima-se em mais de dois mil o número de casas de cultos afro-brasileiros (em 1940, havia apenas uma centena registrada), reunidas numa federação local. Os grupos de mobilização e reflexão política são, pelo menos, uma dezena – alguns deles se articularam, há pouco tempo, no Conselho das Entidades Negras da Bahia (Cenba). Há dezenas de escolas de capoeira.<sup>14</sup> Formaram-se, nos últimos 20 anos, vários grupos de dança e de teatro afro e vários gru-

pos, formais ou informais, de escritores, músicos e artistas plásticos negros. Alguns políticos negros (candidatos a vereador e eleitos) estabeleceram alianças com grupos políticos, culturais ou religiosos *afro*. Associações profissionais são explicitamente marcadas pela presença negra; outras têm o seu desempenho influenciado por solidariedades ou estratégias políticas formadas nos meios negros ou, ainda, pelo papel pessoal de líderes negros nas direções sindicais.<sup>15</sup> Diversos jornais e folhetos divulgam, apesar da periodicidade irregular, as iniciativas e os diferentes pontos de vista desses grupos e apelam para a mobilização da “comunidade negra” contra o racismo, em defesa de sua cultura, em prol de seus direitos cívicos e sociais, ou para a construção de um projeto político “do ponto de vista dos negros”.

Bastaria, porém, para uma comunidade existir, dar-lhe um nome? Vistas de fora, as participações, crescentes, nesse universo afro-baiano heterogêneo parecem compor um espaço cujas fronteiras raciais e sociais são marcadas pelas mesmas questões políticas presentes em todos os movimentos sociais (o reconhecimento social, buscado individual ou coletivamente). Resta o fato de que a cultura representa, como dizem os militantes negros, “a arma da luta dos negros” na Bahia. Quando observado com as questões da antropologia – quais as relações sociais?, qual o sistema simbólico? –, o “mundo negro”, como querem chamar seus líderes, apresenta-se como um conjunto de analogias, correspondências e relações sociais apontando para uma totalidade e levando a questionar sua coerência.

Seria certamente possível retratar a história das práticas culturais que formam hoje o espaço afro-baiano, já que essa história possui uma relativa autonomia. Poder-se-ia verificar uma divisão muito antiga das influências entre as diferentes nações presentes na Bahia, a dominação do referencial ioruba sobre as demais etnias no âmbito religioso, dos bantos no domínio lúdico, dos haussás na resistência política

etc. Contudo, agindo dessa maneira, o antropólogo se veria na possibilidade de cair numa armadilha culturalista, isto é: fazer o mesmo trabalho, de substantificação, que está sendo feito no movimento afro-baiano: recompor genealogias; eliminar qualquer idéia de geração espontânea; pensar os grupos atuais em termos de filiação e de segmentação, em que os blocos *afros* procedem dos afoxés e prolongam uma saga da presença negra no Carnaval ou que, na mais remota referência, eles remetem para uma “essência” – o batuque; a dança *afro*, profissionalmente desenvolvida desde uns 20 anos, procura sua identidade no passo do samba (o termo é banto); a capoeira é banto; o candomblé é, antes de mais nada, ioruba (e ketu), e as demais nações étnico-religiosas são situadas em relação a essa referência etc. Procuram-se matrizes. Ao recompor as possíveis genealogias, desenham-se linhas de pureza, que são princípios de dominação interna...

No princípio de qualquer grupo religioso-cultural, encontra-se uma ordem relacional. Em primeiro lugar, relacional no sentido social: é geralmente pelas vias familiares, domésticas ou de vizinhança que se chega aos circuitos terapêuticos e religiosos *afro*, do mesmo modo que as turmas de bairro são o lugar de formação dos grupos de samba, de embalo e, finalmente, dos grupos de Carnaval. Relacional, ainda, no sentido simbólico: as divindades, qualquer que seja seu panteão original, existem, antes de mais nada, como parceiras simbólicas numa relação interindividual. Acompanham o cotidiano de cada um. Ficam nos pequenos altares domésticos, sob a forma de imagens, estatuetas e *posters*. Cada vez mais, elas tomam, na Bahia, a forma de figuras populares oriundas de diversos âmbitos religiosos: Oxalá/Senhor do Bonfim, o Preto Velho, Iemanjá, Santa Bárbara/Iansã, São Jorge/Oxosse, os gêmeos Ibeji/Cosme e Damião etc.

Essa religiosidade se forma pela aprendizagem, nas casas e nos bairros, da interpretação

simbólica das felicidades e infelicidades individuais. E a aprendizagem se faz através da relação com um parente, uma criada, ou uma mãe-de-santo do bairro famosa por bem saber jogar os búzios. De fato, ninguém pode se dizer dono dessa religiosidade popular, do mesmo modo que ninguém pode realmente controlar a formação, nos bairros populares, de grupos de samba, ou a relação mantida por eles com os conhecimentos lúdicos transmitidos.

Ao mesmo tempo, porém, um movimento interno permeia esse conjunto de instituições e práticas. Ele se forma na sociabilidade dos três ou quatro terreiros mais importantes, dos principais grupos de capoeira de angola, da Federação Baiana dos Cultos Afro-Brasileiros e do Instituto de Estudo da Cultura Afro-Brasileira (Intecab), dos meios que articulam os blocos *afro* e os afoxés, do Conselho das Entidades Negras e outros grupos de reflexão cultural e instituições (por exemplo, o recente Comitê Permanente de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras).

A federalização se verifica em todos os domínios afro-baianos. Ela significa, ao mesmo tempo, uma politização e uma burocratização das partes e do todo. Isso permite identificar o campo, globalmente, como parceiro político. Os terreiros mais importantes têm assim uma existência política assumida por suas sociedades beneficentes. Constituídas por ogans e leigos, personalidades amigas do candomblé, elas administram as relações públicas dos terreiros, isto é, particularmente suas relações com a sociedade e o Estado.<sup>16</sup>

Do mesmo modo que as sociedades beneficentes separam os terreiros do destino das casas e das histórias familiares nas quais nasceram, os blocos *afro* ultrapassam a sua forma inicial, convivial e familiar, para se tornarem empresas culturais e associações, recebendo, da parte da assembleia municipal, o título de associações de utilidade pública (como foi o caso do grupo Ilê Ayê, em 1989, ou do grupo Olodum, em 1984). A eficácia dessa forma de

existência política se vê nos domínios fundiários e imobiliários (terrenos e sedes). Vê-se também no domínio financeiro, no fato de agrupações – como, por exemplo, o Conselho das Entidades Negras da Bahia – receberem dotações do estado da Bahia.

O princípio de federalização não é imposto de fora. Ele corresponde a uma ordem relacional formada dentro do meio cultural. Por exemplo, enumerando alguns casos observados:

- estar presente, ao mesmo tempo, num grupo político e numa associação cultural;
- ser, ao mesmo tempo, ogan-de-atabaque num terreiro e membro de um bloco *afro*;
- ter um parente num terreiro (e, a partir daí, poder ter acesso a ele com toda familiaridade, até sentir a necessidade da iniciação) e ser militante num movimento político negro;
- jogar capoeira, sair num bloco *afro* e participar de um grupo de reflexão política;
- ser mãe-de-santo e ter um irmão envolvido num grupo cultural;
- ser abia (filha em fase de iniciação) de um terreiro ketu, depois de sair vários anos seguidos num bloco *afro*;
- ser ogan e membro da diretoria de uma sociedade beneficente, sendo ao mesmo tempo militante de grupo político etc.

Ou seja, a integração entre os vários componentes do meio negro é, ao mesmo tempo, política, ideológica e relacional, esta última forma dando às demais sua real eficácia. A unidade realizada entre os diversos componentes do *mundo negro* – e que se torna visível sob o aspecto de uma articulação política entre instituições e de um discurso unificador étnico-racial – é possibilitada pela existência de um meio de relações sociais, familiares e simbólicas fornecendo o quadro já estruturado das sociabilidades. Nestas últimas, nascem as forças centralizadoras da expressão negra, cuja problemática é política, no sentido de ser uma busca de ajustamento e integração nas novas

estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade global.

Para produzir essa identidade política, as várias formas que institucionalizam a cultura *negra* tentam controlar as práticas, não impedindo o surgimento de novas formas (sabe-se, por exemplo, em Salvador, que a Federação dos Cultos “não controla os rituais”, quando nada porque é justamente a flexibilidade dos rituais que proporciona uma ampliação do espaço da cultura negra), e sim dando-lhes um significado, isto é, classificando e hierarquizando-as. Isso vale da mesma maneira para os diversos domínios: religioso, das associações culturais carnavalescas, da capoeira etc. Trata-se, de certa forma, de separar o joio do trigo. Para tanto, há de se construir uma linha de pureza, recompondo genealogias, filiações e segmentações. É nesse quadro que se atribui legitimidade social e política às formas que nascem e querem permanecer: o reconhecimento da federação (dos cultos, dos clubes carnavalescos, das entidades negras etc.) O primeiro ato que uma mãe-de-santo faz, ao estabelecer seu terreiro, é colocar na parede do barracão a certidão da Federação dos Cultos, onde consta seu nome, o nome do terreiro e de sua nação (ketu, angola, caboclo etc). Em outras palavras, para se inserir, é preciso situar-se dentro da genealogia do campo e identificar-se como uma segmentação desse campo.

Existe uma posição comum aos grandes terreiros e aos grupos federados que consiste em delimitar (identificar) uma pureza e várias impurezas. Isso pode se traduzir numa espécie de divisão do trabalho religioso, em que, por exemplo, um terreiro de nação ketu, por ser representante da pureza do candomblé, “não reconhece a existência dos eguns” (segundo os termos da mãe-de-santo), mas manda suas filhas assentar seu egun numa casa (outra) que cuidaria deles.

Através dessas posturas, tenta transformar-se numa quase-igreja (organizada, com rituais classificados e fixados) capaz de dialo-

gar em pé de igualdade com a igreja católica, ou de responder às recentes agressões (e à concorrência) das novas igrejas ditas protestantes. Deve-se, para tanto, superar uma antiga desigualdade política, encarnada no velho adágio do cristianismo segundo o qual os cultos africanos não podem alcançar o *status* de religião, pois são demais submetidos aos “negócios dos homens” e, logo, só podem existir como magia.<sup>17</sup> Nascem, desse modo, posições político-religiosas de condenação pública de qualquer forma de “sincretismo” do candomblé com o catolicismo. Contra a permanência das “acomodações antigas”, estabelecidas em épocas de repressão e medo, dever-se-ia voltar à “matriz africana” e “evoluir sem perder a essência” (*A Tarde*, 22.9.90).<sup>18</sup>

É interessante notar a volta do mesmo debate, algum tempo depois, na imprensa local, sob o título “Aceitar ou não um sincretismo do Carnaval?”. Dessa vez, são contrapostos o “único bloco verdadeiramente *afro* da Bahia” (o Ilê Ayê, cujas insígnias são a referência à África e a impossibilidade de os brancos serem sócios) e, por outro lado, o Olodum, que se vê criticado por sua abertura aos brancos e sua “descaracterização” ideológica (*A Tarde*, 18.2.91). A medida desse debate é a recente *reafricanização* do Carnaval baiano (Risério, 1981).

---

#### A PERSPECTIVA DO GUETO

---

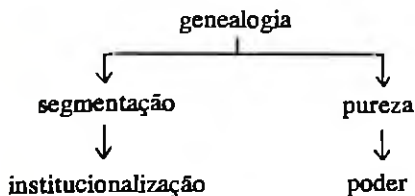
Defendemos, neste texto, que, apesar das múltiplas divergências ideológicas, existe, entre os meios religiosos, culturais e políticos afro-baianos, um conjunto de homologias formais no que diz respeito à elaboração da identidade contrastiva em cada campo. Vimos, por outro lado, que essas correspondências se nutriam numa sociabilidade que coloca em relação, ao mesmo tempo, pessoas, instituições e discursos. Finalmente, essas relações se desenvolvem em espaços urbanos próprios, reapropriados ou liderados por negros. Esses ele-



mentos sociais e simbólicos constituem a base da unidade do espaço afro-baiano.

As homologias formais dizem respeito a três princípios de estruturação e autonomização desse espaço: a *segmentação*, a *genealogia* e a *pureza*. Em primeiro lugar, o princípio da *segmentação* é, ao mesmo tempo, algo que condensa a representação de uma unidade social, organizacional, de caráter étnico, e é o produto político da crescente institucionalização de cada um dos meios negros frente a seu próprio *mundo branco*. Em segundo lugar, a *genealogia* fornece o quadro lógico que permite pensar e funcionar em termos de *segmentação* – e é nela que se constrói uma linha de *pureza*. Finalmente, a *pureza* é uma noção que opera tanto nas trajetórias individuais, psicológicas e filosóficas,<sup>19</sup> quanto na constituição e no funcionamento político do espaço afro-baiano. Neste, ela constitui a medida do poder, presente nas relações internas e externas desse universo.

Temos assim um conjunto de significados cuja conexão lógica forma uma linha de força de dois ramos que impõe o sentido das representações e das práticas:



O conjunto desses elementos é determinado pelo fato de que a modernidade social e política introduziu no espaço afro-baiano o modelo imaginário do *gueto* como único recurso ideológico ainda disponível e coerente com seus sonhos de participação sócio-política.<sup>20</sup> Mas essa lógica moderna da identidade negra é dificultada pelo fato de que o racismo baiano, como vimos anteriormente, não é um racismo de exclusão e segregação, e sim de integração e dominação. Isso explica a obstinação de certos líderes atuais em querer afastar os anti-

gos sincretismos religiosos ou em impedir a entrada de não-negros em suas associações culturais, ou ainda em elogiar as conquistas sociais e políticas dos negros da África do Sul ou dos Estados Unidos (dois modelos de racismo de gueto). Isso explica também o uso crescente da figura do quilombo nos discursos (políticos ou poéticos) que emanam do movimento negro (Agier, 1990).

Quais podem ser, nessas condições, os efeitos desse movimento etnopolítico? Em primeiro lugar, é apenas uma tentativa, sempre contrariada, de reapropriação racial (isto é, política) de um amplo acervo cultural já difundido (pelas próprias formas da dominação racial) entre uma população muito maior que os únicos negros e mulatos. Na sua tentativa de reconstruir a diferença negra como diferença total, esse movimento etnopolítico sempre esbarra na questão de saber se o negro, objeto de racismo e de discriminação social, é realmente um *outro* cultural.

Assim sendo, o mesmo movimento, na sua busca de identidade, constrói a referência de um espaço social e político reconhecível e identificado na sociedade global. Tende a transformar uma população *objeto* (de racismo) em *sujeito* etnopolítico. Estabelece, assim, fronteiras mais amplas e mais visíveis para diversas formas de identificação – de *status*, relacional e cultural – à disposição da população negra e mestiça de Salvador, *a priori* desfavorecida no que diz respeito aos *status* e ao acesso ao poder.

Finalmente, enquanto se pôde especular durante muito tempo sobre os meandros e alternativas de seu futuro estritamente político, resta que o sentido e a força desse movimento comunitário residem além da conjuntura política. Ele pode se basear em genealogias étnicas que legitimam a reinvenção presente de uma comunidade negra. Ele opera, desse modo, um trabalho profundo na cultura afro-baiana, introduzindo nela novas linhas de força, novas tensões a respeito do sentido das práticas e novas funções.

## NOTAS

1. Sobre esse último aspecto, artigos de Borges Pereira (1983 e 1984), Carneiro da Cunha (1986) e Seyferth (1983) já apontaram para algumas pistas de análise.
2. Através de numerosos sindicatos, associações profissionais, de bairro e de mães e através de movimentos culturais, políticos, comunitários etc.
3. Michael Banton contrapõe o conceito de etnicidade, "refletindo as tendências positivas de identificação e inclusão", ao conceito de raça, que remete às "tendências negativas de dissociação e exclusão" (1979, p. 153). Sobre a questão das classificações raciais no Brasil, ver Maggie, 1991.
4. Referir-se-á aqui à noção de etnicidade (e não de grupo étnico) por duas razões. Por um lado, porque se trata de uma referência presente nos próprios movimentos negros e, logo, de uma "categoria nativa" que o pesquisador deve tomar como objeto de reflexão. Por outro lado, porque ela qualifica um domínio de práticas, instituições e representações que pode ser definido, metodologicamente, de maneira negativa: não é o domínio das classes sociais, nem das raças, nem somente da "cultura afro-brasileira". Sendo assim, ela designa uma totalidade – ou uma busca de totalidade – que precisa ser entendida (Cunha, 1986; Agier, 1991).
5. Gobineau, um dos principais inspiradores do racismo brasileiro, também foi embaixador da França no Rio de Janeiro entre abril de 1869 e maio de 1870. Vale notar que se, por um lado, o estado de "degenerescência" racial dos brasileiros (alusão à sua mestiçagem) o desespera, por outro lado, ele é sensível ao fato de que o imperador dom Pedro II, conhecido como liberal e abolicionista, soubesse de suas idéias a respeito das raças. Juntos, conversam "sobre a emancipação [dos escravos] que [D. Pedro II] pretendia "outorgar o mais cedo possível, e sobre as melhores maneiras para encaminhar a emigração em direção ao Brasil, particularmente a emigração de alemães católicos" (Readers, 1934, p. 48). Mais tarde, Gobineau faria projeções numeradas para a supressão, em "menos de 200 anos", "dos elementos lastimáveis da constituição étnica atual [do Brasil], fortificando-os através de alianças de um valor mais alto com raças européias" (Gobineau, 1873-1874, p. 148). Racialista, Gobineau é também adepto do pensamento naturalista prevalecente na época. Assim, ainda no Brasil, não deixa de ficar comovido pelas belezas deslumbrantes da natureza tropical: "Esse Brasil é um país maravilhoso e acredito que o Velho Mundo não apresenta nada parecido quanto ao lado selvagem" (Readers, 1934, p. 32). E fica feliz de receber de presente, do próprio imperador, "um gracioso remo indígena e um arco" (*ibid.*, p. 48), ou, ainda, de ter com este uma conversa mundana a respeito do idioma guarani. Nos moldes do cientismo da época, a classificação racial consiste, antes de mais nada, numa operação de observação naturalizante. Os racialistas prestam, então, uma igual atenção à natureza ou à pureza da vegetação e à natureza e à pureza das populações. Uma abordagem semelhante pode ser encontrada, quase um século depois, no projeto de Gilberto Freyre de criar um domínio de conhecimento próprio ao meio tropical: a "tropicologia".
6. Trilogia da superioridade, marginalidade e inferioridade que o poeta Caetano Veloso aponta numa fórmula exata do racismo brasileiro: "O macho adulto branco sempre no comando / (...) Riscar os índios / Nada esperar dos pretos" ("O estrangeiro").
7. Uma proliferação de provérbios, estórias e ditados sobre os negros sedimentou esses estereótipos no senso comum. Trata-se, porém, de um saber envergonhado; cada um faz de conta que são os outros que utilizam a verbalização racista – secularizada mas pouco socializada. O caráter "implícito" do racismo baiano, muitas vezes ressaltado, é resultado, de fato, de um aprendizado particular que ensina dois elementos solidários: as classificações raciais e a não-verbalização dos princípios de classificação.
8. Tomando como referência quatro anos significativos, no que diz respeito às várias fases das relações raciais (1807, 1897, 1940, 1980), pode-se observar que a proporção da população preta em Salvador apresenta uma queda progressiva, passando de 52% em 1807 para 38,4% em 1897, 20,1% em 1940 e 17,3% em 1980, enquanto a taxa de mestiços apresenta um aumento progressivo: 20% em 1807, 29% em 1897, 51,1% em 1940 e 58% em 1980. Verifica-se que, no período 1900-1940 (quando predomina a imposição política da arianização), a queda da taxa de pretos fica mais acentuada (-47,6%), assim como a progressão da taxa de mestiços (+76,2%). Essas evoluções ficariam sensivelmente mais lentas depois de 1940. [N.B.: os dados de 1807 e 1897 são estimativas, sendo os de 1897 inferidos a partir de registros de falecimento; os dados de 1940 e 1980 são oriundos dos censos].

9. Expressão difundida pelo historiador Buarque de Holanda, no seu livro *Raízes do Brasil*, em 1936. Como resposta às críticas contra suas interpretações da cordialidade brasileira, Buarque de Holanda terá cuidado, em 1948, de ressaltar que não se deve confundir cordialidade e bondade e que, sendo uma alusão aos sentimentos envolvidos na vida social, estes podem ser tanto de amizade, quanto de inimizade. “Disciplina da simpatia”, a cordialidade referida por Buarque de Holanda é a socialização generalizada dos códigos “do íntimo, do familiar e do particular” (Buarque de Holanda, 1987, p. 101-12 e 143-6). Mais tarde, Roberto da Matta desenvolveria e enriqueceria essas análises (1983 e 1985).

10. Ao analisar a força da metáfora do pária na constituição do movimento feminista na Europa, no final do século XIX, Eleni Varikas atenta para a existência de “um aspecto decisivo na visão romântica do pária, muitas vezes recuperado e reelaborado na sua utilização pelas feministas. Trata-se da idéia da superioridade do pária em relação àqueles que o excluem; uma superioridade ligada (...), por um lado, à sua marginalidade e à impermeabilidade decorrente dela em relação aos vícios da sociedade e, por outro lado, à sua proximidade com a natureza (...). Dessa forma, a superioridade ética atribuída ao pária torna-se fonte de dignidade de grupo, condição necessária à formação de qualquer identidade coletiva. Torna-se fonte de valores alternativos que as feministas contrapõem aos valores do despotismo e da exclusão” (Varikas, 1990, p. 43).

11. No pólo petroquímico, por exemplo, os trabalhadores não-brancos representam 73,8% da mão-de-obra contratada (17,8% são pretos). Tratamos, em outro texto, da situação dos trabalhadores negros nessa indústria (Ager, 1992b).

12. Esse tipo de questão certamente tem a ver com os conflitos internos que se manifestaram cedo, na hora da criação dos primeiros grupos políticos negros, nos anos setenta. Um dos aspectos desses conflitos era a aparência física, mais ou menos semelhante com um certo padrão de pureza racial. Os negros um tanto mestiços foram então rejeitados ou discriminados dentro do movimento. Quem era negro de pele clara ou de cabelos lisos arriscava ser chamado de ‘negro de contrabando’ ou de ‘negro mentiroso’ (Silva, 1988, p. 284).

13. Essas associações se agruparam em duas categorias específicas da Federação Baiana dos Clubes Carnavalescos: de um lado, os blocos *afro* (17 grupos inscritos nessa categoria em 1991) e, do outro, os *afoxés* (sete grupos inscritos em 1991). O número de associações inscritas na Federação varia de um ano para outro, em função dos recursos financeiros de seus animadores. Por outro lado, vínculos mais estreitos e regulares e um projeto de federação específico destacam os blocos *afro* e os *afoxés* dos demais clubes carnavalescos.

14. A capoeira teria sido introduzida pelos escravos mais antigos, de origem banta. Uma forma *pura* está sendo defendida por um pequeno grupo de escolas de “capoeira de angola”, próximas dos movimentos políticos e culturais negros. Nelas, o ensino se dá num ambiente de severa iniciação, de um “mestre” para seus “discípulos”. Por outro lado, uma forma alterada se desenvolveu a partir dos anos setenta, chamada “capoeira regional”, incorporada nas academias de ginástica ou de esporte de combate, particularmente numerosas nos bairros da classe média. Em todo caso, uma e outra forma representam um mercado de trabalho em desenvolvimento em que a cor negra é sinal de competência.

15. Associação das baianas de acarajés, associação das lavadeiras, sindicato das empregadas domésticas, sindicato dos estivadores, dos metalúrgicos etc. Tentativas recentes de reunir separadamente os sindicalistas negros, ou os estudantes e universitários negros, em termos da Bahia ou do Brasil, são reveladoras da dinâmica atual desse movimento.

16. Foi assim que, no mês de setembro de 1987, a Casa Branca (um dos três maiores terreiros em Salvador) recebeu o governador da Bahia e o ministro da Cultura, a fim de celebrar a entrega oficial de seu terreno, tombado, à Casa Branca, através da sua sociedade beneficente e recreativa. Uma pichação ficou durante vários anos na parede que empatava o acesso a uma parte desse espaço, dizendo numa fórmula sintética: “Esse espaço é de Oxum, Easo [o ocupante até então] é racista.”

17. Augé (1982, p. 32). O ressentimento em somente receber o nome de “culto”, sem direito ao título de “religião”, está explicitamente presente na argumentação das tendências puristas do candomblé baiano.

18. Vemos aqui como o esquecimento das condições sociais e políticas de criação dos componentes da cultura e o “pensamento substancialista” caminham juntos (cf. Amselle, 1990, p. 28-9 e 62). Teles dos Santos (1989) ana-

lisa a simultaneidade de vários fenômenos novos: *reafricanização* do candomblé, luta contra o sincretismo, burocratização religiosa e afirmação política do candomblé como religião (1989, p. 57).

19. Ela pode ser, encontrada, por exemplo, na busca, intelectual ou poética, de um "ser" substancial (o "ser negro") e de suas raízes. A dimensão ontológica parece ser necessária ao movimento político.

20. Essa perspectiva pode ser verificada nas tendências mais recentes do movimento negro político no Brasil. Nelas, se desenvolvem, em vez de um discurso favorável à assimilação (era o lema da *Frente Negra* nos anos trinta) ou simplesmente contra a discriminação (tema do MNU – Movimento Negro Unificado – dos anos setenta), diversas tentativas para destacar, na sociedade, um espaço próprio para os negros: busca de territórios próprios, apoio a experiências educacionais autônomas, além da inclusão, nas fronteiras do "movimento negro", dos grupos culturais e religiosos afro-brasileiros. O diálogo com a sociedade global se torna aparentemente menos importante do que o inventário de práticas e instituições rotuladas como "negras".

## BIBLIOGRAFIA

- AGIER, M. (1990). "Banzo, quilombo etc.: a lógica simbólica do 'Mundo Negro'". *Revista da Bahia*, Salvador, (17):23-8.
- (1991). "Introdução". *Cantos e toques – Etnografias do espaço negro na Bahia*. Caderno CRH (Suplemento). Salvador, CRH/Fator, p. 5-16.
- (1992). "L'emprise urbaine – Famille, familialisme et modernité à Bahia (Brésil)". *Cahiers des Sciences Humaines*. Paris, ORSTOM, 28(1-2) [no prelo].
- (1992b). "Novos status e outros novos negros – Questões de identidade entre trabalhadores baianos". *Documentos de Trabalho – Projeto CRH/Ford*. Salvador, CRH-UFBA, 25 p. mult.
- AMSELLE, J. L. (1990). "Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs". Paris, Payot.
- AUGÉ, M. (1982). *Génie du paganisme*. Paris, Gallimard.
- AZEVEDO, T. de (1955). *As elites de cor, um estudo de ascensão social*. São Paulo, Ed. Nacional (Brasiliense, 281).
- BALIBAR, E. (1988). "Y a-t-il un néo-racisme?" In BALIBAR, E et WALLERSTEIN, I. *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*. Paris, La Découverte: 27-41.
- BANTON, M. (1979). *A idéia de raça*. Lisboa, Edições 70 (edição inglesa, 1977).
- BASTIDE, R. (1970). *Le prochain et le lointain*. Paris, Oujas.
- BASTIDE, R. e FERNANDES, F. (1959). *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo, Ed. Nacional (Brasiliense, 305) (1ª edição, 1953).
- BORGES PEREIRA, J. B. (1983). "Negro e cultura negra no Brasil atual". *Revista de Antropologia*, XXVI. São Paulo, 93-105.
- (1984). "Cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência". *Dédalo*, 23:177-88.
- BRANDÃO, M. de A. (1987) "Relações de classe e identidade étnica". *Cadernos do CEAS*, Salvador, (112): 37-43.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. (1987). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio (1ª edição, 1936).
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (1986). "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível". *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, p. 97-108.
- Estudos Afro-Asiáticos* nº 22, 1992



- CEDEJ (1991). *Modernisation et nouvelles formes de mobilisation sociale, Égypte-Brésil (1970-1989)*. Dossiers du CEDEJ, Le Caire, CEDEJ.
- DA MATTA, R. (1983). *Carnavals, bandits et héros. Ambiguïtés de la société brésilienne*. Paris, Seuil.
- (1985). *A casa e a rua*. São Paulo, Brasiliense.
- (1987). “A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”. *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*, Rio de Janeiro, Rocco, p. 58-85.
- FERNANDES, F. (1968). “Mobilidade social e relações raciais. O drama do negro e do mulato numa sociedade em mudança”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, X(47):51-67.
- (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática (1ª edição, 1964).
- FREYRE, G. (1974) *Maitres et esclaves. La formation de la société brésilienne*. Paris, Gallimard (*Casa grande e senzala*, 1934).
- GOBINEAU, A. de (1873-1874). “L’émigration au Brésil”. In READERS, G. 1934, p. 130-54.
- GUIMARÃES, A. S. A e AGIER, M. (1990a). “Identidades em conflito. Técnicos e peões na petroquímica da Bahia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, I(13):51-68.
- HASENBALG, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- (1985). “Race and socioeconomic inequalities in Brazil”. In FONTAINE, P. M., ed. *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies – UCLA.
- LAMBERT, J. (1953). *Le Brésil – Structure sociale et institutions politiques*. Paris, Armand Colin.
- LAUTIER, B. (1987). “Fixation restreinte dans le salariat, secteur informel et politique d’emploi en Amérique Latine”. *Tiers-Monde*, XXIII(110).
- MAGGIE, Y. (1991). “A ilusão do concreto: uma análise do sistema de classificação racial no Brasil”. XV Encontro da ANPOCS. Caxambu (MG).
- MATTOSO, K. M. de Q. (1979). *Etre esclave au Brésil*. Paris, Hachette.
- PIERSON, D. (1971). *Branços e pretos na Bahia (Estudo de contacto racial)*. São Paulo, Ed. Nacional (Brasiliense, 241) (1ª edição, EUA, 1942).
- READERS, G. (1934). *Le comte de Gobineau au Brésil (avec nombreux documents inédits)*. Paris, Nouvelles Éditions Latines.
- REIS, J. J. e SILVA, E. (1989). *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RISÉRIO, A. (1981) *Carnaval Ijexá. Notas sobre afoxés e blocos do novo Carnaval afro-baiano*. Salvador, Corrupio.
- SANTOS, J. Teles dos (1989). “As imagens estão guardadas: reafrikanização”. *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, VIII(34):50-8.
- SEYFERTH, G. (1983). “Etnicidade e cidadania; algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política”. *Boletim do Museu Nacional*, nº 42. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- SILVA, J. C. da (1988). “História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia”. In REIS, J. J., ed. *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, p. 275-88.

- SKIDMORE, T. E. (1976). *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TELLES, V. (1991). "Questão social e cidadania". XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu (MG), ANPOCS, 35 p.
- VARIKAS, E. (1990). "Paria – une métaphore de l'exclusion des femmes". *Sources* (Travaux historiques), 12: 37-44.

## SUMMARY

### Ethnopolitics: the dynamics of the Afro-Bahian space

This article attempts to understand the meaning of the various movements identified with Bahian negritude, both individually and collectively. The movements simultaneously represent the formation of a new social space and the racial (that is to say, political) reappropriation of a broad and diverse cultural tradition.

This movement was built upon an articulation of the racial, social and cultural dimensions of identity. The study of each of these aspects allows us to discuss a problem which underlies the movement of the community: how to construct a symbolic system of difference in a society which is culturally mixed, allowing the identification of subjects which are above all defined as the objects of racism?

The article shows how, despite several ideological differences, there exist within Afro-Bahian religious,

cultural and political contexts, a number of formal analogies, which can be found in the elaboration, in each specific field, of differentiated identities. These similarities are forged in a sociability which puts into relation, at the same time, people, institutions and discourses. Thus, these relations develop in their own urban spaces, reappropriated or controlled by blacks. These social and symbolic elements make up the basis of the unity of Afro-Bahian space.

The ethnopolitical line of force which traverses all Afro-Bahian associations, reflects an imaginary model of the ghetto, which seems to be the only ideological perspective still possible for imagining socio-political participation by blacks as far as the collective is concerned. The black community will, therefore, be reinvented at the cost of important transformations in Afro-Bahian culture.

## RÉSUMÉ

### Ethnopolitique: le dynamisme de l'espace afro-bahianais

Dans cet article, on cherche à comprendre la signification des divers mouvements, individuels et collectifs, d'identification à la négritude bahianaise. Ils représentent, tout à la fois, la formation d'un nouvel espace social et la réappropriation raciale (c'est-à-dire politique) d'un fonds culturel ample et divers.

Ce mouvement se construit dans l'articulation des dimensions raciale, sociale, et culturelle de l'identité. L'étude de chacun de ces aspects permet d'aborder la problématique qui fonde ce mouvement communautaire: comment former un système symbolique de contraste, dans une société culturellement métisse, permettant l'identification de sujets d'abord définis comme objets du racisme?

On montre comment, malgré de nombreuses divergences idéologiques, il existe entre les milieux religieux, culturels et politiques afro-bahianais, un en-

semble d'homologies formelles, perceptible dans l'élaboration, propre à chaque champ, d'identités contrastives. Ces correspondances se forment dans une sociabilité qui met en relation, tout à la fois, des personnes, des institutions et des discours. Enfin, ces relations se développent dans des espaces urbains propres, réappropriés ou contrôlés par des noirs. Ces éléments sociaux et symboliques constituent la base de l'unité de l'espace afro-bahianais.

La ligne de force – ethnopolitique – qui traverse l'ensemble des associations afro-bahianaises, renvoie à un modèle imaginaire de ghetto, qui semble être la seule perspective idéologique encore possible pour imaginer une participation socio-politique des noirs en tant que collectivité. La réinvention d'une communauté noire se fait alors au prix d'importantes transformations du contenu de la culture afro-bahianaise.



# Internacionalização e minorias no Japão. Considerações sobre o caso Kajiyama\*

Ronan Alves Pereira\*\*

\* Recebido para publicação em novembro de 1991.

\*\* Pesquisador associado à área do Japão e Pacífico no Centro de Estudos Econômicos Internacionais (Ceri) do Instituto de Economia da Unicamp.

Em meados de setembro de 1990, por motivos de saúde, o então ministro da Justiça Shin Hasegawa foi substituído por Seiroku Kajiyama, 64, um membro do Partido Liberal-Democrata que já tinha sido antes ministro de Assuntos Internos e ministro da Indústria e do Comércio Exterior. No dia 21 desse mesmo mês, Kajiyama acompanhou o trabalho da Polícia na repressão à indústria do sexo num dos quarteirões mais badalados de Tóquio: o famoso Kabuki-chô, no bairro Shinjuku. Diante das câmeras de televisão, o novo ministro justificou a ação dizendo que as prostitutas (na grande maioria, oriundas do Sudeste asiático) arruinavam o ambiente daquela vizinhança, "(...) como nos Estados Unidos, onde certos lugares se tornam promíscuos porque os negros ingressam neles e forçam a saída dos brancos" (*Asahi Evening News*, 29.9.90).<sup>1</sup>

Essa analogia malsucedida, utilizada para dramatizar os efeitos de tal crime no país (a prostituição é ilegal pelas leis japonesas), despertou protestos dentro e fora do Japão. Nos Estados Unidos, entidades negras como a Na-

tional Association for the Advancement of Colored People (Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor) e o US Black Business Council (Conselho de Empresários Negros dos EUA) pediram a cabeça do ministro e propuseram um boicote aos produtos japoneses em território norte-americano. Parlamentares negros aprovaram uma resolução exigindo não somente que o governo japonês apresentasse desculpas oficiais e demitisse Kajiyama, bem como pediam que o Japão tomasse medidas urgentes para "combater as atitudes racistas que ainda predominam no governo japonês (...) e se empenhasse numa iniciativa educacional agressiva (...) para elevar o entendimento (...) dos elementos positivos das sociedades multiétnicas e multirraciais". No Japão, além dos protestos dos parlamentares de vários partidos de oposição e de embaixadores de seis países africanos e do pedido de demissão do ministro apresentado pelo comitê encarregado de recepcionar o líder sul-africano Nelson Mandela, que faria uma visita ao Japão no mês seguinte, os jornais publicaram



diariamente artigos e cartas de leitores indignados com o fato.

O caso Kajiyama teve dois precedentes, em 1986 e 1988, que tiveram igualmente repercussão internacional. Em setembro de 1986, o então primeiro-ministro Nakasone disse, numa reunião de seu partido, que "o Japão se transformou em uma sociedade altamente educada - muito mais educada que a sociedade americana, quando se compara o nível médio [de conhecimento]. Nos Estados Unidos há negros, porto-riquenhos e mexicanos, por isso a média é ainda muito baixa." Dois anos depois, o ex-ministro das Finanças Michio Watanabe sugeriu que os negros norte-americanos seriam descuidados em saldar dívidas. Em ambos os casos, uma chuva de protestos forçou a apresentação de desculpas perante a sociedade norte-americana e, em particular, as minorias prejudicadas.

Todos esses incidentes revelam o provincialismo de algumas das lideranças políticas japonesas e a resistência que certos setores têm em conviver com a diversidade social. Por trás dessas atitudes, há uma crença bastante difundida segundo a qual o Japão seria uma nação etnicamente homogênea. Trata-se de uma crença sem fundamento, pois na realidade há minorias étnicas e sociais, tanto na origem do povo japonês quanto na base da pirâmide social do Japão moderno. Regredindo alguns milhares de anos na história japonesa, iremos tentar esclarecer como o caso Kajiyama se relaciona com a origem do povo nipônico, a formação de minorias no arquipélago, a negação da existência dessas minorias e o processo de internacionalização tão necessário a essa nação, que se firma cada vez mais como potência econômica e tecnológica mundial.

#### A ORIGEM PLURIÉTNICA DO JAPÃO

Qual a origem do povo japonês? Por quanto tempo o homem tem vivido nas ilhas que compõem o que é hoje o arquipélago ni-

pônico? Até que ponto o Japão é uma nação homogênea no que diz respeito à sua composição étnica? Essas são perguntas que podem passar pela cabeça de alguns de nós, mas que nem sempre são suficientemente respondidas, seja pela dificuldade de acesso a tais informações, seja pelo número ainda reduzido de trabalhos publicados no Brasil abordando o tema.

O Japão esteve ligado ao continente asiático durante a última era glacial (aproximadamente um milhão a 11 mil anos a.C.). Até o final desse período, os achados arqueológicos são apenas alguns implementos de pedra e partes de esqueletos humanos, deixando os pesquisadores sem condições de fazer afirmações mais taxativas. O que se sabe com certeza é que os primeiros habitantes das ilhas nipônicas têm uma origem plural. Entre as etnias principais que estão na base da formação dos protojaponeses, podemos citar a etnia mongólica, a malaio-polinésia e a *ainu* (Hori, 1963, p. 3). O resultado dessa mistura foi a predominância da etnia mongólica. Daí que o biotipo dos japoneses é muito mais próximo dos chineses e coreanos do que dos indonésios, por exemplo.

Uma das principais fontes de informação sobre o Japão antigo são documentos chineses, entre os quais o mais velho é o *Wei Chih* ou *História do reino de Wei*, escrito no século III. Esse relato contém muitas informações preciosas sobre o costume do "povo de Wa" (japoneses) e de sua situação política. Diz-nos ele que havia muitos estados ou tribos semi-independentes que mantinham contato com a China desde o ano 57. Isso quer dizer que, mesmo que a separação geográfica com o continente possa ter interrompido temporariamente o intercâmbio entre as duas partes, esse intercâmbio foi retomado pelo menos no começo da era cristã (provavelmente, bem antes disso).

Até o século V, o conhecimento da escrita chinesa ainda era muito reduzido no arquipélago japonês. Ou seja, o Japão não possuía um sistema de escrita próprio e adotou a escrita chinesa mais ou menos nessa época. No en-

tanto, os primeiros relatos históricos japoneses (escritos em chinês) só foram aparecer no século VIII: o *Kojiki (Relato dos fatos antigos)* no ano 712 e o *Nihongi* ou *Nihon-shoki (Crônicas do Japão)* em 720. Mas esses relatos estão tão imbuídos da mitologia nativa que dificilmente podem ser considerados relatos históricos fidedignos, embora sejam preciosos em termos religiosos. Por exemplo, eles alegam uma origem mítico-divina à família imperial, a qual seria descendente da deusa do Sol, Amaterasu.

Um registro oficial compilado no ano 815, o *Shinsen-shôji roku (Registro recém-selecionado de títulos e nomes de famílias)*, classificava da seguinte maneira as 1.065 famílias residentes na capital (Quioto) e vizinhança: 404 famílias *shinbetsu* (descendentes diretos da deusa do Sol, a ancestral da família imperial e fundadora do país); 335 famílias *kôbetsu* (famílias mais novas, que se ramificaram da linha imperial); e 326 famílias *banbetsu* (estrangeiros radicados no arquipélago) (Hori, 1969, p. 84). Ou seja, aproximadamente um terço da aristocracia japonesa daquela época era composto de elementos estrangeiros, provavelmente vindos do continente. De fato, sabe-se que do século I ao século VII houve intenso intercâmbio entre Japão, Coreia e China, resultando na transferência de grande número de imigrantes desses países para o arquipélago japonês. Esses imigrantes trouxeram consigo novos costumes, novas práticas e crenças religiosas, novas técnicas agrícolas, metalúrgicas etc.

Essa eufórica importação da cultura chinesa (diretamente ou via Coreia) atingiu o apogeu no período Asuka (500-710). Nesse período, o sistema de escrita chinês começou a ser mais utilizado na corte e foram adotados o calendário chinês e o budismo (ano 538 ou 552). Depois disso, o Japão continuou a mandar para o continente expedições com especialistas e aprendizes do artesanato chinês, mas no que concerne à composição étnica das ilhas nipônicas houve uma certa estabilização. O

estoque racial interno continuou a se misturar, embora praticamente não tenha havido maiores alterações causadas pela entrada de imigrantes de outras regiões.

Tanto os imigrantes quanto os demais clãs (*uji*) do arquipélago foram sendo unificados em torno do clã Yamato (família imperial). A figura do "imperador" passou a ser uma verdadeira instituição, que foi fundamental no processo de unificação nacional, bem como se tornou um dos principais elementos da identidade cultural dos japoneses. Mas também se tornou um dos maiores tabus da sociedade japonesa até recentemente. Assim, ainda hoje é bastante delicado falar com imparcialidade da origem do clã Yamato ou tecer críticas ao sistema imperial.

---

#### A IDEOLOGIA DA 'HOMOGENEIDADE RACIAL' CONFRONTADA PELAS MINORIAS

---

Outro tabu da sociedade japonesa são suas minorias étnicas, sociais e culturais. Como já vimos anteriormente, desde o começo da história japonesa há a presença de diversas etnias. No entanto, a origem multiétnica do Japão tende a ser desprezada, visto que os primeiros grupos que imigraram para o arquipélago se diluíram no processo de formação do povo japonês, havendo uma ênfase na sua *homogeneidade racial*.

O regime Tokugawa (1600-1868) foi importante na formação legal de algumas das minorias sociais do Japão. Nesse período, a sociedade foi congelada na seguinte estratificação social com base na ocupação: nobreza/guerreiros, camponeses, artesãos e comerciantes. Além dessas castas, havia também os "párias", sendo que os principais são os *eta* e os *hinin*. A origem dos *eta* ("[pessoa] cheia de poluição") – também conhecidos como *tokushu burakumin* (literalmente, "pessoas de vilas especiais"), *burakumin* ou *buraku-no-hito* ("pessoa da vila") – não é muito clara, mas há várias teorias que tentam descrevê-los co-

mo sendo descendentes do povo negro das Filipinas ou de uma tribo hindu, ou sendo uma tribo desgarrada de Israel ou a ramificação orochon do povo tungus (que vivia em Sakalina), ou sendo descendentes de coreanos que foram capturados como escravos ou que vieram para o arquipélago como imigrantes que trabalhavam com curtume. Fala-se também que a palavra *eta* seria derivada de *etori* ("coletores de comida") (Price, 1967, p. 11-12, 19). Os *eta* lidavam basicamente com a matança de animais, a manufatura e venda de artigos de couro, osso e pele. Os *hinin* (*hi*, "não"; *nin*, "ser humano") eram pessoas itinerantes, entretenedores, carrascos, mendigos, prostitutas e outros. O *hinin* não era considerado tão "poluído" quanto um *eta* e até poderia se tornar cidadão comum em certas condições. Com a Restauração Meiji (1868), tanto as castas quanto as subcastas do sistema feudal foram extintas legalmente. Embora o termo *hinin* já não seja mais utilizado, estima-se que hoje existam três milhões de *burakumin* (em torno de 3% da população total), espalhados em aproximadamente seis mil comunidades (Leonel, 1986, p. 2).

No extremo norte do Japão, na ilha Hokkaidô, concentram-se os descendentes dos nativos *ainu* (24.331 pessoas só nessa ilha, segundo dados oficiais). Esse povo ocupava boa parte do arquipélago japonês, mas foi empurrado gradualmente para a parte norte e assimilado culturalmente na medida em que o país se unificava. O último levante *ainu* de resistência ao governo japonês se deu em 1789, com a chamada guerra da Kunashiri Menashi. Devido à política de assimilação (*dôka seisaku*) adotada pelo governo japonês desde o período Meiji (1868-1912), é cada vez menor o número de *ainu* que tem o domínio de sua própria língua. Befu (1971, p. 125) afirma que "os *eta* do Japão estão para os negros dos Estados Unidos assim como os *ainu* estão para os índios [americanos]".

Outra minoria "nativa" são os *okinawa-jin* (pessoas oriundas da ilha de Okinawa). O rei-

no de Okinawa manteve uma relação de vassalagem com a China, de 1372 a 1874. A relação desse reino com o Japão se dava através do domínio de Satsuma (atual província de Kagoshima), que começou a estender seu poderio político pelas ilhas ao norte de Okinawa a partir do século XIII. Em 1609, Satsuma empreende uma guerra punitiva contra o reino okinawense e toma o rei como prisioneiro. A partir de então, até a Restauração Meiji, Satsuma exige o pagamento de tributos e utiliza Okinawa para o empreendimento de um rentável contrabando. Em 1879, o rei Shô Tai foi destronado e forçado a morar em Tóquio. Uma vez transformada em "província" japonesa, Okinawa passa então por um rápido processo de mudança e, sobretudo, de *niponização*. Com a ocupação aliada do território japonês após a Segunda Guerra, Okinawa ficou sob a tutela norte-americana de 1945 a 1972, sendo então restituída ao Japão.

Fora esses grupos minoritários nativos que possuem uma história mais antiga, há outros mais recentes, como as vítimas da bomba atômica, as crianças japonesas que foram deixadas na China quando as tropas nipônicas bateram em retirada desse país, os filhos de executivos ou trabalhadores japoneses nascidos (e/ou criados) no exterior (*kakoku shijo*) e outros. Esses grupos têm em comum o fato de serem vítimas de algum tipo de preconceito e discriminação. A expressão japonesa "*Wareware Nihon-jin...*" ("Nós, japoneses...") serve como uma tábua rasa para camuflar a existência dessas minorias e ditar como um japonês deve se comportar, pensar, sentir etc. No entanto, essa fórmula que diz muito da cultura nipônica serve sobretudo para expressar a forte barreira que os japoneses sentem em relação ao estrangeiro. Assim, existe o termo *gaijin* ("pessoa de fora, estrangeiro") para distinguir os japoneses dos outros.<sup>2</sup>

De certa forma, o estrangeiro em geral compõe uma minoria no Japão (em termos sociológicos), visto que, para um japonês, só é verdadeiramente japonês quem possui uma as-

condência japonesa. Sem essa ascendência, mesmo que a pessoa nasça no Japão, incorpore os costumes, aprenda a língua e até ganhe a cidadania japonesa, dificilmente será aceito como japonês (ao menos como japonês *de verdade*). Há uma tendência japonesa para a confusão de *nacionalidade* com *eticidade*. Diz-se com certa freqüência que o estrangeiro no Japão tem muitas regalias e é em geral bem tratado. Mas isso enquanto cumpre o papel de *outsider*. As relações mudam quando se trata de um estrangeiro que imigra permanentemente para o Japão.

E como fica a situação das crianças de pais mistos? Até 1985, só quando o pai era japonês é que os filhos recebiam a nacionalidade japonesa. Com a revisão da Lei da Nacionalidade nesse ano, os filhos de pais estrangeiros e mães japonesas também passaram a ter o mesmo direito. Essa lei revisada também requer que, nesse caso, a criança deve escolher ou desistir da nacionalidade japonesa ao atingir 22 anos. Essas crianças eram pejorativamente chamadas de *ainoko* ("mestiço"), mas hoje se usa mais o termo *haffu* (do inglês *half* = "metade"), significando "mestiço" ou "meio-japonês". Se antes havia um claro desdém pelos *haffu*, hoje se pode dizer que o sentimento é de contradição. Por exemplo, se um *haffu* não consegue acompanhar o ritmo da escola japonesa, é freqüente recorrerem à sua ascendência estrangeira para justificar o fracasso, ou seja, a pessoa não está conseguindo acompanhar o nível da escola porque não é japonês *puro*. Por outro lado, o *haffu* está surgindo como um novo padrão de beleza que começa a ser reconhecido e apreciado pelos japoneses.

Existem igualmente inúmeros grupos minoritários *estrangeiros* no Japão, sendo que os principais são os coreanos, os chineses e os taiwaneses. Talvez o grupo mais *problemático* seja o dos coreanos. A Coréia foi governada pelo Japão como uma de suas colônias por 36 anos, de 1910 a 1945. Não se sabe exatamente quantos coreanos (*Kankoku-jin*) foram transferidos voluntária ou involuntariamente para o

Japão nesse período, mas em 1945 havia por volta de 10% da população total da Coréia vivendo no arquipélago japonês. Hoje, estima-se em aproximadamente 700 mil o número de coreanos e descendentes no Japão. A política oficial em relação a essa minoria – 85% dos quais nascidos no Japão – tem mudado desde a Segunda Guerra, mas a discriminação em relação a ela ainda pode ser sentida no trabalho, na escola, no tratamento legal etc., denunciando uma tendência japonesa de relegar os residentes coreanos como ex-súditos (Oguri, 1990).

Essas minorias nativas e estrangeiras estão muito lentamente ganhando aceitação no Japão, mas isso se deve antes de mais nada a pressões internacionais e ao fato de essas minorias terem começado a se manifestar e a se organizar. Por exemplo, os militantes mais radicais dos *burakumin* fundaram a Liga de Liberação dos Buraku; existe o Grupo de Coreanos Residentes no Japão (*Mindan*) e a Frente Democrática dos Coreanos no Japão (*Minsen*); entre os *ainu* há o grupo militante Sociedade Ainu Yay Yukar e a Associação Utari. Até estrangeiros mais recentes estão sentindo a necessidade de se organizar. O primeiro sindicato de trabalhadores fundado exclusivamente por estrangeiros no Japão surgiu no começo de 1990, liderado por seis trabalhadores filipinos. Com a ida em massa para o Japão de descendentes de japoneses nascidos na América Latina, foi criado em meados de 1990 o Comitê de Apoio aos Trabalhadores Latino-Americanos no Japão.

---

#### A INTERNACIONALIZAÇÃO NECESSÁRIA

---

A conformação geográfica do arquipélago japonês favoreceu o sentimento de isolamento e distância (tanto geográfica quanto cultural) em relação a outros países. O sistema imperial e a língua japonesa, dada a sua dificuldade de aprendizado por não-japoneses, também contribuíram para a unidade nacional e para o



surgimento de uma mentalidade japonesa de serem eles um povo separado, distinto, único no mundo. Os dois séculos e meio de isolamento imposto ao povo japonês pelo governo feudal (xogunato) reforçou essa mentalidade e gerou uma sociedade altamente padronizada e alienada do convívio internacional. Há somente pouco mais de um século, o Japão se abriu para o contato direto com outros povos. Desde então o povo japonês tem sido ágil e eficiente na adoção da tecnologia e cultura ocidentais.

Para um país que estava praticamente fechado ao contato com o mundo até a segunda metade do século passado, até que o Japão fez muito a nível de relações internacionais e de modernização e crescimento de sua economia. Mas ainda deixa muito a desejar no que diz respeito às relações humanas. Diante das declarações de Nakasone, Watanabe e Kajiyama, percebe-se o desprezo desses líderes pelas minorias de outros países. Mas o que é mais grave é o desprezo e negação das minorias internas do Japão. Ainda há muito a ser feito pelos grupos minoritários nativos que lutam pelo reconhecimento por parte do governo e da sociedade.<sup>3</sup> E o mesmo pode ser dito com relação às minorias *estrangeiras* do Japão.

Depois de tudo o que foi visto nos tópicos anteriores, dificilmente se pode afirmar que o Japão é um país homogêneo. Ao contrário, além da origem étnica plural e da existência de minorias na atualidade, ocorrem transformações imperativas no mundo e dentro da própria sociedade japonesa que estimulam a introdução de novos estrangeiros no arquipélago japonês. A prosperidade econômica do país está atraindo um número cada vez maior de trabalhadores. Por outro lado, o próprio governo japonês reconhece que o país tem uma demanda de aproximadamente dois milhões de trabalhadores especializados (*The Japan Times*, 19.9.90). Ou seja, a demanda é tanto de fora para dentro, quanto de dentro para fora. Outro fenômeno também relacionado com o ingresso de imigrantes no país é o *hanayome-*

*busoku* ou "escassez de noivas". Há décadas, o êxodo de mulheres de áreas rurais do Japão tem causado um grande problema para os moços remanescentes na hora de procurarem uma noiva. A solução encontrada foi a mediação de algumas firmas especializadas em contatar *pretendentes* da Coreia, Filipinas, Sri-Lanka e até do Brasil.

Mas, afinal, pode-se afirmar que o Japão é um país cosmopolita? Isso depende muito da perspectiva tomada. Tóquio é sem dúvida uma grande metrópole que faz parte do circuito internacional, seja financeiro, seja cultural, seja da moda. A NHK (Nippon Hōsō Kyōkai, rede pública de televisão e rádio) ensina, pelo vídeo, inglês, francês, alemão, espanhol, russo, italiano, coreano e chinês, o que demonstra que há público interessado em todas essas línguas. Há inúmeros jornais e revistas em inglês abordando temas variados e de todas as partes do mundo. Nas grandes cidades japonesas pode-se deliciar pratos da cozinha de todos os continentes. Cada vez mais produtos estrangeiros estão sendo consumidos no Japão; mais japoneses estão viajando para o exterior; mais estrangeiros estão entrando no Japão para trabalhar, estudar e/ou fazer turismo.

Em termos econômicos, mesmo com a acusação de ser um mercado fechado, o Japão pode ser considerado *internacional*, pois continua ainda dependendo de países produtores de matérias-primas para a indústria japonesa; de produtores de alimentos e manufaturados para os seus cidadãos; de consumidores de seu capital, tecnologia e produtos manufaturados; e, mais recentemente, de fornecedores de mão-de-obra. Na medida em que os interesses econômicos japoneses ultrapassam suas fronteiras, sua forma de relacionamento com os outros países deve mudar: a percepção tradicional japonesa dos outros povos bem como de suas próprias minorias internas tende a ser bastante abalada e o Japão deve continuar a ser solicitado a respeitar as minorias de seus aliados.

No entanto, essa face do Japão moderno tem uma boa porção de superficialidade. Em 1990 a rede NHK de rádio e televisão empreendeu uma pesquisa para saber a opinião dos japoneses sobre o que viria a ser uma pessoa internacional ou cosmopolita (*kokusai-jin*). A resposta mais escolhida foi: *kokusai-jin* é a pessoa que fala inglês. Ou seja, a noção de cosmopolitismo ainda é bastante limitada e superficial. Antes de tudo, porque, mais do que uma postura ou visão de mundo, o cosmopolitismo está reduzido ao domínio de um idioma – e somente um idioma, o inglês; ou seja, se uma pessoa falar chinês, russo ou português parece não contar muito.

A internacionalização é um fenômeno mundial indiscutível e o Japão não está imune a essa tendência. Só que esse processo parece estar sendo orientado por uma política e por políticos que perpetuam o desinteresse e desprezo pelas minorias. Por outro lado, o japonês comum, em sua maioria, também “tende a minimizar a gravidade dos problemas das minorias. Ele está propenso a pensar que [tais] problemas estão desaparecendo e que nada precisa ser feito. Conseqüentemente, ele dá pouco apoio aos diversos movimentos sociais para melhorar as condições das minorias” (Befu, 1971, p. 126). Por essas e outras razões, o Japão está sendo cada vez mais instigado a reconhecer seus grupos minoritários e a assumir a bandeira de um cosmopolitismo mais consistente e verdadeiro.

#### DESFECHO E IMPLICAÇÕES DO CASO KAJIYAMA

As declarações do ministro Kajiyama obtiveram uma resposta imediata da comunidade negra dos Estados Unidos e abriram mais um ponto de atrito entre esses dois parceiros político-econômicos. O ministro não foi demitido, mas teve de se retratar e pedir desculpas à sociedade norte-americana. O ex-ministro da Educação e atual chefe do grupo parlamentar

para questões raciais, Yoshiro Mori, e o secretário desse grupo parlamentar, Motoji Kondo, foram enviados aos Estados Unidos para amenizar as conseqüências do incidente através de um encontro previsto com os parlamentares negros e líderes da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP). Enfim, o repúdio foi tão grande que até o *Nihon Keizai Shimbun*, o mais respeitado jornal econômico do país, pediu a demissão do ministro. O governo japonês, embora não tenha demitido o ministro, fez o que pôde para solucionar o caso.

Uma declaração como a de Nakasone ou de Kajiyama demonstra não só o desdém pelos grupos minoritários como também um profundo desconhecimento da realidade histórica das minorias de outros países. Se os negros e hispânicos dos Estados Unidos possuem o padrão de vida e nível de escolaridade mais baixos do país não é porque queiram ou sejam incapazes de progredir; o que essa dura realidade diz mais é sobre as disparidades sócio-econômicas da sociedade norte-americana. Quando Nakasone, Watanabe e Kajiyama fizeram aquelas declarações, eles se esqueceram de que o Japão tem uma origem plural; que há minorias étnicas, sociais e culturais dentro de seu próprio país que precisam de mais apoio governamental; e que os japoneses também são passíveis de ser discriminados no exterior, como o foram os imigrantes japoneses que vieram para as Américas.

“O que o japonês na rua está pensando, se é isso o que está vindo de cima?”, disse o chefe do US Black Business Council, Albert Nellum, a um jornalista do jornal japonês *The Japan Times*. Felizmente, não podemos generalizar e dizer que todos os japoneses pensam como alguns de seus líderes políticos. Há pessoas no Japão que, mesmo não fazendo parte de grupos minoritários, estão preocupadas com as minorias e trabalham para o melhor entendimento entre os povos. Um exemplo disso é a família Arita, da cidade de Sakai (província de Osaka), que convidou o quinteto Roberts’

Revival, da igreja católica Saint Augustine, de Washington D.C., para uma série de concertos no Japão logo após o incidente com o ministro Kajiyama. Os concertos faziam parte de uma campanha de dois anos empreendida pelo grupo de 60 pessoas lideradas pela família Arita para acabar com a discriminação contra os negros no Japão (Shibazaki, 1990). São essas pessoas que nos dão a certeza de que a eliminação dos estereótipos e discriminações no Japão está em andamento.

Por fim, resta afirmar que o etnocentrismo acompanha a grande maioria das sociedades humanas e que o racismo não é privilégio dos japoneses. O tabu do racismo está presente mesmo em nações como o Brasil, que cultiva o mito de ser uma "democracia racial". Só que no Japão o debate em torno das minorias é re-

cente tanto quanto urgente. E esse debate surge no contexto do processo de internacionalização da sociedade japonesa.<sup>4</sup> Dado o seu *status* de potência mundial, o Japão tem uma necessidade muito grande de promover o reconhecimento e convivência pacífica com a diversidade social e cultural, tanto dentro de suas fronteiras quanto a nível internacional. Até recentemente, os japoneses puderam alentar a ilusão de formarem uma nação etnicamente homogênea; no entanto, o confronto com a realidade de pertencer a uma nação multirracial, adicionado a mudanças que ocorrem no mundo e no próprio Japão, pode acelerar o processo irreversível de internacionalização da sociedade japonesa. Nesse processo, é natural que venham à tona declarações polêmicas como a do ministro Kajiyama.

#### NOTAS

1. A declaração do ministro apareceu no *Asahi Evening News* (29.9.90), da seguinte forma: "Kajiyama said prostitutes settling in a neighborhood spoil its atmosphere, '...like in America when neighborhoods become mixed because blacks move in, and whites are forced out'."

2. A relação entre japoneses (*nihon-jin*) e estrangeiros (*gai-jin*) mereceria outro artigo. Gostaria apenas de citar um caso verídico para ilustrar quão forte era a distinção dessas duas categorias sociais na cabeça de um japonês até recentemente. Jared Taylor (1986, p. 30), um norte-americano que nasceu e passou seus 16 primeiros anos no Japão, relata uma curiosa conversa que manteve com "uma japonesa de meia-idade" sobre casamento entre norte-americanos e japoneses:

"- Sempre me surpreendeu o fato desses casais poderem ter filhos - disse-me ela.

"- O que você quer dizer? - indaguei.

"- Os pais são tão diferentes fisicamente. Além disso, os japoneses têm a temperatura do corpo mais baixa e um período de gestação mais longo que o dos ocidentais. Realmente, é de causar espanto que eles possam ter filhos doces assim."

3. O governo da província de Hokkaidô fez uma pesquisa com 300 famílias *ainu* e constatou que, em 1984, a renda *per capita* anual dos *ainu* era de 800 mil ienes, o que correspondia a menos da metade da renda média em Hokkaidô para o mesmo período, a qual era de 1.900 mil ienes. Além disso, somente 78,4% dos jovens *ainu* ingressavam no 2º grau escolar, enquanto a média na província era de 94%; e somente 8,1% desses jovens possuíam até a universidade (*The Japan Times*, 8.11.86). Ou seja, a existência dos *ainu* é um fato indiscutível, assim como a discriminação social sofrida por eles.

4. Nos últimos 20 anos, *kokusai-ka* ("internacionalização") e *kokusai-jin* ("pessoa internacional ou cosmopolita") são termos cada vez mais presentes na mídia e na vida dos japoneses. Embora apresente limitações, a internacionalização é um processo em andamento no Japão. Tanto o governo (central, provincial e municipal) quanto entidades sociais têm feito contribuições a esse processo. Para citar apenas alguns exemplos, em 1972 foi criada a Fundação Japão, para promover o intercâmbio cultural e acadêmico entre o Japão e os demais países.

Inúmeras províncias patrocinam anualmente um programa em que estudantes estrangeiros passam em torno de 5 a 15 dias morando com famílias japonesas (*Hômu sutei puroguramu*, do inglês *Home-stay program*). Algumas prefeituras publicam livros em inglês para a orientação de residentes estrangeiros e oferecem ajuda financeira a estudantes estrangeiros sem bolsa de estudo.

## BIBLIOGRAFIA

- ASAHI EVENING NEWS. "Demonstrators want corporate Japan to pay for insulting American blacks", 29.9.90.
- BEFU, Harumi. *JAPAN: an anthropological introduction*. San Francisco/Scranton/Londres/Toronto, Chandler Publishing, 1971.
- HORI, Ichiro. *Folk religion in Japan: continuity and change*. Chicago/Londres, The Univ. of Chicago Press, 1969 (1ª ed., 1968).
- LEONEL, Júnia. *Brief considerations about buraku discriminated reality in Japan: in a minority perspective*. Osaka, monografia inédita, 1986.
- OGURI, Keitarô. "Resident Koreans are native speakers too". *Japan Quarterly*, outubro-dezembro, 1990, p. 424-31.
- PRICE, John. "A history of the outcaste: untouchability in Japan". *Japan's invisible race: caste in culture and personality*. Ed. por George de Vos e Hiroshi Wagatsuma. Berkeley/Los Angeles, Univ. of California Press, 1967, p. 6-30.
- SHIBAZAKI, Tomoko. "Family spotlights ignorance of society as the gospel truth about discrimination". *The Japan Times*, 16.10.90.
- TAYLOR, Jared. *Shadows of the rising sun: a critical view of the "Japanese miracle"*. Tóquio, Charles E. Tuttle Co., 1986 (1ª edição do autor, 1983; 1ª edição da Tuttle, 1985)
- THE JAPAN TIMES. "Ainu face discrimination in all areas of society", 8.11.86; "Nearly 2 million skilled workers needed", 19.9.90.
- WILLIAMS, Eddie N. "Japanese racism affects American blacks". *The Daily Yomiuri*, 21.10.90.

## SUMMARY

### Internationalization and minorities in Japan. Reflexions on the Kajiyama case

In September 1990, the recently-appointed Japanese Minister of Justice, Seiroku Kajiyama, after taking part in a national antiprostitution campaign, drew an analogy between prostitutes and American blacks, saying that both of them lower the tone of the neighbourhoods where they live or work. This remark, widely reported by the media, provoked protests inside the country and abroad. In this article, the "Kajiyama case" is placed in the context of Japanese history, from earliest times up to the present day. Ja-

pan has multi-ethnic origins, and is a multi-racial country, although one of the major challenges it presently faces is the recognition, both officially and socially, of its ethnic minorities, and the solution of the specific problems of these minority groups. The "Kajiyama case" is seen as reflecting the internal contradiction of Japanese society, an inherent part of the inevitable and necessary process of the internationalisation of any contemporary country, and especially a country which is a major power.



## RÉSUMÉ

### Internationalisation et minorités au Japon. Considérations sur le cas Kajiyama

En septembre 1990, après avoir accompagné une opération de répression à la prostitution, et peu après sa prise de pouvoir, le ministre japonais de la justice, Seiroku Kajiyama, établit une analogie entre les noirs et les prostituées. Tous deux provoquaient, selon lui, une dévalorisation de leur voisinage ou de leur lieu de travail. Cette analogie fut amplement divulguée par les media et suscita des protestations aussi bien au Japon qu'à l'étranger. Cet essai présente une analyse du "cas Kajiyama" dans le contexte de l'histoire japonaise des origines à nos jours. Le Japon a une origine ethnique plurielle. Il s'agit aussi d'un pays multira-

cial. Néanmoins, l'un des plus grands défis auxquels il doit faire face actuellement est celui-ci: la reconnaissance officielle et sociale des minorités ethniques, sociales et culturelles, ainsi que la résolution des problèmes propres à ces groupes minoritaires. Le "cas Kajiyama" est, à ce qu'il semble, un réflexe de la contradiction interne de la société japonaise, inhérente au processus d'internationalisation auquel tout pays contemporain – particulièrement quand il s'agit d'une puissance de première grandeur – doit inévitablement et nécessairement faire face.

# Antologia de textos do jornal 'O Africano' (1908-1919)\*

Paulo Soares\*\*  
Valdemir Zamparoni\*\*\*

\* Recebido para publicação em julho de 1992.

\*\* Funcionário do Ministério da Cultura de Moçambique.

\*\*\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

---

## Destino...

*Nas tuas mãos está, terna criança  
Dar-me na terra, um dia, a felicidade.  
Basta que o queiras, para que a esperança  
Se me converta em grata realidade.*

*Sofro, mas sei que um bem nunca se alcança  
Sem um pouco de dor; à tempestade  
Sucedo sempre a plácida bonança,  
E às trevas a diurna claridade...*

*Não importa esperar, quando se quer...  
O que apenas lamento, bem do fundo  
Do coração, o espinho que me fere,*

*É parecer-me algo mesquinho o Mundo  
E muito efêmera esta triste vida,  
Para um amor tão grande e tão profundo.*

(N., 2 de janeiro de 1919. Número-programa  
de *O Brado Africano*, 4 de janeiro de 1919.)

---

---

## INTRODUÇÃO

### 1 – Material Consultado

---

O jornal *O Africano* (1908-19) constitui a base do material consultado para a elaboração desta antologia. Iniciando a sua publicação periódica durante 13 números, como propriedade de O Grémio Africano de Lourenço Marques, é suspenso em 1909 por dificuldades financeiras, tornando a aparecer em 1911, como propriedade de uma sociedade integrando outros interesses da colônia, embora os irmãos João e José Albasini se mantivessem, respectivamente, como editor-diretor e chefe de redação.

Os textos que selecionamos para esta antologia foram escolhidos ao longo de uma leitura sistemática do jornal *O Africano* entre 1911 e 1919. Recorremos a leituras complementares de outros jornais africanos editados em Moçambique desde o último quartel do século passado, bem como aos jornais dos primeiros anos de *O Brado Africano* (1919-74).

Quando iniciamos este ciclo de leituras de jornais africanos de Moçambique, partimos do princípio de que constituíam a expressão de uma identidade cultural moçambicana que, sob a forma escrita, começa a se desenvolver no século passado. Tínhamos a preocupação de conhecer a cultura literária e jornalística de de então.

Sendo arrojada a nossa ambição, consideramos que, embora ficássemos longe do que pretendíamos, algo poderíamos apresentar a um público mais vasto sobre o trabalho que realizamos, surgindo então esta antologia.

O material consultado, gentilmente cedido pelo historiador José Capela, integrava praticamente todos os exemplares de *O Africano* entre 1911 e 1919 e de *O Brado Africano* dos anos seguintes, além de alguns exemplares de jornais africanos do século passado, todos pertencentes à coleção de microfilmes que esse historiador fez na Biblioteca de Lisboa. Em Moçambique, tais jornais foram sendo suprimidos pela história, em particular com a censura do fascismo, como meio de silenciar as lutas do passado às gerações futuras e impedir o desenvolvimento dos ideais nacionalistas, que sempre existiram em embrião nas gerações de africanos que nos precederam em Moçambique.

Desde o início das leituras feitas, constatamos não só um forte estilo de pugna jornalística, como também uma constante referência à história de Moçambique, em particular à derivada da ocupação colonial, suas formas e meios de atuação, no que constitui aquilo que podemos considerar de "cultura histórica" de Moçambique.

Referências claras a períodos e acontecimentos anteriores à época em que *O Africano* é editado são constantes, assim como muitas outras implícitas. Sentimos, por isso, a necessidade de nesta introdução traçarmos um quadro histórico complementar à compreensão da antologia que facilite a sua leitura, em particular tendo em vista a ausência muito grande de conhecimento histórico que existe em nós

sobre esse período de gestação da nação moçambicana, onde foram moldadas não só as fronteiras políticas, como as culturais e econômicas desta pátria do litoral oriental da África Austral, tão marcada pelos fluxos constantes de interesses deste e de outros continentes.

---

## 2 - 'O Africano': entre o escravo e o chibalo

---

Jornais com as características de *O Africano* existiram em várias colônias africanas desde o século passado, bem como surgiram junto a comunidades de africanos na Europa e América. Expressando-se como porta-voz dos negros, correspondiam-se entre si e, como é comum em vários jornais africanos aparecidos em Portugal, publicavam amiúde artigos e crônicas ou editoriais saídos nos jornais das colônias, denunciando situações irregulares, junto da capital do império colonial.

A difusão da tipografia, a partir de 1854, permite que, primeiro na Ilha de Moçambique e depois em Quelimane, Tete, Inhambane e Lourenço Marques, surjam diversas publicações a serviço dos interesses da colonização, mas que contribuam para o desenvolvimento cultural de camadas sociais africanas, que mais tarde passarão a utilizá-la na veiculação dos seus ideais de luta política e denúncia dos abusos e corrupções da administração colonial.

O primeiro jornal *O Africano* surge em Quelimane em 1877 e, durante cinco anos, vai ser publicado semanalmente, defendendo os interesses locais contra a escravatura e a promoção da instrução pública, em benefício dos escravos que seriam libertos, nas zonas de ocupação portuguesa, no ano seguinte. Os elevados impostos que o governo geral da colônia impunha à atividade mercantil, aliada à corrupção dos funcionários públicos e militares portugueses interessados essencialmente em acumular riquezas durante as suas comissões de serviço na colônia, são outras tantas causas de luta veiculadas através do jornal *O Africa-*

no, na sua existência efêmera do século passado.

O governo geral na Ilha de Moçambique encontrava-se então dominado por um poderoso "partido de negreiros"<sup>1</sup> ligado aos interesses de exportação de escravos para as colônias francesas do Índico e para as Américas e contra os convênios internacionais de abolição da escravatura, defendidos em particular pela armada inglesa, interessada em explorar a força de trabalho moçambicana nas suas colônias da região.

O desenvolvimento de uma burguesia mercantil na Ilha de Moçambique e litoral fronteiriço, envolvida historicamente como intermediária do tráfico com o interior do continente, permite que, já desde a segunda metade do século XVIII, os seus direitos políticos fossem reconhecidos pela coroa portuguesa. Com efeito, a política absolutista do marquês de Pombal,<sup>2</sup> assente na destruição do poder económico e político da nobreza ultramarina portuguesa, e dos jesuítas baseou-se no reconhecimento dos direitos políticos de mais de cem famílias radicadas desde há gerações na Ilha de Moçambique, "independentemente de raças e castas", proporcionando-lhes não só direitos de cidadania, como de livre atividade comercial e industrial.

Devido à subordinação desvantajosa de Quelimane ao governo geral da colônia, situada na Ilha, nessa cidade encontra-se um dos principais centros difusores de ideais de emancipação colonial. Primeiro no jornal *O Africano* (1877-82) e em seguida em *O Vigilante* (1882), *O Correio da Zambézia*, a partir de 1886, e *O Clamor Africano*, depois de 1892.

Convém, porém, ter presente que o princípio da autonomia, dentro da teoria do direito e da administração colonial, era um objetivo a alcançar e que esta foi normalmente assumida quer em colônias antigas da Grécia, quer das modernas da América, pelo elemento colonizador, não sendo diferente em Moçambique, onde também manifestou idênticos ideais, sen-

tindo a necessidade de se ligar ao elemento africano natural na materialização de tal luta.

A situação então vivida é-nos testemunhada pelas seguintes passagens expressas em *O Clamor Africano* de 30 de agosto de 1893, repetindo um artigo já publicado anteriormente sob o título "Para onde isto caminha...":

*Mais vigorosas do que nunca estão hoje as idéias da emancipação colonial.*

*O descontentamento é geral e bem profundo para que, de um momento para o outro, se não tema. Ontem, foi o arquipélago dos Açores, que impôs as suas condições com respeito ao decreto dos álcoois, ou a sua desanexação do velho Portugal, hoje é a nossa compatricia a Ilha de São Tomé que se quer libertar da protecção da metrópole que nada protege.*

*Já em tempo se falou muito na anexação de Lourenço Marques no Transvaal, formando uma só República,<sup>3</sup> e Quelimane sempre quis ser sozinho e independente no seu progresso, rejeitando a honra de pertencer, como distrito, à influência da chefia de Moçambique. Nos seus áureos tempos, que não vão longe, o Governo Geral de Moçambique foi como sempre para com este tão poderoso distrito uma sanguessuga: era, por um lado, o subsídio de Tete, o subsídio de Manica, que tanto dinheiro comeu, o subsídio de Sofala, e, por outro lado os auxílios prestados a Inhambane, e até deu uma vez 4.000\$000 réis para Lourenço Marques, não se esquecendo Moçambique, que, quando aqui os cofres tivessem dinheiro, o Governador Geral o mandar para a capital.*

*Extorquiram-lhe tudo e hoje Quelimane está exausto. Mas, não foi só com isso que este distrito se comprometeu, a desgraça vem de mais perto.*

*Principiou com a tal missão civilizadora Henriques de Macedo, com os seus actos de vassalagem, com expedições para submeter à obediência régulos que sempre nos res-*



*peitaram; e a tal mania de expedições tanto em furor no ano de 1890 conduziu-nos a este extremo.<sup>4</sup>*

*Presentemente julgam que Quelimane deve ser o mais sujeito a impostos, e por isso deram-lhe mais para direitos, nos vinhos, álcoois e conhaques, exorbitante direito no tabaco e ultimamente a licença das armas, que se não é espantoso, pelo menos o parece, pois até que se nos obriga a pagar uma licença por cinco anos!!! (...)*

*Al estão as vantagens que nos dá a metrôpole; quem quiser seguro o tempo que existir, vá pagar à recebedoria do Conselho licenças para armas e em breve esperamos mais alguma coisa.*

*O comércio está pouco satisfeito e é justo e legal o seu sentimento, os comerciantes estabelecidos pagam licenças, décimas, contribuições, empregados etc., e, não obstante isso, consente-se que empregados públicos, a título de rancho, mandem vir mercadorias, que vendem fazendo-lhe uma concorrência deslealíssima.*

Como se verifica, o tipo de autonomia reivindicada é relativa à capital da colônia e não relativa à autonomia da colônia. Ela é expressão dos interesses capitalistas locais, que foram no período arrastados para a crise econômica devido às imposições da nova ordem imperialista, estabelecida em particular após a Conferência de Berlim de 1885.

Distintos eram os interesses em Lourenço Marques contra o predomínio da burguesia internacional, e em particular inglesa, sobre a vida econômica e cultural da cidade. Jogava-se então com as necessidades de rápido desenvolvimento do porto e escoamento de mercadorias de e para o Transvaal, as necessidades de garantir a contratação maciça de mão-de-obra para as minas de Rand.

Portugal sentia grande dificuldade em proceder à ocupação efetiva de Moçambique, considerando, muitos setores da colonização, desnecessárias ações militares para submeter

régulos e imperadores, como Gungunhana, porque, na anterior ordem colonial mercantil, conseguira-se alcançar um nível de relacionamento com certa estabilidade que permitisse correr os negócios da coroa de Portugal com vantagens.

É nesse contexto que surge em Lourenço Marques o jornal *O Luso Africano* em 1892. Além de ser reflexo desse conflito de resistência ao predomínio inglês, defende ainda o seguinte ideário, veiculado no seu número-programa de 3 de janeiro de 1892:

*(...) Queremos ser imparciais.*

*Não faremos política, porque ela, tal qual devia ser, exaltar-nos-ia, e tal qual é, comprometeria a nossa dignidade se quiséssemos escalar.*

*Em todas as questões sociais que caírem sob a nossa apreciação, não daremos ouvidos ao nihilismo, porque ele é a destruição; ao socialismo também não, porque ele representa a anarquia; ao absolutismo, sim, mas ao absolutismo da ciência, que diz e manda para que não haja divergência no campo dos que sabem e dos que ignoram.*

*Pelos últimos pugnaremos sempre. Questão alguma social nos merecerá tanta simpatia e prenderá tanto a nossa atenção, como a da instrução popular.*

No mesmo número, num outro artigo, afirmam:

*(...) A colonização em África fez-se como na Índia, na China e na América: pela espada! Mas os tempos mudaram e nós hoje precisamos colonizar se queremos conservar a nossa nacionalidade; mas não pela espada, isto é, pelo despotismo, mas pelo fulgor de todas as luzes necessárias à humanidade, isto é, pela instrução.*

As ações militares desenvolvidas depois irão impor a ocupação efetiva e permitir que Lourenço Marques conheça um novo período

de crescimento urbano em torno do seu porto, transformado em intermediário dos interesses do Rand. As camadas sociais africanas, vivendo nos domínios da coroa portuguesa, irão participar do processo de ocupação militar colonial, considerando-a como a forma de se impulsionar um novo desenvolvimento econômico e social da colônia.

Desde a publicação do primeiro jornal *O Africano*, em 1877, até a consumação da ocupação militar iniciada por Mouzinho de Albuquerque no Sul de Moçambique, sucedem-se profundas alterações na economia política de Moçambique, marcando profundamente a sua história.

Portugal, sem suporte de uma indústria e de capitais próprios para dominar Moçambique, senão através do controle do tráfico mercantil que corria do litoral para o rico interior da África Austral, continua sujeito às pressões internacionais das potências imperialistas.

O tráfico de escravos, beneficiando durante gerações em particular as colônias de plantações francesas do Índico, continua, mesmo após o Acordo de MacMahon, de 1875, a ser feito quer através de subterfúgios legais, apresentados como "migração livre", quer por acordos diretos com os potentados africanos de várias regiões de Moçambique (dos sultanatos do litoral norte ao próprio império de Gaza), prolongando-se a sua prática no Norte de Moçambique até as primeiras décadas deste século.

O estatuto que o litoral de Moçambique recebeu na Conferência de Berlim de 1885, de zona livre ao tráfico mercantil de todos os interesses imperialistas, marcou-a como colônia de características diferentes das demais, na medida em que ficava sujeita às rivalidades destas, que se irão prolongar no decorrer deste século.

A exploração dos recursos naturais da colônia continua, tal como nos últimos séculos, a fazer-se essencialmente através da extorsão da força de trabalho para fora de Moçambique. A diferença entre o período de tráfico de escr-

vos e o que se começa a desenhar no fim do século passado é que, anteriormente, partiam para outras terras, outros continentes, sem esperança de voltar; depois, partem sem família, com a esperança de regressar para melhorar as dificuldades que esta enfrenta.

Depauperadas pelas campanhas de ocupação, saqueadas dos seus haveres no decorrer das guerras que se arrastam desde o século passado, as comunidades rurais, em especial do Sul de Moçambique, são obrigadas a emigrar não só para pagarem o imposto, como para fugirem às violências do chibalo.

O chibalo, como prática de trabalho compulsório, obtido através de rusgas e outros processos violentos para angariação de mão-de-obra, vai-se estabelecendo como a força dominante da produção colonial. Com uma economia colonial dependente da África do Sul, que, mercê do seu setor mineiro, depressa alcançou um ritmo de produtividade elevada nos demais setores da sua economia, Portugal, quer a própria administração pública, quer os colonos proprietários agrícolas ou industriais, não tinha possibilidade de oferecer salários com valor semelhante aos das minas da África do Sul. O chibalo impõe-se assim como o método de, na colônia, se obter trabalho para os mais variados empreendimentos.

Esse sistema implicou uma grande degradação das condições da vida e aumento da violência do saque colonial, a ausência de direitos e discriminações constantes contra os africanos, uma política colonial não proporcionando a abertura de escolas e a difusão da instrução. Isso conduz os africanos a organizarem-se em associações culturais e recreativas, que surgem principalmente em Lourenço Marques, Quelimane e Inhambane e que se constituem como precursoras do moderno movimento nacionalista moçambicano.

Depois da sua criação, o Grémio Africano de Lourenço Marques abre uma escola, significativamente denominada Antônio Enes, promovendo a instrução de pretos e mulatos, e em 1908 inicia a publicação de um novo jornal,

*O Africano*, em prol dos interesses dos naturais da colônia.<sup>5</sup> O Grémio, integrando um grupo limitado de pessoas provenientes das camadas sociais moçambicanas cujo contato e vivência com o sistema colonial lhes conferira um estatuto social e cultural privilegiado, irá, no decorrer das décadas posteriores, exercer uma ação constante de luta, denúncia e crítica da ação colonial, particularmente testemunhada nas páginas de *O Africano*.

Moçambique encontrava-se dominado por uma economia de pilhagem e saque colonial, diferentemente do novo regime imposto pelo imperialismo inglês nas colônias vizinhas e que se caracterizava por um rápido desenvolvimento colonial capitalista, com a abertura de inúmeras escolas para formação da força de trabalho indígena, particularmente na África do Sul.

A partir de Lourenço Marques, a administração colonial preocupava-se em cobrar impostos, beneficiar-se das vias de comunicação dirigidas para as colônias britânicas do interior e impor o mercado de vinho colonial, como forma de captar o ouro que os mineiros traziam da África do Sul.

A cidade, prestadora de serviços, absorvia um grande conjunto heterogêneo de comerciantes, pequenos funcionários, trabalhadores urbanos e operários, das mais diversas origens e raças. Se o domínio político e militar era português, eram porém representantes da burguesia inglesa que detinham o poder econômico, controlando o comércio grossista e os interesses de exportação-importação nos portos e caminhos de ferro.

---

### 3 - Quem escreve e luta em 'O Africano'

---

Convém deter-nos nas características do desenvolvimento urbano e político de Lourenço Marques e do governo português, de forma a localizar mais claramente o contexto de luta então desenvolvida.

O crescimento do operariado branco, do funcionalismo e do comércio, integrando muitos colonos deportados para Moçambique por lutas em partidos republicanos, socialistas ou anarcossindicalistas europeus, a par do predomínio inglês sobre a cidade, cria um quadro complexo de lutas e reivindicações políticas, de alguma forma transplantadas da metrópole, então em atribuladas lutas sociais que viriam a derrubar a monarquia portuguesa em 1910.

A ascensão dos ideais republicanos, trazendo à tona a luta contra os privilégios de nascimento e reivindicando os princípios burgueses de liberdade, igualdade, fraternidade, não deixa, de certo, de ter influência entre os africanos urbanizados com estatuto social privilegiado, que passam a reivindicá-los, como objetivos a serem concretizados pela "missão civilizadora" portuguesa.

A ameaça cultural do predomínio da língua inglesa marca a adesão que diversos colonos dão ao projeto de edição do jornal *O Africano*, que ressurgiu em 1911 na linha de defesa dos interesses dos naturais da colônia. Se o Grémio agrupava só mulatos e negros com posição social privilegiada, *O Africano* a partir de então reúne também brancos radicados há muito na colônia e que por diversos motivos se associam aos interesses dos africanos, opondo-se aos abusos e práticas coloniais.

Na sua direção encontra-se João Albasini, seu irmão José como editor, sendo o administrador-secretário José dos Santos Rufino, funcionário português dos C.F.L.M.\* e mais tarde proprietário de uma livraria e editor, já na década de vinte, de uma coleção de álbuns fotográficos sobre várias cidades de Moçambique, de grande interesse histórico e documental.

*O Africano*, definindo-se como independente em relação aos vários partidos políticos portugueses, assume uma posição de luta e de

---

(\*) N.E.: *Caminhos de Ferro de Lourenço Marques*.

unidade entre diversos setores sociais, que por diferentes razões se opunham ao poder instituído na colônia, à sua ineficácia na "ação civilizatória", à exploração colonial e capitalista, ou aos abusos e corrupções da administração portuguesa.

A leitura de *O Africano* entre 1908 e 1919 revela-nos aspectos importantes da história de Moçambique, num período de profunda crise do sistema imperialista que eclodiu na Primeira Guerra Mundial. Disputado entre o imperialismo inglês e alemão, Moçambique viu-se palco de uma guerra em que foi ameaçada não só a continuidade da dominação portuguesa, como a sua unidade territorial. Estava em perigo a continuidade cultural desenvolvida desde o período de colonização mercantil e a própria existência da emergente burguesia local.

Foi também nesse período que ocorreu a institucionalização dos princípios do Estatuto do Assimilado, em 1917, legislando os critérios definidores do acesso social da camada de indígena à de assimilado. Reduzindo e cerceando as formas de acesso do indígena ao estatuto de assimilado, o Estado colonial não só protegia os interesses e reivindicações dos trabalhadores brancos, exigindo reservas de postos de trabalho com base na cor, conforme a prática dominante na África do Sul, como deixava o conjunto das operações de maior esforço físico para os indígenas africanos, sob as condições do chibalo, aumentando a separação e estratificação entre indígenas e assimilados.

É conhecida a posição que José Albasini tomou na altura da publicação da tal medida legislativa, negando-se a proceder conforme a lei previa para o registro de todos aqueles que quisessem ter o estatuto de assimilado e denunciando a injustiça da lei e o racismo em que assentava, como nesta antologia aparece representada nos artigos "Outra vez! Est modus in rebus..." e "Pitadas de rapé".

Se a imposição da censura durante os anos mais agudos da Primeira Guerra Mundial vai impedir a publicação de inúmeros artigos, na-

turalmente os mais reveladores dos conflitos internos da sociedade colonial, os períodos de abertura vão ser utilizados para desenvolver pugnas jornalísticas em defesa "dos interesses dos naturais de colônia", que por motivos diferentes se aliam em torno dos irmãos Albasini e do Grémio Africano, no jornal que se transforma no de maior circulação em Moçambique.

Unem-se interesses contraditórios da burguesia colonial portuguesa, de funcionários e colonos radicados em Moçambique, operários de diversas origens, em especial portugueses, com os africanos privilegiados e representantes de uma elite e classe média local, que através de *O Africano* vão desenvolver uma luta complexa e reveladora dos conflitos sociais e africanos de Moçambique, assim como dos de ordem regional e internacional.

Bilngüie, em português e ronga, o jornal era vendido entre os mineiros moçambicanos na África do Sul, no interior de Moçambique e seus centros urbanos, desempenhando um papel inegável de consciencialização política e social entre o público africano, seu principal leitor. O jornal *O Africano* torna-se assim num importante instrumento e meio de luta política, exemplar no jornalismo africano da época (será tomado como ponto de referência para jornais unitários africanos editados em Portugal, na década de vinte), e com leitores espalhados não só nas outras colônias portuguesas, como nos Estados Unidos e Caribe, entre comunidades de negros entregues à mesma causa de luta pela libertação social dos africanos.

Para uma compreensão mais pormenorizada do percurso seguido por *O Africano*, procuraremos definir, muito embora em traços grosseiros, o perfil de cada uma das principais pessoas que, no decorrer da sua década de existência, se destacam na condução dos destinos do jornal.

Os irmãos Albasini eram netos de um antigo caçador profissional, comerciante, senhor e traficante de escravos e marfim, tornado vice-cônsul de Portugal na República do Transvaal,



por ter estabelecido relações comerciais favoráveis ao porto de Lourenço Marques, aquando da guerra anglo-bôer, e isolamento no Transvaal dos "holandeses-africanos". O pai dos Albasini era filho de um casamento com uma jovem bôer e casara-se com uma princesa de Maxaquene, de onde nasceram os fundadores de *O Africano* de Lourenço Marques.

Netos de negreiro e filhos de princesa, vão receber uma educação cristã e dentro dos princípios da burguesia liberal portuguesa. João recebe "das mãos de um antigo missionário as primeiras luzes de instrução, que lhe serviu de base aos conhecimentos literários que ele soube adquirir por um estudo espontâneo que tanto ilustrou o seu espírito".<sup>6</sup>

Conhecedores profundos da cultura e língua ronga, escrevendo-a fluentemente (José é o que mais se exprime nessa língua), os irmãos Albasini vão desenvolver uma personalidade cultural ampla e diversificada em raízes históricas e culturais. Particularmente, João irá se transformar numa das figuras de maior cultura da sociedade colonial e acérrimo defensor dos princípios humanitários e africanos.

Se José se conservou como despachante público, João deixou a atividade comercial em 1910 para se tornar encarregado dos trabalhadores indígenas, na Ponte-Cais dos Caminhos de Ferro, procurando amenizar os conflitos que opunham os trabalhadores indígenas, na maioria chibalos, à direção colonial dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. Convivendo com a camada "civilizada" da sociedade colonial, utiliza *O Africano* como meio de contato com os naturais da colônia, como veículo para denúncia de diversas práticas coloniais e para reivindicação de direitos não só dos "assimilados", como da maioria da população colonizada, lutando pela sua instrução e progresso social.

Intelectuais africanos como os Albasini são por vezes estudados como precursores do nacionalismo em Moçambique, ou, para os que avançam com periodizações, como pertencentes à fase do protonacionalismo. Procura-se

então reter as limitações que no seu discurso existem em relação ao que se torna característico no período pós-independência.

Refutamos essas formas de abordagem do discurso histórico, porque desligadas dos acontecimentos e comportamentos nos contextos específicos em que eles ocorreram, e preferimos enveredar pela hipótese de não colocarmos rótulos, como se só certezas tivéssemos a respeito da história do nacionalismo moçambicano.

A procura de uma cultura própria, africana, universalista e enraizada em Moçambique, o aceitar histórico do fato colonial, considerando-o como algo que contribui para o progresso e desenvolvimento econômico e social é condição para a sua posterior autonomia e mesmo independência, constituem aspectos relevantes na caracterização dessa geração de intelectuais do início do século.

Naturalmente que o espírito patriótico que anima essas gerações se encontra condicionado pelo próprio processo da colonização portuguesa em Moçambique. Af, honram os princípios liberais e da república e proclamam-nos defendendo o progresso de Moçambique e lutando contra o racismo, que dividia os homens e impedia o seu normal desenvolvimento.

"Tenho, a meu modo, o culto da Pátria", escrevia Albasini no texto a que já nos reportamos, "Pitadas de rapé".

*(...) Não estarei, nem quero estar no Index dos patriotas esturrados, que dão da Pátria uma idéia de arraial em permanente desordem, ou que acham que a Pátria é caju bom de chupar ou uma gaja boa de explorar: veno-a a meu modo e honro-a como posso, transmitindo-lhe com calor, com sinceridade, aquilo que sinto, dizendo-lhe a verdade.*

E, no mesmo texto, dirigindo-se ao governador geral:

*É tempo de despertarmos, Exmo. Sr.: Portugal nunca terá gente no continente*

para ocupar os vastos domínios seus sem o concurso dos indígenas. Um país que pretende colonizar não tem outro caminho a seguir. Os críticos são amigos de ocasião (...); "feito o saco", vão-se embora; pilhado o que querem, dão pontapés. Contar ao certo só com os nativos; e, para ter sempre defesa contra a usurpação dos tais amigos, espalhar às mãos largas justiça e fraternidade, que virtualizam e enternecem.

*Despertemos* — concluiu Albasini. — A Metrópole abrindo os olhos, tomando conta da situação, que cada vez se complica mais, e nós marchando decididos, cabeça levantada, pisando o nosso solo com a consciência e gravidade de donos, a conquista de um Direito.

Naturalmente que a consciência desse direito por si só não seria suficiente para torná-los donos da sua terra; daí, a necessidade de o conquistar. Também tal consciência não era comum a todos os moçambicanos, mas para isso contribuiu, sem dúvida, a imprensa, de que João Albasini foi timoneiro, bem como o esforço de organização política em que se envolveu ao longo da sua vida, de forma tenaz e persistente.

A consciência nacional não é estática, antes evolui em sínteses sucessivas, não só num sentido diacrônico de acumulação de experiências históricas, como no alargar progressivo da base social nacionalista. Nesse sentido, é natural que sejam as camadas sociais mais ligadas e integradas no sistema econômico colonial aquelas que primeiro sejam nacionalistas e que a mesma consciência só atinja as demais camadas sociais, em particular camponesas, à medida que estas se vão integrando no sistema de exploração colonial, como se foi verificando de forma massiva na década de cinquenta, altura que marca o reinício do moderno nacionalismo, que conduziu à independência nacional.

A forma de organização política que é desenvolvida a partir de 1907, com o Grémio

Africano, mostra também a natureza social de base: um grémio é uma associação de senhores, de proprietários. Os africanos que o constituíam também o eram, muito embora os seus objetivos fossem a promoção social do conjunto dos indígenas, sendo o Grémio o campo privilegiado da sua luta.

Se os ideais do desenvolvimento capitalista e progresso europeu alcançados com a revolução industrial fascinavam os africanos, a crise imperialista e a própria revolução socialista de 1917, e suas implicações na consciência social do movimento operário branco, então em agitas lutas contra as entidades patronais, não deixaram de exercer influência na sua ação política posterior.

Quando a burguesia colonial portuguesa, nas conversações de paz de Londres, vê ameaçado o seu predomínio em Moçambique, devido às pretensões da estratégia sul-africana em transformar Moçambique no seu protetorado da África Oriental (como viria a conseguir em relação à Namíbia), e compra o jornal *O Africano* para realizar uma ação de propaganda política a favor da independência de Moçambique, os irmãos Albasini abandonam o jornal e fundam o novo órgão, *O Brado Africano*.

*O Brado Africano*, afirmando-se como jornal ligado ao Grémio Africano, radicaliza-se em relação a *O Africano*, tornado propriedade dos interesses colonos representados pelo padre Sacramento, e denuncia publicamente a incoerência da reivindicação independentista nele formulada. Independente de Portugal, argumentava *O Brado Africano*, a burguesia colona não tinha defesas quaisquer em relação ao poderio militar da África do Sul, era incapaz de impedir o domínio da expressão cultural inglesa e racista para administrar econômica e politicamente o território.

O soneto com que introduzimos a antologia, "Destino...", extraído do número-programa de *O Brado Africano*, revela-nos alguns dos aspectos contraditórios desse período, normalmente não considerados pelos historiadores que se debruçam sobre a nossa his-

tória, ou literatura, e que argumentam a inexistência de uma expressão literária moçambicana nessa altura.

Embora estilisticamente o soneto possa ser atribuído a uma corrente literária europeia, ou mesmo portuguesa, não deixa de ser sintomático o seu conteúdo, mesmo para quem seja leigo em análises literárias.

Para uma melhor compreensão da antologia, procuraremos caracterizar os principais autores transcritos.

Assinando o seu nome ou o de vários pseudónimos, que se afirmam como personalidades de vários quadrantes políticos e sociais, João Albasini cria figuras literárias, como João das Regras e Chico das Pegas.

As crónicas assinadas por João das Regras são sérias, no bom estilo retórico, impregnadas de epítetos morais e legalismos. O narrador, um velho colono saudosista dos ideais de progresso fermentados aquando da ocupação durante a sua juventude, critica o não-cumprimento de princípios legais, os abusos e corrupções da administração colonial.

Chico das Pegas é um comerciante de gado que abastece a cidade, bonacheirão, bem-humorado, descontraído e perspicaz observador dos costumes da época, que descreve em bela prosa, com raro senso de humor e satirizando as mazelas do colonialismo no dia-a-dia dos seus mais pitorescos aspectos sociais e culturais.

Dando voz literária às figuras típicas da época, mantidas anónimas, João Albasini é um incansável e ativo jornalista e literato, procurando que a sua prosa seja elaborada dentro dos mais eruditos princípios literários portugueses. No seu jornal, no entanto, tanto se escreve para o governador geral, como para tirar da valeta os bêbados.

Muitas outras pessoas intervêm no jornal *O Africano*. Entre estes salienta-se Nyeleti, pseudónimo (significando "estrela" em ronga) utilizado por um operário branco, ativista político nos Portos e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, residente na cidade antes

já de 1897. Após a grande greve ferro-portuária de 1917, é preso e deportado para a Ilha de Moçambique. Apresenta-se como um dos mais acérrimos e lúcidos críticos de diversas situações de discriminação social, exploração colonial e capitalista, embora ainda sob um prisma eurocêntrico. Suas problemáticas eram as dos operários europeus.

O padre José Vicente do Sacramento, durante anos diretor das Escolas Portuguesas para Indígenas no Rand, foi af representante e colaborador de *O Africano*, com o objetivo de utilizá-lo "contra os que em nome de uma religião que pregam (...) desnacionalizam o nosso próprio preto". Divulgando o jornal, considerava que, "à desnacionalização, grande, sempre crescente e assustadora do nosso preto no Rand, *O Africano* tem servido de grande impedimento".<sup>7</sup>

Atuando na redação do jornal durante três meses em 1914, vai sair por incompatibilidade com a orientação do diretor, "em vista da diferença que se estabeleceu entre os nossos modos de ver sobre a orientação de *O Africano*, que, quanto a mim, deveria ser uma única e definida". O conflito abre-se a propósito de um subsídio governamental que o padre queria interdito às escolas de missões protestantes, porque "desnacionalizavam o preto".

*Eu, o que digo* – escreve um ex-aluno do padre, colocando-se ao lado de Albasini –, *é que não me importa que o Governo auxilie os protestantes desprezando os padres portugueses (...) porque em tais escolas só ensinam a ler, escrever e contar, quando a verdade é que nós o que desejamos não é só saber ler, escrever e contar, mas sim escolas onde nos ensinem serviços, trabalho, ofício, para tirarmos proveito da ciência de ler, escrever e contar.*<sup>8</sup>

O padre Sacramento era um ente em Lourenço Marques que, com o dinheiro acumulado no Rand, torna-se proprietário das Loterias da Província, exercendo uma atividade especula-

tiva e decerto lucrativa, numa cidade moldada pelo jogo dos cassinos, bordéis e cabarés, onde se consumia e gastava o ouro e a libra inglesa.

Mais tarde, em 1919, vai ser ele que irá comprar o jornal *O Africano*, para mobilizar a opinião pública africana em favor do seu aventureirismo político da reivindicação da independência.

Entretanto, o Grémio Africano fundara um novo jornal, *O Brado Africano*, que se radicaliza em relação à orientação expressa em *O Africano*, recupera o público sob a direção dos irmãos Albasini e passa a exprimir uma posição de luta em maior ligação com o movimento operário interno e internacional, através de editoriais, comentários e noticiários relacionados. O texto "A onda", com que fechamos a antologia, é um bom exemplo dessa radicalização.

---

#### 4 – A antologia

---

Na antologia de *O Africano*, que organizamos sob os temas "Que progresso colonial?", "Que direitos?", "No país da bebedeira" e "Consciência e luta", os textos selecionados, entre aqueles que revelam melhor caracterização social e beleza literária – alguns dos quais traduções de ronga, feitas no próprio jornal –, são escritos por autores de diversas proveniências sociais, refletindo aspectos diversos da sociedade de então.

Esses temas englobam um conjunto de problemáticas jornalísticas da época, que em *O Africano* são vistas com a ótica crítica dos moçambicanos de então. Devido ao caráter conjuntural de luta com que foram escritos, selecionamos os artigos e textos que, por si sós, pudessem ser significativos e representativos de lutas então desenvolvidas. Procuramos, dessa forma, evitar acumular notas e comentários em cada texto, o que, para o público, poderia tornar-se enfadonho.

O jornal encara a ocupação colonial como um fato historicamente inevitável, em que a

alternativa era ser colônia de ingleses ou de portugueses. A conquista militar não é posta em causa, mas sim as formas que assumiu a colonização portuguesa, em desacordo com os princípios teóricos preconizados por Antônio Enes. Recupera, por diversas vezes, a temática da conquista e dominação militar, não só por a considerar como condição prévia e necessária ao desenvolvimento e progresso da colônia, como para enfatizar a incapacidade do regime colonial em promover e concretizar uma real ação assimilacionista e "civilizatória".

Em "Que progresso colonial?" e "Que direitos?", reunimos alguns textos que caracterizam o saque e as violências da ocupação, bem como a ineficácia e corrupção da administração colonial, aliadas às arbitrariedades dos governantes e colonos.

Nas reivindicações relacionadas com os direitos dos naturais da colônia, o jornal geralmente não coloca em causa a legalidade do regime colonial, mas mostra como, apesar de ela restringir e impor pesados deveres e obrigações aos moçambicanos, a prática quotidiana ultrapassava, em violências e arbitrariedades diversas, os rigores das leis.

A problemática das bebidas alcoólicas, que durante anos galvanizou as atenções de *O Africano*, merece ser considerada em particular, pois desempenhou um papel primordial na economia política da colonização portuguesa.

Diferentemente das outras potências que colonizaram a África, Portugal tinha no vinho o principal produto de exportação para as colônias. Por outro lado, no contexto regional da África Austral, Moçambique constituía um mero reservatório de força de trabalho para as colônias inglesas, em particular para as minas do Rand.

Também diferentemente de outras colônias, Moçambique não tinha a sua economia dependente, de forma única, da potência política colonizadora, antes esta mantinha em muitos aspectos as características coloniais do antigo regime, isto é, taxar as mercadorias e velar pela sua circulação.



A preocupação portuguesa era, pois, criar formas de absorver dos mineiros o ouro e a libra, que obtinham com o seu trabalho migratório. Se o imposto de palhota era a primeira forma de extração direta do dinheiro, o vinho colonial transformou-se no principal mecanismo de extração indireta.

A proibição e destruição sistemática dos alambiques familiares e artesanais foram a condição necessária para impor o consumo do "colonial". A expansão do vinho, associada à exploração da prostituição, para além de ser a principal fonte de lucros dos cantineiros, contribuiu notoriamente para a degradação física e moral da população, já expoliada dos melhores terrenos agrícolas e bens.

Com a ocupação dos férteis vales do Incomati e Limpopo, alguns colonos dedicaram-se à plantação de cana e fabrico do sopé, em concorrência com o vinho colonial. O vinho era um estimulante muito aceite pelos capitalistas para aumentar o rendimento dos trabalhadores.

O jornal se posiciona, desde o início, contra o excesso de bebidas alcoólicas, particularmente o vinho e o sopé, por considerá-las um fator de alienação e degradação social e cultural. Alguns dos textos de maior beleza literária estão agrupados no capítulo que intitula-mos "No país da bebedeira".

Subordinado ao título "Consciência e luta", agrupamos alguns textos que revelam como o jornal encara as problemáticas políticas da época, nomeadamente no que diz respeito à autonomia colonial, ao perigo do predomínio do colonialismo alemão e inglês em Moçambique, à dependência e subordinação desvantajosa de Moçambique à África do Sul e às lutas operárias travadas quer no plano internacional, quer regional ou local.

Os textos, abrangendo dez anos, referem-se a situações conjunturais da política internacional com incidência na colónia e revelam a evolução e limites da consciência do corpo redatorial de *O Africano*, em função de sua posição privilegiada na sociedade. No entanto, acentuam que *O Africano*, sendo órgão político de expressão da camada africana pri-

vilegiada, "em prol dos interesses dos naturais da colónia", tinha a colaboração das diversas camadas sociais de Moçambique, característica essa que procuramos manter nesta antologia.

Foi nossa preocupação seleccionar textos que proporcionem, hoje, através de uma leitura fácil e agradável, o conhecimento das características literárias da época, sem dúvida distintas das dominantes hoje nos nossos meios de informação. Alteramos, no entanto, a grafia da época à actual, para melhor acesso público.\*

Em *O Africano* sobressai, a par da utilização sofisticada e erudita da língua e estilo portugueses, recheado de expressões latinas e francesas, a preocupação de recuperar a linguagem popular falada no dia-a-dia das cantinas, esquinas, bazares e oficinas, moçambicanizando a língua portuguesa com elementos de origem banta.

Nesse sentido, *O Africano* constitui-se como vanguarda de um emergente estilo literário moçambicano, cujas raízes irão ser sufocadas, em particular na década de vinte, com a imposição dos princípios do Estatuto do Assimilado, que agiu de forma coerciva no sentido de impor a língua portuguesa da metrópole como padrão. Somente nos fins da década de quarenta, na emergência do moderno nacionalismo, é que a moçambicanização da língua portuguesa volta a ganhar o estatuto literário, em particular em *O Brado Africano*.

Com esta publicação, esperamos contribuir para uma reflexão crítica acerca desse rico e pouco conhecido período da história e literatura moçambicanas, de forma a torná-lo acessível a um público mais amplo e instrumento de apoio didático aos professores e estudantes. Desejamos que seja um ponto de partida suscitador de muitas interrogações e dúvidas que possam ser aprofundadas por cada um, com o método necessário.

(\* ) N.E.: Tanto quanto possível, evitamos interferir nos textos coligidos. No entanto, em virtude de, talvez, problemas datilográficos do original, foram necessárias pequenas adaptações quanto à acentuação e à pontuação para melhor compreensão de algumas passagens dos textos.

## 'O Africano' — Antologia

## I — QUE PROGRESSO COLONIAL?

Carta de um indígena<sup>9</sup>

Ilmo. e Exmo. Sr. Secretário dos Negócios Indígenas,

Quando em 1895 nós, os indígenas do distrito de Inhambane, ajudamos as tropas do Governo a combater as hostes de Gungunhana, abrindo estradas, limpando rios, construindo acampamentos, carregando armamento, munições, víveres e, ainda, combatendo ao lado dessas tropas, sem atender que nos batíamos por um povo que nos tinha conquistado, a quem não devíamos favores de espécie alguma, que mal conhecíamos e a quem não amávamos, contra irmãos nossos de raça, cor e costumes, foi na esperança de que, uma vez estabelecida a paz, nós gozaríamos em sossego no seio das nossas famílias os privilégios concedidos e a que têm direito todos os cidadãos portugueses.

Era de esperar que, governadas e administradas por brancos — instruídos e civilizados —, as nossas terras progredissem e prosperassem.

Iam construir caminho de ferro, dizia-se; limpar rios, abrir estradas e escolas, compilar leis que nos protegessem; e, como para tudo isso era necessário dinheiro, pagaríamos, de futuro, meia libra ou 2.500 réis de imposto de palhota, o que daria uma receita total de mais de 300 contos de réis...

Isso foi há bons quinze anos!

De então para cá, nada mudou.

É certo que se abriram estradas, se limpam rios, mas estes trabalhos foram feitos por nós "de graça"; não devemos, pois, ao Governo esses melhoramentos, os quais, diga-se de passagem, aproveitam somente aos brancos aqui residentes.

Quanto a leis... a não ser a do aumento do imposto de palhota primeiramente a 4.700 réis e agora a 5.200 réis, não conhecemos mais nenhuma.

Há uns códigos de "milandos", inhambanenses, que não são mais do que algumas leis indígenas (em vigor no tempo do Gungunhana) deturpadas, mal-interpretadas e compiladas por indivíduos que se gabavam de conhecer o meio indígena, o que não creio, e que por certo fogem envergonhados da paternidade de tais abortos.

Num desses, por exemplo, vem aproximadamente o seguinte: "O indígena que tiver relações com a mulher do outro pagará £ 3.0.0 de 'Godet' como indemnização ao marido", etc.

Ora, este "Godet", que eles querem que seja uma palavra de língua indígena, mas que pela terminação mais parece francesa (pela semelhança que tem com uma palavra também francesa adaptada a um objeto que se costuma ter no quarto de cama), é nem mais nem menos do que o "God", que é o nome que se dá aqui à multa aplicada em tais casos.

Escusado será dizer que essa lei, que é muito justa e razoável entre pretos do mato (para quem foi feita), tem efeitos contraproducentes entre os indígenas que tenham sido beneficiados (ia escrever viciados) por uma tintura de civilização. Alguns fazem dessa lei modo de vida!

Exa, dizem-me que a justiça entre os brancos é representada de olhos vendados e de espada na mão. A meu ver, ela nunca podia ser tão bem representada aqui.

Cega, absolutamente cega, porque as pessoas encarregadas de a administrar não têm, com raras exceções, a prática, nem o conhecimento do meio onde ela tem de ser aplicada.

É de espada, uma grande espada, muito grande, e sobretudo, muito afiada, com que os "juízes" costumam fazer a barba nas horas vagas e que costumam fazer justiça nas horas pagas.

Exa., é necessário, é absolutamente preciso, é urgente, que nos façam justiça, mas não com leis cafreais, porque isso até dá uma idéia pouco lisonjeira da inteligência dos brancos; mas com leis sábias, aplicadas e aplicáveis ao meio a que se destinam, o que até hoje se não fez.

O preto, ainda o mais selvagem, tem a noção exacta do que é justiça; curva-se ao castigo, quando sabe que é merecido, mas revolta-se quando é castigado injustamente.

Hoje, ainda se emprega o sistema de prender o filho quando o pai criminoso fugiu, ou o irmão, ou um parente qualquer. Se os brancos civilizados, instruídos, com uma religião, não têm outra maneira mais humanitária de a fazerem, estou em dizer que nada ganhamos com a troca: que volte pois o Gungunhana!

Que beneficio tem o indígena recebido do Governo? Que destino levam 700 contos de réis que os indígenas deste distrito pagam ao Governo, fora o trabalho "gratuito" que são compelidos a fazer? Tem o Governo protegido a agricultura dos indígenas? Tem aberto escolas? Não!

O Governo português, como o Gungunhana, tem-se limitado a cobrar impostos.

Sempre que, por necessidade de domínio e conquista ou para sufocar revoltas que eles não provocaram, o Governo tem enviado aqui as suas tropas a varar alguns milhares de negros e a regar bem de sangue este torrão, é pesarosamente de olhos baixos, com o ar de quem cumpre um doloroso dever em nome da civilização e da religião.

Fá-lo para catequizar e instruir estes selvagens...

Senhores da Governança!

Façam alguma coisa neste sentido para que lhes não chamem hipócritas e para que se não faça o juízo vexatório de que as colónias portuguesas de África só servem para se cobrar o imposto e impingir o vinho colonial!

Exa., recomendo-lhe um livro que um missionário Inglês me emprestou e que eu estou lendo: *The natives of South Africa*.<sup>10</sup> Por ele, V. Exa. verá como nas colónias inglesas se

trata de instruir o indígena, como em 1898 havia na colônia do Cabo 79.749 crianças indígenas nas escolas e o governo gastou em instrução mais de 41.000 libras. No mesmo livro V. Exa. verá que os indígenas empregados no Natal, na abertura e construção de estradas, recebem 15 shillings por mês!

No próximo número farei várias transcrições do dito livro, não para V. Exa., mas para o público português saber como nas colónias estrangeiras se administra o indígena.

Inhambane, Fevereiro de 1910

De V. Exa.

Fafun<sup>11</sup>

Um senador!<sup>12</sup>

Na Roma dissoluta, na Roma dos Césares... – mas, perdão, não se trata de povos e civilizações já mortas – é de coisa dos nossos tempos, de há dias.

No Consulado do Sr. Dom Fuas<sup>13</sup> apareceu uma formidável guedelha, assaz casposa, que se tornou notada. A guedelha passeava com S. Exa. Era tenor? Era músico o das melenas? Era apenas doutorada na ciência de Galeno<sup>14</sup> a guedelhuda cabeça que assentava, por convicções e identificação, em um corpo de Senador de Portugal.

Ao que vinha o mágico capiloso? Injectar de soro novo no gasto organismo da Província? Insuflar vida nova, saúde, vigor?

Como pilar das Instituições viria o Senador ilustre dar umas tinturas de legislação e colher elementos para traçar em mão perita a rota que houvesse de seguir esta nau das tormentas?

Ao que vinha a senatorial gaforina, que passeava meditando de braço dado com Dom Fuas?

Sua Exa. passeava cogitando, certamente em graves problemas de administração, apoio ao poderoso amigo...

À força de não compreender aquele ser misterioso, acabei por bater na testa: S. Exa. era um gênio viajando incógnito! – Assim o fantasiei, assim o tolerou a minha esquentada e visionária imaginação.

Um dia, porém, o ídolo das minhas semi-perlimpimpescas lucubrações revelou-se-me apenas Senador autêntico, engajador de pretos para S. Tomé e senhor de uma cabeleira e moral sebatas!...

Ora sebo!...

De gaforina casposa e ar de Catão o que o sujeito era afinal era um grande gajo – como se diz em calão. Com aqueles ares de gênio incompreendido, tratava-se apenas de iludidor de pretos e iludindo a fiscalização, levar, estabelecer a emigração para a Ilha do Príncipe, contra a expressa determinação da Lei, que prosbe a emigração para aquela ilha, onde grassa a doença do sono!

É como se sabe:

Foram encontrados a bordo do “África” 40 pretos que seguiam clandestinamente para o Príncipe!

Ora o Senador!

Mas o meu herói torna-se agora cada vez mais romântico...

Depois da descoberta do feito que honra o país que tem tais senadores, o meu herói, com as lágrimas nos olhos, apertou ao peito amigo o Fuas correligionário e... quanto a esperar pelo beberete, disse que não tomava nada. Preferiu, à glória do renome que lhe havia de render o joguinho descarado, o movimento silencioso e significativo de... “passar as palhetas” nos carris bem enebados do S.A.R.!<sup>15</sup>

O recurso dos valentes ainda é... um wagon cômodo a caminho da Europa...

Aguardemos agora o que S. Exa. dirá no Senado, nesse seio Augusto onde piam os Pais da Pátria. Colando ao lombo da humanidade deveres, leis, coisas que têm o superior valor

de ser subscritas pelo punho de Senadores negreiros.

Viva a pândega... e mais aquilo que sabemos...

*Chico das Pegas*

**Data memorável<sup>16</sup>**

14 de Outubro de 1894.<sup>17</sup>

Fez na sexta-feira 21 anos que era domingo... por muito extraordinário que pareça, pois catorze d’Outubro era sexta-feira!

Pois é verdade! Vinte e um anos passados sobre aquela tragédia sangrenta da morte da filha do funileiro, ao quilómetro 2 da linha.

Tudo quanto reminiscências antigas nos dizem é que era domingo e havíamos ido tomar banho à encosta do Machaquene – onde mais tarde se instalou a primeira máquina da Companhia das Águas – com a respectiva *Kropatchek*, cartucheira, e outros matadores e... 18 anos.

Era comandante dos “Bombeiros Voluntários Canto e Castro” o cidadão Fortunato Cági, como se diria hoje... Governava a Província Fernando de Magalhães, chamado a toda a pressa de Moçambique.

O Quartel da Polícia, com o seu comandante Roque de Aguiar, mantinha a disciplina e era força para se contar com ela.

Caçadores 3 e 4<sup>18</sup> e outros subsidiários vindos da Costa guarneciam os *block-houses*: quartel-general no alto do Cemitério.

Havia muito voluntário – mas havia muitíssimo mais genebra e conhaque *Henessey* (ao tempo não se conheciam o *Macieira*, o *Bicana* e outros confortantes).

Ah! tempos, tempos!...

Por volta das nove da manhã, frescos do banho tomado lá tão longe, e tendo conseguido – oh deleite! – infringir as normas rigorosas de não *sair fora das linhas de defesa* (um arame idiota que circundava a cidade sem guarnições



e apenas mantido por aviso distribuído e colado profusamente!), conseguíramos entrar no Hospital a visitar amigos que a doença e a *medonite* retinham na cama a gemer, quando, segundo o louvável costume daquela época, soou um tiro lá longe e cornetas se ouviram retinindo ordens aflitivas, tocando a unir célere... Pai da vida! era mais uma manhã de *pavorosa!*<sup>19</sup>

Na enfermaria entrou um empregado enfiado de susto: S. Exa. o Diretor mandava dizer que quem pudesse andar por seu pé que se *tingasse*<sup>20</sup> para a cidade e quem apenas só pudesse arrastar-se fosse para o primeiro andar de Secretaria. E então foi ver...

Na Travessa de S. Pedro, hoje Rua F. Ferrer, fomo-nos juntar a outros valentes. Chegamos tarde – que ferro! – para a glória de sair para a linha de fogo, lá no alto da Polícia, onde se ouvia a fuzilaria.

Ficamos ali, interceptada a saída, em boa companhia. Comandava o Câmara (Alvaro Tristão da Câmara Jr.); estava lá o malogrado farmacêutico Costa Veiga, que um outro Outubro havia de endoidecer.

O nosso comandante, esse brilhava à sua vistosa farda na boa companhia da Miss Famy, pagando *whiskeys* no *Central* do Carpenter.

(...)

É certo que não cometemos heroicidades, nem o facto de se ter estado numa barricada era então título de recompensa ou glória, como sucedeu subsequenteemente; mas, também, estamos limpos de manchas de sangue... graças a Deus.

Vinte e um anos passados! Do nosso grupo, aquele grupo que à tarde conseguiu ludibriar a vigilância e sair para ir ver os estragos das nossas armas, quantos vivem ainda?

Tempo, Tempo!

Um episódio nos lembra [o] que as fúrias do populacho – não sempre o mesmo – deixou [de] explicar então, mas que convém esclare-

cer agora, muito embora isto já não aproveite a ninguém.

De manhã, cerca das 10 horas, haviam saído, com autorização superior, alguns estrangeiros armados, a cavalo: o filho do Macintosh, o Eugene Herzog e outros.

Herzog levava consigo um preto vestido de guerreiro cafre, zagaia etc. Este preto era meio doido, muito conhecido no Machaquene, e era criado de Herzog. Todos o viram sair, aos pulos, entoando cânticos guerreiros atrás dos patrões, que trotavam, pântano afora, diretos ao Quartel do Maé.

Ora, sucedeu que, lá pela tarde, veio o comboio blindado – voluntários do C.F.L.M. – trazendo para a estação um preto já a escorrer sangue, que fora encontrado agachado em *atitude de espião*, ali no K.2.

Ele meio *matias*, tonto, tonto de tanta pancada, cada vez se exacerbava mais na febre dos cânticos de guerra...

Não lhe perguntavam senão pelo Zixaxa, pelo Mahazula, pelas hordas de negros atrevidos, coisas de que ele não sabia... Pudera, se ele saía com o patrão da cidade!...

Como sucedera aquilo? Facilmente:

Levado pela sede de sangue, vendo a *nuvem das mangas de landins que a metralha varria* a um quilómetro, sentiu ímpetos de saltar a vedação e correr de zagaia alta no intuito de a cravar no peito inimigo.

Depois, à falta de inimigo em quem cavar a sua fúria belicosa, por lá se entreteve em arrombar as cantinas abandonadas e a bebericar aguardente de Hamburgo – e vinho *Santo António Colonial*, que começava a aparecer – na plena liberdade de um dia ser senhor de vários *shitols*<sup>21</sup> para beber, beber muito, sem pagar vintém.

Depois... naturalmente cambaleando, foi andando à mercê do álcool, até que foi preso como espião... espancado, encarcerado e altas horas da noite levado para bordo da *Rainha de Portugal*,<sup>22</sup> onde as más línguas diziam que *fundearam ele arreado pelo pescoço*... Brr!

O Herzog, honra lhe seja, tentou ainda aclarar o caso, mas recuou ante a obstinada afirmação de que, sim, era espião do Nwangudywena, régulo da Moamba!...

Enfim, de vítimas está a terra bem adubada e o mar também...

Lembrando a data em que o esforço, a boa vontade, a dedicação de meia dúzia de elementos conseguiram manter íntegra a dignidade nacional, prestamos uma justa homenagem aos homens de então e às vítimas do dever, que não foram poucas.

*João das Regras*

### Correspondência de Inhambane<sup>23</sup>

...Eram três horas da tarde, quando às portas da administração de... entrei, e à secretária estava sentado o amanuense, ocupado na "papelosa" dos correios, cujos mapas devia enviar na mala daquele dia. A cor amarela do seu rosto indicava que as febres lhe andavam pelos ossos e que o paludismo minava o seu arcaboiço decaído.

Perguntei pelo sr. administrador, pois um caso urgente me trazia ali, e precisava muito falar-lhe.

- Administrador não está, foi para a vila e não sei quando voltará...

- Então o sr. está aqui sozinho entregue com o serviço da administração?

- Sim, senhor - respondeu -, e, mesmo às vezes cheio de febres, tenho de vir para aqui aturar os pretos, e aturar continuamente o maldito telefone, que não me deixa fazer nada no serviço da administração.

- É verdade, já que falou em telefone, eu preciso enviar urgentemente para Lourenço Marques um telegrama.

- Vou ver se os senhores de Inhambane me atendem, pois às vezes parecem que estão a brincar com a humanidade, e pouco se importam que eu escangalhe o telefone dando à manivela horas e horas.

Começou pois o desgraçado do amanuense a dar à manivela tempos esquecidos; tive de intervir, pois temia que aquela caranguejola lá ficasse escangalhada.

- Deixe lá o "canudo", homem, senão isto fica feito em frangalhos; espere um pouco que talvez os homens estejam a tomar chá!

- Qual chá, nem carapuça; aquilo é de propósito para me arreliar; não sei que diabo fazem os empregados do correio da vila, e o que digo dos correios digo dos telégrafos, pois é um castigo para me atenderem sempre, e eu que tenho mais o que fazer do que estar agarado ao "canudo"; dá-me vontade de fazer em pedaços esta geringonça, que parece dos tempos Afonsinos,<sup>24</sup> porque a gente no lugar de ouvir uma voz humana ouve rodados de carreta, trovões, peças de artilharia... eu sei lá o quê!...

O pobre amanuense deixou desesperado a manivela e sentou-se; eu fiz o mesmo, e para matarmos o tempo começamos a falar sobre coisas fúteis, pois eu precisava de me ir embora e ele tinha o seu serviço; mas eu tinha de esperar pelo maldito telefone a ver se transmitiam o telegrama; aliás, teria de mandar um portador com ele até Inhambane.

"Olhe, isto é uma pândega; eu estou a fazer serviço que não me compete e ainda por cima todas as culpas caem para cima de mim quando há qualquer coisa em que me possam pegar.

"Isto anda tudo à matroca; as cartas andam por esse mato fora, de administração em administração, sem chegarem às mãos dos donos, e após mil caminhos, se ele tiver a felicidade de as ver ainda, anda com sorte. Quer saber uma bonita?... Um telegrama enviado para a Zambézia pelo Cabo Submarino há 4 meses ainda não chegou ao seu destino!

"Veja lá que paródia! Um desgraçado manda um telegrama urgente, esportula os 'cunquibus',<sup>25</sup> que ainda não são tão poucos, e fica com a certeza de ele ter chegado ao seu destino. Quando passados 4 meses, depois de em carta falar para o destinatário do telegrama, é que sabe que ele não foi entregue! Um homem

pede providências; vai ter com o chefe dessa 'coisa' a que chamam correios e telégrafos e a resposta que recebe é que se vai investigar quem seria o culpado, pois que o 'Estado não é responsável pela demora e extravio de telegramas', que é o que reza o cabeçalho dos impressos para telegrama. Mas espere ali, que vou ver se de Inhambane me atendem..."

Agarrou-se de novo o amanuense à manivela, aquilo parecia uma dobadoira, e parece-me que, se houvesse um morto na estação telegráfica, tinha acordado... Mas, nada, ninguém respondeu!...

- É demais! Como vê o senhor, isto é sempre assim, um caos, uma pouca-vergonha; há telegramas que levam mais tempo aqui a chegar do que uma carta levada por um preto, que vem com toda a pachorra por aí afora e que sempre faz a sua demora nas povoações para beber uma litrada de "sope"...

Neste momento chegaram os cipais com uma mulher presa; trazia a cara ensanguentada, e os braços cheios de dentadas, que uma outra lhe dera no auge duma furiosa bebedeira.

"Olhe, isto é todos os dias assim e vá que já se correu com o bazar de 'sope' cá ao pé da administração. Antes era uma desgraça, pois até os cipaios apareciam bêbados diante de nós, e não havia meio de os conter na ordem."

- Mas, perguntei eu, quem foi o maduro que autorizou a venda do "sope" aqui mesmo na administração?

Esse "estadista" não via que isto era um foco de imoralidade para todos, e que as próprias autoridades pareciam aprovar o vício da bebedeira, estabelecendo os bazares aqui na sede da administração?

- Eles, os que mandam, é que fizeram isso; então, não sabe que isso tem sido uma pândega?

Recorda-se da fome do ano passado, não é verdade? - todos clamavam por aí que havia pretos a morrer e as autoridades foram as últimas a mexer-se; os telegramas ferviam de um lado para o outro, e entretanto os pretos

que esperassem porque a pele era elástica. Eu andava no arrolamento,<sup>26</sup> e confrangia-se-me o coração das cenas horripilantes que vi: cadáveres por todos os lados; esqueletos ambulantes, crianças abandonadas; povoações inteiras dizimadas etc., etc. Eu ainda hoje me horrorizo ao lembrar-me disso.

Comuniquei ao administrador o que via e ele respondeu-me que não devia ser tanto como eu dizia... Agora aí tem o arrolamento deste ano... Metade da população há 3 anos para cá desapareceu da área da circunscrição.

- Mas seriam tantas as vítimas da fome nesta circunscrição que metade da população ficasse dizimada?

Eu lhe conto: as vítimas da fome são calculadas em "3.500" mas devem ser mais, pois, como sabe, os régulos foram chamados para dizerem os que morreram à fome, e eles lá disseram os que sabiam, porém deve saber que eles não contaram as crianças que foram vítimas desse flagelo; portanto, as mortes deviam ser muito mais.

Como vê, a população que falta nem toda morreu, muitos emigraram para outras terras em procura de mantimentos e por lá ficaram. Mas eu acho que o preto tem mais ou menos amor à terra em que nasceu e, portanto, isto tarde ou cedo virá a repovoar-se.

- Olhe, eu conheço há muitos anos África, e conheço algumas coisas dos costumes dos pretos, e o que os prende à terra onde nasceram são os terrenos mais férteis e sobretudo que produzem pastagens para seus gados.

Como eles não têm actualmente gado de espécie alguma, tanto lhes dá estar aqui ou acolá!

Não sei se sabe que a "célebre" doença do gado, inventada por não sei quem, foi a maior pouca-vergonha e roubalheira que eu tenho visto em África.

Na administração, onde estava nesta ocasião, eu vi vender bois feitos a libra e meia, e

as crias eram de graça! Quem fazia o preço não era o vendedor mas sim o comprador e o administrador.

Aquilo foi uma infame roubalheira! O preto tinha mais criações de outras espécies de gados, mas, temendo que lhes fizessem o que fizeram aos bois, comeram tudo, e fizeram muito bem, pois era possível inventar-se mais uma doença.

Neste momento, chamaram ao telefone e o amanuense foi atender – foi nessa ocasião transmitido o meu telegrama! Estive perto de três horas à espera que ele fosse transmitido!

Era tarde, e tinha de seguir o meu destino. Cá fora, sentada no chão, tinha uma multidão de pretos que parecia esperar ordens de alguém; perguntei ainda ao amanuense o que faziam ali aqueles pretos.

– Eu não lhe disse já que isto é uma pândega?...

Estão para aí há seis dias e mais, à espera do administrador para resolver uns milandos, mas, como ele não vem, eles para aí estão com a paciência que lhes é peculiar. É o que vê! – estamos no fim do ano e a cobrança por fazer; eu é que paro aqui todo o dia: o secretário está doente; o administrador anda em bolandas porque não quer ficar aqui, quer ir para outra parte; e, como ele espera isso, não está para se ralar. Outros que se agüentem com língua de palmo, quer chova, quer troveje...

Despedi-me do sr. amanuense, agradecendo-lhe interiormente por me ter dado ensejo para uma correspondência. Cá fora, na alameda da administração, o moleque do administrador, cambaleando, tal era a bebedeira, assobiava a “Portuguesa”.<sup>27</sup>

Heróis do mar, nobre povo  
nação valente e imortal  
levantai.. etc., etc.

Júpiter.

## II – QUE DIREITOS?

### Manhiça<sup>28</sup>

Sr. Director de *O Africano*.

V. sabe que os mulungos, quando andam na cobrança do imposto de palhota, nos obrigam a pagar por qualquer palhota, ainda que não esteja coberta (completa), a taxa devida?

Eles mulungos, ainda que nós protestemos apresentando razões tais como de ser uma palhota em construção onde não durma ninguém, não atendem ninguém e apenas dizem que se a palhota não está pronta já devia estar, ainda que façamos ver que por falta de dinheiro não pudemos concluir a obra. Não se importam com as desculpas, as explicações. O que dizem é que já devia estar pronta; que aquele estado da palhota é uma manha nossa, um artifício para canganhar o mulungo. E nós somos forçados a pagar... pelo defeito de não ter dinheiro para concluir uma obra – o imposto de uma palhota que não nos serve por enquanto.

Eu, Sr. do jornal, o que estranho e reparo e digo é isto: Então por que é que a casa do Governo, na Circunscrição de Manhiça, está por concluir há quatro anos?

Então os nossos governantes querem fazer-nos compreender que neles ninguém manda, que não devem obediência a ninguém?

Se fosse com um preto como eu, já há muito teriam se lembrado de mim e obrigavam-me a concluir ou a pagar como se concluída estivesse já.

Ai! muito custa a gente nascer preto!

Mas porque é que se não conclui uma casa que é do Governo? Não tem dinheiro? Então o Governo também tem falta de dinheiro?...

Não divulgue o meu nome, porque eu não quero questões, apenas quis perguntar por curiosidade...

F.



Coisas de Inhambane<sup>29</sup>

Fitas de cinema...

Agonizava o último raio de sol arreando as nuvens que pairavam sobre os imensos tandos de Chicomo. Hora triste em que a fantasia nos avassala o espírito e um halo de melancolia e saudade envolve as coisas.

Um cavaleiro andante, homenzinho atarracado, faces médias e vermelhas, olhos envidraçados e chapéu de pescador de Setúbal, seguido por dois negros de cofió encarnado, caminhava lentamente.

Após duas horas de caminho, chegara ao alto de uma colina onde se avistavam grandes culturas de milho, tenras e verdejantes, salientando-se entre elas “pequenas barracas que os indígenas agricultores utilizavam apenas para nelas se abrigarem durante as horas de calor e vigir”. O cavaleiro andante parara.

“Jáci”, exclamou, “eu já escrevi os palhotas deste gente?”

“Senhor”, respondeu o negro, “humildemente, isto não são palhotas; ali não vive gente; é só para guardar as machambas.”

“Lembra-te, Jáci” – regougou colericamente o cavaleiro andante –, “lembra-te que eu sou o relâmpago. Sabes o que é o relâmpago? O relâmpago é isto:” – e, desmontando lesto, pregou uma tarefa no preto!

“São ou não são palhotas?”

“São, senhor, são, senhor...”

“Então, por que disseste que não eram? – Tinha esquecido, senhor”, gemeu Jáci.

Mandou, então, proceder à contagem dessas pequenas *palhotas*, cujos alicerces de “macuti” tremiam sob a branda aragem do crepúsculo.

Pouco depois apareceu Jáci trazendo triunfalmente nas mãos uma pequena corda cheia de nós, que entregou ao cavaleiro andante.

Este contou – um sorriso de contentamento iluminou-lhe o rosto: “Duzentas, Jáci, duzentas palhotas. Vês, patife, como o preto rouba o Governo? Eram duzentas libras que se perdiam. Não há mais?”

“Noutros sítios há, senhor, mas os outros brancos não contavam *estes palhotas*, por isso meu coração não podia falar e eu levou *pancada de graça*.”

“Mau, mau Jáci. Os outros brancos não zelam os interesses do Governo; eu sou feito doutra massa, e por isso amanhã iremos contar as outras palhotas (...)”

Chegaram as bagagens do cavaleiro andante e logo foi armada a sua tenda.

Numa tosca e sebenta mesa de pinho colocou o cavaleiro um gramofone, que pouco depois entoava a *Traviata* sob a doce palidez das primeiras estrelas que nasciam!

Em redor, campos e gados descansavam naquela imobilidade de quem não tem na vida outro destino além do de se deixar pisar e matar!

Dias depois, recolhia o cavaleiro andante ao seu palácio de Chicomo.

Foi submissamente saudado pelos seus vassalos, entre os quais se destacavam um branco, homem alto, esguio e loiro, a quem o cavaleiro andante disse, radiante, após os cumprimentos: “Mais quatro mil palhotas, amigo! Que bela percentagem e como o governo vai ficar contente! E note, meu amigo, que não arrolei as palhotas dos cabritos! Estes pretos são uns grandes ladrões!”

“Lá isso são, senhor administrador” – respondeu o branco, homem alto, esguio e loiro.

*Virgílio Coimbra*

Inhambane, 27.12.914

## Indemnização de palhotas<sup>30</sup>

### No Xai-Xai.

O Governo é senhor de uma preciosa lei pela qual são obrigados todos os concessionários, de "comum acordo" com os indígenas residentes na concessão e que queiram sair dela, a pagar-lhes libra e meia por palhota vulgar, sem violências nem barulho.

O Governo é igualmente senhor de uma Estação Experimental no Xai-Xai que foi instalada num sítio onde havia justamente muitas palhotas.

O Governo, porém, que põe e dispõe – pelo verbo precioso da sua Inspeção de Fazenda – dos destinos pecuniários dos povos, começou a fazer negações quanto a pagar para os indígenas se mudarem do local escolhido no Xai-Xai.

Pagar? Ora essa! Então era preciso pagar? O Governo também?...

E fez-se um processo devidamente numerado, com os respectivos autos de recebimento e entrega e sobre a indemnização desenvolveu-se complicada chicana, sujou-se imenso papel com larachas em que vieram naturalmente à baila Proudhom sobre a teoria da propriedade, Allan Kardec sobre o adejamento dos espíritos na pinha dos governos, Pedro Kropotkine sobre a conquista do pão, Max Nordeau e as suas mentiras convencionais, Máximo Gorki, Tolstoi, o Kaizer e a imperatriz Maria Eugénia.

Só esqueceu citar Gungunhana, que quando prometia dava – quer fosse um boi, quer fosse uma zagaiaada...

Enfim, no chicanfssimo processo "dizem-se coisas que são mesmo um pasmo" sobre a teoria da vida; e naturalissimamente fala-se muito de patriotismo e da prioridade de filiação nas hostes avançadas, na Sarah de Mattos e nos adiantamentos da Casa Real! E os pretos à espera da "massa" prometida, lá longe, em Gaza.

A folhas tantas, promoveu o douto tencionante que libra e meia por palhota era taxa só para exigir aos "paisanas", mas que o Estado não

"embarcava nesse bote"..., porém que o Estado havia de pagar – quando e quanto não disse.

E o homem da promessa aos pretos lá no Xai-Xai arregalando cada vez mais os enormes olhos enfiado: "Mas quem me mandou ser tanso?..." E a Secretaria dos Negócios Indígenas "vunva que vunva na varruga da vurra" e ela, moita carrasco!

(...)

Os pretos ainda lá estão de cócoras à porta do "mulungo" da Estação Experimental, no Xai-Xai, à espera de ver cumprir, pela primeira vez, uma promessa sem meter "milandós".

Debalde. Já está no auge! Fervilha a papelosa...

Na grata ocupação de esperar, sempre que o "mulungo" assoma à janela ou transpõe a porta da casa, logo se erguem braços respeitosos: bayete! – E luzem os olhos esperançados: "Ai rica garrafa de 'sope'; é agora o momento..."

Mas pelo vale fertilíssimo do Limpopo ecoa de "mahala" a vozearia dos narros dando "bayetes"; o rio corre tranquilo... Depois como o "mulungo" lhes fala na virtude da mansidão e da paciência e lhes lê estrofes de Camões sobre a coragem dos Albuquerque terribles, e lhes mostra, em frente, como é bonito ver no prado pachorrentos bois lavrando, eles lá se aquietam, resmungando que aquele "disco" já é estafado; fungam rapé e esperam. Lá estão e lá estarão. Alguns já têm filhos; netos virão a ter porque tudo pode "assuceder", menos arrancar da Fazenda o cumprimento de uma promessa trocada em dinheiro, "indas" que o céu crie batatas.

E é caso para dizer ao bem-intencionado que se comprometeu com os pretos: "Agora agarra lá essa vaca...", diz-se que "já começa a sentir vergonha dos pretos, que noite e dia estão de cócoras à porta do Sr. Director da Estação Experimental para lhe dar os 'bayetes' e perguntar-lhe por 'aquela coisinha'..." e que não saem de lá.

Sempre estão c'uma febre...

Olhem que se não se abaixam vêm af as "tí-nembas"<sup>31</sup> e se não apresentam a libra vão esperar jungidos a alguma charrua por falta de pagamento de imposto.

E agora então que o que querem loirinho<sup>32</sup> ou 7\$000 réis – É "canja"... E que só vocês não devem faltar às promessas...

*Chico das Pegas*

Modus vivendi...<sup>33</sup>

Um indígena de nome Massinhana, da Circunscção do Sabié, regressado há poucos dias do John, conta, da sua estada lá, coisas que já a ninguém consegue petrificar d'assombro...

Mas o que está fora do programa e de todas as eventualidades previstas quando se trate de tal cambada é a forma carinhosa como foram tratados, ele e os seus companheiros, que do "John" vieram em Caminho de Ferro com o seu bilhete tirado até Ressano Garcia.

Num ermo qualquer antes de Waterwall Boven, porque a via estava interrompida, os pretos foram despejados à linha, mandados ir para suas casas (kaia do wenes – como dizem os nossos colonos)... como melhor soubessem e pudessem.

Ninguém se preocupou mesmo com esta coisa insignificante e humana: indicar-lhes onde passava mais perto um riacho onde beber, nem em lhes explicar os meios de defesa necessários para se livrarem de bichos que comem gente ou cantina onde comprar mantimentos para se livrarem da fome que gente mata.

Nada d'isso: posto à beira de um caminho, o comboio desandou aos penates. Era ao cair da noite.

Os infelizes, súbditos de Portugal generoso – que está pronto para todos os benefícios para usufruto de estranhos –, viram-se sós no deserto solitário, sem alimentos e sem meios

de transporte – a não ser aquela conhecida via ordinária que já foi usada por Adão...

E todavia haviam pago as suas passagens...

Disse-nos o narro que desembarcara rigosamente bem posto no descampado: com botas mirabolantes, tauxeadas, de ventas rombas, a que o vulgo chama *bate-estacas*, e que um judeu astuto, de nariz adunco e sórdido como a própria sordidez, lhe havia vendido por £ 1.10,0 em bom ouro.

Tinha enfiado uns calções de *Jockey*, com polainas de papelão, muito vistosas, vendidas como pele de porco; no dorso envergava uma rica pelica de príncipe russo, paga a peso de ouro; na mão ostentava um estranho objecto com campainha, apito e guizos, objecto que se abria ao comprimir duma mola e armava em chapéu de sol ou chuva coberto com um paninho de vintém a jarda, tingido muito democraticamente de encarnado e verde; pelo corpo vários penduricalhos se amontoavam, cruzavam e entrelaçavam, fazendo lembrar um cabide de pau preto onde em dia de entrudo as máscaras houvessem pendurado toda a sorte de quinquilharias e lantejoulas com que se enfeitassem para a folia estúpida do dia. No alto da cabeça equilibrava um capacete militar – que o judeu jurou haver pertencido a Lord Roberts no tempo da guerra.

Assim equipado, o *magaiça* – e como ele os outros – havia posto o pé no tal deserto com um montão de bagagens, bicicletas, máquinas de escrever, gramofones, gaitas e o inseparável harmónio.

O calor era asfixiante, prenúncio de chuva – eles, indecisos, não sabiam o que fazer no meio de tanto *khombo* (desgraça).

Com este material todo a transportar, os *jinotas óltramarios*, a estoirar de chiquismo e elegância, viam-se embaraçados! Não tinham contado com este contratempo de os *mulungos* receberem dinheiro por um serviço que não fizessem...

Cada um deles por certo se lembrava que lá longe, na sua terra, em ocasiões várias – ora, se se lembravam! – tinham ouvido da boca do

intérprete e muitas vezes pela acção vesicatória da palmatória ou a cáustica da multa que largar o serviço a meio do caminho era muito mau e que os compromissos se levam até o fim. Mas não podiam deixar de tirar a única conclusão lógica que o facto nos sugere... Nem toda a gente tem Cônsul, nem todos os povos têm estância de Justiça. Deles narros se queixam todos e sobre eles desce o castigo com precisão e às vezes sem oportunidade. Contra eles há toda uma montanha de legislação.

Mas quando eles sofrem os medonhos reveses do azar, quem está aí disposto a criar inimizades, fezes, a clamar por aquela coisa a que chamam direito?

Bem se recordavam, ao desembarcar, de que haviam despejado os bolsos em passagens, emolumentos e vários *passes* que lhes garantiam protecção.

Mas não, à ordem carrancuda do condutor do trem, que não admitia delongas nem discussões, qual era o caminho a seguir?

E, de resto, podiam esfalfar os pulmões e berrar naquele descampado e clamar por justiça. Quem os ouviria?

As rãs nos charcos, os crocodilos nos rios, os leopardos nas matas? Esses são indiferentes a esta agitação constante do formigueiro humano à busca da códea de pão...

Ao longo dos rios, o jacaré manhoso e diligente apenas não perderia a sombra deles de vista – quando ajoitados ao peso das enormes bugigangas se abandonaram, como único recurso, à desoldora resolução de carregar com as bagagens e caminhar dois dias andando também de noite para adiantar caminho!... E só isso interessaria ao jacaré. Brr!

Chegaram finalmente a Ressano Garcia! E foram recebidos de braços abertos pela filarmônica da terra com foguetes e bolos? Não, pelos cantineiros, que aproveitaram a imensa sede dos denodados campeões da maratona para lhes impingir bastas canecas de *colonial* – do tal que é *maningue muxle wenes ter maningue estaleca*...<sup>34</sup>

Estou a ver d'aqui o olhar indignado de um alto funcionário, o *mais novo dos colonos*, a perguntar alto, para que o ouçam: “Mas, afinal, que diabo de coldra é esta onde cada um faz o que lhe apetece sem que a ninguém dê na gana perguntar pelas demasias?...”

É novo na colônia – este facto explica tudo: a indignação e o vício de falar alto...

Ninguém se incomoda com estes sucessos que se repetem com a regularidade das luas.

Quando muito, há um abrimento da boca a fingir interesse, uma nota lenta tomada a lápis, para assossegar o queixoso quando a tanto se aventura, e o cair consolado, depois, para o espaldar da cadeira:

“Dize a este *gajo* que vou indagar, saber, para dar o respectivo correctivo – Que sim, que é uma grande pouca-vergonha... Adeus.”

E mal o *bicho*, às arrecuas, com infinitos *bayetes*, se some atrás da porta do gabinete, logo se cruza a perna e se puxa com delícia o lume ao cigarro: “Irta, que maçador – ainda bem que já são cinco horas...”

(...)

Esta história descabida e tola não tem razão nenhuma de ser contada. Ninguém pode impedir os casos de força maior... Impedimentos na linha, que se havia de fazer?

Sim, têm talvez carradas de razão – mas nós também tivemos impedimentos na linha e não baldeamos ninguém para um descampado à mercê de sorte...

É verdade que somos um povo pequeno, de heróis em liquidação, e eles são poderosos, empenhados em liquidar a sua sombra negra na Europa para ganhar preponderância no resto do mundo.

Como é triste que isto aconteça pela narração das próprias vítimas, quando o Estado mantém um verdadeiro batalhão burocrático no Transvaal para olhar por estas coisas, reprimir estes e outros abusos!

Mas, então, que se lhe há-de fazer?... São modos de vida.

João Albasini



Taxa de regresso<sup>35</sup>

Num dos últimos números, um nosso correspondente em Germiston perguntava esta de se exigir, ao indígena que regressa farto de pontapés de toda a gente lá pelo Rand, uns tantos shilings em Ressano Garcia, justamente quando volta à sua terra. E explicava a sua razão para estranhar, dizendo que, quando vivia na sua terra, Maputo, tinha uma eterna *sarna* à perna na pessoa do administrador e seu pessoal a cantar-lhe a obrigação moral de trabalhar, as virtudes do trabalho e outras coisas sonoras que lembram sempre a quem tem o estômago confortado e não tem que trabalhar sob o chicote dos patrões.

Hoje temos outra carta:

“Fugindo às preleções do meu administrador (Maputo), diz o narro, e depois de vaguear na cidade, provei as delícias de armar em papagaio com uma corrente ao pé, lá em cima, numa casa a que chamam *esquaduro* (Comissariado), onde fui parar perdidinho de bêbado, graças às liberalidades de um meu conterrâneo *Johnista*, que requestava uma narra *mutchope* – não sei por que particularidades – na cantina de um mulungo na Malanga. Contos largos...

“O certo foi que pôde mais em mim o *estimulante* corrente, farinha e percevejos – quando não havia a deliciosa variante de uma deliciosa descompostura de um *mulungo* numas eternas obras de aterros onde andei com mais 27 valentes da brigada dos borrachos – do que toda a pregação do *hoss*<sup>36</sup> lá de casa.

“Assim que me apanhei *safo da rascada*, *tinguei-me*<sup>37</sup> para a Matola, fugindo ao *vinho* que o meu administrador chama o *tal* e fui fazer idílio com u *shigangu*<sup>38</sup> antigo, cujo *mumumuzana*<sup>39</sup> se achava muito longe. Depois, a feiticeira falou-me em enfeites e arrebiques; e, então..., fiz como os outros: fechei os olhos, voltei o punho fechado para as bandas do sul e fui cair de saudades, à espera de ver sair do

chão o almejado ouro que me permitia regressar, para comprar os arrebiques à dama, dois pães para os pequenos e despejar o resto no saco do imposto de palhota...

“O ouro – dizem aqueles que o têm visto – está no centro da terra e é preciso descer até lá; mas d’aí abaixo não cai o filho da minha mãe, que à cautela foi tirando o *passé* de súbdito inglês para não ser violentado a descer a esses abismos onde há *maningue* tuberculose (ndere). É que não sou toupeira...(ntyhukunyana). Ai, khona!<sup>40</sup> Para o chão, só depois de morto...

“Ainda assim, eu estava meio resolvido a voltar, com o pouco que arranjei, à minha terra. Mais do que isto que consigo todos os meses e que gasto com pressa e prazer, nunca eu hei-de conseguir.

“Quero ir ver o rio, os jacarés, ver os *shitolos* da Catembe, onde o cruel *Langa* (Pedro Viana) ‘espantou elas’ (a *nga badlwaba*), quando afinal pululam na cidade e arredores, nas cantinas, às claras... Quero, sobretudo, atarrachar em paz numa boa... bebedeira à sombra amiga da árvore dos meus avós (*nkanyi*). Mas quê; agora me dizem que na fronteira o cidadão tem que ser espremido de novo, pagando um dinheirão para entrar em casa.

“Então, que é que querem? Que fiquemos por estas terras?

“Nesse caso, por que é que lá os administradores nos ameaçam com muita *tchaia* se não voltarmos e de, se não sustentarmos as nossas mulheres, ficarmos sem elas?

(...)

“Depende inteiramente da resposta que V. me der, depois de ouvir os governos, ou eu voltar ou optar por ir buscar a minha gente e fixar-me aqui. Há já tanta gente nossa cá e agora estão entrando tantas crianças, futuros indígenas ingleses!...”

T.T.

## A chapa moncádica<sup>41</sup>

Por enquanto, não há outra lei; vigora a mesma e como é da boa educação acatar as leis vigentes, nós recomendamos sempre, a tal respeito, que o remédio é agüentar de cara alegre...

Esta mesma resposta demos à consulta do sr. Pedro, cidadão d'Angola, ex-defensor da Pátria, *voluntário* apanhado a laço numa rua de Luanda em 1895, quando a Pátria aflita abria os braços e bradava pelos seus filhos.

Contou-nos o sr. Pedro que, uma noite, farto de implorar protecção e Justiça à estátua de Salvador Correia de Sá Benevides (a única coisa em Angola, diz ele, que mantém o mesmo equilíbrio e firmeza) contra as perseguições de que era vítima, se deitara num banco, entregando-se nos braços de Morfeu.

Vai daí passou um... *guita*<sup>42</sup> inoportuno que o sono perturbou... *engauando* ele como voluntário para ir a Lourenço Marques matar *landins*.

Este foi o exórdio com que entrou o sr. Pedro.

Depois contou os martírios e as mágoas por que passou.

Nesta altura, tocados de vaga reminiscência poética dos bons tempos da mocidade, atalhamos o loquacíssimo angola: "Olá, Pedro amigo: anda de contos tristes - já o brado da 'Judia' dizia a propósito:

'Durmas: não vejas o martírio, as mágoas, que eu conto as águas e não digo a Deus...'

Isto claro, como V. percebe, Pedro, foi para evitar maçada à "Judia". Salta em claro, portanto, essa parte trágica da história e vamos ao que interessa.

Ele então contou:

Servira como melhor soubera a Pátria. Matara alguns *landins* com certeza - tanto tiro dera para o monte - e depois de muitos anos deram-lhe a baixa. Tinha anos dados e feridas recebidas - mas ainda podia andar; e o seu desejo foi voltar à terra; mas negaram-lhe a passagem esse ano. Ainda lhe fizeram gastar

assim um par de botas em consecutivas marchas e contramarchas a saber do ditoso dia em que a Justiça do Rei lhe daria a passagem para ir acabar os seus dias a bebericar nas senzalas de sua terra. Gastou botas inutilmente... os anos passaram e passagem... nunca mais houve.

Depois decidiu ficar. Arranjou mulher. A preta pariu logo um par de negrinhos d'uma vez. Passou a andar descalço.

Umás atrás de outras vieram variadíssimas complicações e o *gajo* ficou definitivamente. E agora, então, com uma dor reumática no joelho.

Sucedeu, porém, que outro dia um *gumana* (polícia) lhe perguntou pela chapa.

O Pedro imediatamente declinou a sua identidade: antigo servidor da Pátria - filho de boas famílias - senhor de todas as ruas, reumático, cristão, com mulher e filhos a sustentar, doente, velho e desempregado.

O polícia averbou de memória o rosário - rapou dumas algemas sólidas: *Pst... Bulça as mãos do wene*.<sup>43</sup>

"Ó *scamarada*, dizia Pedro agonizante..., *tenho a baixa, caderneta limpa! Tive uma medalha averbada no papel e a placa empenhada na cantina. Ai we! scamarada. Eu sou d'Angola, não sou daqui...*"

"Pois sim, mas anda lá" - murmurou o *Sherlock Holmes*, fechando com estalido os *machos*...

Nesta altura da narração, Pedro tirou do bolso um lenço encarnado e porco de monco. Limpou, comovido, os lábios secos de cólera...

- Um antigo soldado algemado, enxovalhado!

- Eu pensei, sr. Jornalista, em me queixar ao Quartel-General...

- Ora! a pensar morreu um burro - retorquimos - e, suggestionados pelo monco do lenço, lembramo-nos do autor da Lei...

As algemas não estavam previstas é um facto, mas aquele defensor da integridade do território fora realmente ofendido por coisa de pouca monta.

É sempre um fado isto de a gente ser justicheiro...

– Mas afinal, ó Pedro, que é que queria o *gumana*?

– Queria a chapa.

– E por que não tirou V. a chapa?

Então, Pedro, a quem julgávamos ver confundido apelar para a razão suprema: a falta de pecúnia que torna tanta gente indígena, sorriu e lançou esta pergunta: Mas eu estou em Lourenço Marques por vontade minha?...

– Sim, eu estou aqui porque não me deram passagem para a minha terra. Saí de minha terra porque fui apanhado de noite, amarrado com cordas, metido na Fortaleza e depois a bordo de um navio sujo; e aos pontapés da sorte aqui estou. Por que me pedem chapa se eu não sou residente voluntário desta cidade? Mandem-me embora que lhes ficarei eternamente grato.

Ora vejam lá o critério do sr. Pedro!...

Verdade, verdade, o dilema é bem mais bocado que o sr. Pedro de Macedo com a sua defesa ao projecto de empréstimo aos alfandegários...

E com certeza ninguém se vai apiedar do antigo soldado que foi preso por não ter chapa. Apele, ó Pedro, para o Conselho do Governo. Salta um projecto de portaria a emprestar do cofre do Estado aos desempregados para a compra de chapa...

### *Chico das Pegas*

#### Ao sr. Comissário da Polícia <sup>44</sup>

Ainda não havia secado a tinta do Eco “A Chapa” quando fomos informados de que estava em vigor a regra de “agarra eles” para pagarem a “chapa”.

Há, como dissemos, opiniões a respeito da validade desta lei; mas não é, ainda assim, aquilo que nos traz perante V. Exa.

Em todas as legislações do mundo há prazo fixado para determinadas medidas de polícia.

Assim, o comerciante, o industrial, o proprietário etc. sabem que no “determinado mês de tal têm de tirar licenças, sob pena de...”

Ora, sendo a chapa, segundo a opinião de V. Exa., uma coisa devida, e marcando-lhe o Regulamento a validade de um ano, entende-se que, pelo menos, o mês de Janeiro deverá ser o mês facultado para a inscrição e punição “sem multas nem prisões para os contra-ventores”, que neste caso não existem... Ou, então, isto é uma pândega, um sem nunca acabar de multas.

Se em 1 de Janeiro já se pode aplicar multas por o narro não andar munido de chapa respeitante ao ano civil que começa nesse mesmo dia 1 de Janeiro, pedimos licença para admirarmos essa lógica...

Aqui há, manifestamente, um equívoco...

Não pode ser assim.

Um de nós foi enganado com certeza (não contando com o preto que sempre embarca no “bote” do Compound e bairros indígenas...)<sup>45</sup>

E, já agora, outro reparo: por que é que a percentagem que cabe à polícia pelo serviço da chapa não é distribuído pela corporação e apenas por aqueles que fazem o serviço de registo?

Então [e] o guarda que caça os transgressores lá fora?

Não achamos isto lógico, Exa.

#### Outra vez!<sup>46</sup>

#### Est modus in rebus...<sup>47</sup>

Abrindo uma prelenga tão bonita, a portaria que vamos analisar teria o mérito de captar a simpatia dos papalvos que poderiam ver naqueles considerandos um coração de pai a sangrar pelos seus filhos sujeitos a duplicações de cobranças – uma como que sábia mão, que com decisão desse o corte no nó-górdio da complicação jurisdicional – que o Enes, de resto, já havia resolvido há tanto ano!... se ti-

vesse ao menos pedra onde assentasse. Mas ninguém se ilude com tal coisa.

Sai-se imediatamente do grato embevecimento logo que se procura pouco abaixo da prelenga os pontos capitais da peça.

Intenção da portaria – a que chamam drama sombrio em prosa manca – é manifesta: a substituição de palhotas por barracas de zinco fazia a sua diferença no erário – porque uma barraca de madeira e zinco medindo 4 por 4 – que é o melhor que por aqui vemos – paga quanto muito 4\$00 de contribuição predial, o que fica muito aquém da libra de 7\$000 réis actual...

Não considerou o autor da portaria que a barraca de zinco custa em média dez vezes mais que a palhota; não quis saber dos impostos alfandegários que o zinco, a madeira, os pregos, o cimento, a tinta pagam. Viu, unicamente, que paga de contribuição menos que uma palhota; e no receio – Jesus Senhor! – que o preto, dando pela coisa, podia passar a viver em casas de zinco, zás, incluiu as “construções de qualquer natureza” na categoria de palhotas.

Fica a gente passada de assombro ante estes rasgos de administração.

Caramba!

Pois quê? – nem a consideração de que as construções de madeira e zinco são de alvenaria, além de denotar um certo progresso, trazem consigo o desenvolvimento das indústrias, formam operários, dão dinheiro a ganhar, nem isso fez recuar a mão bárbara e retrógrada que tal portaria redigiu?

Mas não fica por aqui.

Os assimilados (os tais da 6ª raça), quando vivem em casas de madeira e canço ou outra qualquer construção, ficam sujeitos à contribuição predial.

Bem: mas este é um dos tais pontos confusos: e, se viverem em palhotas, não pagam nada?

A lógica diz-nos que não, que não devem pagar. Por quê? Porque é princípio assente (temos muitíssimos exemplos) que o branco, o

monhe, o chin, quando vivem em palhotas, não pagam imposto de palhota. Este, o tal, o da fotografia e do alvará, o assimilado, sendo assimilado, deve gozar, é lógico, as mesmas vantagens. É um princípio consagrado na colônia mas muito... chinês ao nosso ver. Como é que vão dar a um civilizado que vem para os sertões d'África civilizar uns direitos e regalias por abdicar dos seus, deles, atributos de ser superior e adoptar como preto a habitação do preto, concordando ele com o atraso do sertanejo?

Não percebemos – mas também, valha a verdade, vamos desistindo de perceber umas tantas anomalias de que é fértil a nossa administração... Dirão, porém, que é costume inglês, que o inglês também não cobra de brancos o imposto de palhota quando vivem em palhotas. Mas, aqui, como em muitas outras traduções jocosas, houve traição – Tradutor traidor... é provérbio italiano. Ora, confirmam pelo original.

Lá, o branco extravagante que adoptar esses costumes cafres pagará por um tanto de terreno onde se estabelecer, ainda que seja só um acre, £5.Os.Odl... Mas não é este o nosso objectivo. Deixemos os ingleses em paz.

Se o assimilado que viver em palhota for obrigado a pagar pela palhota o imposto de palhota, continuando isento dele o branco em idênticas condições, será mais uma injustiça a registrar e um incitamento à vida livre e boa... do branco, do amarelo e de todos os que tiverem, por sorte sua, nascido fora desta terra de vergonha e humilhações. Nestes tempos de carestia pavorosa em que mal se ganha para a renda de casa, será, além de pitoresca, uma solução econômica ir o cidadão branco viver na Munhuana e Chamanculo em palhotas. Como será bonito ver, ao cair da tarde – que linda e encantadora imagem, de um pitoresco emotivo! –, ver a vasta legião dos que ganham pouco, escarranchada em burros tristes, chapéu de sol aberto demandando melancolicamente a longínqua palhota!



Além de recreativo e esportivo, será fomentativo o efeito desta mirabolante portaria: teremos enfim desenvolvido o turismo e o fomento na criação e arte de cavalgar burros! Sempre é algum proveito “que se desenha de consequências”...

Previdente e iluminada portaria que vem solucionar um dos grandes óbices da vida!

(...)

Ora, vejamos, em rápida análise, o que vai suceder e como às vezes podem sair errados os cálculos:

Para se ser proprietário em Lourenço Marques, não se esperou pelo governo actual – liberal, democrático, todo cheio de castismos e distinções; e, portanto, é hoje proprietário (ainda é: para o futuro veremos) todo aquele que teve dinheiro para fazer casas.

Sucede que todo proprietário é branco; nem todo ele sabe ler e escrever. Porque é-se civilizado sem se saber ler e é-se selvagem com muita leitura...

Há, por exemplo, a D. Carlota. Nasceu antes deste paternal cuidado da difusão da instrução obrigatória aos domicílios que torna a colónia invejável...

Não pode hoje, portanto, tirar alvará de assimilada porque é iletrada e tem mais de 18 anos e o pai dela já morreu.

É, contudo, proprietária e convive com a gente civilizada. Ainda ninguém se sentiu aviltado ou rebaixado ao sentar em sua mesa. Que é que lhe vai suceder, no entanto?

Apenas isto: a Carlota, pelos seus prédios na baixa, pagará contribuição predial como gente; pelos seus prédios fora dos marcos, pagará imposto de palhota indígena!...

O nosso patrício Custódio – filho do Manoel Canarim – outro exemplo – que é, como a Carlota, filho de índios e nascido como ela, e que sabe ler mas não dá jantares, pagará, na baixa, contribuição predial; e se tiver casas de alvenaria fora onde habitem indígenas pagará imposto como indígena!

Se alguém percebe isto, oferecemos um doce.

Palavra que temos visto charadas bem mais fáceis...

Mas o objectivo foi o dinheiro. Não perca o leitor, portanto, o fio do discurso: o positivo aqui foi o dinheiro. O mais são considerações, vagos devaneios de almas sonhadoras... Disso não cuidam os pretores...

Ora, veremos depois se, mesmo pelo lado material do dinheiro, conseguirá o seu fim o famigerado autor do monstro, senhor que não conhecemos mas a quem enviamos a coroa de goivos para depor na capa do aborto, ou do senhor bom senso – porque um dos dois tem de morrer!

*João Albasini*

### Pitadas de rapé<sup>48</sup>

Exmo. Sr. Massano de Amorim,  
Digníssimo Governador Geral da Província de Moçambique,

Mais uma vez, senhor, para não arrefecermos no caminho... Isto custa mas tem de ser.

Muitas coisas, muitíssimas histórias há que dizer, há que contar, há que mostrar para V. Exa. ver, para comparar, para remediar. É questão de tempo e exposição; mas, como se por cá não houvesse tanto e tão bastante, o caso cada dia fornece-nos outros aspectos, outros factos que vêm corroborar o que temos dito – vêm dar razão ao nosso modo de ver.

Ilusões, portanto, não são para nós – V. Exa. e eu, além dos outros que também vêm claro e que sentem, palpitam, farejam e prevêm latente a luta, iminente o choque. Os conselheiros do Sr. Dr. Álvaro de Castro<sup>49</sup>, os democratas, d'uns que há, laivos de orgulhos raciais e prejuízos de castas – não fizeram mais nada do que irritar e precipitar a questão, dando mais um impulso à coisa, com seus alvarás, com as explosões e cerceamentos de direitos, de regalias e de vencimentos àqueles que se não curvassem numa passividade criminosa de

escravos à onipotência mal conferida daquele senhor, instrumento passivo de gente que lhe devia lealdade e franqueza e não tais conselhos.

Mas por que é tudo? Perguntará V. Exa. – Eu vou dizer Exa.:

Dentro de cada um de nós, dentro de cada um ser consciente, deve existir o culto da Pátria – um intenso orgulho em exaltar as boas acções que se pratiquem na administração pública da sua Pátria; assim como impede o mais urgente e o mais inadiável dever de criticar asperamente as más acções, os desmandos, os erros, quando eles comprometem, chocam ou vexam o nome da Pátria ou os cidadãos desta Pátria.

Isto dito por quem nunca quis o diploma exclusivo de “patrioteiro”, por quem nunca engrossou o número dos berradores e iconoclastas de todos os tempos – facção nenhuma! – por quem não quer fingir, pois não é afirmação gratuita, nem é apenas um amontoado de frases sem significado sincero. São verdades. Incorretas na sua forma, incompreensíveis, talvez, mas, todavia, ditadas pela mais honesta das intenções e traduzindo um pensamento honesto. Tenho, a meu modo, o culto da Pátria.

Ela, a meus olhos, eleva-se grandemente quando os seus filhos repetem a tradicional e cavalheiresca generosidade de Portugal, quando honram as tradições liberais, que tanto sangue custaram, e não quando as almas se acobardam, os caracteres se deprimem e numa ignominiosa subalternidade servil desatam a fazer mesuras abjectas, quando deviam reprovar, a cortejar poderosos por cálculo, a seguir-lhes perniciosas doutrinas por medo. Não estarei, nem quero estar no Index dos patriotas esturrados, que dão da Pátria uma idéia de arraial em permanente desordem, ou que acham que a Pátria é caju bom de chupar ou uma *gaja* boa de explorar: venero-a a meu modo e honro-a como posso, transmitindo-lhe com calor, com sinceridade, aquilo que sinto, dizendo-lhe a verdade.

Mas... E daí, repetirá V. Exa., mais uma vez, surpreso por tanta divagação sem ligação aparente...

Já vamos, Excelência. Foi-me preciso este desabafo para evitar a impetuosidade da minha indignação.

Lourenço Marques, cidade do Espírito Santo, território da República Portuguesa na Costa de Moçambique, África Oriental, tem, como toda a África, o seu elemento nativo, que pertence à raça negra. Recebe e acarinha, acata e respeita a colonização europeia, que predomina etc., etc., e a sua população aborígene espera e almeja pela prometida civilização, instrução e educação etc. e tal – espera amarga, espera dolorosa, que já faz bocejar...

Lourenço Marques recebeu há dias, incorporados na expedição que vai para o niassa, dois médicos africanos, pretos, filhos de S. Tomé, formados pelas escolas de Lisboa e Porto, dois médicos autênticos com diploma e a patente de tenentes.

Este facto, que, parece, se dá pela primeira vez nesta cidade, foi assunto de variada e magna discussão – “patriotas” houve, Sr. Governador Geral, que cobriram a cara de vergonha – de pejo, de puro pejo patriótico! – por aquele escândalo que nos aviltava os olhos... dos ingleses!

Como sempre, este pudor, este pejo, estes pruridos são por causa... dos outros...

Não que o sujeito sinta realmente repugnância ou se lhe embrulhe o estômago ao cruzar com o escândalo fardado de tenente médico, mas porque os ingleses não gostam! Eu, que sou distraído e desagradável, digo então: “Mas que tenho com isso, com os ingleses?”

Escapam sempre pela malha, por conveniência, as razões de ser das coisas, pontos que é preciso a gente aclarar para brilho da história e cultura dos “patriotas inglesados”.

Esses rapazes médicos não pediram favores para serem incorporados no serviço expedi-

cionário militar. Exerciam clínica em Portugal, viviam do seu trabalho, e foram unicamente chamados, como portugueses que são, a servir à Pátria, a Pátria Portuguesa – “ditosa Pátria minha amada” –, neste solene momento de agonia em que têm de dar sangue e dinheiro para honrar compromissos tomados, fazer aquilo que na inversa – e ninguém se canse a desmentir-nos – não fariam talvez por ela esses tais e outros que tais.

Numa palavra: esses médicos pretos, que frequentaram sociedades cultas na Europa, que lidaram com gente lavada e de posição, que têm educação superior ao comum dos seus críticos delagoanos, atravessaram os mares, arriscam a sua vida, justamente pelos ingleses – que não sabem ou não podem sustentar esse orgulho de raça sozinhos contra os alemães – como estes fazem –, os ingleses, que, com fingidas lágrimas de fraternidade e divisas falsas de luta pelo Direito e pela Liberdade, vão empurrando para a fomalha povos a quem no fim de contas odeiam!

Correu, a propósito, na cidade, que os dois médicos haviam sido desconsiderados em estabelecimentos públicos; disse-se que até houve complot militar para lhes não ser feita a continência militar; reparou-se que uma autoridade estrangeira havia feito espírizar do caso num teatro e tentando ridicularizar os dois médicos diretamente e a Nação Portuguesa por exclusão de partes.

Podem ter sido tudo muito verdade, mas o que não sofre absolutamente dúvida nenhuma é que eles não viram isso, nem eram de qualidade de se deixar enxovalhar por quem quer que fosse e onde fosse, porque são homens nados de gente identificada com sangue e com brios.

Não sei eu, Exmo. Sr., onde esteja a nota caricata ou grotesca da irrisão, ou porque é que à vinda dos dois rapazes se deviam levantar objecções ou o seu trânsito pelas ruas da cidade merecer tanto reparo.

Esta África com os seus aventureiros é coisa bem curiosa, Sr. Governador! Com que então foi preciso virem à África, à sua terra, para deixarem de ser respeitados? Não tem V.

Exa. vontade de vomitar em cima de uns tantos democratas que baniram o privilégio da realeza e das castas para se cobrirem com o inglório escudo do inconcebível ódio de raça? Eu tenho...

Pois será realmente um grande crime nascer-se preto em África, merecer o motejo e a tourada do vulgacho, ou haverá, pelo contrário, grandeza pelo trabalho e estudo, grandeza no posto que se conquista, confrontada com a acção um tanto negra de alguns categorizados que pela vida fora descem pelos seus feitos ou andam pela ponte-cais com a fralda de fora, a receber insultos de marinheiros também bêbados?

Nesta altura da era cristã, Exmo. Sr., não devemos lamentar as asas que perdemos ao sair do paraíso de Jeová, mas orgulhamo-nos por já não ter o rabo do Macacão Pai da Humanidade, no dizer de Darwin...

O sr. Sidónio Pais<sup>50</sup>, ao mandar para África os dois médicos africanos, procedeu com nobreza e com grande tino governativo.

Honrou-se, honrou Portugal, permitindo que em África se visse que as liberdades concedidas pela Constituição não são meras tretas de códigos. Mostrou, assim, que o cidadão português sobe segundo os seus méritos. E como propagando fique V. Exa sabendo que o Sr. Tamagnini Barbosa fez mais com o embarque destes dois médicos que todos os artigos de elevação moral e todas as lutas infrutíferas que temos tido, em anos seguidos, a remar contra a maré.

Não há nada como o exemplo à vista, Exmo. Sr., e ele aí está para honra da República!

À objecção que se faz que tais médicos não deviam vir para a África mas sim para a França, o Sr. Sidónio teve um gesto largo e uma frase de português antigo: – Para África é que vão; a África é deles, a África é que precisa deles para honra de Portugal.

É tempo de despertarmos, Exmo. Sr.: Portugal nunca terá gente do continente para ocupar os vastos domínios seus sem o concurso dos indígenas. Um país que pretende colonizar não tem outro caminho a seguir. Os críticos são amigos de ocasião...; "feito o saco", vão-se embora; pilhado o que querem, dão pontapés. Contar ao certo, só com nativos; e, para ter sempre defesa contra a usurpação dos tais amigos, espalhar às mãos largas justiça e fraternidade, que virtualizam e enternecem.

Despertemos. A Metrópole abrindo os olhos, tomando conta da situação, que cada vez os complica mais, e nós marchando decididos, cabeça levantada, pisando o nosso solo com a consciência e gravidade de donos, a conquista de um Direito.

Desculpará V. Exa. esta pitada, que pode cheirar a esturro, mas que é oferecida do íntimo do coração.

Nem eu teria maculado o ventre da minha mãe para vir aqui dizer coisas que não sentisse.

Fraternidade e Justiça, Exmo. Sr.

*João Albasini*

---

### III - NO PAÍS DA BEBEDEIRA

---

#### Um carro alegórico<sup>51</sup>

No próximo dia 8 de Outubro sairá à rua um carro alegórico, genialmente concebido e ornamentado por um artista de raça cujo nome ocultamos por ser esse o seu desejo.

Segundo nos contam, o carro será puxado por todos os pretos de ríquichos (de preferência, os tuberculosos), trazendo vestidos uma simples tanga, o tronco nu – para se estudar anatomicamente os benefícios que uma certa droga faz ao cadáver –, sendo da peça, durante o trajecto, o tossir convulso e escarrar pedaços de pulmões desfeitos.

O carro deve ser ladeado por tropas (maningue), sujeitos graves de cavalo marinho em punho e outros cavalheiros palrando, gesticulando, apontando-se uns aos outros, todos eles com uma manga de lustrina no braço direito. À testa do carro, um mufana e uma mufana, malvestidos – o melhor que poder ser –, com os olhos vendados, entoando loas, pedindo coisas absurdas que ninguém há-de ouvir, felizmente, por via do barulho de regozijo nacional!

A peça mais artística, porém, segundo o nosso informador, é o carro simbólico, alegórico, sugestivo: um enorme casco em cima d'outros muito mais cheios de?... (há dúvidas quanto ao conteúdo, mas, todavia, cheios...). Nos tampos dos pavorosos cascos, a tinta bicolor muito forte: "Vinho Colonial" e os vários subtítulos por que é conhecida a droga e os seus componentes.

Em cima dos cascos, sujeitos contando dinheiro e enchendo sacos de dinheiro – enquanto a roda "esfrangalha, minha gente" de mãos dadas, uma formidável horda de bêbados, pretos, pretas, crianças, velhos etc., "Dançando a polka janota à beira da sepultura!..."

De pé, no primeiro plano, vestido com uma armadura antiga, Portugal com o pé direito pisando uma coroa (emblemática e não quinhenta), o "braço" vencedor que "deu mundos ao mundo", tragicamente apontando para o grupo de cascos e bêbados, enquanto com a sinistra limpa o suor da façanha, e repetirá, para entreter a sensaboria, aquela frase dita por Afonso d'Albuquerque àquelas atônitas gentes da Índia.

"Esta é a moeda com que Portugal paga os seus tributos..."

Deve ganhar o 1º Prémio, porque, além de artístico, rico e sem graça alguma, é profundamente verdadeiro...



Amor em vinho<sup>52</sup>

(Idílio pagão)

Era na Malanga, ao cair duma tarde de sol e moscas no mês de Abril. Às portas, monhes espreitando o almejado "magaica" agora ausente coçavam-se desolados. Na esquadra Policial um cipaio dormitava à varanda, com o cacete nas unhas, enquanto lá dentro o chefe atento punha em ordem a papelada, aproveitando aquela paz tão longamente desejada. Tarde sem rumor, em que tudo mergulhava na tranquilidade em que devia viver todo sempre; tarde idílica única, sem precedentes na Malanga tumultuosa dos tempos do "compound"! Paz, sossego... Que bom!

Folgavam os desgraçados bebedores...

Num casebre escuro e malcheiroso, um balcão sebento, alguns barris do "tal", latas de sardinha, bancos escuros, moscas voejando e... lixo, muito lixo. Para lá do balcão, um ser cabeludo e barbado mexe-se com alguma dificuldade, dando aqui e ali um olhar distraído à sordidez das coisas que lhe garantem a ele a bem-aventurança, "o bago, a massa"!

E o "mulungo" é a "alma gentil" da colonização... Nisto, três pretas de Inhambane, penteadas à moda e de garridas capulanas encarnadas e de "pera", irrompem pelo tasco e pedem, com um aceno, o confortante "colonial"...

O "mulungo", em chinelos d'ourela, puxa um escarro, cospe, dá um jeito às calças, arrasta-se até elas e pergunta: "Wenes djulam uncata?" (esposo, macho). As negras recuaram de pudicícia e logo, com as mãos no ar aos berros, uma gritou, ao convite, exteriorizando ausentes indignações: - "Arre! mpegue ya mayi wagu... Capaz eniku ku dji bofetiara, sabe?"<sup>53</sup>

O "mulungo", porém, sorriu astuto e não se intimidou; sacou da prateleira uma garrafa de Porto. Com o dedo porco apontou para o letreiro: "langusa wene aqui,<sup>54</sup> sua negra: "Incata". "Incata" é a marca deste vinho, que é "maningue muxle".<sup>55</sup>

E riu-se muito felicíssimo pela laracha. As negras, ávidas de provar coisa nova, pagaram logo a quinhenta: Tula para ku sele, arre!...<sup>56</sup>

Então, no vão de uma porta, ouvimos alguém vomitar: era o "Mathusalém", um "kri-lolu" que foi um janota noutros tempos, hoje exemplar refinado pela "colonial"... Estava sentado no caixote do tal vinho "Incata"! tinha na mão uma garrafa da mesma marca e vomitava sucumbindo... "Então Mathusalém?" - gritamos, sacudindo-o.

Ele, abrindo os olhos turvos, arrancou, fazendo careta abominável, esta exclamação: "Caramba! Tem um cheiro exorbitantíssimo!"

Não chegamos a tirar a limpo a que objecto se referia porque o cantineiro deu-lhe logo um pontapé e gritou: "Suca! sen narro!"

Abelhudos e expansivos, de cotovelos fincados no balcão, voltamos a confraternizar com o precioso elemento colonizador e felicitamos o digno colônio pela genial descoberta da marca do vinho. A sua fronte abriu-se, ofereceu logo Porto nº 4 - jurando a integridade do algarismo. "Bem achada, não é verdade?" - Referia-se à marca "Incata". - Piramidal descoberta - secundamos. "Porque note o 'xor' isto: perguntando o freguês macho à freguesa fêmea, para fazer uma franqueza, se ela quer 'Incata' - pode a 'gaja' enganar-se no objecto referido e também ir na mala... via Transvaal... E, se for a caixeira que pergunta ao 'magaica' se quer 'Incata', também pode calhar."

E dos dois lados. Isto foi "alembadura" da minha "saca de carvão", que era distinta para o negócio: - apesar de me ter feito "ospois uma partida c'um narro... Era boa e faz-me falta p'ro arranjo", suspirou saudoso e na sua voz sentia-se o talo das grandes comoções!...

Demos-lhe um "shake-hands" e saímos a respirar e fugir, porque então as pretas iam na segunda garrafa do "Incata" e realmente era "exorbitantíssimo" o cheiro, como muito bem dissera, vomitando, Mathusalém, que, agora, dormia, borrado do vômito, cheio de

moscas, com a "Incata" apertada ao peito! O patriota, esse ficou a contar pratas...

Mais adiante tremulava a bandeira nacional à branda aragem...

O "Saide", padre dos monjes na escola maometana, onde entramos a pedir por Allah um bocado de água para apagar certo fogo, gaguejando medonhamente, de pernas cruzadas e com os Lusíadas abertos, ensinava aos garotos o verso do épico imortal:

"Esta é a Ditosa Pátria minha amada..."

E a tarde resplandescente, cada vez mais linda, ia tomando uns tons de encantar em que as próprias cantinas eram envolvidas num banho de luz suave, como que os tentáculos da Natureza abrangendo homens e coisas no mesmo amplexo, chamando para eles o perdão do Deus criador...

E Phebus<sup>57</sup> descia rubro la p'ras bandas da Matola...

Tarde idílica, linda tarde!

*João das Regras*

No que se pensa!...

"Chucha que é cana doce"

É uma colonização sui generis<sup>58</sup> esta nossa. Cada vez que acordamos de manhã, banido como está do nosso espírito supercivilizado o ominoso Sinal da Cruz, seguido de um resumo de boas obras que um cristão deve praticar no decurso das 16 horas do dia, o patriota de hoje – que muito ama as suas Colónias pelas maravilhas que delas lhe dizem estranhos – abre uma desmesurada bocarra e pergunta, ainda vago, meio erguido sobre o leito:

"Que se há-de dar de beber ao pretinho?"

É hoje a preocupação de quem a África não veio para tomar alho, de quem passa tormentosos dias agarrado à idéia – única justificadora da sua existência – de arranjar dinheiro e safar-se.

O meio fácil de conseguir este desideratum<sup>59</sup> queima os miolos, atrofia o fígado, compromete os intestinos: é um inferno! De um ser social, amável e amoroso que um dia sentiu a penetrante agulhoada da ambição, faz-se esse homem verde-alaranjado, irritado, misantropo, intolerável, sem nesga de bondade, que, sumido detrás de balcão, gera plano, odeia a humanidade limpa, deseja ver afogados num mar de sangue os doutores e os moralistas que fazem leis, os magistrados e os polícias que as impõem e cumprem.

Todo este mal é apenas filho da fama que atravessou os mares e ecoou mundo em fora de que cá as vidas são curtas e o que mais importa é fazer fortuna, não com vagar e tempo – método e jeito – mas à pressa, calcando tudo e todos, saltando obstáculos, barrancos temerosos! O fim justifica os meios: "Ou vai ou racha!"

Sucede que nesta luta afanosa não se procura a qualidade do trabalho em que se foi industrializado, para o que se deu anos de estudo ou de força braçal, logo que esse officio não conduza imediatamente à fortuna – ou pelo menos a miragem dela –, que também basta a um certo número de criaturas para terem a ilusão da felicidade.

Larga-se a mão do officio. Raspar tábuas, de sol a sol; de cócoras num andaime, amontoando tijolos, levantando uma parede; suar por todos os poros, com os olhos abertos ao resfolgar da forja, tudo isto que é o trabalho não dá senão ratinhadas migalhas no fim do dia;... e depois a fadiga aleija e puxa o peito...

"Um homem mal se precata e está com uma biliosa no Hospital – bonda de tolices..."

Dotada a província com uma população nativa indolente, cachaceira, perdulária, que não conhece o valor ao dinheiro, tolo é, de facto, que, entre a bigorna, a colher do trolha ou a plaina do artista, não opte... pela tasca repelente, pela tradicional cadeira de lona, a narra e o burro – complemento indispensável da família. E quem há que, entre o bruto labutar no mar misterioso e irado, lançando re-

des em madrugadas que pedem o conforto de uma cama, colhendo muitas vezes desoladoras algas; que entre o paciente bater de solas, picar couros e enfiar cerol, não prefira o cigarro brejeiro que se chupa, com um olho fechado, a mão apalpando o cavalo marinho, enquanto se espregueia a languçar<sup>60</sup> o que é que o narro mais a narra estão fazendo em roda do barril do tal, prenhe de iniquidade?

Quem não há-de preferir! Trabalhar é uma coisa que se recomenda muito: bom, higiênico e útil... para os outros. Ninguém com um cérebro em seu lugar pode conceber que no meio de uma colonização viciada, onde não se pensa noutra coisa senão em acariciar o vicioso preto para que beba mais e abrir-lhe uns grandes olhos... e os calaboiços, roncar alto para atemorizar sempre que pretenda qualquer medida em seu benefício dele, não se concebe, repetimos, que se entregue a gente a outro mister;

Como cantineiro tentando-lhe o vício; como empregados públicos expressando-lhe a faculdade tributária sem medo de que se revolte, mas negando-lhe a instrução e educação, por isso bolir-lhe com os hábitos e costumes...

Estamos no nosso papel.

Queres trabalho?

Vai até ao Rand.

Já cá estás? O que é que tomas?

Tens duas mulheres? – Então paga duas palhotas.

– Que é que dizes? Para quê?

Ó seu malandro – é para o Governo pagar ao exército, à armada, à burocracia. – Poços? Para que que queres tu água? Não tens *colonial*?

Perguntará o leitor paciente: mas a que propósito vêm estas colunas de palavras conhecidas – mil vezes reeditadas, e que constituem o “menu” cá do jornal? – Sim, porque depois de muito aturar-nos o leitor não percebeu senão um amontoado de palavras sem ordem nem nexos.

Tem toda a razão na sua observação.

Vem todo este palavreado puxado por uma carta de um leitor que mais abaixo transcrevemos.

Realmente, se todos nós aqui na Colônia estamos embebidos, enredados no problema capital de embebedar pretos – único mesmo que agita as opiniões –, muito grato nos é saber que um e outro, a quem tanta bebedeira e tanta ternura pela vil exploração enojam, pretendam propor uma “solução amigável”. Adote-se, ao menos, esta divisa: “Explorar sim, mas tanto, não”. É como quem diz: “Matem, mas devagar. De tanta miséria social, deixem qualquer coisa que atenuie a infâmia.”

Reza, pois, deste feitio, a carta do nosso constante leitor, a quem agradecemos a lembrança de pensar em coisas ingratas!

“Tomo a liberdade de me dirigir a V., enviando uns pequenos apontamentos sobre o que me parece dever figurar no novo ‘Regulamento da Contribuição Comercial e Industrial’, que o Conselho do Governo vai aprovar.

“É bem conhecido de todos o número de falências e concordatas que tem havido: um verdadeiro assalto às algibeiras dos fornecedores, que, em último extremo, as aceitam como solução única. À primeira vista, parece que a nódoa fica só com os que recorrem a este meio; mas ela afinal vai atingir indirectamente todo o comércio, até mesmo os empregados. A praça de Lourenço Marques tem já fama de caloteira; o crédito que ela gozou vai estando todo esgotado. No estrangeiro dá-se mais valor a monhas que a portugueses, porque uma grande parte destes tem provado que não sabe administrar os negócios.

“A praça de Lourenço Marques pode-se considerar falida e isto não honra o comércio nem o Governo. É um descrédito para todos.

Ora, a meu ver, é ao Governo que compete remediar este mal, criando leis apropriadas. Não é segredo para ninguém que a maioria do comércio de Lourenço Marques nem tem capital nem habilitações: daí é que vem todo o mal porque muitos comerciantes costumam di-

zer que, se perderem..., não é nada deles – o que não diriam por certo se fossem obrigados a estabelecer-se com um capital seu. Já assim não falaria e com certeza que dariam outra orientação aos seus negócios.

“Sr. Redactor – os apontamentos que envio a V. podem ser publicados ou não no seu muito lido e acreditado jornal: enfim, disporá deles como julgar conveniente.

“*Um constante leitor.*”

### Bases<sup>61</sup>

Aos estabelecimentos existentes à data de ser posto em execução o novo regulamento de contribuição comercial e industrial, deve ser exigido o seguinte:

1. Cultivar durante cada ano uma certa área de terreno.
2. Ter um certo número de cabeças de gado: porcos, vacas, cabras, ovelhas e outros à escolha.
3. Plantar, na área do terreno cultivado, uma certa quantidade de árvores de frutos europeus e indígenas e algumas oleosas.

Para novos estabelecimentos que sejam postos depois do regulamento em vigor, deve ser exigido, além do exposto nos artigos 1, 2, 3, mais um capital seu, próprio para o giro do negócio, fazer o proprietário ou gerente um exame perante um júri nomeado e composto por pessoas de reconhecida competência, a fim de se ver se tem capacidades para administrar ou gerir o negócio a que se for dedicar.

O nosso comércio aqui com o preto é apenas de bebedeiras. Portugal, enquanto tiver quem lhe consuma as drogas, nunca pensará em tomar outro rumo de vida.

Morto o último preto de tanto beber, de tanto gozar e de tanta bandalheira, Portugal por sua vez mergulhará a sua individualidade

histórica no grande mar de vinhos “Combate, Vitória, Brasil, Batuque, Becana, Patriota, Descorado, Descarado” etc., etc., que houverem sobrado da hecatombe ultramarina!... Terá morte heróica porque “assim é que acabam os valentes”.

Mas, enquanto houver quem beba, e cuida do ritual do colono, patriota que muito ama as suas colónias pelo que delas lhe dizem estranhos, perguntará sempre que acordar:

Que se há-de dar a beber ao pretinho?

Em 1909, quando “fomos comprados” por aquele reaccionário, “aquele traidor” sr. Freire d’Andrade, que é hoje... Ministro dos Estrangeiros – tivemos a ingenuidade de, no regresso da viagem, entregar um relatório onde “também alvitramos” estas mesmas bases, pouco mais ou menos, para os estabelecimentos do interior e ainda a grande necessidade de obrigar cá e lá a escrituração comercial dos asiáticos em qualquer das línguas da Europa.

Os anos passaram. Pretos nasceram, pretos morreram. A prostituição ganhou foros de costume, carácter e lei!

A bebedeira avassalou tudo! A tuberculose vai rapando “neles” que até causa tonturas...

O Governo é mudo!

A mortalidade das crianças é medonha...

O Governo... “moita carrasco”!

O “Rand” fica-nos com a maior parte da gente válida e os salários são gastos em bugi-gangas lá e... em “colonial” cá.

O Estado não quer massadas...

Conserva a sua atitude nobre e digna: Numa mão a espada que castiga e na outra... o copo de vinho colonial, que faz esquecer as mágoas.

Do preto quer apenas o dinheiro da palhota, os sete dias de trabalho gratuito e... que tenha capacidade estomacal para ingerir grandes doses do “tal”!

...De resto o Estado digere bem.



Mas um dia alguém quer coartar a liberdade do comércio, do comércio liberal, impor horas, fechar aos domingos?: - Isso agora "fia mais fino"!

Nem tu nem teu tio...

Um patricio nosso - borrachão emérito a quem a palmatória do Padre Simões não fez compreender as virtudes da continência - que costuma pedir o jornal emprestado para ler (nunca gasta dinheiro com porcarias) e que saboreia as bordoadas que aqui se despedem as mãos ambas do famoso "mata-ratos", costuma, depois de ler, dizer ao cantineiro: "Inga buyisa hi dyinga dya mpataco, hi ta psi bona si hi psone lepsi ba hlayaca psone"... (Ora, deixa cá ver um pataco do "tal" para ver se é bem a peste que dizem ser)...

Ao reparo dos amigos pregando-lhe a regeneração, costuma replicar: "Qual! Agora nem Jesus Cristo... nem Cônsul Inglês"...

Tem razão o patricio... A moral de Cristo dilufo-la em "vinho colonial" e a vergonha foi coisa que deixamos nas faixas infantis ao nascer.

Para que o mundo saiba...

*João Albasini*

### Coisas de "narros"<sup>62</sup>

A estética, higiene e mais coisas, vistas por um certo prisma.

Carta hilariante de uma preta velha - melhor que o absinto como qualidade aparente...

Delicadeza de pituitária, de estômago e tudo o mais que se verá. - História patética em vários actos, últimos dos quais se há-de passar em Timor, ao pôr-do-sol, arrastando um grosso grilhão...

Lever de Rideau.<sup>63</sup>

Meio tonto, julgando tratar-se de uma descarga de bñlis do amigo "Nyeleti", alçava os

meus passos para o Bazar, a averiguar o caso das pretas e comidas, quando fui enchofrado por uma "mufana" com uma epístola. Temos aventura... Isto de "narras" saberem ler, escrever e contar poupa passos, passadas e "parne", como diria Pedro Paulo da Pina Pavão - parente de Pereira Picão - disse eu -, e abri a carta. Dei uma gargalhada. Vai na secção landina a carta, tal como recebi, e aqui dou a sua tradução, que é o melhor aperitivo para o almoço e uma glória a acrescentar às muitas que o rubro barrete nos há feito mercê.

Segue a bicha... digo, a carta:

"De que havemos de viver?"

É, como vêem, uma pergunta asnática. Eu sei lá do que hão-de viver? Abram a Bñblia no respectivo capítulo e verão de que viveu Ezequiel no deserto... Ora, besta!

Mas continua a "narra", impertinente:

"Talvez V. saiba, talvez não saiba, da desgraça (khombo) que nos atingiu, a nós, as escravas dos "mulungos", nós, de quem abusam, a quem castigam e a quem prostituem sem que tenhamos o direito de levantar uma voz de protesto.

"Refiro-me à desgraça do Bazar - porque agora não permitem que nós ali vendamos os cozinhados, feijão e milho etc., aos nossos semelhantes -, àquela miséria que constituía o nosso ganha-pão e com que matávamos a fome, com que compramos a braça de pano para vestir os netos, a lata d'água para cozinhar e lavar a capulana e a roupa das crianças! Fomos escorraçadas do Bazar!

"Ignoramos a razão da expulsão; não sabemos o crime que cometemos - Talvez V. saiba. Ai, a desgraça, quando ela persegue a gente!

"Por que é que V. não pede aos governantes para que nos digam de que havemos de viver?

"Essa quantidade de filhos que vão nascendo e a quem os pais abandonam e não alimentam sequer (refiro-me aos brancos) e essa outra quantidade de filhos de pretos que morrem

ou ficam lá pelo Transvaal e ainda as dos outros que do Rand vêm tísicos e que aqui morrem deixando filhos, quem os há-de sustentar?

“V. sabe que d'antes ainda havia a grande salvação – a roupa para lavar – Actualmente onde está ela e a que há o que é para tanta de que havemos de viver? Onde havemos de culimar<sup>64</sup>, se aqui na cidade não há terras baixas, não há terrenos, “está tudo tomado”?

“Que havemos de fazer?”

“Cabe-lhe a si o dever de pedir ao Governador Machado – (o Barbacas, matata) que nos dizem cheio de bondade (bom coração) para que nos dê outra vez a faculdade de vendermos onde antigamente vendíamos os nossos cozinhados no pântano, debaixo dos eucalip-tos.

“Nós não pedimos para ir vender ‘dentro do Bazar’, foram eles (os brancos) que nos levaram para lá. Agora, repelem-nos, expulsam-nos. Está bem, mandem-nos para o pântano.

“Agradece etc.

“*Mariato*”

Assim reza pois o documento a que me reporto, salvo defeito de tradução – pedindo por isso o confronto e a análise.

No seu conformado ser, a bruta negra só sabe perguntar de que querem que viva; e ao terminar, como se o destino lhe guiasse a mão, escreve: “Está bem, mandem-nos para o pântano.”

Pois está claro, criatura!

Se tu soubesses ler nas entrelinhas de tudo isso que se convencionou chamar dominação portuguesa; se tu pudesses adivinhar, minha besta, o que é que no fundo se move para que tu e a tua geração de futuro nem uma raiz de mandioca, nem este feijão que cozes com pouca água e amendoim e trazes de uma distância medonha ao Bazar para vender e alimentares “os teus netos” – porque já és velha e por isto trabalhas e buscas alimentos para perpetuares

uma raça de miseráveis condenados; se tu soubesses isto, ingênua e inculta criatura, terias oferecido o teu corpo às feras para que te fecundassem e o teu ventre gerasse monstros cruéis que soubessem vender cara a vida, deixar algemar os pulsos só depois de cortados! Mas assim, pobre criatura,... enquanto nova, deste o corpo à concupiscência dos homens por todas as cantinas do tempo. Bebeste quanto pudeste e só pensaste na vida quando na cantina entrou tua filha com o ventre já pejado por um safardana que se pôs ao fresco, a convidar-te a que recolheses a palhota deixando-lhe o campo a ela, mais nova e porventura mais bonitota da costa! Depois que “encroiaсте”, quem quis saber de ti?

O que é que queres que o Governo faça?

Não tenhas tu a libra da palhota, que sabes quem é a autoridade e o rigor das Leis.

Agora, gata repelente, talvez com cicatriz de venéreo que alguém te pegou e que tu espalhaste por todos os teus antigos admiradores, que queres tu agora? Que tonta!

Quanta felicidade proporcionaste, ó deprimida criatura; quanta fortuna ajudaste a fazer e quantos suspiros de ternura de meninas avidas de ouro d'África não fizestes dar, cada vez que na rua, ovante e dominando, passava um teu antigo “mulungo” do “shitolo”, gozando as delícias do clima europeu! Quantos!

É que, mísera criatura, neste mundo triunfam os que têm cabeça – o coração e um órgão oco...

Mas agora finalmente consegui saber que a ordem brava de expulsar dali as pretas foi provocada “pelo aspecto repugnante” das latas, panelas e tripas cozinhadas que se viam no Bazar das 10 às 13. Agora chegou-lhes o nojo!...

Mas, afinal, estômagos tão delicados nunca viram as cantinas onde se vendem as mesmas petisqueiras e peixes fritos podres?

Defronte do Bazar, no prédio do Dr. Sor-na; Avenida Paiva Manso; Salvado da Costa e chinas confinantes! Malanga toda, dentro e fora da cidade. Nunca viram! As pretas do Bazar é que metiam nojo. Ora, para onde vem com a descoberta!...

"In illo tempore", no tempo em que havia ainda decoro, também o comércio veio com esses nojos - primeiramente e depois com o prejuízo que isso causava ao comércio - tentar caminho para que as pretas fossem dali corridas.

Ora, assim é que está certo... O "Comércio" quer aquele nojo portas adentro...

A sebência das cantinas, onde se vendem coisas mais imundas ainda, já foi visitada pelo facultativo municipal? Não!

Só as pretas, porque estão empenhados em não deixar a preta ganhar um vintém licitamente; porque a preta deve só viver na cantina do "mulungo", dando carne e bebendo vinho.

E aqui está como se emporcalha a reputação de uma Câmara que, na melhor das intenções, julgando tratar da higiene, vai fomentar a imoralidade.

O maior flagelo que podia ter caído.

É que realmente nem de propósito! Arre!

*Chico das Pegas*

## Governar VI<sup>65</sup>

Exmo. Sr. Dr. Álvaro Xavier de Castro - Governador Geral

No número passado, prometemos dar a V. Exa. um papel, ingénua petição que dois mil e tantos narros assinaram e que foi entregue à Secretaria dos Negócios Indígenas.

Agora pedimos a V. Exa. que medite e em consciência nos diga se não merecem um bocado de atenção aqueles que pedem para eles apenas o direito de viver.

Que o homem é mortal, já eles sabem, Exmo. sr.

Mas preferem morrer de feitiço, d'uma ba-la.. Assim a gotas de veneno lento e que, dizem eles, custa muito!

E é que é a tísica o longo penar.

Pagar caro este envenenamento não rima realmente bem com o papel de civilizados e por cujo título imperam, nas Áfricas, aquém e além-mar!

Mas, enfim, coisas enfadonhas. Aqui fica o papel para V. Exa. ler, querendo:

"A S. Exa. o Sr. Joaquim José Machado, Governador Geral da Província de Moçambique. (Tradução livre)

"Nós, a gente natural desta terra, portugueses, enchemo-nos de muita satisfação quando ouvimos dizer que havia chegado a Lourenço Marques um Governador bondoso que estima e deseja que os naturais caminhem para diante, instruindo-se e evoluindo quanto aos seus hábitos e costumes.

"Essa voz, por nós ouvida, encorajou-nos, deu-nos a força precisa para nos dirigirmos a V. Exa. com toda a humildade, respeito e submissão, a informar-vos das nossas mágoas, do nosso mal-estar, a dizer-vos o que é que pesa e oprime o coração da maioria da nossa gente.

"A causa primária, o grande pesadume do coração, é porque assistimos à dissolução da nossa raça e da nossa terra, devido à acção deletéria do Vinho Colonial!

"Ao princípio julgamos que tal Vinho era qualquer alimento saudável e bom, pois vinha das mãos dos brancos e devia ser bem melhor do que as nossas habituais bebidas, excedendo-as em paladar e qualidades nutritivas.

"Agora, porém, Senhor, os nossos olhos estão abertos: Vimos bem que tal bebida é apenas o factor poderoso da nossa destruição.

"Tal Vinho, Pai e Senhor, não sabemos como é feito. Uns dizem que não é vinho direito, não é feito da vinha, que lhe deitam mais coisas.

“Nós não sabemos. Nunca nos revelaram a verdade. Unicamente na nossa imensa tristeza constatamos, admirados, que não há um só branco que beba tal vinho! Que alimento é este, pois, que os brancos trazem para nós, que provém da terra dos brancos, mas que eles brancos não ingerem?”

“Tal Vinho, quem é que bebe então lá na terra dos brancos?”

“Por outro lado, vimos que muita da nossa gente morre por causa do Vinho; que perde as forças, a virilidade e entra a sofrer tísica (ndere), e a vida vai-se! Outras vezes embriagam-se a ponto de travarem lutas entre si, azaigando-se; e outros ainda há que caem já sem consciência, inertes, nos caminhos, à mercê de quem passa. Os nossos régulos, que frequentemente têm dinheiro, são tentados pelo vício às cantinas para beber; e, aí, o espírito, a inteligência, o tino e prestígio da autoridade, tudo se funde e afunda, tornando-se qualquer matéria parecida com uma coisa que bóia à mercê do tempo, ou vagueia sem senso nem vontade própria.

“Outros, se não morrem da bebida, perdem as povoações, os seus gados, a sua família devido à bebida. O dinheiro todo que adquirem vai direito para as cantinas, para os barris; não é poupado para tratar a mulher e os filhos; não querem com esse dinheiro procurar melhorar a sua situação, não caminham, retrocedem.

“As cantinas vivem e medram das nossas mulheres, filhas, dos nossos filhos, pois é onde se embebedam. O adultério é moda corrente; já não têm medo de nada! Que desolação, Excelência!

“Nós vemos a maioria das cantinas com dois ou três barris de Vinho Colonial. Não vendem mais nada. Parecem, assim, ratoeiras armadas à nossa miserável e indefesa ignorância.

“A nossa terra, senhor, vai a caminho da perdição. Desapareceu a moral. Se isto continua assim, para diante, morremos todos, vítimas do Vinho Colonial.

“Nós, os filhos desta terra, Exmo. Sr. Governador, desejamos, do interior da nossa alma, que a raça e a nacionalidade vivam e prosperem; que alcancemos a almejada civilização; que os nossos filhos sejam instruídos e educados; que se desenvolva a Terra, a Agricultura, as Indústrias, todos os progressos modernos, para que a fama de novo corra, mundo em fora, a bem dizer o nome de PORTUGAL.

“Nós choramos porque não podemos mais calar esta dor. A V. Exa. mostramos as nossas lágrimas e a V. Exa. bradamos, e imploramos: Governador justamente eleito, espírito bondoso, suprimi o Vinho Colonial nesta terra como nas outras terras da África do Sul foram suprimidas todas as bebidas.

“Não sabemos qual o meio viável para a solução do nosso pedido, Exmo. Sr. Só sabemos dizer: Ó pai, ajudai-nos, valei-nos, cortando este mal pela raiz.

“A quem havemos ou devemos pedir? A quem confiar as nossas íntimas mágoas? Só conhecemos V. Exa. É, portanto, a V. Exa. que pedimos com sinceridade que mostrai-nos a senda da virtude. Dai-nos em troca o progresso, a evolução pela instrução e pela educação, porque esta troca, mesmo os bêbados de hoje agradecerão e bem dirão amanhã o nome e governo de V. Exa. Fechar as cantinas nesta terra, Exmo. Sr. Governador, é insuflar nas almas o bálsamo, a verdadeira doutrina do Bem, que dá alento e vida. Agradecendo submissos, saudamos V. Exa., e Pai, com todo o ardor e entusiasmo.

“Salve!”

Pois perderam o seu latim.

Viva o *sopé*<sup>66</sup>

S. Exa. o chefe dos Serviços de Saúde desta Província, por opinião científica sua e igual parecer de um médico ilustre de Ceilão, declarou sobre o *sopé*, na sessão do Conselho do Governo de 21 do corrente, o seguinte:



“O *sopé* é uma bebida fermentada higiênica e nutritiva que produz no organismo dos indivíduos de raça negra efeitos salutares que lhe fortificam o sangue e lhe dão condições de resistência muito apreciáveis. A alimentação dos indígenas em geral é de difícil digestão porque não ingerem carne, peixe e outros alimentos em quantidade suficiente e regular para facilitar uma boa função alimentícia e digestiva.

“Os seus alimentos em geral são farináceos e estes precisam de fermento para que a sua eliminação se torne rápida e perfeita, e é o *sopé* uma das bebidas que melhor suprem a falta dessa função e dão ao organismo da raça negra condições de vitalidade que o álcool lhes absorve.”

Isto declarou S. Exa. no momento de entrar em discussão o projecto de regulamentação de bebidas fermentadas no distrito de Inhambane.

Não temos autoridade para duvidar – não duvidamos, é claro, da opinião do Sr. Dr. Cid. Mas certamente S. Exa., bem como o seu ilustre colega de Ceilão referem-se ao *sopé* “fabricado como deve ser” e não a essa bodega que nalguns pontos desta Província se impinge ao preto e que é, segundo a opinião de muita gente, um veneno – segunda edição do “colonial mata-ratos”!

Quanto ao projecto ora em discussão no Conselho do Governo e de que é relator o ilustre chefe do Estado Maior: será este projecto a garantia do desenvolvimento da agricultura e economia local?...

## Questão séria

### Cana e *sopé* no Vale do Infulene<sup>67</sup>

Fala-se no estudo, no grande impulso que é preciso dar à agricultura, que é a fonte de riqueza, e, quando tudo e todos se dispõem a secundar o esforço gigantesco, aparecem, como sempre, a sombra má, a nuvem negra que tolde...

Oferecemos à curiosidade do leitor a tradução desta carta, que recebemos de um indígena do Infulene, dirigida ao Sr. Administrador de Marracuene, que é o representante do Governo, o único que eles conhecem.

“Sr. Director do ‘O Africano’

“Vimos pedir o favor de perguntar ao sr. administrador de Marracuene se a gente pode perder ‘de graça’ todos os nossos haveres, se pode ser escorraçado sem mais nem menos pelo primeiro ‘mulungo’ que aparece de ‘espingarda na mão’.

“V. não sabe, talvez, nunca passeou por aqui, a ‘volta que isto levou’, que nos deixou sem terrenos para cultivar, que nos tornou tributários dos senhores que se apossaram dos terrenos nossos e por nós desbravados, para nos exigirem rendas depois!... Mas isto é o menos.

“Sucede que, aqui, no cimo do vale do Infulene, havia um terreno de um branco ‘Ridriço’ (será Rodrigo ou Rodrigues) onde a gente se havia sujeitado a pagar o aluguer por umas ‘quinhetas’ (2 e 3) para cultivar, tendo sempre aquele “mulungo” respeitado o contrato, deixando-nos colher os produtos etc.

“Agora, porém, é outra qualidade de... gente. O sr. ‘Ridriço’ vendeu o terreno, parece, e recebemos ordem para não continuar a cultivar ali, para fazer a última colheita etc. Aqui começa o milando.

“O mulungo – o tal novo senhor – deixou-nos tirar o milho, mapira, amendoim; e, quando fomos ao corte da cana (o princípio da desorganização, diremos nós), o ‘mulungo’ desabou sobre nós a proibir, a ameaçar com tiros e espadeiradas! Diz que a cana é dele!

“Por quê?

“Já nos queixamos ao sr. administrador do Marracuene, que nos deu toda a razão e toda a justiça, mas o certo é que tudo isso repetimos ao iracundo sujeito (infeleba) e ele diz que pelo cano sai bala se alguém ousar tocar na cana!

“Vimos chegar aqui o amanuense sr. Lino, do Marracuene, e julgamos que vinha intimidar este ‘mulungo’ a acatar as leis e os mandados do sr. administrador. Não, o sr. Lino só perguntou pela ‘tinemba’, os 7.000 réis do imposto e a 500 de ‘bassela’.”

“Hi to yini ke?” “Que é que havemos de fazer?” – remata o narro, que se sente roubado pelo “mulungo”.

Nada. Por enquanto, esperar que o sr. administrador tome as necessárias providências, que, estamos certos, serão tomadas.

Agora, quanto à moral do caso, temos que chamar a atenção do sr. Governador Geral, dos srs. Administradores de Circunscrições e do sr. J. de Almeida, que hoje realiza uma conferência no teatro 1<sup>o</sup> de Janeiro.

A questão das machambas, e “machongo”, os conflitos entre brancos e pretos, longe de provir de um intenso amor pela agricultura e desenvolvimento da terra... nasce da criminosa tolerância do fabrico do “sope, shitshimelana, shikwayawayaya”, o sumo de cana fermentada, enfim.

O vale do Infulene fornece muita cana que os pretos compram para moer. Negócio lucrativo, apetece muito fazê-lo e daí a ânsia de arrebanhar terrenos depois de desbravados e semeados pelos pretos. As matas, essas continuam virgens...

Se o fabrico do sopé fosse rigorosamente castigado, bem cedo desapareceria a febre das questões e o interesse... pela agricultura – com o perdão dos apóstolos para irreverência...

Trataremos deste assunto, que é importante. Desejar a agricultura e vida e estradas com o olho posto apenas no sopé e no aniquilamento da raça pelo veneno, que o é, sem dúvida, parece-nos um crime.

Lutamos contra o “colonial” anos seguidos e conseguimos vê-lo subir de preço, diminuir o consumo. Mas outro inimigo surge, bem “mais pior”!

Vamos para ele de moca alta. Guerra de morte ao veneno, e desta não sairemos com vida – por muito que nos digam das virtudes

digestivas do “sope” e da riqueza e prosperidade da Província que reside no fabrico do “sope”.

(Não publicamos a carta em landim por prudência.)

### Uma reclamação justa<sup>68</sup>

Na segunda-feira de manhã, começou a notar-se um movimento desusado de mulheres indígenas à porta da Secretaria dos Negócios Indígenas – Até às 11 horas, ali estiveram esperando a resolução do seu “milando”, que ficou assente teria solução às 2 horas da tarde.

Às 2 horas, o mesmo ajuntamento de 400 a 500 mulheres à porta da Secretaria dos Negócios Indígenas.

Tratava-se de uma reclamação justíssima, conquanto não defendamos bebedeiras.

As pretas em questão já vinham de Marracuene, onde foram pedir justiça ao sr. Administrador da Circunscrição, que as mandou para a Secretaria dos Negócios Indígenas.

A questão é simples: O decreto de Teixeira de Souza, de 1901, proibiu o fabrico e venda das bebidas indígenas destiladas ou fermentadas nos dois distritos ao sul do rio Save, isto para que em Lourenço Marques e em Inhambane imperasse e triunfasse o vinho colonial, o tal muito cantado e muito reclamado.

Sucede que a fúria da fiscalização vai até ao exagero:

A guarda-fiscal de vinhos, encarregada da repressão de fabrico e venda, permite-se o desaforo de não actuar e prender somente aquele que esteja a exercer comércio de tais bebidas, mas sim indistintamente aquele que tiver em casa um bocado de uputo para seu consumo – o que é intolerável, pois não é esse o espírito da lei.

Mas de que modo a briosa exerce tal fiscalização, de que modo actua?

Dizem que cometendo violências – arrombando portas, partindo vasilhas, estragando o que é de cada um, o que ainda mais irrita.

Ora, nunca percebemos bem esta questão – ou, por outra, nunca fomos capazes de perceber qual é o critério que preside estas medidas de repressão.

O Regulamento das Circunscrições – o único código, coxo, macabro, mas, enfim, o único que existe para indígenas – diz no seu artigo tal que não deve ser proibido o comércio de vinho e de uputo. Ora, é o caso de que se trata agora. Se o regulamento permite, como diabo se entende então esta proibição e as injustificadas violências?

Por outro lado, há que considerar que proibir-se um povo, simplesmente porque se quer proteger interesses de capitalistas, o uso de uma bebida de reconhecida utilidade nutritiva para obrigar a beber drogas de que não se sabe a proveniência nem a composição, é um abuso, e abuso grande. Proibir que por este vasto território se beba uputo é uma utopia; utopia maior ainda se confrontarmos essa repressão com a escandalosa protecção de que gozam os fabricantes de sopé, bebida nociva essa, coisa horrível que só beneficia meia dúzia de felizes machongueiros.

Mas... temos ainda a questão moral. Por que é que as pretas vivem da venda de bebidas, de uputo e do caju?

Certamente porque não têm outros recursos.

De todo em todo, tem esquecido aos legisladores que na Colónia o desenvolvimento da população nativa, quanto à sua educação, instrução e faculdades de trabalho, tem sido descuradíssima. Hoje é o que se vê por aí, a prostituição clandestina, os quintais cheios de crianças sem pai, entregues a avós, que, não tendo rendimentos nem plástica para vender ou alugar, se valem do único recurso que pelos modos constitui o ganha-pão de todos: a venda de bebidas, única manifestação de civilidade que se conhece por estas terras.

Esta gente já não tem terrenos onde cultivar – a ganância dos outros arrebatou-lhes. Trabalhar, em quê, se não foi para isso educada?

Dedica-se a explorar a única indústria que é compatível com os seus recursos: fabrica a bebida nacional, aquela que eles sempre beberam, bebida que todos reconhecem inofensiva.

A lei de Teixeira de Souza não devia ter vigorado nunca e muito menos deveria vigorar agora, por iníqua – deve-se tratar da sua revogação.

Somos os primeiros a concordar que se devem reprimir os abusos, mas que a faculdade de cada um fazer a sua bebida em casa, para seu uso, deve ser sagrada.

Tratando-se de vender, isso então deve ser regulado de modo ao Estado tirar da coisa um rendimento.

Este negócio de uputo e de caju deve ser exclusivo de indígenas, tributado, fiscalizado se quiserem; mas facultado aos indígenas.

Viu-se, tem-se visto em 17 anos, que a repressão do uputo, como a do jogo, é impossível. Regule-se, pois. Não perca o Estado receitas e não implique com a liberdade de cada um.

Que diriam amanhã em Portugal se alguém se lembrasse, para servir amigos, de proibir que cada um fizesse da sua colheita vinho e o bebesse em casa com os seus?

Levantar-se-iam as pedras das calçadas.

Pois o caso é idêntico. A paciência tem limites e começa-se a ver que as violências vão aborrecendo.

---

#### IV – CONSCIÊNCIA E LUTA

---

##### Dignidade e consciência<sup>99</sup>

Na segunda-feira, pelas 5 1/2 horas da tarde, um grupo de senhoras e cavalheiros, dos quais nos abstemos de publicar os nomes, dirigiram-se, com os seus moleques munidos de cestos, a um terreno pertencente à indígena “Shikotisile” na Munywana (Munhuana), para

refrescarem os acalorados estômagos com su-  
marentos e apetitosos cajus.

Como se julgassem em terreno conquista-  
do, trataram, sem mais formalidades, de rapi-  
nar tão apetecidos frutos. Não foi sem des-  
gosto que uma nuvem negra apareceu a  
opor-se a tão despreocupada colheita.

Um maroto, um atrevido preto que repre-  
senta a proprietária, com todo o direito, cen-  
surou o procedimento de tão amáveis visitas,  
dizendo-lhes que o terreno não era deles visi-  
tantes e que a senhoria pagava suas contribui-  
ções e, portanto, não era aquela a forma cor-  
recta para comerem cajus de graça...

Que tal disseste, negro infame!...

Pois tu, vil bicho, atreves-te a defrontar  
com tão conspícuos mulungos, em defesa da  
propriedade que está à tua guarda?!...

Pois tu, patife, tens a ousadia de perturbar  
aquelas delicadas pessoas no desempenho de  
tão honrosa missão?!...

Pagaste caro o atrevimento.

Os mulungos, cheios de moralidade, não  
estiveram pelos ajustes e, zás catapuz, atira-  
ram-se ao preto, como gato a bofe, para des-  
forrar a dignidade ofuscada por um preto!...  
assim é que se faz: quando o pretinho refila,  
toze-se-lhe as costas, que é o melhor meio de  
cordial fraternidade, e conservar o devido res-  
peito...

O verdadeiro convívio entre as duas raças  
deve ter sempre como supremacia: o branco  
explorar o preto até as últimas pinguinhas;  
roubar-lhes os terrenos a título de civilização;  
invadir-lhes as propriedades, mesmo a qual-  
quer hora da noite: tirar-lhes a pele, se a tanto  
ajudar engenho e arte, e depois prendê-lo co-  
mo vadio, mandando-o sem mais aquelas para  
Angola, dar o corpo ao manifesto em defesa  
do país e manter a integridade da Pátria!...

Viva a República Chinesa!...

*Nyeleti*

## Autonomia absoluta?<sup>70</sup>

O que presentemente mais prende a aten-  
ção e preocupa os espíritos é a presumível di-  
visão das colónias entre dois colossos – Ingle-  
terra e Alemanha.

Esta idéia ou boato deixou de tal forma su-  
cumbida a nossa gente que ainda não se ouviu  
o mais pequeno rumor, nem ao menos uma  
tentativa dum esforço bem orientado, para se  
colocar airoso uma barreira que nos de-  
fenda da possibilidade dos factos.

Poderemos nós acreditar piamente que ja-  
mais as colónias cairão em mãos alheias?

Poderemos nós convencer-nos de que as  
duas potências não pretendem a partilha do  
que tanto nos tem custado?

Puro engano; e quem em tal acreditar deve  
ser dotado de muita ingenuidade. Nós estamos  
plenamente convencidos de que não virá longe  
o dia em que havemos de ver a transferência  
forçada das nossas terras para as mãos da  
nossa fiel aliada. Referimo-nos só à província  
de Moçambique, que é a que mais interessa, e  
deixemos a de Angola entregue a muito boas  
mãos, para a defender das garras alemãs.  
Apreciemos com seriedade e sem ídolos. O  
que devemos fazer na presente conjuntura?  
Nada? Isso seria um crime. Devemos tentar  
pela força opor-nos a que as suposições se  
tornem factos? Também não é esse o caminho,  
porque, fora da mais pequena dúvida, nós se-  
ríamos subjugados sem grande dificuldade,  
não só pela falta de elementos de defesa como  
pela grande diferença entre as nossas forças e  
o poderio da Inglaterra.

Nós, um povo anémico, tentarmos uma luta  
fratricida com uma nação tão robusta seria a  
maior das loucuras, seria lançarmo-nos doida e  
cegamente no maior dos abismos, sem que daí  
pudéssemos ter o mais tênue raio de esperança  
de nos libertarmos do jugo e respirarmos uma  
atmosfera de independência.

O que pretende a Inglaterra?

Expandir-se, desenvolver as suas indús-  
trias, aplicar os seus capitais, alargar a sua es-



fera de acção comercial e agrícola, enfim, tornar útil o muito que se vê por aí fora ao desbarato.

O que temos nós feito?

Nada, absolutamente nada! E se alguma coisa se tem feito nestes últimos anos não tem sido por iniciativa própria, mas sim devido aos encontrões dos ingleses, que nos têm obrigado a caminhar, embora lentamente.

O que nos cumpre fazer para evitar uma catástrofe vergonhosa? Reunir todas as forças morais e intelectuais e conseguir uma emancipação completa da tutela da Metrópole, sem, contudo, renunciarmos aos deveres de um bom filho que se separa da mãe.

Esta província pode manter-se independente do governo central, porque tem recursos de sobra para viver desafogadamente; por isso uma autonomia absoluta seria a maneira mais cordata, mais aceitável e mais admissível. Escolher-se-iam os homens convenientes para uma administração honesta. Aproveitavam-se os cérebros de valor para governar o grande Estado Africano. Fazia-se entrar na ordem, ou escorraçavam-se todos os elementos nocivos à boa harmonia; dava-se ampla liberdade à expansão de capitais estrangeiros, com cláusulas que garantissem a nossa soberania e, então, viveríamos numa paz invejável e veríamos em pouco tempo o grande empório tornar-se abrigo dos nossos irmãos, como no Brasil. Mas tudo isto só se pode conseguir quando deixar de existir a política mesquinha; quando esses centros políticos deixarem as verrinas e queiram fazer alguma coisa útil e tratar dalguma coisa séria.

Nessas agremiações ainda se não pensou em nada que demonstrasse bom senso e boa orientação. Se alguém se lembra de alvitrar obra proveitosa é recebido friamente, não cria adeptos e tudo fica no esquecimento. Se, pelo contrário, aparece um politiqueiro que não foi compensado, é satisfeita a sua ambição a despejar hñis contra A ou B, são, pelas palavras arrebatadas do erudito orador, arrastados todos os inconscientes que servem de degraus

para satisfazerem paixões. Serão esses inconscientes que involuntariamente se tornam agentes dos elementos da desordem, que apóiam, dão força ao tribuno e daí a nascença da infâmia, da calúnia e do descrédito. Enquanto as coisas úteis são atiradas para o desprezo, impera a calúnia e as vítimas são discutidas nas oficinas, nos hotéis e em todas as reuniões.

O elemento operário, essa força viva, colossal e produtora, que devia sempre manter-se independente, tratando apenas do seu bem-estar e da sua emancipação, é infelizmente quem em maior número contribui poderosamente para a sua escravidão e ruína do país. Estamos, pois, entre a espada e a parede: Ou seremos um povo de uma colônia independente, ou lançar-nos-emos no abismo, para ficarmos irremediavelmente perdidos!

*Nyeleti*

A greve...<sup>71</sup>

Em Julho do ano passado, quando a situação se embaralhou no Rand, foi preciso a boa diplomacia para intervir, para evitar que mais cutiladas se dessem nos lombos dos protestantes, foi preciso a intervenção da piedade, talvez, para que não tombassem mais corpos varridos pela metralha na cidade do ouro, onde se debatiam – de um lado, a massa sórdida e obscura dos que trabalham às ocultas do sol, no fundo escuro, úmido e viscoso das minas, por entre veios de água, que nas entranhas da mãe terra correm céleres rolando o ouro, lavando o ouro de que a humanidade é tão sófrega – do outro lado, a opulenta e farta classe que a luz deste mesmo sol expõe e impõe à força desse mesmo ouro que os outros andam arrancando, expostos a todos os perigos. Não combatia o milionário aberta e francamente de armas na mão, na lufa-lufa da refrega, a face afogueada, sujeitando o corpo bem tratado à violência do aço das Martin's Henry, mas o

seu ouro por intermédio do soldado fiel ao Estado, que é o encarregado de manter estes equilíbrios, a despeito de tudo...

Pouco ganhou a humanidade com a chacina de Julho; o proletariado, mais uma vez batido, recuou, pousou armas, tomou alento, refez-se das comoções e, preparado, ficou esperando, para de novo investir, mais bem organizado, mais unido, em quantidade mais harmoniosa e mais compacta, para dar outra batida à besta-fera, ao capital opressor – que é o flagelo do mundo desde que o mundo é mundo.

Inúmeras vezes pesou no dorso do Trabalho a mão esmagadora do Capital.

Pela história fora, sempre juntos, caminhando um montado no outro, odiando-se de morte, um esporeando os ilhães para que o outro trote e o debaixo sentindo que a espora lhe fere o Eu susceptível e melindroso, em paga de tanto que dá, fazendo violentos esforços para sacudir...

Estes dois rivais têm atravessado o espaço todo, desde o dia Primeiro da Nebulosa em que o Pai Poderoso tirou de vão e vazio este divertidíssimo mundo assim, sempre engalfinhando, sempre lutando.

Tudo nos leva a crer que, assim que no mundo se criaram os três primeiros seres, dois quiseram logo governar o terceiro. Daí a força da maioria até ao nosso rutilante século das reivindicações sociais em que se defrontam os dois inimigos: – um cheio até a saturação de tanto aturar e engordar outros, enquanto estoura de fome; cheio de razão, forte e soberbo de verdade... mas, tumultuário, não sabendo utilizar do seu direito pela mansa subtilidade que conquista tudo, atirando-se para a frente atrás do seu ideal, com pedras nos bolsos e dinamites nas mãos, para ser mais uma vez rechaçado pelo seu inimigo, que dispõe muito sofregamente de todos os recursos, de dinheiro que compra a precisão matemática das metralhadoras, o olho prático dos artilheiros e o aprumo marcial das tropas, que carregam, cegas e sem iras, a voz de um que manda, ao som de um clarim que ressoa.

É, porém, uma luta desigual. Não durará quase nada; mas, nesse curto instante, quantas agonias?!...

De novo vencidos, os proletários voltarão a organizar-se. Um dia será...

Vem isto a propósito da nossa manifesta indiferença pela lição dura da história.

Em redor de nós se debatem questões desta gravidade; a província é ameaçada de receber de um momento para o outro uns milhares consideráveis de pretos repatriados do Rand se as coisas não tomarem outro rumo; pararam os carregamentos para o Rand; não vem carvão do Rand; parou a emigração... deixaram de vir os gêneros frescos do Transvaal e... nós só sabemos dizer, ainda mal acordados e quase sem perceber toda a magnitude da tragédia, que a situação é medonha!

E quedamo-nos a mastigar em seco, a considerar o medonho da situação. É tudo quanto comporta a Alma Nacional, farta de comoções...

A Providência velará por nós!

Logo às primeiras horas da greve, no primeiro aviso de que não parte o comboio-correio, a Província em peso se sente aniquilada! Que imbecilidade esta coisa de vivermos do que os outros querem dar!

Encarceraram já os gêneros frescos que o Transvaal fornecia.

A província não tem mantimentos para acudir a crise. – Se os pretos vierem para baixo?

Temos alguns milhões de litros de "Vinho Colonial" para os embriagar, mas não temos milho! Há dez anos – como isto é triste! – fornecíamos milho ao Transvaal; agora... importamos o milho do Transvaal!

O Transvaal passou por uma guerra, uma calamidade, lutou, trabalhou, floresceu, fez o repovoamento; nós destronamos o Gungunhana e conquistamos vastos territórios até ali fechados à civilização.

- E que fizemos depois?

Viver do Transvaal!

Nem indústria, nem agricultura, nem vontade de fazer nada que vá além do emprego público, da cantina e da politiquice, que tudo enerva e embrutece.

A Greve de hoje, pelos modos mais séria que a de Julho, tem todo o aspecto horroroso de uma fatalidade. A repetição do mesmo facto deve-nos prevenir de que é preciso trabalhar, lutar! Fechemos as cantinas e tratemos de evitar que o preto gaste as reservas alimentícias em bebidas; que deixe de viver no Transvaal, pois aqui também pode produzir trabalho remunerador. Organize-se qualquer coisa, eficaz e decente; semeie-se o dinheiro para dar dinheiro. A questão é apenas de vontade e tenacidade. É só querer e teimar.

Não se fiquem a espreitar o caminho a ver se já vem a primeira leva de "magaicas"...

Isso não é viver - É um suicídio vergonhoso...

João Albasini

1º de Maio<sup>72</sup>

Mais um ano a comemorar as vítimas do banditismo capitalista, em Chicago. Mais um ano de luta pela reivindicação dos trabalhadores, essa grande massa anônima, produtora de tudo quanto existe, proporcionando aos outros todos os confortos, semeando todas as riquezas e deixando que a miséria, o vilipêndio e a escravidão sejam recompensa ao seu esforço. O trabalho, o grande gerador de tudo que nos rodeia, o dealumbrante foco de toda a vida social, não tem sido encarado devidamente pelo prisma da independência, a que tem direito, pelos seus agentes. Se a massa operária, essa poderosa força, tivesse a nítida compreensão do seu valor, teria uma vida absolutamente feliz e independente. Infelizmente, apesar de alguma diminuta coisa ter conseguido, está muitíssimo longe ainda de alcançar a meta.

O movimento operário vai, dia-a-dia, manifestando-se com certa agitação até há pouco sem importância. Os trabalhadores vão despertando da sua letargia e sacudindo o jugo da tirania, que os oprime. Os governos e capitalistas (duas almas num só corpo) já olham carrancudos para este despertar, notam uma mancha negra no horizonte das suas ambições e tremem com receio de ver a nuvem alastrar-se.

As espingardas são ainda o recurso com que se escudam e defendem a sua ganância e aniquilam os interesses dos oprimidos e indefesos.

Em todo o caso, o pedestal da opressão vai lentamente desmoronando-se e os poderes sentem faltar-lhes o terreno debaixo dos pés opressores.

O grande mal que avassala o operariado é a falta de unificação de idéias; é a pouca solidariedade; é a pouca convergência para o comunismo, factores principais para uma verdadeira união. Estes sentimentos, que são o produto de uma boa educação moral e intelectual, só se adquirem com uma sensata orientação e aturado estudo.

A inconsciência de 90 por cento do nosso operariado reside só na sua diminuta instrução. Se todos fossem educados e bem-instruídos, impor-se-iam com autoridade moral e fariam mudar a face ao mal estado social. A "Associação de Classe", tão mal interpretada pela maior parte do povo produtor, é a grande alavanca que há-de destruir os degraus por onde sobem os senhores de tudo isto.

O 1º de maio vai passando, sem pompas e sem manifestações ruidosas, mas na alma dos operários vai germinando o sentimento da emancipação. Este sentimento disseminado por todo o mundo é um vulcão que vai queimando o despotismo e impondo o respeito a todos os Governos.

Os assassinos, que matam o povo, com os códigos na mão, hão-de um dia sentir os peitos atravessados pelas mesmas baionetas que têm vitimado tanto inocente.

Avante, pois, pela educação e pela emancipação operária!...

*Nyeleti*

**A onda**<sup>73</sup>  
(Primeiro de Maio de 1919)

Avança encapelada, engrossa tímida por outra onda mais pequena apanhada no trajecto, contorce-se altiva já a esfarrapar flocos de espuma no alto e abate-se rumorosa, desesperada, tornada um vasto lençol branco no oceano agitada; de novo enrola, recrudescer, e, correndo como um monstro marinho, avolumando-se, mais e mais, abate-se sobre outra onda e, assim, noite e dia – pela noite da vida, em que se geram as evoluções sociais, e pelo dia alto e fascinante, em que se chocam as ambições humanas – ela avança intemerata e rumorosa até vir morrer em ignota praia, à vista de minúsculos seres da criação, moluscos, batráquios e insectos desprezíveis que nem por certo atingem o desideratum daquela loucura secular do mar sempre irrequieto e misterioso, nem compreendem, tampouco, que tal alta-neiro lombo de água venha de tão longe para se esfacelar ingloriamente na praia, sem grandeza, sem espectadores que ovacionem o ar-rojo e com alarde transmitam o feito às gazetas.

É assim a onda, cumprindo um Fado eterno; e com ela queremos demonstrar a lenta mas potente e invencível marcha da evolução social: tardia, trôpega por vezes, mas caminha para o seu triunfo certo, a despeito de todas as barreiras despóticas vindas da tirania alarmada, tonta e gafa de tanta infâmia e de tanta podridão! A Guerra – a Grande Guerra, cuja terminação ninguém prediz com segurança – foi mais uma volta encapelada da Onda, que enrola grossa e furiosa. A Humanidade, por entre os escombros e as ruínas com que a fúria e a vaidade científicas dos engenhos destruidores juntou o solo, há-de apanhar aqui e além

um outro caco proveitoso, um como que outro amuleto preservador de futuros desastres da Fortuna; há-de de colher aqui e acolá um ou outro fragmento, dentre tanta coisa destruída, que, chegado ao corpo chaguento da multidão torturada – que por tanto tempo há sofrido os despotismos e as injustiças, fomes e sedes de pão e amor quão mais dolorosos quanto só são atributos fatais de uma classe – tomará como que a virtude do milagre antigo, sarando-lhes os males, confortando e preservando, apetrechando melhor o homem para as lutas da vida e a mulher para o livramento da escravidão e do opróbrio da mercância do seu corpo, recurso único que se serve para sustento dos filhos.

O século XX – esse rutilante século – surgiu da noite da eternidade já todo cheio de vaticínios e já carrancudo.

Magos e bruxos disseram dele as coisas mais amargas. Rebuscou-se com avidez (mais do que com certeza, verdade e rigor históricos), nas soturnas bibliotecas de regelados conventos, alfarrábios sebentos, vaticínios, lendas, bruxedos; desenterraram múmias e frades que feneceram a desenterrar horóscopos deste século fatal, e houve crítico de bom gosto que quis ver e ouvir neste ruir fragoso o vozear enigmático do Profeta – nesta tremenda débacle de um mundo podre de manchas e velho de ódios, que arde todo numa medonha labareda, iluminando soviets e bolchevistas, que de mãos dadas dançam em roda a medonha sarabanda, atirando para a fogueira com os Preconceitos, os privilégios, os Dogmas, o Poder, a Autocracia e Omnipotência do Burguês fortificada pelo Dinheiro!

Houve, de facto, quem quisesse ver, neste élan da história, a clamorosa fantasmagórica do Apocalipse do formidável evangelista João, tão incompreendido pelo seu tempo inculto e rude...

A espreitar no alto e a ameaçar este pobre planeta apareceu o vagabundo do espaço a que Halley deu o nome.



Século pressago. Que havia de esperar dele?

A Transformação do Existente! E a Onda!...

A Onda cresce, a Onda avança!...

É verdade que a ciência, no apogeu da sua glória, dispõe de recursos e de espingardas repressivas... A sociedade mandante, abalada nos seus alicerces, tomada do medo de perder a supremacia, num instintivo movimento de defesa comum, assesta baterias. Quer, perdido o medo que as Plebes tinham ao seu ronco autoritário, opor paredões à Onda e chamar a ordem. E transige! – a velhaca – e condescende e promete chamar a atenção, admoestar e depois perdoar, magnânima, a irreverência –, mas, em boa verdade, o que quer é distrair os da dança, da sarabanda macabra à volta da grande labareda em que ardem os Embustes e as Peias que por tanto século aperraram e infelicitaram o Produtor, a Força Maior. Quer que o elo se parta, por distração de um curioso que pare de cantar e folgar a roda e encoste a mão ao ouvido a escutar o que dizem os tratadistas, extraindo dos seus grossos compêndios, que são o sumo saber, a suprema regra... É, todavia, pelo que parece, trabalho perdido. A cantoria

vai alta, o corpo pede folia e é chegada a hora das Reivindicações Sociais.

Avança-se, a despeito de tudo. As barreiras mais sólidas cedem. E a Onda galga, alastra-se!

Ouvimos daqui os acordes marciais do 1º de Maio. Lá longe passa uma enorme massa de gente. São as classes trabalhadoras, que se juntam, que se organizam, que se consolidam para a luta. Do martírio de Chicago até hoje, quanto caminho percorrido! Queimados os Poderes Feudais, destruído e banido pela liberdade constitucional o direito das Castas e as Prerrogativas de Nascimento, hoje o Homem proclama como lei suprema: “que valha o homem pelo seu mérito individual” – Em verdade, tal é a divisa nova que se lê no estandarte da Redenção que nos há-de conduzir à relativa paz e felicidade – verdade tanta vez calcada que, finalmente, irrompe triunfante e indomável, agora, e, como a Onda altaneira, avança, se contorce, quebra e espraia em lençol de espuma regando a terra.

*João Albasini*

## NOTAS

Os autores agradecem a preciosa colaboração das seguintes pessoas e instituições, que tornaram possível a realização desta pesquisa: AQUINO DE BRAGANÇA, pelo apoio, incentivo e sugestões dadas ao longo da realização do trabalho; JOSÉ CAPELA, pela cessão dos microfilmes dos jornais utilizados; OFICINA DE HISTÓRIA do Centro de Estudos Africanos, pela ativa participação crítica e revisão do trabalho; ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, pela cessão do material fotográfico utilizado; FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que concedeu a bolsa de estudos, em Moçambique, a Valdemir Zamparoni; SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, que disponibilizou e apoiou Paulo Soares para realizar a pesquisa e o trabalho necessários a esta antologia.

1. A designação “partido de negreiros” foi dada na época pelo então cônsul inglês na Ilha, F. Elton, sendo hoje utilizada por diversos historiadores para caracterizar as relações e poder político influente no governo da colónia dos comerciantes e senhores de escravos da Ilha de Moçambique e litoral fronteiro, fossem portugueses, seus descendentes, xeques suafli, muçulmanos ou potentados macuas, historicamente ligados com o tráfico de escravos e que predominaram até este século.

2. O marquês de Pombal foi por muitos anos primeiro-ministro do rei de Portugal dom José, assumindo um papel destacado na história deste país e sua política colonial. Internamente promoveu o desenvolvimento da in-

dústria portuguesa, procedendo a expropriações de jesuítas (então a mais rica congregação religiosa). Estas foram feitas como forma de acumulação para investimento nas fábricas da coroa. Assumindo um poder ditatorial, combateu os poderes feudais, enquanto promovia a imagem do rei como senhor absoluto. Nas colónias promoveu significativas reformas, em que destacamos a separação da dependência política da colónia de Moçambique ao vice-rei da Índia, que até então se verificava, passando a subordiná-la diretamente a Portugal. A promoção do monopólio de comerciantes de Moçambique com o litoral visava também cessar a influência que até aí os comerciantes da Índia desfrutavam.

3. Em 1868 houve um litígio de anexação da região de Lourenço Marques pela República dos Bóeres, tendo no ano seguinte Portugal assinado um tratado com aqueles, em que são delimitadas fronteiras, com prejuízo para Portugal, que perde pretensões a uma rica região mineira do Transvaal. São essas fronteiras que são mais tarde respeitadas, em 1875, quando o general MacMahon, presidente francês, num litígio que opunha Portugal à Inglaterra, sobre a posse colonial da mesma região sul de Moçambique, advoga os direitos de Portugal.

4. Após o *ultimatum*, de 1890, dos ingleses contra as pretensões territoriais portuguesas de regiões que são hoje o Zimbábue, apresentado num cerco a Lisboa pela armada britânica, Portugal inicia de imediato uma ofensiva militar em Moçambique, tendo em vista a rápida ocupação territorial, tendo a mesma sido iniciada pela Zambézia. Com poucos sucessos, foi feita com o objetivo de modificar a situação de descontrolo político sobre uma região tradicionalmente de influência portuguesa, onde imperava o regime da servidão dos senhores dos *prazos*. Estes prejudicavam os interesses do imperialismo internacional na região (que se manifestam através da criação da Companhia da Zambézia, entre outras) e que visavam utilizar a sua mão-de-obra em grandes plantações e minas, geridas em particular por interesses ingleses, quer em Moçambique, quer nas Rodésias e Niassalândia, ou mesmo África do Sul.

5. Atribui-se a formação do Grémio em 1907, embora só muito mais tarde os seus estatutos sejam reconhecidos, e depois alterados, para a Associação Africana, já com o fascismo. A história dessas organizações e formulações políticas moçambicanas está por fazer, bem como do seu relacionamento com o movimento político africano nas outras colónias portuguesas, e mesmo com o pan-africanismo lançado pelo professor Du Bois, precisamente neste período.

6. *O Africano*, nº 232 (15 de julho de 1914).

7. *O Africano*, nº 232 (15 de julho de 1914).

8. *O Africano*, nº 266 (4 de novembro de 1914).

9. *O Africano*, nº 14 (19 de julho de 1911).

10. Trata-se de um livro do missionário suíço Henri Junod.

11. A carta, escrita quando o jornal *O Africano* se encontrava suspenso por dificuldades económicas, é, como se verifica, apresentada a público no primeiro número do relançamento do jornal em 1911. O seu autor é presumivelmente pseudónimo de José Albasini, que exerceu atividade profissional em Inhambane.

12. *O Africano*, ano IV, nº 217 (23 de maio de 1914).

13. Refere-se ao governador geral.

14. Galeno é um aparelho caseiro de recepção de rádio, em que em uma batata se apanham as emissões.

15. "South African Railways": Caminhos de Ferro da África do Sul. "Passar as palhetas": expressão que significa fugir.

16. *O Africano*, ano V (23 de outubro de 1915).

17. Em 14 de outubro de 1894, Lourenço Marques foi submetida a um forte ataque da parte dos régulos Mahazule, Matibijana e Nwangundywana, respectivamente de Magaia, Zixaxa e Moamba, com o apoio de Gungunhana. Lourenço Marques era então uma pequena cidade comercial, com cerca de 400 edifícios e 1.059 habitan-

tes. Esse ataque foi o último grande ataque que houve a essa cidade antes das campanhas de ocupação desencadeadas pelas militares da geração de Antônio Enes, em 1895.

18. Refere-se às Companhias de Caçadores, que integravam soldados portugueses e recrutados localmente; os primeiros normalmente eram degredados ou condenados que vinham cumprir pena na costa de Moçambique.

19. "Manhã de pavorosa" é uma expressão que se tornou usual no vocabulário da cidade de Lourenço Marques, até ao fim do século passado, para caracterizar as manhãs em que a cidade era atacada por régulos vizinhos e em que, como a expressão indica, o pavor devia cobrir a cidade, perante as hordas dos exércitos atacantes.

20. "Tingasse": fugisse (palavra de raiz banta).

21. Lojas, cantinas: palavra de origem inglesa (*stalls*) entrada nas línguas locais.

22. Rainha de Portugal é o nome de um barco que se encontrava na guarnição de Lourenço Marques.

23. *O Africano*, nº 172 (17 de dezembro de 1913).

24. Os tempos Afonsinos são o período da primeira dinastia de Portugal, iniciada por D. Afonso Henriques no século XII. Expressão portuguesa para indicar que é muito antigo.

25. Exportula os "cunquibus" – tira o dinheiro.

26. Operação anual de contagem de palhotas para a cobrança do imposto.

27. Hino nacional de Portugal.

28. *O Africano*, nº 335 (3 de julho de 1915).

29. *O Africano*, nº 288 (20 de janeiro de 1915).

30. *O Africano*, nº 407 (11 de março de 1915).

31. Polícias.

32. Referência à exigência de que o imposto de palhota fosse pago em libra-ouro.

33. *O Africano*, nº 302 (10 de março de 1915)

34. Linguagem típica de cantineiro, integrando elementos das línguas portuguesa e ronga: "muito bom para vocês terem muita força".

35. *O Africano*, nº 353 (4 de setembro de 1915)

36. Chefe, rei, em ronga.

37. Escapei-me, fugi.

38. Amante.

39. Marido, chefe de família.

40. Expressão ronga equivalente a "nunca!"

41. Chapa metálica de identificação e numerada que todo indígena residente em Lourenço Marques tinha de ter presa ao braço, instituída por Albano Seíça Moncada, Secretário dos Negócios Indígenas, e que passou a ser conhecida por "Moncádica". *O Africano*, nº 307 (27 de março de 1915).

42. Policial.

43. Dá as tuas mãos.
44. *O Africano*, nº 390 (12 de janeiro de 1916).
45. Na introdução à lei da chapa afirmava-se que parte do dinheiro arrecadado seria aplicado na construção de *compounds* e bairros indígenas.
46. *O Africano*, nº 506 (21 de fevereiro de 1917).
47. Expressão em latim: deste modo vão as coisas.
48. *O Africano*, nº 640 (5 de junho de 1918).
49. Álvaro de Castro foi o governador geral que, em 1917, instituiu a "portaria dos assimilados", medida que viria a ter uma consequência enorme, econômica, política, social e cultural, no futuro da sociedade moçambicana, destinada fundamentalmente a destruir e interditar o crescimento da sua camada social mais culta e desenvolvida, para benefício de brancos emigrados de Portugal. Massano de Amorim, recém-chegado a Moçambique como governador geral, com poderes excepcionais atribuídos devido ao estado de guerra que se vivia em Moçambique, e, através desta carta aberta, é solicitado a modificar a política colonial e racista dominante em Moçambique, embora em vão.
50. Ministro das Colônias.
51. *O Africano*, nº 21 (30 de setembro de 1911).
52. *O Africano*, nº 118 (11 de junho de 1913).
53. À pergunta "você quer macho?", responde-se com uma "Arre! se diz isso sou capaz de o esbofetear, sabe?", num linguajar crioulo próprio da cidade.
54. Olha para aqui.
55. Muito bom.
56. Abra para ver.
57. Sol, em grego antigo.
58. Única, do latim.
59. Objetivo, fim.
60. Olhar.
61. *O Africano*, nº 222 (10 de junho de 1914).
62. *O Africano*, nº 223 (14 de junho de 1914).
63. Levantar da Cortina (em francês).
64. Cultivar, fazer a machamba.
65. *O Africano*, nº 392 (19 de janeiro de 1915). Este é o sexto de uma série de editoriais de *O Africano* dirigidos ao governador geral Álvaro de Castro aquando da sua chegada à colônia, procurando-o esclarecer sobre o que se passava nesta terra; como foi escrito na carta anteriormente citada e dirigida ao governador geral sucessor, Massano de Amorim, sob o título "Pitadas de Rapé", Álvaro de Castro, bem mais ligou aos seus conselheiros racistas...
66. *O Africano*, nº 394 (26 de janeiro de 1916).
67. *O Africano*, nº 439 (1 de julho de 1916).



68. *O Africano*, nº 690 (27 de novembro de 1918).
69. *O Africano*, nº 36 (19 de janeiro de 1912).
70. *O Africano*, nº 39 (9 de fevereiro de 1912).
71. *O Africano*, nº 180 (14 de janeiro de 1914).
72. *O Africano*, nº 211 (2 de maio de 1914).
73. *O Brado Africano*, nº 18 (3 de maio de 1919).

## SUMMARY

### Anthology of texts from the newspaper 'O Africano'

The authors, a Mozambican and a Brazilian, present an anthology of articles selected from the early Mozambican nationalist newspaper, *O Africano* (*The African*), which appeared in Lourenço Marques between 1908 and 1919, together with a descriptive and analytical introduction. The newspaper was edited by the mestiço brothers João and José Albasini, important intellectual figures of their time, and was a precursor of the better-known *O Brado Africano* (*The African Cry*). The paper is typical of the emerging black nationalist press in African urban centres during those years.

In their introduction, the authors place the newspaper in the political and cultural context of the colonial period, and describe the social background of the journalists and their public. The articles selected, which include letters to the editor sent in by ordinary readers, are written in the elegant Portuguese style of the early twentieth century, and are organised thematically here under the following headings: What colonial progress?; What rights?; In the land of the drunken spree; and Conscience and struggle.

## RÉSUMÉ

### Anthologie de textes extraits du journal 'O Africano'

Les auteurs, un mozambicain et un brésilien, présentent ici, tout en lui faisant une introduction descriptive et analytique, une anthologie d'articles choisis dans *O Africano* (*L'Africain*), un des premiers journaux nationalistes du Mozambique, qui surgit à Lourenço Marques entre 1908 et 1919. Ses éditeurs, les frères métisses João et José Albasini, étaient des intellectuels importants de l'époque. Précurseur du *Brado Africano* (*Le Cri Africain*) dont le nom est plus connu, leur journal est un exemple typique de la presse nationaliste noire des centres urbains africains de l'époque.

Dans leur introduction, les auteurs de l'article situent *O Africano* dans le contexte politique et culturel de l'époque coloniale tout en décrivant en arrière plan la société où vivaient les journalistes et leur public. Les articles choisis, qui incluent des lettres de simples lecteurs aux éditeurs, sont écrits dans le portugais élégant du début du XX<sup>ème</sup> siècle. Ils ont été organisés par thèmes selon les têtes d'index suivantes: Quel progrès colonial?; Qui droits?; Au pays d'ivresse et de bombance; La conscience et le combat.

## Aos colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na *diáspora* e às realidades nacionais e relações internacionais dos países da África e Ásia.

- A publicação do trabalho será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.

- Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais deverão conter um resumo do texto, de aproximadamente uma lauda, e a qualificação acadêmica e profissional do autor.

- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.

- As notas de referência, numeradas correlativamente, deverão ser apresentadas observando-se a seguinte norma:

### *Para livro*

a) nome do autor; b) título da obra (sublinhado); c) número da edição, se não for a primeira; d) local da publicação; g) número da página.

Ex: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 1972.

### *Para artigo*

a) nome do autor; b) título do artigo; c) nome do periódico (sublinhado); d) local da publicação; e) volume e número do periódico; f) número de páginas; g) data da publicação.

Ex.: IANNI, Octávio. *Literatura e consciência. Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (15):208-17, 1988.

- Não deve ser incluída bibliografia no final dos trabalhos. Todas as referências bibliográficas, assim como as demais notas, deverão ser incluídas nas notas de referência.

- Com a publicação do artigo, o autor receberá dez exemplares da revista.

- Os trabalhos devem ser enviados para:  
Editoria de Estudos Afro-Asiáticos  
Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Rua da Assembléia, 10 – Sala 501  
20011 – Rio de Janeiro – RJ





**NÚMERO ANTERIOR**

- Raça, hegemonia e subordinação na cultura popular
- Protesto político negro em São Paulo – 1888-1988
- Casamento inter-racial
- Sexo, raça e classe na formação da sociedade colonial
- No meio das águas turvas
- Crianças escravas em Minas Gerais do século XIX
- A cor que não se vê e a cor que se tem
- Da 'branca senhora' ao 'negro herói'
- República das moscas
- Uma visita às religiões afro-brasileiras em Buenos Aires
- Politicamente correto num lugar, incorreto noutra?
- China: os impasses das Quatro Modernizações
- Relações Moçambique-Brasil no século XIX

